



## **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

ANTONIO CARLOS DE SOUSA SOROMENHO-PIRES (ORGANIZADOR)

PANDO ANGELOFF PANDEFF (COLABORADOR)

NATÁLIA CRISTINA CORREA CASTELO BRANCO (COLABORADORA)

STHEFANI NOGUEIRA SARAIVA (COLABORADORA)

LUIZ CARLOS DA SILVA BISTENE (COLABORADOR)

VILSON DE ALMEIDA SILVA (COLABORADOR)

KELY BETÂNIA ABRÃO BORGES E BORGES (COLABORADORA)

**ITABORAÍ, AGOSTO DE 2016.**



## SUMÁRIO

<b>I - CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA</b> .....	9
1.Nome da Mantenedora.....	9
2.Base Legal da Mantenedora.....	9
3.Histórico da Mantenedora .....	9
<b>II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA</b> .....	11
1.Nome da IES .....	11
2.Base Legal da IES .....	11
3.Histórico da IES.....	11
4.Missão .....	13
5.Visão .....	13
6.Valores.....	13
7.Objetivos .....	13
8.Área(s) de Atuação Acadêmica .....	14
<b>III - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO</b> .....	15
1.Nome do Curso.....	15
2.Endereço de Funcionamento do Curso.....	15
3.Justificativa para a Criação/Manutença do Curso.....	15
4.Atos Legais do Curso .....	16
5.Número de Vagas Anuais .....	16
6.Conceito de Curso - CC.....	16
7.Conceito Preliminar de Curso - CPC .....	16
8.Resultados do ENADE.....	16
9.Processo de Supervisão de Curso.....	16
10.Turnos de funcionamento do Curso.....	16
11.Carga Horária Total do Curso .....	17
12.Tempos mínimo e máximo para integralização .....	17
13.Coordenador(a) do Curso.....	17



14. Perfil do Coordenador .....	17
15. Núcleo Docente Estruturante do Curso .....	17
16. Tempo Médio de Permanência do Corpo docente no Curso.....	17
17. Evolução do Corpo Docente .....	18
18. Convênios do Curso com outras Instituições .....	18
<b>IV - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO .....</b>	<b>19</b>
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA .....	19
1.1. Contexto Educacional .....	20
1.1.1. Dados Populacionais .....	20
1.1.2. Desenvolvimento Socioeconômico.....	26
1.2. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso .....	39
1.3. Objetivos do Curso .....	46
1.3.1. Objetivo Geral .....	46
1.3.2. Objetivos Específicos .....	46
1.4. Perfil Profissional do Egresso.....	46
1.5. Estrutura Curricular .....	47
1.5.1. Flexibilidade .....	53
1.5.2. Intra-Interdisciplinaridade e Transversalidade .....	54
1.5.3. Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal.....	55
1.5.4. Articulação da Teoria com a Prática .....	56
1.5.5. Dimensionamento da Carga Horária das Disciplinas .....	56
1.5.6. Carga Horária Mínima e Tempo Mínimo de Integralização Curricular	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.6. Conteúdos Curriculares .....	57
1.6.1. Atualização dos Conteúdos Curriculares e Adequação da Bibliografia .....	57
1.6.2. Matriz Curricular do Curso .....	58
1.6.2.1. LIBRAS.....	58
1.6.2.2. Educação das Relações Étnico-Raciais e Indígenas .....	58
1.6.2.3. Educação Ambiental .....	58



1.6.2.4.	Educação em Direitos Humanos.....	58
1.6.2.5.	Disciplinas Optativas.....	59
1.6.2.6.	Atividades de Extensão.....	59
1.6.2.7.	Atividades de Iniciação Científica .....	60
1.6.2.8.	Currículo do Curso .....	61
1.6.3.	Ementário e Bibliografia .....	69
1.7.2.	Objetivos do Curso com a Matriz Curricular.....	114
1.7.3.	Objetivos do Curso com o Contexto Educacional.....	114
1.7.4.	Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado dos Egressos.....	116
1.8.	Metodologia .....	118
1.8.1.	Aspectos Metodológicos Aplicados à Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal.....	120
1.8.2.	Estratégias de Ensino para EAD .....	121
1.9.	Estágio Curricular Supervisionado.....	122
1.10.	Atividades Complementares .....	122
1.11.	Trabalho de Conclusão de Curso .....	128
1.12.	Apoio ao Discente.....	138
1.12.1.	Formas de Acesso ao Curso.....	139
1.12.3.	Apoio Pedagógico e Atendimento Extraclasse aos Discentes .....	139
1.12.4.	Apoio Financeiro.....	139
1.12.5.	Estímulo a Permanência .....	140
1.12.5.1.	Mecanismos de Nivelamento.....	140
1.12.5.2.	Monitoria .....	140
1.12.5.3.	Apoio Psicopedagógico aos Discentes .....	141
1.12.5.5.	Programas de apoio realização de Eventos Internos, Externos e à Produção Discente.....	143
1.12.6.	Atividades Extracurriculares não computadas como Atividades Complementares.....	143
1.12.7.	Participação em Intercâmbio .....	143
1.12.8.	Organização Estudantil.....	143
1.12.9.	Acompanhamento de Egressos .....	144
1.13.	Ações decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso.....	145



1.14. Atividades de Tutoria e da Equipe Multidisciplinar.....	146
1.14.1.Professor .....	147
1.14.2.Tutor.....	147
1.14.3.Corpo Técnico-Administrativo .....	148
1.14.4.Equipe de Gestão Pedagógica .....	149
1.15.Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino-Aprendizagem .....	149
1.15.1.Ambiente Virtual de Aprendizagem na EAD .....	151
1.15.2.Ferramentas .....	151
1.16. Material Didático Institucional .....	153
1.17. Mecanismos de Interação entre Docentes, Tutores e Estudantes.....	154
1.18. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem .....	154
1.18.1.Avaliação da Aprendizagem na modalidade EAD .....	155
1.18.1.1.Autoestudo.....	155
1.19. NÚMERO DE VAGAS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	156
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e sua Composição .....	156
2.2. Atuação do Coordenador .....	158
2.2.1. Titulação do(a) Coordenador(a) do Curso .....	160
2.3. Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador..	160
2.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso .....	160
2.6. Titulação do Corpo Docente do Curso.....	160
2.7. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso .....	161
2.8. Experiência Profissional do Corpo Docente .....	162
2.10. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente .....	163
2.12. Funcionamento do Colegiado de Curso ou Equivalente .....	164
2.13. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica.....	165
3.INFRAESTRUTURA .....	166
3.1. Instalações Físicas Gerais.....	166
3.1.1. Infraestrutura de Segurança .....	168



3.1.2. Manutenção e Conservação das Instalações Físicas.....	168
3.2. Ambientes Físicos utilizados no Desenvolvimento do Curso .....	168
3.2.1. Gabinetes de Trabalho para Professores Tempo Integral .....	168
3.2.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos.....	169
3.2.3. Sala de Professores E Reuniões .....	170
3.2.4. Salas de Aula .....	170
3.3. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	171
3.3.1. Velocidade de Acesso à Internet .....	171
3.3.2. Política de Atualização de Equipamentos e Softwares.....	171
3.4. Biblioteca .....	172
3.4.1. Espaço Físico .....	173
3.4.2. Pessoal de Apoio .....	173
3.4.3. Informatização do Acervo e Serviços.....	173
3.4.4. Política de Aquisição e Atualização do Acervo .....	174
3.4.5. Acervo Bibliográfico Geral .....	174
3.4.6. Bibliografia Básica .....	175
3.4.7. Bibliografia Complementar .....	175
3.4.8. Periódicos Especializados.....	175
3.5. Laboratórios Didáticos Especializados.....	176
3.5.1. Laboratório(s) de Informática .....	177
3.5.4. Política de Atualização, Manutenção e Disponibilidade de Insumos .....	178
3.5.5. Apoio Técnico Laboratorial .....	179
3.5.6. Regulamentos dos Laboratórios do Curso de Direito .....	179
3.7. Núcleo de Práticas Jurídicas .....	181
4.PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO DIFERENCIADO .....	192
5.INFORMAÇÕES ACADÊMICAS .....	193

**ANEXO 01 (PLANOS DE ENSINO DA MATRIZ ATUAL)**

**ANEXO 02 ( MATRIZ CURRICULAR ANTIGA DO CURSO DE DIREITO)**



**ANEXO 03 (MODELO DE CARTA CONVITE DE ORIENTAÇÃO)**

**ANEXO 04**



## I - CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA

### 1. Nome da Mantenedora

Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC

### 2. Base Legal da Mantenedora

A CNEC é pessoa jurídica de Direito privado, constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural e de promoção humana, com inscrição no CNPJ sob nº 33.621.384/0001-19, bem como, reconhecida como de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 36.505/54 e registrada junto ao Conselho Nacional de Assistência Social desde 1.951, como Entidade Beneficente de Assistência Social.

A mantenedora localiza-se na Avenida Dom Pedro I, nº 426, centro, João Pessoa - PB, e possui estatuto social registrado no Cartório Toscano de Brito - Serviço Notarial e Registral – Registro Civil de Pessoas Jurídicas, cuja última alteração está registrada sob o nº. 578.107, no livro A- 387, João Pessoa – PB, em 30 de maio de 2011.

### 3. Histórico da Mantenedora

Fundada em 1943, na cidade de Recife/PE, como Campanha do Ginasiano Pobre, a CNEC nasceu do ideal de um grupo de estudantes universitários que, liderados pelo Professor Felipe Tiago Gomes, resolveu contrariar a situação instalada - a escola como privilégio de poucos - oferecendo ensino gratuito a jovens carentes. O trabalho voluntário de seus idealizadores se propagou pelo Brasil, comemorando adesões e compromissos que fizeram da Campanha do Ginasiano Pobre - que inicialmente abrigava pedidos de ajuda e orientações para a criação de unidades escolares - a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - reconhecida como o mais expressivo movimento de educação comunitária existente na América Latina.

A concepção de educação comunitária, já naquela época, atendia não só aos anseios dos excluídos, mas de toda a comunidade, pois o Projeto Cenequista fundou seus alicerces no fazer educação com qualidade, desde que não bastava proporcionar o acesso ao conhecimento - a motivação era, sobretudo, promover a transformação.

Destaque-se, no arrojado projeto desse ideal, a escolha de um modelo de gestão com bases na democracia, o que garantiu a livre manifestação das aspirações envolvidas pela via da participação efetiva da comunidade em todas as instâncias de direção, desde o Conselho Comunitário, passando pelas Diretorias Estaduais até a Diretoria Nacional. O modelo de gestão se fortaleceu ao longo desses 69 anos de plena e profícua atividade e se revela em perfeita harmonia ao fundir o idealismo do jovem Felipe Tiago Gomes - o visionário - ao profissionalismo de seus atuais gestores. Hoje a CNEC, baseada



na reformulação do Estatuto Social, ocorrido em 2011, busca implantar o modelo de gestão pautado na governança corporativa.

Ao longo de sua trajetória - que traduz a evolução do Terceiro Setor no Brasil - priorizou a Educação Básica e Profissionalizante como principais produtos, haja vista a premente demanda pela prestação desses serviços, em especial no interior do País. Chegou a manter mais de 2000 unidades, estabelecendo-se principalmente junto àquelas comunidades em que o Estado não apresentava condições de suprir as carências apresentadas.

Assim, ao tempo em que o Estado iniciou processo de retomada de suas obrigações no que pertence à educação, notadamente com a criação do FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, a CNEC iniciou processo gradativo de redução de suas unidades, optando por continuar suas atividades onde a prestação de serviços educacionais e assistenciais - voltada para a formação integral de pessoas - vai ao encontro das necessidades e interesses das comunidades beneficiadas.

Na Educação Superior, em movimento contrário e refletindo de maneira singular a demanda nacional, a linha de expansão da CNEC é especialmente verificada entre os anos de 1998 a 2004, com a criação de 14 instituições, chegando a um total de 23 Instituições Cenevistas de Ensino Superior - ICES. Atualmente a CNEC conta com 20 instituições ativas na educação superior.

Em seu histórico apresenta, ainda, significativas contribuições para a redução das diferenças sociais, representadas pela promoção de projetos de assistência social que visam, principalmente, à melhoria das condições de vida de crianças, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade pessoal e ou risco de exclusão social. Nesse contexto, são mantidos projetos que promovem a inclusão social pelo processo educacional, reforçando-se, principalmente, os que visam à capacitação profissional de portadores de necessidades especiais para ingresso no mercado de trabalho e ou geração de renda.

No atendimento a crianças, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade pessoal e ou risco social, são mantidos, prioritariamente, projetos que oferecem atendimento aos grupos familiares, de forma que o processo de inclusão seja garantido com:

- a alfabetização e ou elevação do grau de escolaridade para jovens, adultos e idosos;
- a capacitação profissional de jovens e adultos, pelo fomento de cursos profissionalizantes de nível básico, que possibilitem o acesso ao mercado de trabalho e a geração e ou melhoria da renda dos grupos familiares;
- a promoção de eventos educativos, culturais e esportivos, com vistas a facilitar o processo de integração das famílias assistidas às respectivas comunidades.

Hoje, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, como passou a chamar-se, possui unidades de ensino em todas as regiões do Brasil.

A identidade organizacional da CNEC e a sua missão preconizam a dedicação total à Educação e serviços afins, promovendo a formação integral das pessoas por meio de uma

educação de qualidade com compromisso social. A instituição reafirma suas crenças e valores, embasados nos princípios éticos, valorização do ser humano, competência, compromisso, honestidade, reflexos da oferta de serviços e produtos educacionais de excelência.

Rompendo as barreiras naturais de estruturas quase seculares de administrações empíricas, em que a boa vontade, o forte desejo de difundir a educação esbarrava na falta de recursos físicos e humanos adequados, a CNEC de hoje alia-se aos mais modernos princípios de gestão, ferramentas indispensáveis num mundo de mudanças vertiginosas. A modernidade de sua estrutura está refletida claramente nos grandes investimentos na seleção, contratação e capacitação de pessoal de alto nível gerencial e novas tecnologias de ensino, igualando-se às maiores instituições do setor no país.

A CNEC de hoje marca presença no cenário da educação nacional. Podemos afirmar que sua mística e filosofia de bem servir estão preservadas, sobretudo, nas mentes e corações dos milhões de alunos, professores, diretores, colaboradores e benfeitores, que adentraram as portas da instituição nesses 69 anos, sempre abertas aos que buscam o ideal da plena cidadania, exercida pela educação, que forma para a liberdade, para o cultivo do respeito ao outro e preservação da individualidade.

## II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA

### 1. Nome da IES

Faculdade Itaboraí

### 2. Base Legal da IES

A Faculdade Itaboraí inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.621.384/0352-57 foi credenciada, junto ao Ministério da Educação (MEC), pela Portaria nº 4.532, de 23/12/2005, cuja publicação no Diário Oficial da União (DOU) aconteceu em 26/12/2005. O processo de credenciamento institucional, sob o nº 201108374, protocolado em 16/05/2011, está tramitando junto ao MEC e aguardando parecer final do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A FAI está localizada à Avenida 22 de Maio nº 5300, Centro, no Município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

### 3. Histórico da IES

A então Faculdade OMNI iniciou suas atividades em 2006, tendo em 7 de março de 2013, conforme portaria nº 103 passado a denominar-se Faculdade Itaboraí.

A Faculdade Itaboraí é a mais recente Faculdade Cenecista do Estado do Rio de Janeiro. Neste Estado, encontram-se Unidades Cenecistas nos seguintes municípios: Itaboraí, Guapimirim, São Pedro da Aldeia, Niterói, Itatiaia, Magé, São Gonçalo, Campos dos Goytacazes, Sapucaia, Duque de Caxias,



Itaguaí, Areal, Mendes, Maricá, Rio Bonito, Nilópolis, Miracema, Quissamã, Paracambi, Petrópolis, Saquarema, Barra do Piraí, Miguel Pereira, Japeri, Cordeiro, São João da Barra, Araruama, Paraíba do Sul, São José do Vale do Rio Preto, e Rio de Janeiro. Das localidades citadas acima, destacamos os municípios onde mantemos as IES, sendo eles: Rio de Janeiro, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras.

A capacidade empreendedora, a visão educacional e a crença nas perspectivas de desenvolvimento desta região do Estado do Rio de Janeiro, motivaram a rede CNEC a adquirir a instituição de ensino superior, denominada anteriormente como FACULDADE OMNI e a implantar nessa instituição seus valores e sua missão de oferecer uma educação de qualidade em todos os níveis e para todas as classes sociais.

Iniciando com o oferecimento de cursos de graduação em Administração, em Ciências Contábeis e em Direito e, sob a égide do Instituto Superior de Educação da Faculdade Itaboraí, oferecer, também, os cursos de licenciatura em Letras: Português/Literatura, em História e em Matemática. Os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e de Extensão foram sendo implantados de acordo com as necessidades e as demandas regionais. Com a iminente fusão com a FACNEC (também mantida pela Rede CNEC no município) seus cursos passarão a integrar um portfólio maior, contando também com os cursos de engenharia civil, de produção, letras e pedagogia.

A clientela dos cursos oferecidos pela Faculdade Itaboraí, além daquela residente no município de Itaboraí, é proveniente dos municípios vizinhos como Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Magé e São Gonçalo.

Desde a sua implantação, a Faculdade CNEC Itaboraí vem desempenhando um papel importante no município de Itaboraí onde está sediada e junto aos municípios vizinhos, pois com a sua fundação, vem possibilitando o acesso ao Ensino Superior que antes era privilégio de poucos que tinham condições de deslocamento até o Centro da cidade do Rio de Janeiro e demais regiões.

É de se ressaltar, também, que a instituição assumiu o compromisso de participar de ações que contribuam para a melhoria da comunidade em que se insere, sempre divulgando suas ações e convidando a comunidade a participar de eventos, cursos e palestras realizadas em suas instalações. Além disso, se tornou referência de apoio local para a realização de ações sociais na região, realizando ações voltadas para o atendimento e desenvolvimento das comunidades do entorno.

Foram desenvolvidas atividades com o envolvimento de alunos e a comunidade tais como, jornadas acadêmicas, semanas culturais, ação social, palestras direcionadas com temas específicos e de interesse da comunidade, entre outros. Em nossos objetivos institucionais contemplamos as mais diversas necessidades e anseios da comunidade, assim, qualificamos e formamos nossos acadêmicos de forma a fortalecer os diferentes setores que contribuem para o desenvolvimento da região, com profissionais alinhados com as necessidades do mercado.

Ao longo de seus 10 anos de existência a Faculdade Itaboraí vem aumentando e melhorando a sua infraestrutura. Investiu em acessibilidade e em tecnologia para aprimorar a prática pedagógica. Também realizou investimentos para melhorar a infraestrutura administrativa, criando espaços que melhor atendessem as necessidades dos colaboradores.

Atualmente, a Faculdade CNEC Itaboraí apresenta-se como uma possibilidade concreta de acesso ao ensino superior para os moradores da região. Com credibilidade e qualidade de ensino,

inseriu no mercado de trabalho profissionais capacitados e éticos, com competência para atuar em diversas áreas, desde a sala de aula até a mais alta gerência de empresas. Isso porque, o projeto pedagógico da Faculdade CNEC Itaboraí vai além da capacitação profissional, buscando formar pessoas comprometidas com o avanço da sociedade como um todo. A parceria com as lideranças da cidade tem trazido ao meio acadêmico enriquecimento cultural e maior conhecimento de nosso entorno.

#### 4. Missão

“Promover a formação integral, com compromisso social”.

Para esse fim, proporcionamos ambiente educacional onde os alunos sejam construtores do próprio conhecimento e formador de líderes inovadores, éticos e humanistas.

#### 5. Visão

Ser reconhecida até 2019, como instituição de referência e inovadora em soluções educacionais.

#### 6. Valores

A instituição pauta-se nos seguintes valores que orientam a vida da organização:

- Excelência;
- Ética;
- Valorização do Ser Humano;
- Competência;
- Compromisso;
- Honestidade.

#### 7. Objetivos

A Faculdade Itaboraí, como instituição educacional, tem por objetivos:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, regionais e da comunidade em que se insere;
- Prestar serviços especializados que atendam às demandas e aos interesses da comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da iniciação científica e tecnológica geradas na instituição;
- Prestar assistência ou consultoria técnica, em sua área de atuação, a entidades públicas e privadas, por meio de convênios, contratos ou outros instrumentos de natureza obrigacional;
- Manter intercâmbio de informações, de pessoal docente e discente e de experiências, com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras;
- Organizar centro de informações técnicas para suporte das atividades de ensino, iniciação científica e extensão, bem como para prestação de serviços à comunidade.

## 8. Área(s) de Atuação Acadêmica

A Faculdade Itaboraí atua na área do conhecimento das ciências sociais aplicadas, ofertando os cursos de Administração, Direito e Ciências Contábeis. Pretende atuar, de forma integrada, nas demais áreas de conhecimento, tendo em vista a abrangência regional, as características macroeconômicas da região em que se insere e a demanda de profissionais em todos os campos do saber. Na vigência do quinquênio deste PDI, continuará atuando na área do conhecimento que já pratica e adentrará em outras áreas a partir da fusão com sua coirmãFACNEC.

Além das atividades ligadas ao ensino, foco principal de sua atuação, a instituição organiza e implementa programas de extensão, compostos por cursos e serviços que revelem sua inserção na vida profissional e comunitária. Esta formação profissional em seus cursos busca assegurar ao egresso, competência que o credencie a responder aos desafios da modernidade, à constante evolução do conhecimento, com competência técnica, espírito investigativo e compromisso com a cidadania.

A oferta de novos cursos leva em conta as potencialidades institucionais e o estudo constante do contexto socioeconômico regional, aliado às pesquisas de opinião e demandas junto às escolas de

nível médio e profissionalizantes, consideradas de extrema valia para dimensionar a prática pedagógica dos cursos superiores e a abertura de novos cursos.

### III - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

#### 1. Nome do Curso

O curso foi reconhecido pela Portaria SESU/MEC nº 487, de 20/12/2011 com a denominação de Bacharelado em Direito.

#### 2. Endereço de Funcionamento do Curso

Faculdade Itaboraí – FAI, Avenida 22 de Maio nº 5300, Centro, no Município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

#### 3. Justificativa para a Manutenção do Curso

O município de Itaboraí passa por uma fase de expansão social e econômica devido a implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que por meio de decisão da Petrobras será retomado com estimativa, considerando dados da indústria e da Prefeitura de Itaboraí, de gerar cerca de 23.300 empregos, considerando postos de trabalho diretos, indiretos e os induzidos pelo efeito renda. Além disso, Itaboraí integra o Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (Conleste), composto de mais 13 (treze) municípios, criado para prever e prover as políticas de desenvolvimento sustentável da região do entorno do COMPERJ.

Desta forma, Itaboraí, com seus atuais 222.618 habitantes, carece de um sistema político, social e educacional capaz de atender a uma demanda carente de formação profissional exigida pelo mercado atual e futuro.

A sociedade local vem demandando novas atividades profissionais necessárias ao provimento de mão de obra especializada para atendimento à indústria do petróleo e gás e o setor de serviços, em especial à frente das organizações que compõem este cenário. O Curso de Direito da Faculdade Itaboraí visa oferecer ao mercado, profissionais que detenham conhecimento, habilidades e atitudes, revelando capacidades para enfrentar os desafios a serem encarados pelas organizações daqui para frente.

Outrossim, o curso de Direito é um dos cursos mais tradicionais do nosso país, fundamental para compreender as constantes transformações da sociedade e, de fato, esta é a razão de sua permanente atualidade. O Curso de Direito da Faculdade Itaboraí tem a missão de contribuir para a formação de um profissional capacitado para atuar de forma empreendedora, tanto na condição de advogados ou servidor público, contribuindo com profissionais aptos a atuar num contexto jurídico de

permanente mudança e evolução do pensar a consequente da integração humana em seus múltiplos aspectos – econômico, político, social.

A formação ofertada ao longo do curso, contribui para que o profissional da área jurídica detenha o domínio de técnicas e o desenvolvimento de competências, que o permita atuar dentro de um contexto globalizado e desafiador, em ritmo acelerado de mudança.

A intenção da Faculdade Itaboraí ao decidir ministrar o curso de Direito é, por fim, atender à comunidade regional que carece de profissionais capacitados na área jurídica, por não haver, em sua microrregião um curso de graduação nesta área que atenda às demandas locais.

4. Atos Legais do Curso

Credenciado pela Portaria 4.532 de 23 de dezembro de 2005, publicada no D.O.U. no dia 26 de dezembro de 2005 e Reconhecido pela Portaria 487 de 20 de dezembro 2011, publicada no D.O.U. no dia 22 de dezembro de 2011.

5. Número de Vagas Anuais

200 vagas totais anuais autorizadas.

6. Conceito de Curso - CC

O Curso de Direito possui conceito 3 (CC)/2012.

7. Conceito Preliminar de Curso - CPC

O Curso de Direito, possui conceito 2 (CPC)/2012.

8. Resultados do ENADE

O Curso de Direito da Faculdade Itaboraí obteve conceito 1 no ENADE 2015.

9. Processo de Supervisão de Curso

O curso de Direito da Faculdade Itaboraí propôs um Protocolo de Compromisso protocolizado em 17 de dezembro 2013 – Renovação de reconhecimento de curso.

10. Turnos de funcionamento do Curso

Período matutino e noturno.

11. Carga Horária Total do Curso

3.700 horas.

12. Tempos mínimo e máximo para integralização

O tempo de integralização do curso é de, no mínimo, 10 semestres e, no máximo, de 16 semestres.

13. Coordenador(a) do Curso

Antonio Carlos de Sousa Soromenho Pires.

14. Perfil do Coordenador

O Coordenador do curso, enquadrado sob o regime de tempo integral (TI), possui a seguinte formação e titulação:

- Graduação em Direito, pela Universidade Gama Filho, no ano de 2001.
- Mestrado em Direito, pela Universidade de Coimbra, no ano de 2006, revalidade pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Possui dez anos de exercício na IES, um ano na função de coordenador de curso e 13 anos de atuação profissional na área do curso.

15. Núcleo Docente Estruturante do Curso

O NDE do curso de Curso de Direito é formado pelos seguintes membros:

- Antonio Carlos de Sousa Soromenho Pires (Coordenador do Curso) – Regime Integral;
- Pando Angeloff Pandeff- Regime Integral;
- Luiz Carlos Da Silva Bistene- Regime Parcial;
- Sthefani Nogueira Saraiva- Regime Parcial; e
- Natália Cristina Côrrea Castelo Branco- Regime Parcial.

A alteração e permanência dos membros do NDE serão verificadas anualmente, no início de cada semestre letivo, com base no corpo docente alocado ao curso e na legislação vigente. Os membros serão incentivados e estimulados pela Faculdade Itaboraí, por meio de ações de capacitação didático-pedagógica e de cunho financeiro, a permanecerem no NDE para manter a qualidade do curso e o bom relacionamento entre o corpo social e os dirigentes da instituição.

16. Tempo Médio de Permanência do Corpo docente no Curso

O corpo docente do curso de Direito é composto por dezessete docentes, os quais, incluindo o coordenador, alcançam, em média, aproximadamente 8 anos de exercício no curso. Do total de docentes, 58,82% são mestres e doutores. 64,70% são professores nos Regimes de Trabalho Tempo Integral e Tempo Parcial. Além disso, 100% possuem experiência no magistério superior de mais de 3 anos.

17. Evolução do Corpo Discente

	2014	2015	2016	2017.1
Discentes Ingressantes	67	39	54	31
Discentes Matriculados	298	282	250	230
Discentes Concluintes	36	59	51	32
Discentes Estrangeiros	0	0	0	0
Discentes Matriculados em Estágio Supervisionado	146	152	135	134
Discentes Matriculados em TCC	36	59	51	32
Discentes Participantes de Projetos de Extensão	0	0	0	0
Discentes Participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento ou Bolsas	80	74	87	81

18. Convênios do Curso com outras Instituições

CONVÊNIO	VIGÊNCIA	OBJETIVO	CURSOS ENVOLVIDOS
RIO ITA	Indeterminado	Proporcionar a vivência dos alunos e a integração com a profissão através de visitas técnicas e troca de conhecimentos. Proporcionar a oferta de estágios aos alunos.	Administração, Ciências Contábeis e Direito
Câmara de Dirigentes Lojistas de Itaboraí	Indeterminado	Proporcionar a vivência dos alunos e a integração com a profissão através de visitas técnicas e troca de conhecimentos. Proporcionar a oferta de estágios aos alunos.	Administração, Ciências Contábeis e Direito
OAB	Indeterminado	Proporcionar a oferta de intercâmbio de informações e estágios aos alunos.	Direito

## IV - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

### 1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

As instituições de ensino superior têm sido cobradas e interpeladas a se inserir nas contradições do sistema social, sem, contudo, conseguir o amadurecimento necessário para uma atuação mais eficaz. Estando inseridas numa sociedade de desenvolvimento desigual, carentes de recursos humanos qualificados e de lideranças capazes de atuarem como agentes de mudança, as IES necessitam de uma análise crítica que as conduza ao diagnóstico de suas necessidades e a um projeto que estabeleça as suas prioridades estratégicas de mudanças.

Consequentemente, uma instituição de ensino superior deve ter, ao lado de seu caráter acadêmico, de sua procura do saber, do desejo de promover a criatividade, uma função explícita de colaboradora do desenvolvimento e da solução dos problemas contidos em nosso habitat. Sua preocupação deve ser a de produzir modelos de desenvolvimento baseados em valores humanos novos, voltados para problemas da realidade.

Além disso, as IES precisam ter como função básica a posição de crítica, fazendo da sala de aula e dos laboratórios locais para o questionamento dos valores e pressupostos anteriormente adquiridos, concorrendo para a transformação dos alunos e professores em agentes de mudança. Como agente determinante, portanto, a Faculdade Itaboraí está agindo sobre o espaço social em que está inserida, e via sua dinâmica operacional, agindo para ajudar a promover o desenvolvimento socioeducacional local, regional e nacional.

Implícitas nestas funções estão algumas ideias que caracterizam o processo didático-pedagógico na instituição, ou seja:

- os alunos são estimulados a usar o conhecimento existente para serem criativos, ressignificando-os e problematizando-os. São preparados para aceitar e promover mudanças. Voltam seu interesse para a consideração dos valores humanos, com capacidade tanto para criticar e questionar, como para responder e construir. As experiências organizadas e proporcionadas contemplam problemas que sejam significativos e relevantes para as suas vidas e para a formação profissional;
- aos acadêmicos são providas vivências conduzíveis à formação de uma consciência crítica e empreendedora, de conhecimento interdisciplinar, de trabalho em equipe envolvendo discentes e docentes, ratificando os compromissos da instituição em função dos problemas que o desenvolvimento sócio-político-econômico coloca.

No caso da Faculdade Itaboraí, o desafio que se coloca para a sua consolidação local, regional e nacional é, principalmente, o da adequação da comunidade - e consequentemente, do cidadão brasileiro - para a criação, adaptação e absorção de mudanças importantes que já vêm ocorrendo nas sociedades mais desenvolvidas. Mudanças que, aparentemente, têm maior impacto nas relações econômicas, mas que, na realidade, se refletem no cotidiano das relações políticas entre as nações e das relações sociais entre os indivíduos.

Ante a isto a instituição deve planejar sua organização didático-pedagógica de maneira coerente com os objetivos que se propõe atingir, tomando por base um conjunto de princípios e ideias básicas que norteiam o comportamento do corpo docente, discente e técnico-administrativo.

A seguir são apresentados as principais ideias e princípios básicos que deverão ser objeto de frequentes reuniões para que sejam analisadas, discutidas e incorporadas por todos os pares e colocados em prática no dia-a-dia da instituição.

## 1.8. Contexto Educacional

A FAI apresenta de forma detalhada os dados referentes as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental do município de Itaboraí e da região onde está inserida.

### 1.7.1. Dados Populacionais

Itaboraí pertence à Região Metropolitana, que também abrange os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, São Gonçalo, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.



Fonte: Estudo Socioeconômico TCE-RJ 2014.

Em 2010, de acordo com o Censo do IBGE (2010), Itaboraí tinha uma população de 218.008 habitantes, correspondente a 1,8% do contingente da Região Metropolitana, com uma proporção de 95 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 506,5 habitantes por Km<sup>2</sup>, contra 2.221,8 habitantes por Km<sup>2</sup> de sua região.

A taxa de urbanização correspondia a 98% da população e em comparação com a década anterior – ano 2000, a população do município aumentou 16,3%, o 29º maior crescimento no Estado. Já a distribuição da população fluminense em 2010 dava-se conforme o gráfico 1 a seguir:

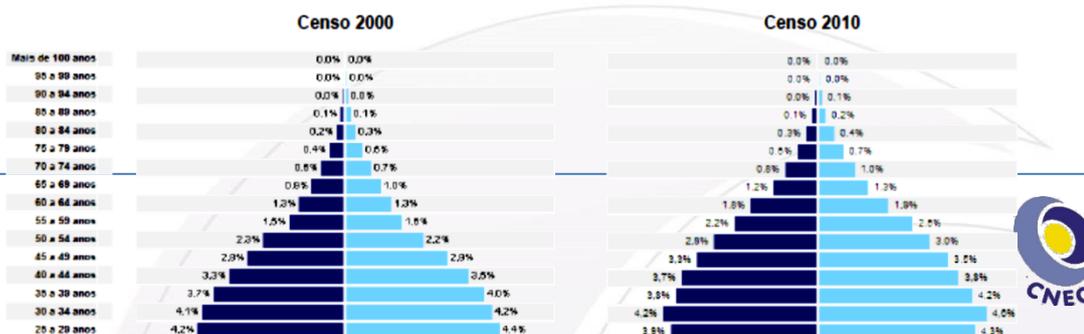


Gráfico 1: Distribuição da população – Por região administrativa

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010), TCE-RJ (2014)

Hoje, com base nos dados do IBGE Cidades (2016), o Município de Itaboraí passou de 218.008 habitantes em 2010 para 229.009 habitantes em 2015, conforme estimativa do Instituto, com crescimento de 5,05% no período, abaixo do crescimento médio do estado, com densidade demográfica de 506,6 hab./ Km<sup>2</sup>

Para uma análise mais detalhada da população do Município, os gráficos 2 e 3 a seguir permitem estratificar os dados e detalhar melhor os dados comparativos dos Censos 2000 e 2010.

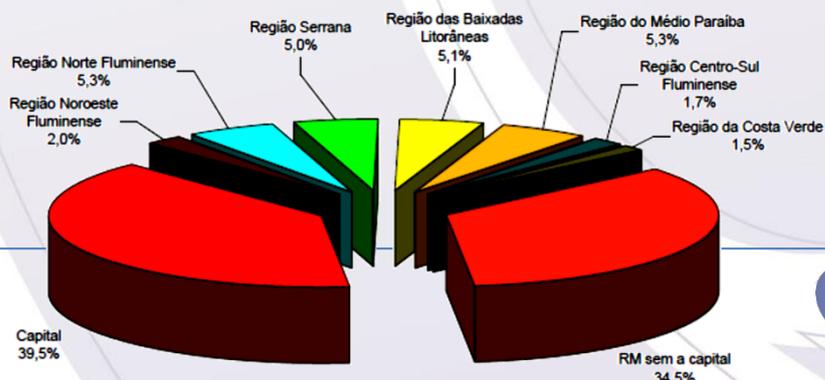
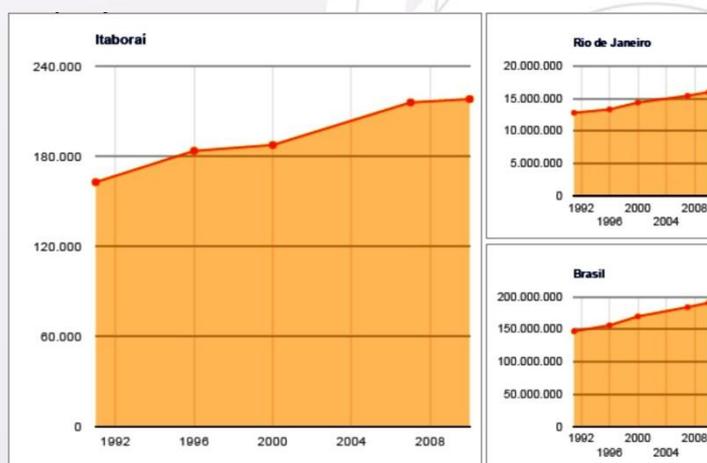


Gráfico 2: Evolução da população de Itaboraí/RJ

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007, Censo Demográfico 2010 e Projeção para 2015\*

ANO	ITABORAÍ	RIO DE JANEIRO	BRASIL
1991	162.742	12.807.706	146.825.475
1996	183.561	13.323.919	156.032.944
2000	187.479	14.391.282	169.799.170
2007	215.792	15.420.375	183.987.291
2010	218.008	15.989.929	190.755.799
2015*	229.009	16.550.024	204.450.649

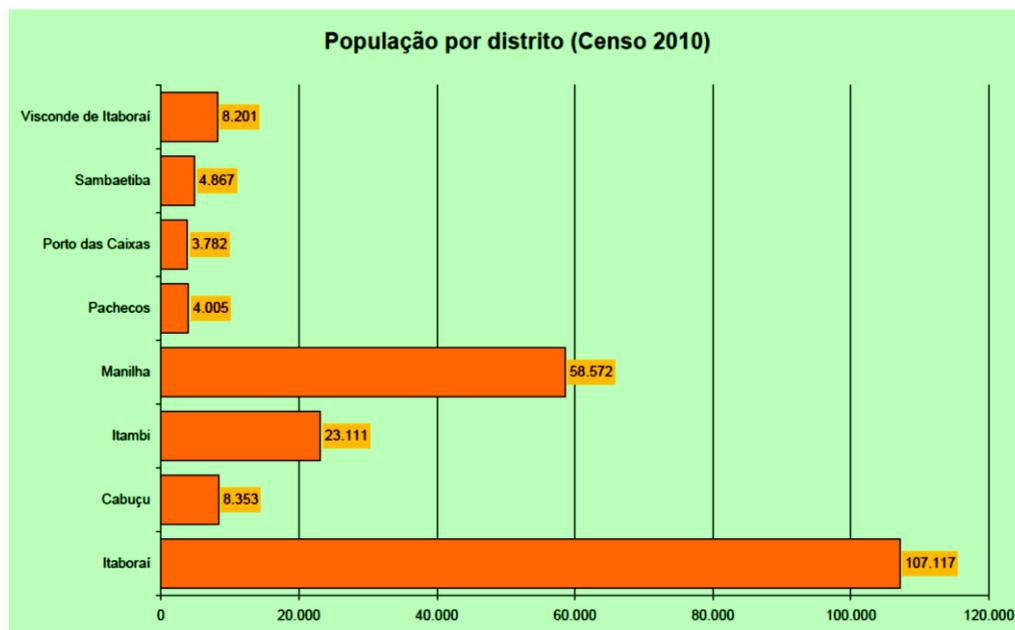
A população local, de acordo com o Censo 2010, distribuía-se no território municipal o conforme gráfico 3 a seguir, indicando sua maior concentração no 1º Distrito – Itaboraí e no 7º Distrito -Manilha:



**Gráfico 3:** Distribuição da população de Itaboraí por distrito)

**Fonte:** TCE-RJ (2014)

Quando se analisa a evolução da população no município, verifica-se uma mudança no perfil demográfico com significativo estreitamento da base e alongamento das faixas intermediárias na comparação entre os Censos 2000 e 2010, indicando redução na taxa de crescimento e tendência a envelhecimento da população, impactando diretamente na mão de obra economicamente ativa do município.



**Gráfico 4:** Distribuição da população de Itaboraí por sexo e idade (2000 a 2010)  
**Fonte:** IBGE (2015)

A pirâmide etária do município pode ainda ser analisada ainda, a partir de comparação dos dados demográficos do Estado e do País, sob a ótica da distribuição por sexo, onde se verifica que, o município mantém a tendência da distribuição, tanto comparado ao estado quando no plano nacional (tabela1):

IDADE	ITABORAÍ		RIO DE JANEIRO		BRASIL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
<b>0 a 4 anos</b>	7.461	7.269	500.802	486.813	7.016.614	6.778.795
<b>5 a 9 anos</b>	8.249	7.942	555.463	537.528	7.623.749	7.344.867
<b>10 a 14 anos</b>	10.292	9.835	662.506	642.527	8.724.960	8.440.940
<b>15 a 19 anos</b>	9.400	9.297	638.420	631.856	8.558.497	8.431.641

20 a 24 anos	8.502	8.906	646.569	656.220	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	8.610	9.285	665.139	699.209	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	9.106	9.967	637.186	685.585	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	8.370	9.082	566.803	623.622	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	7.992	8.280	542.851	600.020	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	7.117	7.649	515.808	586.139	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	6.046	6.563	461.682	537.716	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	4.832	5.547	374.767	454.090	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	3.863	4.142	290.089	363.130	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	2.518	2.909	206.333	270.534	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	1.839	2.114	156.157	220.125	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	1.070	1.430	104.218	165.181	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	560	933	62.863	115.785	668.589	998.311
85 a 89 anos	250	420	26.879	57.807	310.739	508.702
90 a 94 anos	84	184	8.749	22.553	114.961	211.589
95 a 99 anos	26	49	2.025	6.433	31.528	66.804
Mais de 100 anos	3	15	370	1.377	7.245	16.987

IDADE	ITABORAÍ		RIO DE JANEIRO		BRASIL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAIS	106.190	111.818	7.625.679	8.364.250	93.402.905	97.344.826
PERCENTUAL	48,71%	51,29%	47,69%	52,31%	48,97%	51,03%

**Tabela 1:** Distribuição comparada da população de Itaboraí/RJ por faixa etária. **Fonte:** IBGE - Censo Demográfico (2010)

O entorno em sua área de influência direta e indireta é integrado pelos municípios limítrofes e outros pertencentes à região metropolitana, conforme quadro destacado abaixo:

Região de Influência	Municípios	Habitantes*	Território/Km <sup>2</sup>	Densidade
Municípios Limítrofes	Cachoeiras de Macacu	56.290	953,8	56,9
	Guapimirim	56.515	360,77	142,7
	Maricá	146.549	362,57	351,6
	São Gonçalo	1.038.081	247,71	4.035,9
	Tanguá	32.426	145,50	211,2
	<b>TOTAL</b>	<b>1.329.861</b>	<b>====</b>	<b>====</b>
	Magé	234.809	388,50	585,1

Municípios na área de Influência	Niterói	496.696	133,92	3.640,8
	Rio de Janeiro	6.476.631	1.199,83	5.265,8
	<b>TOTAL</b>	<b>7.208.136</b>	<b>====</b>	<b>====</b>
<b>TOTAL GERAL (Limítrofes + influência)</b>		<b>8.537.997</b>	<b>====</b>	<b>====</b>

\*População projetada para 2015 com base no Censo 2010

**Tabela 2:** Distribuição da população por município

**Fonte:** IBGE Cidades (2016)

Na análise da microrregião onde se localiza a IES e sua área de influência direta, a população do município de Itaboraí apresenta as seguintes características, a partir da estratificação realizada com base no Censo do IBGE (2010).

<b>Domicílios particulares permanentes</b>	<b>69.422</b>
• Abastecimento de água – Rede geral	18.750
• Energia elétrica	69.294
<b>Total da População Residente</b>	<b>218.008</b>
• População residente na área Urbana	215.412
• População residente na área Rural	2.596
• Homens	106.190
• Mulheres	111.818
• Alfabetizada	187.913
• Cor ou raça – Branca	78.785
• Cor ou raça – Preta	26.400
• Cor ou raça – Parda	111.368
• Faixa etária – De 15 até 19 anos	18.697
• Faixa etária - De 20 até 24 anos	17.408
• Faixa etária – De 25 até 29 anos	17.895
• Faixa etária – De 30 até 34 anos	19.073
• Faixa etária – De 35 até 39 anos	17.452
• Faixa etária – De 40 até 44 anos	16.272
• Até 1 salário mínimo	14.420
• Mais de 1 até 2 salários mínimos	19.148
• Mais de 2 até 10 salários mínimos	30.277
• Mais de 10 até 20 salários mínimos	1.453
• Mais de 20 salários mínimos	284
• Sem rendimento mensal	3.840

**Tabela 3:** Estratificação da população do município

**Fonte:** IBGE – Censo demográfico (2010)

Na análise da tabela 3 verifica-se que, 86,2% da população é alfabetizada, e com relação à faixa etária das pessoas residentes no município, observa-se que aproximadamente 49,0% da população está posicionada entre as faixas de 15 e 44 anos, ou seja, população esta que já estaria com o ensino médio concluído e, portanto, aptas ao ingresso no ensino superior.

Sobre o aspecto da renda da população, 13,9% da população economicamente ativa, recebe acima de dois até dez salários mínimos, com capacidade para priorizar investimentos em educação.

Ainda no contexto da dinâmica da população, segundo dados fornecidos pela Prefeitura, verificou-se o aumento gradual da população flutuante desde o ano de 2009 em decorrência das obras de implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) associada a trabalhadores oriundos de diversas regiões do país por inexistência de mão de obra local e regional qualificada e em número suficiente para atender às demandas do empreendimento, o que promoveu a elevação do custo de vida.

Esse movimento influenciou diretamente à economia local e provocou aumento da demanda por moradias e serviços diversos (públicos e privados), contribuindo para o agravando dos problemas locais já existentes como a falta da infraestrutura de saneamento, mobilidade urbana, saúde e segurança pública.

Até dezembro de 12/2013, o número médio de trabalhadores alocados nas diversas empresas e consórcios contratados para a realização das obras foi estimado em cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) trabalhadores segundo dados fornecidos pela Prefeitura de Itaboraí (2016), o que equivale a 15,28 % da população total do município, estimada pelo IBGE (2015) em 229.009 habitantes.

Com a crise instalada pelo processo de paralização das obras do COMPERJ iniciada em meados de 2014 os reflexos sobre a economia local e regional foram significativos em decorrência da desmobilização da força de trabalho e consequente perda de receitas pelo município e renda pela população local, sendo esse movimento já previsto em estudo realizado pela FGV em 2008 que indicava que as taxas de desemprego tenderiam a permanecer elevadas na região, mesmo com a construção do COMPERJ, sendo prevista ainda pressão demográfica significativa sobre a área de influência direta do Complexo e consequentemente, maior impacto sobre os padrões desejáveis de uso e ocupação do solo.

#### 1.7.1. Desenvolvimento Socioeconômico

Para a caracterização do Município e seus diversos aspectos, toma-se como base de referência, diversos estudos e informações consolidadas, destacando-se aqui o Relatório Socioeconômico produzido pelo Tribunal de Contas do Estado para o Município (TCE-RJ, 2014).

O Estado é composto por 8 regiões de planejamento e 92 municípios, estando o município de Itaboraí integrado à região metropolitana do Estado. Está localizado a cerca de 45 Km da Capital do Estado e pertence à Região Metropolitana, que também abrange os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

O município tem uma área total de 430,38 Km<sup>2</sup>, correspondentes a 6,4% da área total da Região Metropolitana do Estado e seus limites municipais são: Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Tanguá, Maricá, São Gonçalo – Se liga ainda à baía de Guanabara a partir do distrito de Itambí.

O município é cortado pelo leito da estrada de ferro da Leopoldina, fator que condicionou sua ocupação. Um ramal da RFFSA segue rumo leste para Guapimirim e por cinco importantes rodovias (duas federais: BR-101 e BR-493 e três estaduais: RJ-104, RJ- 114 e RJ-116) que cruzam o território municipal.

O principal acesso à cidade é realizado através da BR-101, que vem de São Gonçalo, a leste, e segue para Tanguá, a oeste. A RJ-104 é outra importante via de acesso para São Gonçalo e Niterói. A BR-493 vem de Magé e Guapimirim, a leste. Essas três rodovias se encontram no importante entroncamento de Manilha. A RJ-116 segue rumo norte para Cachoeiras de Macacu e a RJ-114 alcança a fronteira de Maricá, na localidade de Pacheco.

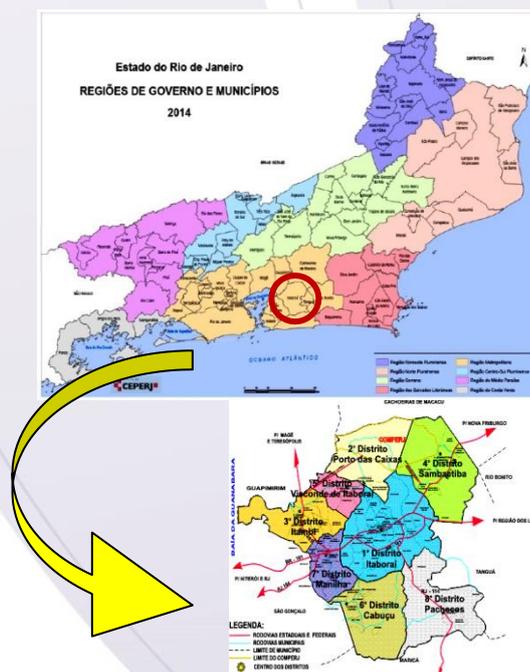
Outro destaque refere-se ao Arco Rodoviário da Região Metropolitana (BR-493, RJ- 109 e RJ-099) que fará a ligação do porto de Sepetiba, em Itaguaí, à BR-101, em Itaboraí, passando por Seropédica, Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, cruzando com a BR-040 e juntando-se à BR-116 em Magé, seguindo para Guapimirim e chegando a Itaboraí no trevo de Manilha.

O empreendimento irá ampliar o escoamento da produção regional e influenciará na instalação de empreendimentos às margens da via, gerando emprego e renda, ampliando o potencial de interessados no ensino superior.

Sob a ótica da logística de transportes, a localização das vias e sua importância garantem o fácil acesso e interligação do município com outras localidades em seu entorno e a capital, facilitando o deslocamento de professores e alunos até a IES.

O município de Itaboraí é responsável por parcela significativa das empresas cadastradas na região, quanto aos demais municípios, podemos destacar as cidades de São Gonçalo, Magé e Maricá.

Pode-se destacar como vantagens estratégicas do município que apontam para um futuro promissor os seguintes fatores:



Em pesquisas desenvolvidas junto ao corpo discente e população geral na disciplina de estatística e através de relatórios da CPA – Comissão Própria de Avaliação, o perfil geral indica que aproximadamente 65% dos alunos são egressos do ensino médio público e os demais 35% são egressos do ensino médio privado.

Dessa forma, deve-se levar em conta os dados da educação geral no município, já que mais de 90% dos alunos tem residência no município, ainda segundo as mesmas fontes.

Outro aspecto relevante diz respeito à média de idade dos alunos que, segundo as mesmas pesquisas, indica que para o curso de Administração é de aproximadamente 27,5 anos, onde se pode inferir que existe um lapso temporal estimado de 8 a 10 anos entre o fim do ciclo de estudo no ensino médio e o retorno aos estudos na graduação – Esse perfil permite inferir ainda que os alunos ingressam no mercado de trabalho e após relativa estabilidade econômica, retomam os estudos buscando a graduação como forma de melhorar sua renda e buscar novas oportunidades mais rentáveis de trabalho.

Cabe então uma breve análise do quadro da educação no município, em particular sobre o ensino médio, de onde grande parte do alunado se origina:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
08	27	651	7.983	12,3	13,2
09	26	603	8.161	13,5	15,8
10	27	603	8.087	13,4	12,8
11	27	605	7.873	13,0	13,9
12	29	610	7.618	12,5	13,9
13	29	614	7.276	11,9	12,0

**Tabela 4:** Relação de matrículas x docente no ensino médio em Itaboraí

**Fonte:** TCE-RJ (2014)

Na análise dos dados da tabela, verifica-se oscilação negativa de aproximadamente, 9% no número de matrículas no período de 2008 a 2013 e também, no quadro de docentes, refletindo-se no rateio de alunos por professor.

Verifica-se que a média geral de alunos matriculados por unidade de ensino é de 251 alunos, representando um número que deve ser melhor analisado e entendido, considerando o potencial para captação durante o ciclo de formação e que aproximadamente 65% desses alunos ingressam na IES como citado anteriormente por não terem conseguido acesso a instituições públicas de ensino superior.

Verifica-se ainda essa mesma tendência na análise perfil dos alunos que concluíram o ensino médio, onde os seguintes resultados formam o perfil desses alunos:

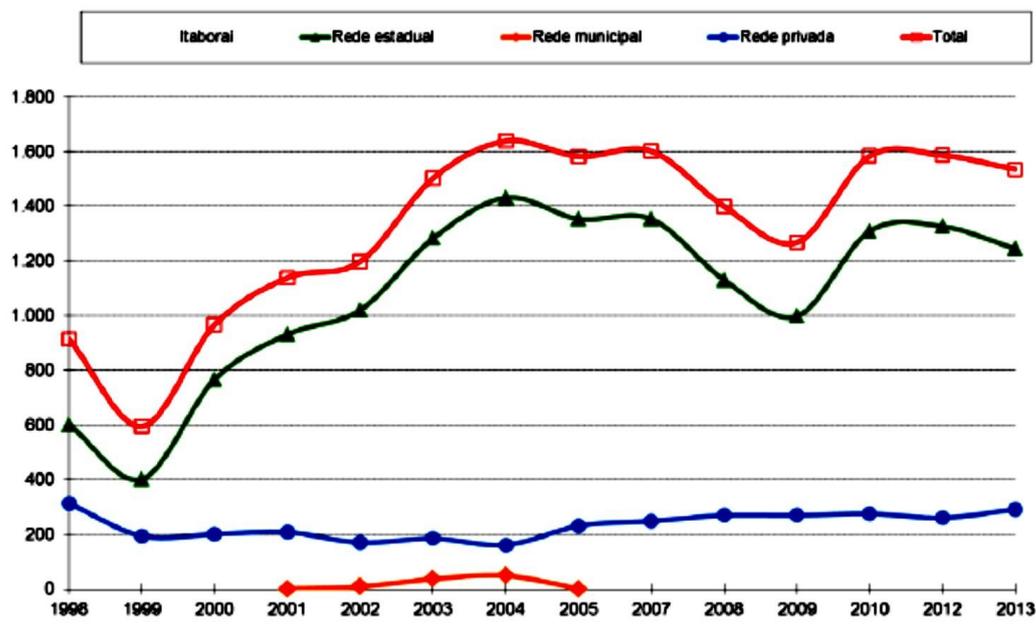


Gráfico 5: Concluintes do ensino médio (1998 a 2013)

Fonte: TCE-RJ (2014)

Percebe-se elevação no número de concluintes no período mencionado, passando de 913 em 1998 a 1.535 em 2013, refletindo um aumento de 68% em 12 anos, mas podendo ainda ser verificado no gráfico, a tendência de queda na curva de formandos do setor público e tendência de estabilidade no setor privado.

Em suma, pode-se inferir que os reflexos na retração da economia local, podem estar levando os alunos a interromperem seus estudos para ingressar no mercado de trabalho e contribuir com a renda familiar, gerando reflexos sobre os cursos de graduação em decorrência da baixa procura.

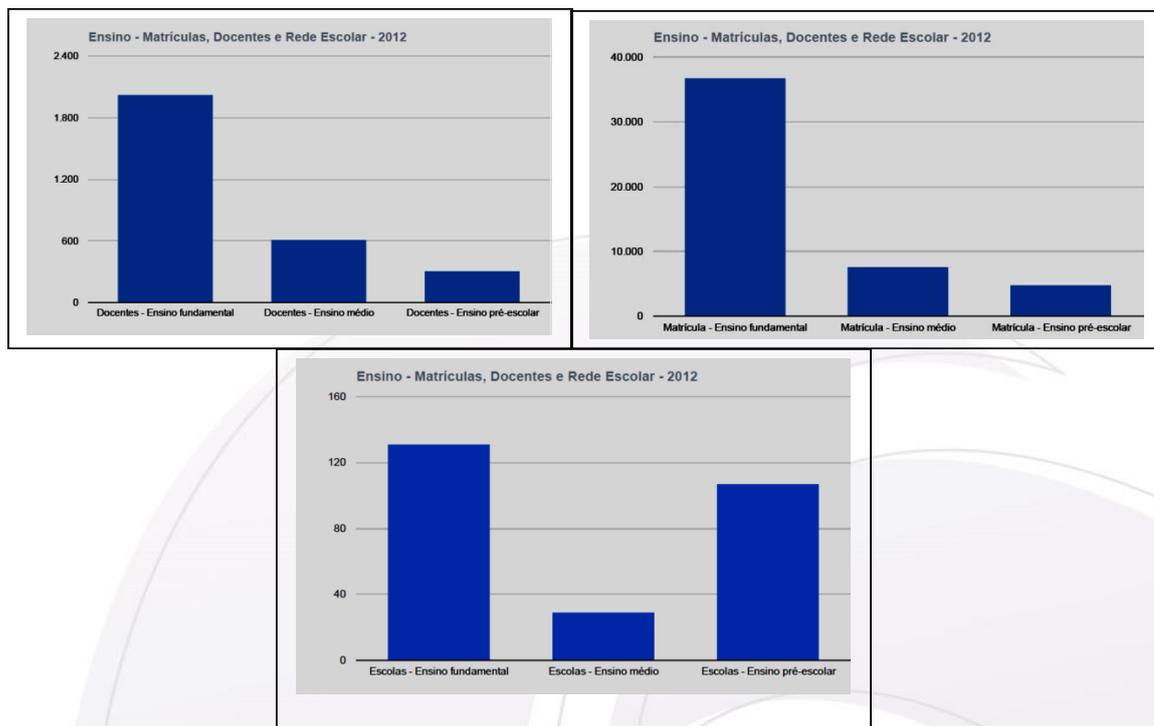
No que se refere à educação básica, o resumo da estrutura de educação no município apresenta os seguintes resultados com base nos dados do Censo Escolar 2012 (IBGE Cidades, 2015):

Segmento	Número de Docentes	Número de Escolas	Número de Matrículas
Pré-escolar	310	107	4.074
Fundamental	2022	131	36.776
Médio	610	29	7.618

Tabela 5: Dados da Educação Básica no Município

Fonte: IBGE Cidades (2015)

Os dados da tabela 5 podem ser analisados de forma comparativa no gráfico 6 (mosaico) a seguir:



**Gráfico 6:** Comparativo Docentes – Matrículas – Escolas no município em 2012

Fonte: IBGE (2015)

Vale destacar ainda que, nesse contexto, dentre as instituições de ensino municipais que integram a estrutura da educação básica, a instituição mais tradicional da cidade e que recebe inclusive alunos dos municípios do entorno é o Colégio Cenecista Alberto Torres (CCAT), com mais de 50 anos de existência e funcionando no mesmo prédio onde se localiza a Faculdade Cenecista de Itaboraí e instituição coirmã da Faculdade Itaboraí.

Na análise dos números consolidados do número de docentes x número de escolas x matrículas nos municípios na região de influência da IES no ano de 2012 (último dado disponível), a tabela 6 a seguir consolida as informações de forma a se estabelecer um parâmetro comparativo com o município de Itaboraí.

SEGMENTO	Nº DE DOCENTES	Nº DE ESCOLAS	Nº DE MATRÍCULAS
PRÉ-ESCOLAR	99	10	1.436
FUNDAMENTÁL	584	50	8.703
MÉDIO	192	10	2.029
<b>GUAPIMIRIM</b>			
SEGMENTO	Nº DE DOCENTES	Nº DE ESCOLAS	Nº DE MATRÍCULAS
PRÉ-ESCOLAR	68	25	959
FUNDAMENTÁL	395	31	7.459
MÉDIO	113	5	1.540
<b>MAGÉ</b>			

SEGMENTO	Nº DE DOCENTES	Nº DE ESCOLAS	Nº DE MATRÍCULAS
PRÉ-ESCOLAR	304	93	5.370
FUNDAMENTÁL	1.988	115	39.976
MÉDIO	718	29	10.185
<b>MARICÁ</b>			
SEGMENTO	Nº DE DOCENTES	Nº DE ESCOLAS	Nº DE MATRÍCULAS
PRÉ-ESCOLAR	187	24	2.748
FUNDAMENTÁL	1.075	72	17.802
MÉDIO	406	10	4.003
<b>SÃO GONÇALO</b>			
SEGMENTO	Nº DE DOCENTES	Nº DE ESCOLAS	Nº DE MATRÍCULAS
PRÉ-ESCOLAR	903	273	14.567
FUNDAMENTÁL	5.724	368	110.310
MÉDIO	2.265	107	26.481
<b>TAMGUÁ</b>			
SEGMENTO	Nº DE DOCENTES	Nº DE ESCOLAS	Nº DE MATRÍCULAS
PRÉ-ESCOLAR	51	20	855
FUNDAMENTÁL	280	20	4.692
MÉDIO	55	2	662

**abela 6:** Dados da Educação Básica nos Municípios do entorno em 2012

**Fonte:** IBGE Cidades (2016)

Sobre os aspectos da educação superior, segundo dados do IPAE (2013), os últimos dados estatísticos sobre a educação superior correspondem ao ano de 2011 e indicavam a existência de 438.390 alunos matriculados nos cursos superiores da rede particular, sendo 398.929 vinculados a programas presenciais e 39.461 na modalidade de educação a distância, correspondendo, respectivamente, a 91% e 9%.

As instituições na capital do Estado congregam 237.312 alunos (54,13%) e as do interior 161.617 (36,87%). Comparando-se com os dados de 2010 verifica-se um acréscimo de 17,15% na modalidade EAD e de 0,74% na modalidade presencial. Já no interior verifica-se crescimento de 2.18% e a capital reduziu 0,21%.

Em termos de ingressos, os dados do Censo da Educação mostram que houve, em 2011, um ingresso de 141.597 alunos, sendo 122.699 na modalidade presencial e 18.898 na modalidade EAD, (86,65% e 13,35%, respectivamente), verificando-se ainda que em relação ao ano anterior as matrículas foram menores nas duas modalidades. Na EAD a redução foi de 2,18% e na presencial, 3.25%.

Ainda de acordo com o Censo da Educação Superior (2012), o Estado do Rio de Janeiro possui uma relação equilibrada entre população e número de IES, tanto na capital quanto no interior, onde 40% da população da capital é atendida por cerca de 55% das IES e 60% da população do interior sendo atendida por cerca de 45% de IES.

Na relação população total do estado x número de habitantes, verifica-se que a população total estimada era de 15.989.929 habitantes e o número de IES era de 137, o que resulta em uma

relação de 116.715 habitantes/IES, o que indica para uma necessidade de reavaliar a relação e adequar à demanda potencial à oferta de cursos.

Especificamente no município de Itaboraí, verifica-se a existência em 2015 de três IES atuando, sendo duas unidades da Rede CNEC e uma unidade da rede Anhanguera, com oito cursos de graduação no ensino superior e com 1.333 alunos matriculados em 2012 (último dado disponível).

Os cursos ofertados em no Município pelas unidades da Rede CNEC são: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Letras e Pedagogia. Já os cursos ofertados pela unidade da Anhanguera estão restritos a um único curso: o de Veterinária a partir de um campus avançado.

Na análise do Índice de Desenvolvimento humano Municipal (IDH-M), verifica-se que Itaboraí ocupa a 62ª posição no ranking do Estado, com índice de 0,693, correspondendo a um índice médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), mas ainda muito distante do desejável, considerando que o município assumiu posição de destaque no cenário regional e nacional com a implantação do COMPERJ.

ANO	ÍNDICE
1991	0,415
2000	0,553
2010	0,693

**Tabela 7:** Evolução do IDH-M de Itaboraí/RJ

Fonte: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/5379](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5379) (2016)

Verifica-se assim que 61 municípios do estado estão em situação melhor que Itaboraí e apenas 31 estão em condição mais desfavorável, destacando-se que na análise das variáveis que compõe o índice, que a melhoria mais significativa ocorreu no aspecto educação.

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,813, seguida de Renda, com índice de 0,690, e de Educação, com índice de 0,593.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E COMPONENTES (ITABORAÍ/RJ)			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,199	0,377	0,593
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	21,86	31,42	52,80
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	28,90	73,90	92,09
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	26,25	47,50	80,31
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	12,46	28,33	46,92
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	8,00	15,61	32,32

<b>IDHM Longevidade</b>	<b>0,630</b>	<b>0,708</b>	<b>0,813</b>
<b>Esperança de vida ao nascer (em anos)</b>	<b>62,77</b>	<b>67,50</b>	<b>73,75</b>
<b>IDHM Renda</b>	<b>0,569</b>	<b>0,633</b>	<b>0,690</b>
<b>Renda per capita (em R\$)</b>	<b>276,47</b>	<b>410,66</b>	<b>584,35</b>

**Tabela 8:** Detalhamento da evolução do IDH-M de Itaboraí/RJ  
**Fonte:** [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/5379](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5379) (2016)

Quando se analisa a evolução do índice, verifica-se que entre 2000 e 2010 o IDHM passou de 0,553 em 2000 para 0,693 em 2010 - uma taxa de crescimento de 25,32%, sendo a distância entre o IDH-M do município e o limite máximo do índice, que é 1, reduzida em 68,68% no período.

No mesmo período (2000 a 2010), a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,216), seguida por Longevidade e por Renda.

Já entre 1991 e 2000, verifica-se que o IDHM passou de 0,415 em 1991 para 0,553 em 2000 - uma taxa de crescimento de 33,25%, onde o hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 76,41% entre 1991 e 2000.

Nesse período (1991 a 2000), a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,178), seguida por Longevidade e por Renda.

Na análise do intervalo mais amplo, entre 1991 e 2010, o IDHM do município passou de 0,415, em 1991, para 0,693, em 2010, enquanto o IDHM do Estado passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 66,99% para o município e 47% para a UF, e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 52,48% para o município e 53,85% para o Estado.

No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,394), seguida por Longevidade e por Renda. No Estado por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

<b>Data</b>	<b>Itaboraí</b>	<b>Município de maior IDHM no Brasil</b>	<b>Município de menor IDHM no Brasil</b>	<b>IDHM Brasil</b>	<b>IDHM Rio de Janeiro</b>
<b>1991</b>	<b>0,415</b>	<b>0,697</b>	<b>0,120</b>	<b>0,493</b>	<b>0,573</b>
<b>2000</b>	<b>0,553</b>	<b>0,820</b>	<b>0,208</b>	<b>0,612</b>	<b>0,664</b>
<b>2010</b>	<b>0,693</b>	<b>0,862</b>	<b>0,418</b>	<b>0,727</b>	<b>0,761</b>

**Tabela 9:** Comparativo do IDH-M de Itaboraí/RJ em relação ao Estado e o País  
**Fonte:** PNUD - Ipea (2016)

Em relação ao ranking nacional, o Município de Itaboraí ocupa a 2.105ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o

menor é 0,418 (Melgaço). Em relação ao estado, Itaboraí ocupa a ocupa a 62ª posição no ranking dos 92 municípios.

Com base na compilação dos dados do TCE-RJ, de acordo com a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), o Produto Interno Bruto do estado do Rio de Janeiro totalizava R\$ 504.221 milhões ao fim de 2012. A economia estadual apresentou, naquele ano, crescimento real de 1,9%, inferior ao de 2011, que foi de 2,1%.

Este resultado foi também maior do que o nacional, que registrou uma taxa de variação de 1,0%. Verifica-se que o estado respondeu, em 2012, por 11,48% do PIB do país, sendo superado apenas por São Paulo (32,1%) e seguido por Minas Gerais (9,2%).

A renda per capita foi de R\$ 31.064,63, inferior apenas à Distrito Federal (R\$ 64.653,00) e São Paulo (R\$ 33.624,41), sendo as atividades econômicas que registraram maiores taxas de variação de volume foram: construção civil (8,9%); comércio e serviços de reparação (5,4%); e transporte e armazenagem (4,3%).

Cumprir observar que a atividade extrativa mineral – petróleo, que embora tenha apresentado ligeira melhora no índice de volume em 2012 (0,1%), apresentou crescimento significativo no índice de preço, por conta do aumento de 32,2% do preço do petróleo em reais. Em consequência, o estado do Rio de Janeiro aumentou sua participação no PIB do país de 11,2% em 2011 para 11,5% em 2012 – Tendência que não se manteve nos anos seguintes em decorrência da crise mundial e problemas econômicos e políticos.

Em um recorte analítico para o plano local (Município), com base nas diversas matérias veiculadas na mídia impressa e televisiva durante o ano de 2015 foi possível fazer algumas constatações e inferências da atual situação econômica do município.

Às expectativas criadas entorno da implantação do COMPERJ com a retomada do desenvolvimento e a reconfiguração de nova vocação econômica para o Município, agora Industrial começaram a se desfazer a partir do primeiro semestre de 2014 com a crise que se instala na Petrobras no contexto das investigações da operação “Lava Jato” da Polícia Federal.

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial da Cidade de Itaboraí (SINTRAMON, 2015), desde outubro de 2014 as empresas terceirizadas que operavam no empreendimento dispensaram cerca de 12 mil pessoas nos canteiros de obras.

Já os dados da última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), indicam que Itaboraí teve 1.216 postos de trabalho fechados somente nos três primeiros meses do ano de 2015 e a Associação Comercial local estima que 4.000 salas comerciais tiveram as portas fechadas.

Estudo da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB, 2015) sobre a evolução do trabalho por setor de atividade econômica no Município mostra que em 2014 foram 29.992 demissões. Somente nos dois primeiros meses deste ano, o órgão já contabiliza 11.361 baixas em carteira de trabalho, contra 3.080 contratações – Os números negativos no setor de emprego e na área comercial já são reflexos da desaceleração nas atividades da Petrobras na região.

Esse processo de demissões se reflete sobre a receita fiscal do município. Em 2014 dos R\$ 20,9 milhões arrecadados com impostos pela prefeitura, R\$ 18 milhões foram provenientes do COMPERJ, levando o executivo municipal agora procurar alternativas para contornar os efeitos da crise financeira que atingiu os mais diversos setores produtivos na cidade.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Integração com o COMPERJ informa que se criou na cidade uma grande demanda em função do empreendimento, levando em conta que 90% da mão-de-obra veio de fora de Itaboraí.

"Foi criado na cidade uma quantidade enorme de alojamentos, hotéis, trabalhadores, pessoal para trabalho temporário, casa dos engenheiros. Toda essa economia, ela foi implantada", lembra o secretário. "Não neste mandato, mas no anterior, ele teve que aumentar o número de funcionários públicos. Então, concursos foram feitos, investimento no hospital municipal foi feito, neste governo, principalmente. Então, a prefeitura teve que aumentar o contingente o investimento para atender esta demanda" (Luiz Fernando Guimarães – Secretário).

Após tantas mudanças na infraestrutura da cidade, o governo busca agora alternativas de lidar com uma malha urbana sobrecarregada e atender os novos habitantes até o retorno deles aos estados de procedência.

Assim, enquanto o governo busca novos caminhos para equilibrar suas contas, nas ruas do centro a crise já instalada se verifica – Lojas vazias e toda cadeia produtiva que depende do consumo apresenta resultados cada vez mais críticos – Estima-se que apenas no comércio, a queda nas vendas de mais de 40%, com tendência a piorar, segundo as fontes consultadas.

A crise se evidencia mais quando se verifica o movimento no Restaurante Popular da cidade que tenta se adequar ao aumento da demanda provocada pelos ex-empregados do COMPERJ – Cobra R\$ 1,00 pelo prato feito, e vêm se transformando em ponto de encontro dos desempregados.

Observa-se também um aumento na demanda da agência do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Segundo o Coordenador do órgão, Sr. Santana, em 2012 a agência registrou um pico de procura por trabalhadores em busca de qualificação em função do COMPERJ e já no ano seguinte se observa queda no movimento, tendo seu o seu ponto mais crítico no primeiro trimestre de 2015.

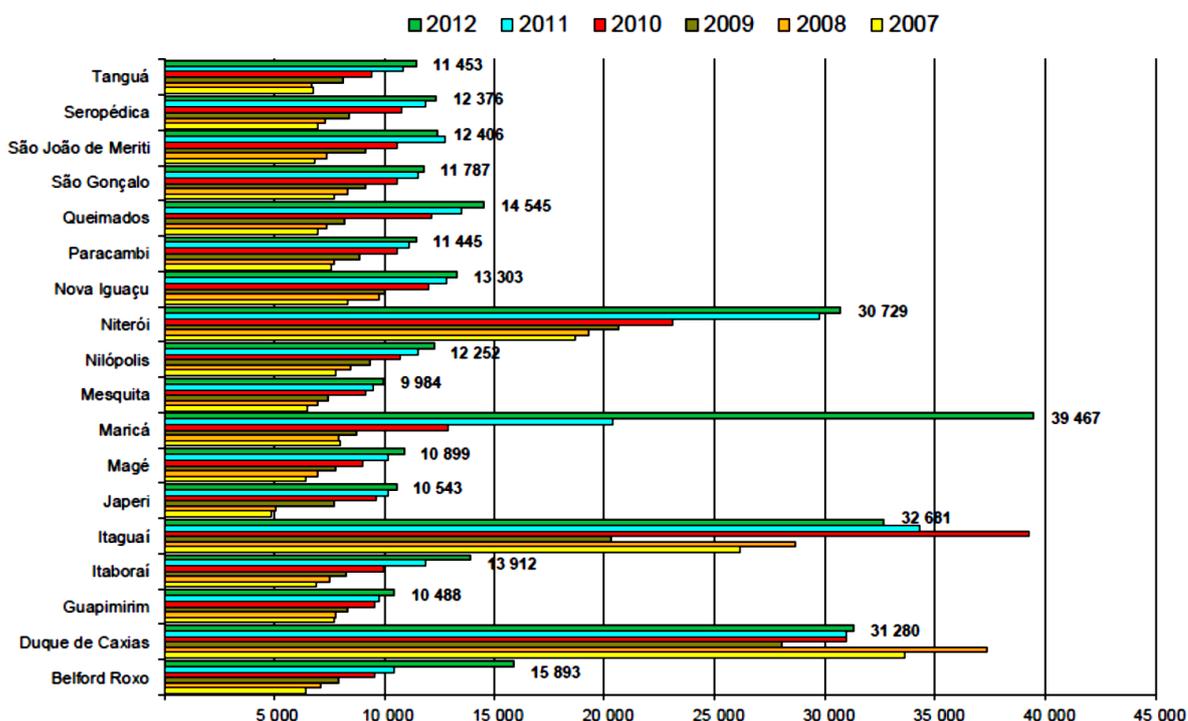
Cabe nesse contexto, observar a evolução do PIB per capita de Itaboraí, conforme tabela a seguir, para melhor entendimento:

ANO	MUNICIPAL (R\$)	MÉDIA MENSAL (R\$)	NACIONAL (R\$)
2014	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2012	13.912,07	1.159,34	22.642,40

2011	11.976,55	998,05	21.535,65
2010	9.994,71	832,89	19.763,93
2009	8.264,15	688,68	16.917,62
2008	7.595,62	632,97	15.991,55
2007	6.607,13	550,59	14.056,26

**Tabela 10:** Evolução do PIB per capita de Itaboraí (2007 a 2014)

Fonte: IBGE (2015)



**Gráfico 7:** Evolução do PIB per capita da Região Metropolitana do Estado (2008 a 2014)

Fonte: IBGE (2015)

No aspecto PIB per capita, verifica-se até o ano de 2012 uma tendência de elevação gradual, apesar do valor ser baixo se considerado o processo de geração de riqueza com a implantação do COMPERJ.

Levando-se em conta a crise instalada com a paralisação das obras do empreendimento e seus impactos sobre a economia local a partir de 2013, o valor tende a cair, sendo possível inferir que a queda levará o PIB a patamares de 2010, antes do início efetivo das obras.

Reflexos desse processo recaem diretamente sobre o segmento de educação privada, em particular sobre o ensino superior, onde a opção da família tenderá a ser pelo adiamento dos investimentos em educação de um ou mais de seus componentes (filhos em geral).

Grande parte dos alunos trabalha no município em empresas pequenas e médias em segmentos como: comércio e serviços, além de um número significativo que estava alocado no COMPERJ e foram desmobilizados, gerando reflexos a capacidade de pagamento das mensalidades e aumentando a inadimplência – Servidores públicos ocupando cargos em comissão também foram desmobilizados.

Na análise sobre o mercado de trabalho, com base no TCE-RJ (2014), e de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, o mercado de trabalho formal brasileiro apresentou, em 2013, um crescimento da ordem de 3,14%, correspondente a 1,490 milhão de empregos adicionais, resultado superior ao verificado no ano de 2012 (mais 1,148 milhão de empregos, ou 2,48% em relação ao ano anterior). Esse número, embora positivo, ainda representa um recuo significativo, quando comparado aos registros de 2011 (mais 2,242 milhões de empregos, ou 5,09%) e 2010 (mais 2,861 milhões de empregos, ou 6,94%).

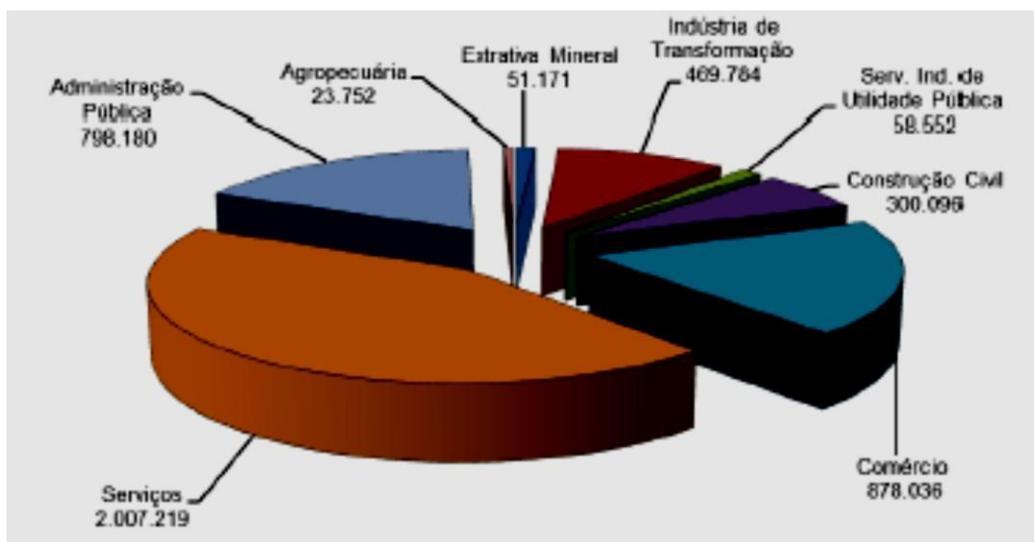
O rendimento real médio do trabalhador, tomando como referência o INPC, passou de R\$ 2.195,78 em dezembro de 2012 para R\$ 2.265,71 em dezembro de 2013, com elevação de 3,18%, percentual superior ao ocorrido no período anterior, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012, quando foi registrada variação de 2,97%.

No estado do Rio de Janeiro, a pesquisa registrou um crescimento de 2,80% do emprego formal, decorrente da geração de 125.084 postos de trabalho, resultado superior aos 2,59% anotados em 2012. O rendimento médio do trabalhador fluminense passou de R\$ 2.621,43, em dezembro de 2012, para R\$ 2.671,71, em dezembro de 2013, a preços de dezembro de 2013. Tal variação representa um crescimento de 1,92%, como resultado de variações positivas nas remunerações médias recebidas pelos homens, passando de R\$ 2.860,99 em 2012 para R\$ 2.942,26 em 2013 (2,84%), e de R\$ 2.279,17 para R\$ 2.292,14 (0,57%), no que se refere às mulheres.

Em dezembro de 2013, o número de empregos formais totalizava 4.586.790 no Rio de Janeiro. Os setores com os melhores desempenhos, em números absolutos, foram os Serviços, que criaram 55,9 mil postos de trabalho (um aumento de 2,87% em relação aos empregos existentes em 2012), o Comércio, que gerou 26,7 mil postos (3,14%) e a Administração Pública, que gerou 25,7 mil postos (3,33%). Em termos relativos, o melhor desempenho foi registrado pela Construção Civil, com crescimento de 4,54% (13 mil postos de trabalho).

A maior queda foi observada no setor dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (- 4,01%), que eliminou 2,4 mil postos de trabalho.

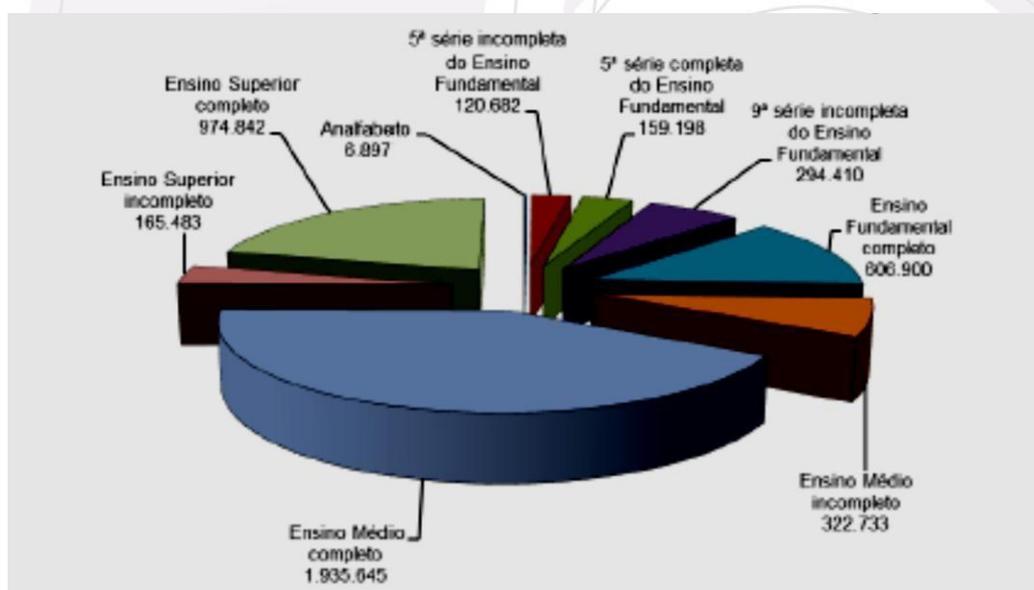
O estoque de empregos por setor é mostrado no gráfico a seguir.



**Gráfico 8:** Estoque de empregos formais por setor da economia fluminense (Dez-2013)

Fonte: TCE-RJ (2014)

De acordo com o grau de instrução, os postos de trabalho apresentam a seguinte distribuição no estado:



**Gráfico 9:** Estoque de empregos formais da economia fluminense por grau de instrução (Dez-2013)

Fonte: TCE-RJ (2014)

Na comparação com o ano anterior, o maior crescimento observado (99.320 empregos, correspondente a 5,41%) refere-se aos trabalhadores com Ensino Médio completo. A maior redução, em termos absolutos, ocorreu no contingente de trabalhadores da 5ª série completa do Ensino Fundamental, subtraindo-se 13.276 postos.

Em termos relativos, a variação negativa do número de trabalhadores com Ensino Superior incompleto chegou a 3,67%, correspondente a menos 6.308 empregos.

De acordo com a faixa etária, a distribuição dos empregos no estado é como segue:

Gráfico 24: Estoque de empregos formais da economia fluminense por faixa etária – dez 2013

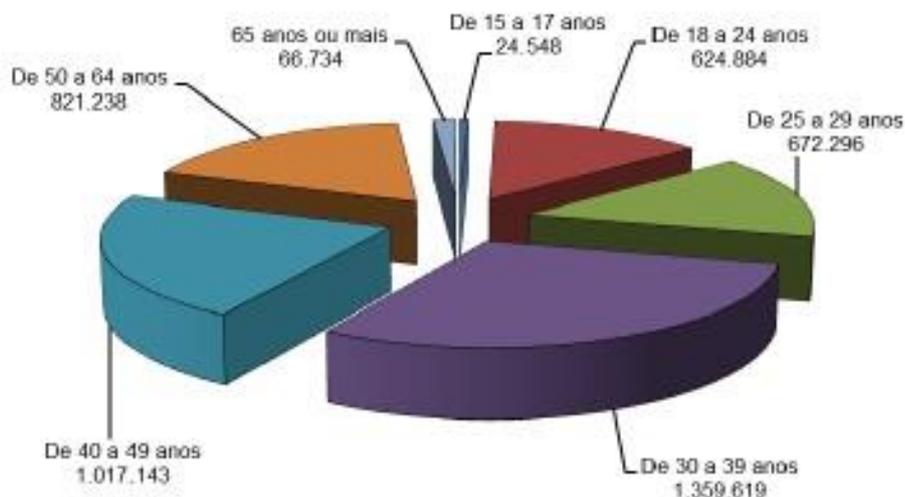


Gráfico 11: Estoque de empregos formais da economia fluminense por faixa etária (Dez-2013)

Fonte: TCE-RJ (2014)

Em relação a dezembro de 2012, todas as faixas etárias apresentaram crescimento. O maior crescimento absoluto ocorreu na faixa de 50 a 64 anos, com mais 47.419 empregos, e o maior crescimento relativo incidiu na faixa de 65 anos ou mais, com 11,84%, correspondentes a mais 7.066 postos.

Levando-se em consideração os dados socioeconômicos apresentados acima, é importante ressaltar que a formação superior ainda é um indicador significativo na melhoria dos processos nas mais diversas áreas, portanto, a FAI vê um campo aberto para novos empreendimentos na área educacional, oferecendo novas oportunidades e ampliando os horizontes na capacitação profissional do povo brasileiro. Do ponto de vista da integração, entende-se que ao traçar uma diretriz estratégica com o intuito de promover a capacitação da população, busca-se a elevação do perfil educacional e o nível de qualificação. Esta prática integra-se ao objetivo dos setores da educação, trabalho, ciência e tecnologia que promovem e asseguram a inserção do Estado do Rio de Janeiro e do país na sociedade do conhecimento.

Tendo em vista, as características da região de Itaboraí e suas possibilidades de crescimento econômico, a FAI, vem pleitear/manter o curso de Direito, com vistas à colaboração na formação de profissionais qualificados e integrados à realidade nacional; oferecendo um ensino que conduza à cidadania e ao comprometimento com os desafios da sociedade contemporânea.

#### 1.8. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

A FAI, na definição das políticas institucionais, leva em consideração o fato de que essas definem as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos, em consonância com a sua missão. As políticas gerais traçadas contemplam, preferencialmente, os seguintes objetivos:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as diretrizes curriculares e as demandas sócio-econômico-culturais das diferentes regiões onde a instituição está inserida;
- Incentivo à utilização de recursos de tecnologia e comunicação que visem a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- Qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- Garantia de infraestrutura acadêmica para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

É considerada, na definição dessas políticas as ações e metas estabelecidas no PDI, além da busca pela qualidade na formação e aprimoramento educacional, pessoal e profissional, principalmente devido à inclusão dos avanços tecnológicos no ensino superior.

Na iniciação científica, a política da FAI é entendida como um processo educativo fundamental para a criação e a cultura de investigação, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da extensão. É imprescindível que ela ocorra no contexto de projetos desenvolvidos por docentes, ligados às linhas de ação definidas pela instituição, ou, pelo menos, por meio da monitoria, que assume uma relação fundamental com a iniciação científica. Eis os princípios básicos desta política:

- Liberdade na escolha do objeto de estudo, prevendo-se mecanismos de incentivo aos interesses que contribuam para o fortalecimento de áreas temáticas que a IES decida privilegiar em virtude de afinidade com o desenvolvimento da iniciação científica;

- Liberdade na escolha de metodologias que sejam capazes de ordenar e propiciar o desenvolvimento da iniciação científica como decorrência da multidiversidade de abordagens epistemológicas, condição para um ambiente acadêmico produtivo e criativo;

- Utilização de conhecimentos vindos de diferentes áreas do saber, em abordagem multidisciplinar;

- Integração das atividades de iniciação científica com as atividades de ensino e extensão.

Desta forma, os objetivos das atividades de iniciação científica são:

- Criar a cultura e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico;

- Propiciar condições institucionais para o atendimento aos projetos científicos;

- despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais, para sua participação efetiva em projetos científicos;

- Estudar os problemas relacionados com o desenvolvimento da região de atuação da IES, do Estado e do País;

- Divulgar os resultados de estudos produzidos pelos docentes e discentes em mídias digitais ou impressas.

- Integrar a comunidade acadêmica, por meio de projetos e parcerias com outras instituições de ensino e com a comunidade profissional, nesta última via programas de estágios, convênios e projetos de assessoria e consultoria;

- Aplicar o conhecimento existente e desenvolvido na instituição pelo corpo docente e discente em práticas de consultoria e assessoria a empresas.

Com base nesta política, a iniciação científica é realizada a partir dos períodos iniciais do curso e incentivada até a conclusão do mesmo, principalmente por meio de trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelas disciplinas dos cursos. Nesses espaços-tempos o estudante entra em contato com a realidade educacional, depara-se com questões que deverão ser convertidas em problemas e objeto de sua investigação teórica para a elaboração do seu TCC. Sempre que possível, realiza uma intervenção na realidade social, a partir das discussões teórico-científicas, caracterizando o trabalho extensionista.

A divulgação dos trabalhos é uma das formas de incentivo à pesquisa e acontece na forma de apresentação pública durante a academia discente prevista em calendário letivo e por meio de estímulo de inscrição dos trabalhos nos eventos científicos da FAI: a Semana de Iniciação Científica e a Jornada Acadêmica. Havendo indicação por parte de bancas examinadoras, trabalhos podem ser encaminhados ao Conselho Editorial da Revista Contexto Itaboraí, veículo de divulgação científica da instituição.

Na Extensão, a política da FAI busca articular-se com a perspectiva de melhoria e aperfeiçoamento do ensino, oportunizando espaços de formação continuada a seus egressos, demais professores e profissionais que atuam na esfera pedagógica. Sendo assim, a partir de ações

educativas, a IES tem como princípios desenvolver a extensão comunitária; acadêmica; ambiental, artística e cultural buscando:

- Extensão Comunitária: organizada por meio de projetos de atuação comunitária, visando compreender e se aproximar da realidade em que está inserida para melhor desempenhar seu papel educativo.
- Extensão Acadêmica: organizada por projetos de estudos e disseminação de conhecimento, vinculado aos cursos que ministra, visando o estímulo à produção acadêmica.
- Extensão Ambiental, Artística e Cultural: promoção de atividades com vistas à defesa do meio ambiente, produção artística, culturais e de projetos que visam à preservação e exploração de acervos e do patrimônio cultural material e imaterial.

Na organização de programas e projetos de extensão a instituição e o curso de Direito buscam:

- Atenção aos empreendimentos empresariais atraídos para a região, preparando profissionais para atuar e desenvolver projetos voltados para tais empreendimentos;
- Permanente Sintonia com as demandas e necessidades locais e regionais, oportunizando as comunidades eventos diversos que proporcionem o enriquecimento intelectual e o desenvolvimento profissional, gerando uma transformação na qualidade de vida da população;
- Aproximação entre os currículos de formação profissional e a realidade social;
- Estímulo à problematização como atitude de interação com a realidade;
- Estímulo à experimentação de novas metodologias de trabalho comunitário ou de ação social, envolvendo o aluno com diferentes possibilidades de atuação no sentido de reduzir o ócio social e promover a disseminação do conhecimento;
- Desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora quanto pró-ativa diante dos desafios impostos pela realidade social.

Contudo, a política institucional e suas formas de operacionalização são implementadas buscando garantir a qualidade dos cursos de graduação. A FAI implanta as práticas previstas para a graduação, de forma coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais (PDI e PPCs), atualizando periodicamente sua organização pedagógica e curricular, de acordo com as orientações do Ministério da Educação, emanadas das diretrizes curriculares nacionais de cada área e as novas exigências do mercado de trabalho.

Assim, a política institucional de gestão do curso e sua articulação com a gestão institucional se encontra de acordo com as prerrogativas e normas estabelecidas em seus documentos, tanto no PDI, quanto no PPC e demais regulamentos e regimento da FAI. Essa articulação promove o desenvolvimento das atividades acadêmicas do curso em consonância com as diretrizes e políticas previstas no PDI para a graduação, sem perder de vista as exigências legais e de mercado que afetam diretamente o curso.

Desta forma, para que o curso não corra o risco de ficar ultrapassado e não atenda as normas legais e de mercado, bem como antenado com o mundo e articulado com o PDI da FAI, existe uma estrutura de gestão acadêmica e institucional que funciona harmonicamente.

Por fim, a FAI assume, juntamente com o curso de Direito, a finalidade de contribuir para formação do cidadão e profissional competente, reflexivo e ético, capaz de promover transformações na sua prática cotidiana e, desta forma, alcançar as políticas institucionais estabelecidas no PDI.

<b>POLÍTICA DE GRADUAÇÃO (PDI)</b>	<b>AÇÕES PREVISTAS/IMPLANTADAS* NO CURSO DE DIREITO</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Formação de profissionais nas áreas de conhecimento em que atua e pretende atuar;</li></ul>	Alunos formados e que já atuam no mercado de trabalho em instituições privadas e públicas.
<ul style="list-style-type: none"><li>• Formação política, social e econômica de cidadãos capazes de interagir na sociedade;</li></ul>	Disciplinas do curso voltadas para a construção do indivíduo autônomo criticamente, com participação efetiva na sociedade.
<ul style="list-style-type: none"><li>• Valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem estar da sociedade;</li></ul>	Inserção, na matriz curricular, de disciplinas que enfatizam os valores éticos e morais e o respeito às diferenças.
<ul style="list-style-type: none"><li>• Flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao aluno a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;</li></ul>	Currículo atualizado visando à autonomia e à amplitude na formação acadêmica.
<ul style="list-style-type: none"><li>• Atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as diretrizes curriculares e as demandas sócio-econômico-culturais das diferentes regiões onde a instituição está inserida;</li></ul>	Projeto Pedagógico do curso atualizado dentro dos períodos adequados e previstos.
<ul style="list-style-type: none"><li>• Incentivo à utilização de recursos de tecnologia e comunicação que visem a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;</li></ul>	Implantação do Núcleo de Práticas Jurídicas e laboratórios de informática.
<ul style="list-style-type: none"><li>• Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;</li></ul>	Incentivo à produção docente, por meio da publicação na Revista Contexto, da FAI e flexibilização de horários para a

	participação em eventos de cunho acadêmicos.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;</li> </ul>	Cursos de extensão oferecidos à comunidade e cursos de aperfeiçoamento ao corpo docente e técnico – administrativo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia de infraestrutura acadêmica para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.</li> </ul>	Melhoria na infraestrutura de salas de aulas, núcleo de prática e dependências gerais da instituição.

\*Prevista = Autorização / Implantada = Reconhecimento e Renovação

POLÍTICA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PDI)	AÇÕES PREVISTAS/IMPLANTADAS* NO CURSO DE DIREITO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liberdade na escolha do objeto de estudo, prevendo-se mecanismos de incentivo aos interesses que contribuam para o fortalecimento de áreas temáticas que a IES decida privilegiar em virtude de afinidade com o desenvolvimento da iniciação científica;</li> </ul>	Disciplinas Optativas Disciplinas Eletivas Disciplinas de enriquecimento curricular
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liberdade na escolha de metodologias que sejam capazes de ordenar e propiciar o desenvolvimento da iniciação científica como decorrência da multidiversidade de abordagens epistemológicas, condição para um ambiente acadêmico produtivo e criativo;</li> </ul>	Bibliografia atualizada Atualização de metodologias Infraestrutura para uso de tecnologias na educação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de conhecimentos vindos de diferentes áreas do saber, em abordagem multidisciplinar;</li> </ul>	Inserção de disciplinas de caráter multidisciplinar, valorizando a transversalidade e horizontalidade entre os cursos.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração das atividades de iniciação científica com as atividades de ensino e extensão.</li> </ul>	Jornada de Iniciação Científica da FAI Jornada Acadêmica da FAI Agenda 21 Ação Global Parceria OAB (Palestras e cursos)

\*Prevista = Autorização / Implantada = Reconhecimento e Renovação

POLÍTICA DE EXTENSÃO (PDI)	AÇÕES PREVISTAS/IMPLANTADAS* NO CURSO DE DIREITO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atenção aos empreendimentos empresariais atraídos para a região, preparando profissionais para atuar e desenvolver projetos voltados para tais empreendimentos;</li> </ul>	Jornada Acadêmica Jornada de Iniciação Científica Cursos de Extensão Núcleo de Práticas Jurídicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permanente sintonia com as demandas e necessidades locais e regionais, oportunizando as comunidades eventos diversos que proporcionem o enriquecimento intelectual e o desenvolvimento profissional, gerando uma transformação na qualidade de vida da população;</li> </ul>	Oficinas das disciplinas Jornada de Iniciação Científica Núcleo de Práticas Jurídicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproximação entre os currículos de formação profissional e a realidade social;</li> </ul>	Agenda 21 Jornada de Iniciação científica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo à problematização como atitude de interação com a realidade;</li> </ul>	Oficinas das disciplinas Núcleo de Práticas Jurídicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo à experimentação de novas metodologias de trabalho comunitário ou de ação social, envolvendo o aluno com diferentes possibilidades de atuação no sentido de reduzir o ócio social e promover a disseminação do conhecimento;</li> </ul>	Jornada Acadêmica Ação Global
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora quanto proativa diante dos desafios impostos pela realidade social.</li> </ul>	Jornada de Iniciação Científica Jornada Acadêmica Trabalhos de Conclusão de Curso Núcleo de Práticas Jurídicas

\*Prevista = Autorização / Implantada = Reconhecimento e Renovação

## 1.8. Objetivos do Curso

### 1.7.1. Objetivo Geral

Formar bacharéis em Direito com uma sólida formação geral, jurídica e humanística, capazes de desenvolver habilidades e competências para a adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, possibilitando uma postura crítica e reflexiva e que promovam a prestação jurídica e o desenvolvimento da cidadania.

### 1.7.1. Objetivos Específicos

O profissional Bacharel em Direito formado nesta instituição terá desenvolvido habilidades para atuar em todas as áreas oferecidas pelo Curso de Direito. A partir da responsabilidade, senso crítico, liderança, criatividade, idoneidade moral, consciência política e social, consciência da cidadania, comunicação clara e precisa, espírito inovador, desempenho qualitativo e quantitativo, controle metodológico e técnico-científico e da discussão da ciência e da tecnologia como instrumentos de avanço, o egresso em Direito, terá habilidades e competências para:

- a) Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- b) Interpretação e aplicação do Direito;
- c) Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- d) Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- e) Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- f) Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- g) Julgamento e tomada de decisões;
- h) Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- i) Respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional.

## 1.8. Perfil Profissional do Egresso

A construção dos objetivos do curso leva em consideração as capacidades, competências e habilidades estabelecidas para o futuro profissional, tendo por base a legislação vigente e a exigências do mercado de trabalho na área de judiciais e extrajudiciais.

O perfil profissional desejado do formando do Curso de Direito da FAI comporta uma formação geral, de base humanista, para as carreiras públicas e privadas, revelando-se condizente com a realidade deste Estado e em harmonia com o programa de qualidade de ensino que a instituição se compromete a manter com a Educação Superior. Assim, quanto às competências, pretende-se assegurar ao profissional capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos jurídico-sociais; capacidade para equacionar problemas e buscar soluções em harmonia com as exigências sociais; visão atualizada do mundo e, em particular, consciência dos problemas nacionais.

Aliado a isso, o desenvolvimento de uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania, nos termos do parecer CNE/CES 211/2004 de 8 de julho de 2004 sobre as Diretrizes Curriculares do curso de Direito.

Para que o profissional assuma tal perfil, o curso ministrado pela Faculdade de Direito da FAI desenvolve seu processo formativo com foco, dentre outras, nas seguintes habilidades: ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; interpretar e aplicar o Direito; pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; adequar à atuação técnico-jurídica nas diferentes instâncias, administrativas ou judiciárias, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.

### 1.8. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso de Direito da FAI se orientou pela Resolução CNE/CES n. 9, de 29 de setembro de 2004, quanto aos conteúdos curriculares promotores da formação fundamental, profissional, bem como eixo de formação prática no âmbito da formação jurídica.

A integralização do curso está de acordo com a Resolução CNE/CES n. 2 de 18 de julho de 2007, que dispõe sobre carga horária e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação bacharelado.

A organização curricular atende a legislação, no que se refere à carga horária legal 3.700 horas, integralizadas em 10(dez) semestres, assim distribuídas:

- 2.940 horas destinadas às atividades acadêmicas, obrigatórias e optativas, na forma presencial e semipresencial como assistência às aulas (disciplinas), integrando a realização de seminários, trabalhos de iniciação científica, atividades de extensão, visitas técnicas, participação em empresas do setor e projetos integradores, desenvolvidos ao longo do curso.
- 375 horas para o estágio supervisionado, a partir do 6º período;
- 120 horas para o trabalho de conclusão de curso, a partir do 9º período;
- 265 horas de atividades complementares, realizadas gradativamente a cada semestre, desde o início do curso, em áreas específicas de interesse dos alunos, flexibilizando sua formação.

Nessa perspectiva, o curso se desenvolve a partir da ideia de construção do conhecimento, estabelecendo um currículo diferenciado, resultado da prática realizada e mediada pelas ações dos docentes (ação efetiva docente) e discentes (trabalho efetivo discente), mediante atividades dentro e fora da sala de aula, intra e extramuros.

A matriz curricular contempla componentes curriculares: disciplinas, atividades complementares, estágios supervisionados, projetos específicos, interdisciplinares e atividades de prática profissional e laboratorial são operacionalizados por meio de aulas expositivas, dialogadas, atividades teóricas e práticas, aprendizagem mediada por tecnologia, estudos dirigidos, individuais e em grupo, desenvolvidos a partir da ação direta e indireta de docentes, tendo em vista a formação pessoal, profissional e cidadã dos discentes.

A Rede CNEC destaca que a carga horária do curso reporta a um conjunto de atividades de aprendizagem (intramurais e extramurais), tendo a conotação de tempo de aprendizagem discente em diferentes cenários, possibilitando diversificação e flexibilização, computando como 'tarefa-tempo' as atividades oferecidas no 'tempo aula', realizadas no 'tempo-aluno'.

O trabalho efetivo discente compreende e organiza a integralização das disciplinas previstas para o curso, o estágio supervisionado e as atividades complementares. A interdisciplinaridade tem como lócus o desenvolvimento de um projeto integrador, reunindo os saberes relativos aos componentes curriculares de cada semestre obedecendo a regulamentação específica, detalhando sua cronologia e abrangência ao longo do curso.

Os componentes curriculares do curso contemplam articulação entre teoria e prática, flexibilização e interdisciplinaridade, estando coerentes com as necessidades e demandas atuais do mercado de trabalho, visando à formação do profissional do século XXI. A valorização das experiências vivenciadas pelos alunos em contexto fora e dentro do ambiente acadêmico torna o conhecimento flexível e aberto para adaptação.

Na operacionalização do currículo do curso busca-se desenvolver competências que são: saber agir e reagir com pertinência; saber combinar os recursos e mobilizá-los em um contexto; saber transportar; saber aprender e aprender a aprender; saber se engajar, contribuindo para que os egressos possam selecionar criticar, comparar e elaborar novos conceitos, contribuindo para renovação e criação de conhecimentos significativos e relevantes para sua atuação profissional, engajamento social e cidadão.

A coerência dos conteúdos curriculares com o perfil delineado para o egresso está calcada em competências, habilidades e atitudes relacionadas à compreensão da dinâmica do curso em questão.

Outro aspecto importante é o incentivo que a FAI oferece aos professores para desenvolverem-se além das competências técnicas específicas, ampliando sua conscientização em relação ao processo de inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais, inclusive na reflexão sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais, utilizadas pelos surdos, inseridos em sala de aula comum.

Destaca-se também que o currículo do curso está em consonância com o Decreto n. 5.626/2005, incluindo a disciplina Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como componente curricular optativo.

O atendimento à Resolução CNE/CP n. 1/2004, que estabelece os estudos sobre educação das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena são contemplados diretamente na disciplina Homem, Cultura e Sociedade. Entretanto, essa temática abrange um caráter transversal, estando implícito nas discussões e reflexões, por meio das atividades complementares, projetos integradores, de iniciação científica, de extensão, seminários, palestras, entre outras.

Da mesma forma, o currículo do curso atende as exigências do Decreto n. 4.281/2002 que regulamenta a Lei n. 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. A organização curricular contempla especificamente nas disciplinas de Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional, Direito Agrário e Ambiental e Responsabilidade Social e Ambiental.

Outrossim, estes temas relacionados à Educação Ambiental e Sustentabilidade também são trabalhados de forma transversal, possibilitando aos alunos a integração interdisciplinar, via eventos com foco na respectiva temática, promovendo um diálogo entre a comunidade local e os representantes dos setores público e privados, sobre a questão ambiental global, nacional e regional.

Vale ressaltar que os critérios norteadores para definição do perfil do egresso tomaram como base a necessidade de formação voltada para a visão humanística, científica e social, de maneira que integram os conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores na formação do futuro profissional.

O currículo atende ainda a Resolução n. 1/2012 que estabelece diretrizes nacionais para a temática Direitos Humanos, contemplando nas disciplinas História do Direito e Direitos Humanos, da Criança, Adolescente e Idoso, além dessa matéria ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar em eventos, discussões e abordagens diversas realizadas no decorrer do curso.

Período	Componentes Curriculares	Teoria	Prática	Total
1º	Introdução ao Estudo do Direito	60		60
1º	História do Direito	60		60
1º	Homem, Cultura e Sociedade	60		60
1º	Ciência Política e Econômica	60		60
1º	Leitura e Interpretação de Texto	60		60
1º	<b>Subtotal</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>300</b>
1º	<i>Atividades Complementares I (Integral. conforme Regulamento)</i>		40	40
1º	<i>Projetos Integradores I (Integral. conforme Regulamento)</i>		40	40
1º	<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>40</b>	<b>340</b>
2º	Direito Civil I: Parte Geral	60		60
2º	Direito Constitucional I	60		60
2º	Filosofia Geral e do Direito	60		60
2º	Psicologia Jurídica	60		60
2º	Metodologia e Pesquisa Científica	60		60
2º	<b>Subtotal</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>300</b>
2º	<i>Atividades Complementares II (Integral. conforme Regulamento)</i>		35	35

Período	Componentes Curriculares	Teoria	Prática	Total
2º	<i>Projetos Integradores II (Integral. conforme Regulamento)</i>		40	40
<b>2º</b>	<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>35</b>	<b>335</b>
3º	Direito Civil II: Obrigações	60		60
3º	Direito Constitucional II	60		60
3º	Direito Penal I: Teoria do Delito	60		60
3º	Direitos Humanos, da Criança, Adolescente e Idoso	60		60
3º	Responsabilidade Social e Ambiental	60		60
3º	<b>Subtotal</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>300</b>
3º	<i>Atividades Complementares III (Integral. conforme Regulamento)</i>		30	30
3º	<i>Projetos Integradores III (Integral. conforme Regulamento)</i>		40	40
<b>3º</b>	<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>30</b>	<b>330</b>
4º	Direito Civil III: Contratos	60		60
4º	Direito Penal II: Teoria da Pena	60		60
4º	Responsabilidade Civil e Relações de Consumo	60		60
4º	Teoria Geral do Processo	60		60
4º	Liderança e Tomada de Decisão	60		60
4º	<b>Subtotal</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>300</b>
4º	<i>Atividades Complementares IV (Integral. Conforme Regulamento)</i>		30	30
4º	<i>Projetos Integradores IV (Integral. conforme Regulamento)</i>		40	40
<b>4º</b>	<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>30</b>	<b>330</b>
5º	Direito Civil IV: Família	60		60
5º	Direito Penal III: Crimes em Espécie	60		60
5º	Direito Processual Civil I: Processo de Conhecimento	60		60
5º	Direito do Trabalho I	60		60

Período	Componentes Curriculares	Teoria	Prática	Total
5º	Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional	60		60
5º	<b>Subtotal</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>300</b>
5º	<i>Atividades Complementares V (Integral. conforme Regulamento)</i>		30	30
5º	<i>Projetos Integradores V (Integral. conforme Regulamento)</i>		40	40
<b>5º</b>	<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>30</b>	<b>330</b>
6º	Direito Civil V: Sucessões	60		60
6º	Direito Penal IV: Parte Especial	60		60
6º	Direito Processual Civil II: Recursos	60		60
6º	Direito do Trabalho II	60		60
6º	Direito Processual Penal I	60		60
6º	<b>Subtotal</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>300</b>
6º	<i>Atividades Complementares VI (Integral. conforme Regulamento)</i>		25	25
6º	<i>Prática Jurídica I: Simulada</i>		75	75
6º	<i>Projetos Integradores VI (Integral. conforme Regulamento)</i>		50	50
<b>6º</b>	<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>100</b>	<b>400</b>
7º	Direito Civil VI: Direitos Reais	60		60
7º	Direito Processual Civil III: Execução	60		60
7º	Direito Processual Penal II	60		60
7º	Direito Empresarial	60		60
7º	Direito Processual do Trabalho	60		60
7º	<b>Subtotal</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>300</b>
7º	<i>Atividades Complementares VII (Integral. conforme Regulamento)</i>		25	25
7º	<i>Prática Jurídica II: Cível</i>		75	75
7º	<i>Projetos Integradores VII (Integral. conforme Regulamento)</i>		50	50

Período	Componentes Curriculares	Teoria	Prática	Total
<b>7º</b>	<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>100</b>	<b>400</b>
8º	Direito Processual Penal III	60		60
8º	Direito Tributário e Financeiro I	60		60
8º	Direito Administrativo I	60		60
8º	Direito Processual Civil IV: Cautelares e Procedimentos Especiais	60		60
8º	Direito Cambiário e Recuperação de Empresas	60		60
<b>8º</b>	<b>Subtotal</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>300</b>
8º	<i>Atividades Complementares VIII (Integral. conforme Regulamento)</i>		25	25
8º	<i>Prática Jurídica III: Penal</i>		75	75
8º	<i>Projetos Integradores VIII (Integral. conforme Regulamento)</i>		50	50
<b>8º</b>	<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>100</b>	<b>400</b>
9º	Direito Tributário e Financeiro II	60		60
9º	Direito Administrativo II	60		60
9º	Ética, Política e Direito Eleitoral	60		60
9º	Direito Autorais e da Tecnologia	60		60
9º	Direito Previdenciário e da Seguridade Social	60		60
<b>9º</b>	<b>Subtotal</b>	<b>300</b>	<b>0</b>	<b>300</b>
9º	<i>Atividades Complementares IX (Integral. conforme Regulamento)</i>		25	25
9º	<i>Prática Jurídica IV: Trabalhista</i>		75	75
9º	<i>TCC I: Pré-projeto</i>		60	60
9º	<i>Projetos Integradores IX (Integral. conforme Regulamento)</i>		50	50
<b>9º</b>	<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>160</b>	<b>460</b>
10º	Direito Processual Constitucional	60		60
10º	Direito das Relações Internacionais	60		60

Período	Componentes Curriculares	Teoria	Prática	Total
10º	Direito Agrário e Ambiental	60		60
10º	Optativa	60		60
<b>10º</b>	<b>Subtotal</b>	<b>240</b>	<b>0</b>	<b>240</b>
10º	<i>Prática Jurídica V: Conciliação, Mediação e Arbitragem</i>		75	75
10º	<i>TCC II: Projeto</i>		60	60
10º	<i>Projetos Integradores IX (Integral. conforme Regulamento)</i>		40	40
<b>10º</b>	<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>135</b>	<b>375</b>

RESUMO					
(%)	Componentes	Tipo	Teoria	Prática	Total
<b>100,0%</b>	<b>Total</b>		2940	760	<b>3700</b>
<b>71,4%</b>	<b>Disciplinas Presenciais</b>	<b>DPR</b>	2640	0	<b>2640</b>
<b>8,1%</b>	<b>Disciplinas Semipresenciais</b>	<b>DSP</b>	300	0	<b>300</b>
<b>7,2%</b>	<b>Atividades Complementares</b>	<b>AC</b>	0	265	<b>265</b>
<b>10,1%</b>	<b>Estágio</b>	<b>ES</b>	0	375	<b>375</b>
<b>3,2%</b>	<b>Trabalho de Conclusão de Curso</b>	<b>TCC</b>	0	120	<b>120</b>

RELAÇÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS			
Disciplinas	Teoria	Prática	Total
Língua Brasileira de Sinais – Libras	60		<b>60</b>
Medicina Legal	60		<b>60</b>
Direito Registral e Notarial	60		<b>60</b>

### 1.7.1. Flexibilidade

As diretrizes pedagógicas adotadas para o curso de Direito conduzem à flexibilização dos componentes curriculares, ou seja, o projeto pedagógico busca contemplar as inovações que possibilitem essa flexibilidade, sob a égide do regime seriado, adotado pela IES, o que permite a oferta, em cada período letivo, de um bloco fixo de disciplinas e outro flexível, com disciplinas ofertadas para a escolha do aluno, sob a forma de disciplinas optativas. O currículo do curso está de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, fixadas pelo Ministério da Educação, que permite essa flexibilidade.

Outra forma de flexibilização são as Atividades Complementares, as quais apresentam-se como integrantes de espaço curricular propício ao desenvolvimento e atendimento das individualidades do educando.

Por fim, a flexibilidade curricular também está garantida no curso de Direito, por meio da disciplina *Seminários/Tópicos Avançados/Especiais*, cujo objetivo é fornecer aos alunos o contato com temas emergentes da área jurídica, tratamento de problemas socioculturais, econômicos e políticos da atualidade, reforço acadêmico às deliberações técnicas emanadas dos órgãos de classe, associações científicas e órgãos de regulamentação. Por possuir conteúdos variáveis, a ementa desta disciplina é elaborada periodicamente, permitindo maior flexibilidade e atualização dos conteúdos.

#### 1.7.1. Intra-Interdisciplinaridade e Transversalidade

A FAI entende ser de fundamental importância à aplicação do conceito da interdisciplinaridade no processo ensino-aprendizagem, já que o termo significa uma relação de reciprocidade, de maturidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema do conhecimento, ou seja, corresponde à substituição de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária do ser humano.

Além disso, é importante que os estudantes percebam como os conteúdos escolhidos para o curso se combinam e se relacionam, caracterizando uma aprendizagem que prevê o desenvolvimento de múltiplos raciocínios e interpretações sobre um mesmo objeto de estudo.

Neste sentido, pode-se afirmar que a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas do curso, no interior do projeto pedagógico da instituição de ensino superior.

Assim, este projeto pedagógico de curso propõe as seguintes ações para efetivação da interdisciplinaridade:

- Construção, em equipe interdisciplinar, de conteúdo para atividades integradoras e de auto estudo;
- Organização de espaços de discussão docente para estabelecer o inter-relacionamento entre as diversas disciplinas que compõem o currículo deste curso e discutir a elaboração dos seus planos de ensino e aprendizagem;
- Implantação do programa de Eixos de Integração Temática para fixação de conteúdos e atividades integradoras e de auto estudo;

- Integração teoria e prática por meio de programas como: iniciação científica, monitoria, estágio supervisionado e atividades complementares. Destas atividades, apenas o estágio supervisionado deve ser presencial e sob supervisão dos tutores/orientadores presenciais do curso.

Destacamos também, a intradisciplinaridade como o processo de desdobramento do conhecimento a ser adquirido, dando ênfase aos campos de saber necessários à formação do indivíduo. Contudo é fundamental que tanto a intradisciplinaridade, como a interdisciplinaridade sejam integradas, para não haver um excessivo perigo de compartimentalizarmos e distanciarmos os saberes.

E dentro deste contexto, a transversalidade apresenta-se como um caminho possível de integração e interação do conhecimento, sendo um modo de reflexão-ação, capaz de desconstruir e reconstruir a relação entre os diversos saberes, resignificando-os. Portanto, a intradisciplinaridade, interdisciplinaridade e transversalidade estão presentes nas ações didático-pedagógicas da FAI integrando-as de maneira harmônica em todo o processo de ensino-aprendizagem.

#### 1.7.1. Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal

Com base nos pontos destacados abaixo e na política de acessibilidade da mantenedora, construir o texto para este indicador.

No caso de estudantes com necessidades educacionais especiais é fundamental contemplar possibilidades de diversificação curricular requeridas pelas diferentes necessidades que demandem atendimento especial. A flexibilidade no tempo, por exemplo, se aplica em situações de deficiência que, por sua especificidade, provocam um desenvolvimento mais lento que aquele considerado normal e fazem com que o estudante necessite de um tempo diferenciado para realizar a mesma atividade que os demais.

Concebendo a acessibilidade em seu amplo espectro, faz-se necessário observar no curso a existência ou não de ações articuladas entre o ensino, a pesquisa e a extensão no desenvolvimento de projetos educacionais e práticas inclusivas envolvendo docentes e acadêmicos da graduação e pós-graduação. Os exemplos a seguir são indicativos de que a acessibilidade e a inclusão fazem parte da cultura institucional:

- a comunidade acadêmica e comunidade em geral reconhece a IES como uma referência nas questões sobre acessibilidade, com o propósito de minimizar as discriminações ainda existentes;
- política institucional de acessibilidade no interior da IES articula ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento de ações e programas que acontecem, não de forma pontual e esporádica, mas contínua;
- existe investimento na preparação da comunidade universitária para a sensibilização e o reconhecimento dos benefícios da convivência na diversidade e do ambiente acessível a todos;
- existe intencionalidade por parte dos gestores institucionais de dar visibilidade às ações de inclusão e de sistematizar informações acerca do tema como elementos facilitadores para

articulação e acompanhamento de discentes, docentes, técnicos administrativos e terceirizados com necessidade de atendimento diferenciado no interior da IES;

- existe articulação da IES com diversos órgãos federais, estaduais, municipais, empresas e ONGs, visando manter parcerias para ações e encaminhamentos referentes ao apoio às pessoas com necessidade de atendimento diferenciado;
- existe no Projeto Pedagógico da instituição a destinação de recursos para a implementação da acessibilidade - esse é um elemento estruturante da inclusão educacional.

Acessibilidade atitudinal: refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.

Acessibilidade Pedagógica: ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

#### 1.7.1. Articulação da Teoria com a Prática

No curso de Direito a articulação teoria-prática baseia-se na tese segundo a qual o conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Trata-se de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

Para isto as metodologias sociointerativas contribuem/contribuirão com esta articulação, estimulando no curso de Direito a aplicação de metodologias dinâmicas do processo ensino-aprendizagem como instrumentos de desenvolvimento do discente, disseminando também a cultura da iniciação científica, da discussão, do debate, do levantamento de situações-problema para análise crítica.

#### 1.7.1. Dimensionamento da Carga Horária das Disciplinas

O currículo do Curso de Direito da FAI possui carga horária total de 3.700 horas-relógio, desenvolvido em sistema híbrido em, no mínimo, em 10 semestres.

Na estrutura curricular, pode ser observada que as disciplinas específicas possuem carga horária 60 horas, perfazendo uma carga horária ideal para o desenvolvimento aprofundado de seus

conteúdos. Além disso, a estrutura curricular do curso também contempla estágio supervisionado com 375 horas, trabalho de conclusão de curso com 120 horas e atividades complementares com 265 horas, demonstrando pleno dimensionamento das horas e a contemplação de atividades extraclasse.

## 1.8. Conteúdos Curriculares

A definição dos conteúdos desenvolvidos no curso de Direito da FAI partiu de premissas teóricas, onde a elaboração curricular leva em conta a análise da realidade, operada com referenciais específicos, tais como:

- socioantropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado;
- psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- pedagógico, que se apropria do conhecimento gerado na sala de aula em experiências prévias, bem como, por meio da ressignificação dos conteúdos.

Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos pautados na problematização requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização entre outras.

Ao selecionar os conteúdos os professores trabalham conforme suas visões de mundo, ideias, práticas e representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e como está o seu ensino e para tanto os docentes do curso de Direito devem:

- Adotar como referência a prática profissional, analisando criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;
- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

### 1.7.1. Atualização dos Conteúdos Curriculares e Adequação da Bibliografia

A adequação e atualização dos planos de ensino levam em consideração os objetivos do curso, o perfil do egresso e o mercado de trabalho em harmonia com a matriz curricular. Nesse sentido, a elaboração dos planos de ensino das disciplinas do currículo do Curso de Direito é feita com base nas

ementas do projeto pedagógico do curso, de modo que os conteúdos programáticos das disciplinas abrangem completamente os temas constantes nas suas respectivas ementas.

Quanto à atualização dos planos de ensino das disciplinas, a Coordenação do Curso de Direito e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a cada período, recebem propostas dos professores solicitando alterações e justificando-as. Uma vez analisadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso passam para homologação do Conselho Superior e a vigorar no período letivo seguinte.

Para aprovação das propostas de alterações no plano de ensino, o Colegiado do Curso leva em consideração a sua fundamentação e a sua adequação às diretrizes constantes do projeto pedagógico do curso.

As bibliografias básicas e complementares das disciplinas são renovadas durante o processo periódico de atualização dos planos de ensino, conforme projeto pedagógico do curso e a política de atualização do acervo bibliográfico.

#### 1.7.1. Matriz Curricular do Curso

Antes de apresentar o currículo do curso de Direito destacamos a seguir alguns pontos relevantes que têm influência direta na matriz curricular.

##### 1.6.2.1. LIBRAS

No curso de Direito da FAI a disciplina de LIBRAS é disponibilizada na estrutura curricular, em caráter optativo, no sexto semestre, com carga horária de 40 horas.

##### 1.6.2.2. Educação das Relações Étnico-Raciais e Indígenas

No curso de Direito da FAI os conteúdos de relações étnico-raciais e de ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena são disponibilizados nas disciplinas obrigatórias de Direito Civil e Direitos humanos.

Ainda, a FAI trabalha a educação das relações étnico-raciais de forma institucional e transversal, ou seja, envolvendo a comunidade acadêmica nas disciplinas e atividades com o objetivo de promover a consciência acerca dessas questões sociais, em projetos de iniciação científica e extensão.

##### 1.6.2.3. Educação Ambiental

A educação ambiental é uma atividade de cunho institucional e transversal na FAI, ou seja, anualmente são desenvolvidos eventos que envolvem todos os cursos da instituição. Tais eventos são direcionados para palestras que abordem temas sobre o meio ambiente, educação ambiental e o papel do curso de Direito neste processo.

A integração do curso de Direito com as políticas de educação ambiental também acontece por meio das disciplinas de Direito ambiental, onde os alunos interessados, que estiverem cursando estas disciplinas, fazem parte da equipe responsável pelos eventos direcionados ao meio ambiente.

##### 1.6.2.4. Educação em Direitos Humanos

A educação em Direitos humanos é trabalhada no curso de Direito da FAI por meio de conteúdos dispostos nas disciplinas de Direito humanos. Também está presente nas atividades acadêmicas de extensão e iniciação científica, além de percorrer de forma transversal nas atividades complementares onde essa temática esteja envolvida.

#### 1.6.2.5. Disciplinas Optativas

Para que os alunos do curso de Direito da FAI possam ter um curso moderno, adequado às suas aspirações e necessidades de conhecimentos diferenciados, organizou-se uma matriz curricular que contempla a oferta de disciplinas optativas.

Pretende-se dar aos alunos a flexibilidade necessária para complementar os conhecimentos à sua formação. Assim, além de disciplinas optativas que tratam de assuntos específicos da área jurídica, o projeto prevê que os alunos podem escolher, entre aquelas integrantes do rol de optativas, disciplinas de áreas de conhecimento complementares, de domínio conexo.

Para os casos em que não haja número suficiente de alunos interessados em uma das optativas propostas, devem optar por aquelas com maior procura. O número mínimo de alunos para abertura de uma disciplina optativa é estabelecido pelo Colegiado de Curso.

Para garantir ganho efetivo no aprendizado e na formação do aluno, o rol de disciplinas optativas deve ser submetido à aprovação do coordenador do curso de Direito, que atua como orientador do processo de seleção.

As disciplinas optativas são oferecidas em semestres fixos do curso para permitir que cada aluno acomode de forma mais adequada suas necessidades de aprendizado e formação.

A oferta de disciplinas optativas, em parte é flexível, exceção se faz aquelas exigidas pela legislação. São definidas sempre no semestre anterior à sua efetivação, pelo Coordenador do Curso de Direito, em conjunto com os professores do Curso, de forma colegiada. Uma vez definido o conjunto de optativas a serem ofertadas, bem como suas ementas, as disciplinas são oferecidas aos alunos para a matrícula no semestre subsequente.

As disciplinas optativas são de matrícula obrigatória, conforme a matriz curricular do Curso.

#### 1.6.2.6. Atividades de Extensão

O Ensino Superior, historicamente, fundamenta-se nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A prestação de serviços à comunidade, por meio das atividades de extensão, tem como objetivo democratizar a ciência, a cultura e os conhecimentos produzidos ou veiculados na vida acadêmica, melhorando, assim, a qualidade de vida e de atuação na comunidade.

A Extensão articula-se com a perspectiva de melhoria e aperfeiçoamento do ensino, oportunizando espaços de formação continuada aos seus egressos, demais professores e profissionais que atuam na esfera pedagógica.

Constitui-se em espaço de formação, oportunizando o desenvolvimento das competências educacionais, proporcionando o acesso a novos conhecimentos possíveis de serem refletidos e incorporados às práticas que ocorrem em diferentes espaços sociais. Desenvolve-se através da realização de encontros, seminários, convênios, estágios extracurriculares e cursos relacionados a

conhecimentos produzidos na Instituição, através de pesquisa ou provenientes dos saberes e competências de seus docentes ou convidados, atividades de formação continuada e eventos extracurriculares periódicos.

Desse modo, do desenvolvimento das atividades de extensão no Curso de Direito, almeja-se a incorporação de valores e de competências particularmente relevantes ao processo investigativo, como a atitude científica e investigativa; a autonomia científica; a disseminação do conhecimento; atitudes pautadas pela reflexão ética; a postura interdisciplinar e/ou transdisciplinar; a produtividade; a responsabilidade técnica, social e ambiental; e o senso crítico e inovador.

A extensão como elemento constituinte e indispensável no processo ensino-aprendizagem tem como bases fundantes produzir e dimensionar conhecimentos, alicerçados em sólidos valores como a ética, a excelência profissional, a valorização do ser humano, o compromisso social e ambiental, a seriedade e a responsabilidade.

A sala de aula é um espaço tradicional que possibilita a transmissão da informação, o aprendizado técnico e profissionalizante, tão necessários e fundamentais para a titulação de um acadêmico. Contudo, o compromisso da FAI é com a formação de cidadãos capazes de transformar a realidade em que vivem. E é exatamente nesse contexto que a extensão se coloca como oportunidade de aproximar o graduando dentro da realidade do cotidiano e das possibilidades de ampliação de suas experiências na busca de uma formação mais integrada e socialmente mais útil. Portanto, considera-se que o ensino universitário não pode ser feito distante e desintegrado da extensão.

Desse modo, as atividades de extensão do curso de Direito da FAI têm por finalidade a integração da formação teórica com atuação prática, e dessa com a comunidade. A execução das tarefas de extensão comunitária através de estágios curriculares e extracurriculares, projetos de atendimentos a população carente.

Os cursos e serviços de extensão são planejados e executados por iniciativa do curso e realizados pela Instituição, após submissão e aprovação do Colegiado do Curso e do Conselho Superior da FAI.

O curso mantém o Núcleo de Prática Jurídica, o qual presta atendimento jurídico gratuito à população carente do município e região. Entre as ações de extensão do curso incluem-se ainda a realização de palestras periódicas em escolas, para alunos do Ensino Médio, sobre temáticas envolvendo a cidadania ativa.

#### 1.6.2.7. Atividades de Iniciação Científica

O curso de Direito apoia a participação de seus alunos em atividades de iniciação científica, nos programas de extensão e em eventos diversos, de natureza educacional, cultural e científica, como estratégia do processo ensino-aprendizagem.

A participação dos alunos em projetos e programas de iniciação científica e de extensão, sempre é sob a orientação docente, fazendo parte da estratégia de aprendizagem e objetivando o estreitamento da relação professor-aluno.

O FAI estimula e incentiva os alunos do curso de Direito a produzirem artigos científicos para, posteriormente, serem publicados em revista acadêmica, da IES ou de outras instituições, conforme critérios estabelecidos pelo órgão competente.

#### 1.6.2.8. Currículo do Curso

O currículo do Curso de Direito da FAI foi estruturado para atender a Resolução CNE/CES nº 09, de 29 de setembro de 2004, que fixa as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Direito e para atender, também, as diretrizes do ENADE, previstas no artigo 7º da Portaria nº 201 de 22 de junho de 2012. Também, levou-se em consideração na estruturação do currículo a educação intra e interdisciplinar, transversal, empreendedora e humanista, qualificando o aluno para o exercício da atividade da Direito.

<b>DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE ACORDO COM AS DCN</b>			
<b>Curso:</b>	<b>Graduação:</b>	<b>Base Legal:</b>	
<i>Direito</i>	<i>Bacharelado</i>	<i>Resolução CNE/CES n. 9/2004</i>	
<b>Eixos de Formação</b>	<b>Conteúdos e Atividades</b>	<b>Desdobramento em Disciplinas</b>	<b>CHT</b>
<b>Art. 5º. Inciso I – Eixo de Formação Fundamental</b>	Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.	Ciência Política e Teoria do Estado	<b>60</b>
		Sociologia e Antropologia Jurídicas	<b>60</b>
		Filosofia do Direito e Hermenêutica Jurídica	<b>60</b>
		História e Introdução ao Estudo do Direito	<b>60</b>
		Economia	<b>60</b>
		Psicologia Jurídica	<b>60</b>
		Metodologia e Pesquisa Científica	<b>60</b>
		Liderança e Tomada de Decisão	<b>60</b>
		Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional	<b>60</b>
		Leitura e Interpretação de Texto	<b>60</b>
<b>Subtotal</b>			<b>600</b>
<b>Art. 5º. Inciso II – Eixo de Formação</b>	Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito	Direito Administrativo I	<b>60</b>
		Direito Administrativo II	<b>60</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE ACORDO COM AS DCN</b>			
<b>Curso:</b>	<b>Graduação:</b>	<b>Base Legal:</b>	
<i>Direito</i>	<i>Bacharelado</i>	<i>Resolução CNE/CES n. 9/2004</i>	
<b>Eixos de Formação</b>	<b>Conteúdos e Atividades</b>	<b>Desdobramento em Disciplinas</b>	<b>CHT</b>
<b>Profissional</b>	Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.	Direito Ambiental	60
		Direito Empresarial I	60
		Direito Empresarial II	60
		Direito Civil I	60
		Direito Civil II	60
		Direito Civil III	60
		Direito Civil IV	60
		Direito Civil V	60
		Direito Civil VI	60
		Direito Civil VII	
		Direito Constitucional I	60
		Direito Constitucional II	60
		Direito do Consumidor	60
		Direito Internacional	60
		Direito do Trabalho I	60
		Direito do Trabalho II	60
		Direito Penal I (Teoria do Delito)	60
		Direito Penal II (Teoria da Pena)	60
		Direito Penal III (Crimes em Espécie)	60
Direito Penal IV (Parte Especial)	60		
Direito da Seguridade Social	60		

<b>DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE ACORDO COM AS DCN</b>			
<b>Curso:</b>	<b>Graduação:</b>	<b>Base Legal:</b>	
<i>Direito</i>	<i>Bacharelado</i>	<i>Resolução CNE/CES n. 9/2004</i>	
<b>Eixos de Formação</b>	<b>Conteúdos e Atividades</b>	<b>Desdobramento em Disciplinas</b>	<b>CHT</b>
		Teoria Geral do Processo	60
		Direito Processual Civil I (Processo de Conhecimento)	60
		Direito Processual Civil II (Recursos)	60
		Direito Processual Civil III (Execução)	60
		Direito Processual Civil IV: Cautelares e Procedimentos Especiais	60
		Direito Processual Constitucional e Administrativo	60
		Direito Processual do Trabalho	60
		Direito Processual Penal I	60
		Direito Processual Penal II	60
		Direito Tributário I	60
		Direito Tributário II	60
		Direitos da Criança, Adolescente, Idoso e do Deficiente	60
		Mediação, conciliação e arbitragem	60
		Ética Profissional	60
		Responsabilidade Social e Ambiental	60
<b>Subtotal</b>			<b>2.280</b>
<b>Art. 5º. Inciso III - Eixo de Formação Prática</b>	Art. 7º Estágio Supervisionado	<i>Prática Jurídica I (Simulada)</i>	<b>75</b>
		<i>Prática Jurídica II (Cível)</i>	<b>75</b>
		<i>Prática Jurídica III (Penal)</i>	<b>75</b>
		<i>Prática Jurídica IV (Trabalhista)</i>	<b>75</b>
		<i>Prática Jurídica V (Conciliação, Mediação e Arbitragem)</i>	<b>75</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE ACORDO COM AS DCN</b>			
<b>Curso:</b>	<b>Graduação:</b>	<b>Base Legal:</b>	
<i>Direito</i>	<i>Bacharelado</i>	<i>Resolução CNE/CES n. 9/2004</i>	
<b>Eixos de Formação</b>	<b>Conteúdos e Atividades</b>	<b>Desdobramento em Disciplinas</b>	<b>CHT</b>
		<b>Subtotal</b>	<b>375</b>
	Art.8º Atividades Complementares	<i>Atividades Complementares I</i>	<b>40</b>
		<i>Atividades Complementares II</i>	<b>35</b>
		<i>Atividades Complementares III</i>	<b>30</b>
		<i>Atividades Complementares IV</i>	<b>30</b>
		<i>Atividades Complementares V</i>	<b>30</b>
		<i>Atividades Complementares VI</i>	<b>25</b>
		<i>Atividades Complementares VII</i>	<b>25</b>
		<i>Atividades Complementares VIII</i>	<b>25</b>
		<i>Atividades Complementares IX</i>	<b>25</b>
		<b>Subtotal</b>	<b>265</b>
	Art. 10. Trabalho de Curso	<i>TCC I - Pré-projeto</i>	<b>60</b>
		<i>TCC II - Projeto</i>	<b>60</b>
		<b>Subtotal</b>	<b>120</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>			<b>3.700</b>

O quadro abaixo relaciona as disciplinas da matriz curricular do curso com os objetos de conhecimento do Componente Específico apresentados na Portaria do ENADE fixados para área de Direito:

<b>Objetos de Conhecimento do Enade do Curso de Direito</b>	<b>Disciplinas da Matriz Curricular do Curso de Direito da Fai</b>
Formação generalista, humanística e axiológica.	Ciência Política e Teoria do Estado
	Sociologia e Antropologia Jurídicas

Objetos de Conhecimento do Enade do Curso de Direito	Disciplinas da Matriz Curricular do Curso de Direito da Fai
	História e Introdução ao Estudo do Direito
	Economia
	Psicologia Jurídica
	Metodologia e Pesquisa Científica
Capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica.	Filosofia do Direito e Hermenêutica Jurídica
	Leitura e Interpretação de Texto
Adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.	Direito Administrativo I
	Direito Administrativo II
	Direito Empresarial I
	Direito Empresarial II
	Direito Civil I
	Direito Civil II
	Direito Civil III
	Direito Civil IV
	Direito Civil V
	Direito Civil VI
	Direito Civil VII
	Direito Constitucional I
	Direito Constitucional II
	Direito do Trabalho I
	Direito do Trabalho II
	Direito Penal I (Teoria do Delito)
	Direito Penal II (Teoria da Pena)
	Direito Penal III (Crimes em Espécie)

Objetos de Conhecimento do Enade do Curso de Direito	Disciplinas da Matriz Curricular do Curso de Direito da Fai
	Direito Penal IV (Parte Especial) Teoria Geral do Processo Direito Processual Civil I (Processo de Conhecimento) Direito Processual Civil II (Recursos) Direito Processual Civil III (Execução) Direito Processual Civil IV: Cautelares e Procedimentos Especiais Direito Processual Constitucional e Administrativo Direito Processual do Trabalho Direito Processual Penal I Direito Processual Penal II Direito Tributário I Direito Tributário II
Atitude reflexiva, crítica e ética.	Direito Ambiental Direito do Consumidor Direito Internacional Direito da Seguridade Social Mediação, conciliação e arbitragem Direitos da Criança, Adolescente, Idoso e do Deficiente Ética Profissional Responsabilidade Social e Ambiental Liderança e Tomada de Decisão Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
Aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica.	TCC I - Pré-projeto TCC II - Projeto

Objetos de Conhecimento do Enade do Curso de Direito	Disciplinas da Matriz Curricular do Curso de Direito da Fai
	<i>Prática Jurídica I (Simulada)</i>
	<i>Prática Jurídica II (Cível)</i>
	<i>Prática Jurídica III (Penal)</i>
	<i>Prática Jurídica IV (Trabalhista)</i>
	<i>Prática Jurídica V (Conciliação, Mediação e Arbitragem)</i>



## 1.7.1. Ementário, objetivos, bibliografia e afins.

**1º Período****HISTÓRIA E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO****Ementa:**

Conceito e princípios da análise histórica. Direito primitivo. Sistemas de Direito. Direito na antiguidade clássica: Grécia e Roma. Noção de Direito. Direito e moral. Direito natural e direito positivo. Direito, equidade e justiça. Direito objetivo: direito público e direito privado. Direito subjetivo. Fontes do Direito. Princípios gerais do Direito. Norma e Ordenamento Jurídicos. Historicidade e novos paradigmas da cultura jurídica contemporânea.

**Objetivos:**

- Conhecer os primeiros conceitos e classificações do Direito; - Valorizar os princípios da justiça na compreensão do Direito Contemporâneo; - Conhecer os ramos do direito e a dicotomia entre o direito público e o direito privado, numa perspectiva crítica; - Discutir os novos paradigmas da teoria dos direitos para a sua compreensão, aplicação e eficácia; e - Contextualizar a relação jurídica na experiência cultural humana.

**Objetivos Específicos:**

- Compreender o significado do direito enquanto uma ciência de construção das relações humanas. Discutir os conceitos, ramos, fontes e fundamentos da parte geral do direito civil.

**Metodologia:**

Aulas expositivas baseadas em bibliografia previamente selecionada e seminários.

**Procedimentos de Ensino:**

- Aulas expositivas e dialogadas para a apresentação de conceitos fundamentais Debates antecedidos de leitura de textos previamente indicados pelo professor; e - Discussão interdisciplinar com as disciplinas afins sobre temas atuais com o intuito de tornar visível o fenômeno jurídico

**Recursos de Ensino:**

Projeção de fitas de vídeo ou sessões de filmes para serem assistidos fora do horário de aula, para posterior discussão dirigida em sala. Visita orientada à biblioteca para desenvolver o domínio técnico da pesquisa bibliográfica Jornais, revistas, periódicos, textos, filmes.

**Sistema de Avaliação:**

Provas escritas, trabalhos individuais e/ou em grupos e seminários.

**Habilidades e Competências:**

- Visualização dos princípios do direito para o desenvolvimento dos raciocínios lógico e crítico; - Compreensão do estudo sistemático com os demais campos de estudo, bem como a sua aplicação e eficácia; - Leitura de textos e documentos jurídicos com a devida utilização das normas técnicas para conhecimento da ciência do Direito; - Utilização do raciocínio e reflexão crítica na aplicação das principais fontes do Direito; e - Domínio da comunicabilidade e da objetividade pela utilização de uma linguagem jurídica na aplicação dos conceitos gerais das várias disciplinas do Direito.

**Bibliografia Básica:**

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2015.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

AZEVEDO, Luiz Carlos de. Introdução à História do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAVAZZONI,

Aluisio. História do Direito - Dos Sumérios até a nossa era. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2005.

KÜMPEL, Vitor Frederico. Introdução ao Estudo do Direito; São Paulo Método, 2009.

## **CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO**

**Ementa:**

Ciência Política: poder, governo, Estado e sociedade. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna. Teoria do Estado: Estado Moderno, Estado Contemporâneo. Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.

**Objetivos:**

- Apontar os fundamentos do Estado e sua composição diante dos imperativos da Globalização e os novos paradigmas de sua construção moderna; - Conhecer os fundamentos constitutivos do Estado (soberania, território e povo) e a evolução decorrente das mudanças e dos movimentos sociais; e - Identificar a construção do Estado Democrático de Direito, seja pelo controle do Poder Executivo ou pela intervenção do povo na esfera pública.

**Objetivos Específicos:**

- Conhecer as principais idéias do pensamento político ocidental, as representações governamentais e a respectiva representação no Estado Moderno e Contemporâneo; e - Compreender o ordenamento do Estado e das instituições políticas brasileiras à luz de seu processo histórico de formação.

**Metodologia:**

Aulas expositivas baseadas em textos previamente selecionados. Estudo dirigido baseado em temas propostos. Quando possível, seminários apresentados pelos alunos.

**Procedimentos de Ensino:**

- Aulas expositivas e dialógicas, estudo dirigido com leitura de textos; - Pesquisa, discussão dirigida, seminários; e - Exibição de vídeos e leitura de jornais para debates em aula.

**Recursos de Ensino:**

Projeção de fitas de vídeo ou sessões de filmes para serem assistidos fora do horário de aula, para posterior discussão dirigida em sala. Visita orientada à biblioteca para desenvolver o domínio técnico da pesquisa bibliográfica Jornais, revistas, periódicos, textos, filmes.

**Sistema de Avaliação:**

Provas escritas, trabalhos individuais e/ou em grupos e seminários.

**Habilidades e Competências:**

- Desenvolvimento de leitura para organização, expressão e comunicação dos fundamentos de construção do Estado, da Sociedade e do Direito, realizando interfaces com outras áreas do conhecimento, principalmente com os Direitos Constitucional e Internacional; - Estruturação sistêmica do Direito na formação do Estado Brasileiro e o Direito Constitucional como paradigma dos demais

campos da ciência jurídica; e - Capacidade analítica do processo de construção da cidadania no mundo ocidental e seu reflexo no direito brasileiro.

**Bibliografia Básica:**

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. São Paulo: Malheiros, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva, 2010.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de teoria do estado e ciência política. São Paulo: Celso Bastos editora, 2004.

**Bibliografia Complementar:**

Os clássicos da política 1: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. Francisco C. Weffort (org.). São Paulo: Ática, 2005.

Os clássicos da política 2: Burker, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. São Paulo: Ática, 2005.

BONAVIDES, Paulo. Do estado liberal ao estado social. São Paulo: Malheiros, 2014.

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do estado. São Paulo: Globo, 2008.

Introdução à história do pensamento político. Antonio Carlos Wolkmer. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

**ECONOMIA****Ementa:**

Introdução à Economia. Contexto histórico da Economia Política. Raízes e postulados das propostas clássicas, neoclássicas, marxista e keynesiana. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Desenvolvimento econômico e papel do Direito. Análise econômica do Direito. Tendências contemporâneas em Economia Política.

**Objetivos:**

- Identificar os marcos reguladores nas relações econômicas internas e internacionais, bem como os elementos característicos do processo de globalização com a integração do mercado e suas repercussões na produção nacional; e - Compreender os conceitos gerais de Economia enquanto ciência inserida no contexto político e social e seus reflexos no meio ambiente.

**Objetivos Específicos:**

- Permitir ao alunado o conhecimento do processo evolutivo da Economia e suas repercussões sociais.

**Metodologia:**

Aulas teóricas associadas a debates.

**Procedimentos de Ensino:**

- Aulas expositivas e dialogadas com a participação dos alunos, através de exemplos atuais expostos na mídia; - Leitura de textos atuais visando debates em relação ao tema proposto; e - Trabalho em grupo para discussão da economia no contexto nacional e internacional com os conteúdos programáticos.

**Recursos de Ensino:**

- Artigos de mídia impressa; e - Doutrina.

**Sistema de Avaliação:**

Prova escrita e participação em sala de aula.

**Habilidades e Competências:**

- Leitura para compreensão e elaboração de textos correlacionados entre a Economia e o Direito; - Domínio dos métodos que permitem a compreensão da economia globalizada e sua influência no contexto da economia no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro; e - Correta interpretação e aplicação dos marcos reguladores nas relações econômicas internacionais e nacionais e no mercado produtivo de trabalho.

**Bibliografia Básica:**

ROSSETI, José Paschoal. Introdução a Economia. São Paulo: Atlas, 2015.

VASCONCELLOS, M.A.S. & GARCIA, M.E. Fundamentos de Economia. Saraiva, 2012.

MANKIWI, N.G. Introdução à Economia. Cengage, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

GONÇALVES, Antônio Carlos Pôrto ...[et al.]. Economia Aplicada. Rio de Janeiro: FGV, [2010]. (FGV Management).

PASSOS, Carlos Roberto Martins, NOGAMI, Otto. Princípios de Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARMONA, Charles Ulises de Montreuil [et al.]. Finanças corporativas e mercado. São Paulo, Atlas, 2009.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: Produtos e Serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

**DIREITO CIVIL I**

**Ementa:**

Conceito e princípios do Direito Civil. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB. Constitucionalização do Direito Civil. Pessoas: naturais e jurídicas. Bens. Fatos jurídicos: negócio jurídico, atos jurídicos, prescrição e decadência, prova. Perspectivas do Direito Civil.

**Objetivos:**

- Compreender a terminologia e o método jurídico que se exprimem numa linguagem própria como a ciência do Direito; - Identificar os institutos da teoria geral do Direito Civil; - Compreender as características e a dinâmica do direito civil; - Analisar os elementos de constituição e validade dos sujeitos de direito; e - Compreender os bens protegidos pelo direito.

**Objetivos Específicos:**

- Permitir ao aluno conhecer os elementos integrantes da relação jurídica de natureza privada.

**Metodologia:**

Aulas teóricas associadas a debates.

**Procedimentos de Ensino:**

- Aulas expositivas e dialogadas; - Debates antecedidos de leitura domiciliar; - Projeção de vídeos ou filmes com posterior discussões dirigidas em sala de aula, para desenvolvimento da oralidade e a conexão de ideias; e - Visita orientada à biblioteca para conhecimento do acervo e desenvolvimento técnico da pesquisa bibliográfica e jurisprudência.

**Recursos de Ensino:**

- Sentenças e acórdãos; - Publicações em livros, jornais e periódicos; e - Televisão, vídeos e DVD.

**Sistema de Avaliação:**

Prova escrita e participação em sala de aula.

**Habilidades e Competências:**

- Utilização do raciocínio e reflexão críticos na aplicação das fontes do Direito; - Leitura e interpretação da doutrina civilista para o domínio de seus conceitos; - Conhecimento para aplicação das normas do Direito Civil nos demais campos do Direito; e - Correta utilização da terminologia jurídica e institutos da parte geral do Direito Civil como sequência lógica dos demais conteúdos do direito privado.

**Bibliografia Básica:**

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2015. v.1.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: introdução ao direito civil, teoria geral de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v.1.

**Bibliografia Complementar:**

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2014.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2007.

CASTRO, Guilherme Couto de. Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões. Niterói/RJ: Impetus, 2012.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.

WALD, Arnaldo. Direito civil: introdução e parte geral. São Paulo: Saraiva, 2003.

## LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

**Ementa:**

Estudo sobre a Comunicação oral e escrita. Interpretação de textos: técnicas básicas. Orientação sobre normas redacionais e recursos expressivos. Desenvolvimento de textos e contextos associados à área de atuação e estudos dirigidos. Decodificação e leitura crítica. Tipologias e gêneros textuais e discursivos. Argumentação. Coesão referencial e sequencial a partir de contextos específicos.

**Objetivos:**

Oportunizar o desenvolvimento de habilidades e a construção de competências para ler e produzir textos com discursos culturais literários, históricos, profissionais, de cunho informativo ou de ficção.

**Objetivos Específicos:**

- Desenvolver competências relativas à leitura e interpretação de textos, pertencentes às diferentes situações de interação e de comunicação; - Proporcionar habilidades de leitura e produção de textos de tipologia e gêneros distintos; - Viabilizar a prática textual: estruturação de textos, coesão e coerência textuais, parágrafo, tópico frasal, desenvolvimento; - Enfatizar aspectos da língua em uso, adequação vocabular com intuito de favorecer a ampliação da competência comunicativa dos alunos; e - Produzir textos escritos argumentativos: comentários, crítica, crônica e artigo de opinião.

**Metodologia:**

Aulas teóricas e práticas por meio da aplicação de exercícios.

**Procedimentos de Ensino:**

- Leitura e debate de textos básicos e de Apoio, com recursos de hipertextos e hiperídia através com rede de internet; - Apresentação de filmes e slides através com rede de internet; e - Debates abordando as questões polêmicas da Nova Ortografia da Língua Portuguesa, com o uso das interfaces do Portal Universitário.

**Recursos de Ensino:**

Serão utilizadas as ferramentas de interação, informação e das Atividades de Aprendizagem com rede de internet tais como: Debates/Fórum, Exercícios, Agenda, Enquetes, Biblioteca Virtual, Blogs e Wiki, com fins pedagógicos.

**Sistema de Avaliação:**

- Interatividade - 10% Será avaliada a interação do aluno com o conteúdo disponível no AVA semanalmente. Serão considerados itens como a visualização das páginas de conteúdo, acesso aos materiais sugeridos (textos, vídeos, links e livros), leitura e participação em fóruns e realização das atividades propostas;

- Avaliações parciais - 30% Ao final das 2ª e 5ª semanas de estudo da disciplina, será proposta uma atividade avaliativa individual. Cada uma dessas atividades corresponde a 15% da nota final da disciplina; e
- Prova presencial - 60% São duas provas que abrangem os conteúdos da disciplina: uma após a unidade 3 e a outra prova após a unidade 6.

**Habilidades e Competências:**

- Ler e produzir escritas com uso de padrão formal da língua; - Observar, investigar e compreender contextos sociais diversos através da leitura e da produção textual; - Dialogar com o que lê e argumentar criticamente seu próprio discurso; - Identificar marcas e contextualizadores textuais; - Compreender e interpretar textos de gêneros diversos; - Escrever com coerência discursiva e coesão textual; - Resenhar textos literários; e - Resumir textos informativos.

**Bibliografia Básica:**

- ABREU, Antônio Suarez. Curso de redação. São Paulo: Ática, 2004.
- HARTMANN, Schirley Horácio de Gois; SANTAROSA, Sebastião Donizete. Práticas de escrita para letramento no ensino superior. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- SILVA, Maurício; COSTA, Elenice Alves da. O novo acordo ortográfico e Guia prático de ortografia. São Paulo: Contexto, 2012.
- WEG, Rosana de Moraes e JESUS, Virgínia Antunes. A língua como instrumento. São Paulo: Contexto, 2011

**Bibliografia Complementar:**

- BLINKSTEIN, Izidoro. Técnicas de Comunicação Escrita. São Paulo: Contexto, 2016.
- GOMES, Maria Lúcia de Castro. Metodologia da Língua Portuguesa. Curitiba: IBPEX, 2011.
- GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. Comunicação e Linguagem. São Paulo: Pearson, 2011.
- LÉON, Cleide Bacil et alii. Comunicação e Expressão. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2013.
- SILVA, Rita do Carmo da. A Linguística do Texto na Sala de Aula. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012.
- FERREIRA, Luiz Antônio. Linguagem e Persuasão. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIORIN, José Luiz & SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2001.

**2º Período****DIREITO CIVIL II****Ementa:**

Conceito e princípios do Direito das Obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Perspectivas do Direito das Obrigações.

**Objetivos:**

- Compreender a estrutura da relação obrigacional, qual seja, os elementos subjetivo e objetivo, o vínculo jurídico e a responsabilidade; - Classificar as principais modalidades de obrigação, suas características e aplicação nos demais conteúdos que gravitam ao seu redor; - Reconhecer a perspectiva civil-constitucional das relações obrigacionais como processo funcional e dinâmico, condicionado pela realidade econômica de seu tempo, informada pelo conjunto de valores que permeia o ordenamento como sistema aberto de fontes normativas, unificadas pela ordem pública constitucional; e - Aplicar os conceitos da Teoria Geral das Obrigações e do dever de indenizar para efetiva prevenção e resolução de conflitos.

**Objetivos Específicos:**

- Conhecer a Teoria das Obrigações; - Analisar e discutir as principais espécies de obrigações e as sanções aplicáveis em caso de inexecução da obrigação; e - Analisar e interpretar a relação jurídica obrigacional: conceito, modalidades, efeitos, transmissão e extinção das obrigações.

**Metodologia:**

Aulas teóricas e práticas, com aplicação de estudo de casos práticos e resolução de questões jurídicas.

**Procedimentos de Ensino:**

- Aulas expositivas e dialogadas com discussão doutrinária. Análise de jurisprudência. Estudo de casos. Trabalhos em grupos com defesa oral. Trabalhos de pesquisa extraclasse. Resolução domiciliar de exercícios.

**Recursos de Ensino:**

- Internet; data show; - Pesquisa doutrinária na biblioteca; e - Textos de apoio publicados em periódicos, jornais e Internet.

**Sistema de Avaliação:**

Provas dissertativas e de múltipla escolha envolvendo casos práticos e teóricos.

**Habilidades e Competências:**

- Capacidade técnica para problematização e equacionamento de questões práticas colocadas no terreno obrigacional e no terreno da responsabilidade civil; - Atuação ética, com responsabilidade social, para construção de uma sociedade incluyente e solidária; e - Exegese da legislação para compreensão da estrutura obrigacional como suporte preliminar ao estudo dos contratos e demais ramos do Direito.

**Bibliografia Básica:**

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2015. v.2.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Atlas, 2015. v.2.

CASTRO, Guilherme Couto de. Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões. Niterói/RJ: Impetus, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Código civil e constituição federal. São Paulo: Saraiva, 2015.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações contatuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2015. v.3.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

NORONHA, Fernando. Direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2013.

WALD, Arnoldo. Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2.

**DIREITO CONSTITUCIONAL I**

**Ementa:**

História do Direito Constitucional. Teoria da Constituição. Constitucionalismo. Constituição de 1988. Teoria dos Direitos Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos da nacionalidade, direitos políticos. Garantias processuais dos direitos fundamentais.

**Objetivos:**

- Conhecer as normas constitucionais através da leitura e manuseio do arcabouço constitucional compreendendo a estrutura formal e sistemática da Constituição; - Reconhecer a teoria da

Constituição e os princípios fundamentais do Sistema Constitucional visualizando as normas constitucionais, sua eficácia, aplicabilidade e interpretação para a compreensão da organização e formação do Estado Brasileiro; - Entender os entes federados e os processos de intervenção; e - Analisar a divisão orgânica dos poderes e suas respectivas composições, bem como as instituições cujas funções são essenciais à Justiça.

**Objetivos Específicos:**

- Analisar a Teoria da Constituição e os princípios fundamentais do sistema constitucional brasileiro; - Discutir os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente; e - Apreender a repartição federativa e funcional do poder constitucional.

**Metodologia:**

Aulas expositivas e debates. Apresentação de casos práticos. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

**Procedimentos de Ensino:**

- Aulas expositivas e dialogadas com discussões monitoradas; e - Seminários dirigidos com análise de casos concretos.

**Recursos de Ensino:**

Vídeos, data-show, publicações na mídia sobre questões constitucionais e em revistas especializadas.

**Sistema de Avaliação:**

Provas escritas e participação em sala de aula.

**Habilidades e Competências:**

- Interpretação das normas constitucionais através de leitura da doutrina, da legislação e da jurisprudência para a compreensão do arcabouço constitucional brasileiro; - Desenvolvimento da capacidade de pesquisa e utilização das normas constitucionais para aplicação nas discussões acadêmicas; e - Percepção da constitucionalização do Direito e a interface com outras disciplinas com visão sistêmica dos princípios e normas como instrumentos de realização dos direitos.

**Bibliografia Básica:**

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2015.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015.

CHIMENTI, Ricardo Cunha...[et. al.] Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Flávia Bahia. Direito constitucional. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.

**DIREITO PENAL I****Ementa:**

Conceito e princípios do Direito Penal. Relações do Direito Penal. Norma penal. Aplicação da Lei Penal. Crime. Tipicidade. Tentativa. Antijuricidade. Culpabilidade. Concurso de Pessoas.

**Objetivos:**

- Conhecer os institutos da parte geral do Direito Penal, para compreensão e aplicação dos demais institutos das partes geral e especial; - Compreender a existência do Direito Penal no tempo e no

espaço em consonância com a parte geral dos institutos; e - Analisar a teoria geral do crime pelo estudo dos institutos caracterizadores da tipicidade, tentativa, injuridicidade e culpabilidade.

**Objetivos Específicos:**

- Conhecer a história do Direito Penal; - Dar ao aluno uma visão panorâmica do Direito Penal, enfatizando aspectos teóricos e práticos da disciplina em consonância com as novas correntes do pensamento contemporâneo; - Estudar a teoria de aplicação das normas penais, a Teoria do Crime; - Entender a antijuridicidade, analisando as causas de exclusão da ilicitude; e - Analisar a culpabilidade e por ultimo o concurso de agentes.

**Metodologia:**

Aulas expositivas e discursivas. Apresentação de casos práticos. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

**Procedimentos de Ensino:**

– Aulas expositivas e dialogadas, resolução de casos concretos; e – Exercícios, debates.

**Recursos de Ensino:**

- Recursos materiais: Código Penal e Constituição Federal; - Casos concretos para discussão envolvendo direito penal e direitos humanos. Exercícios; e - Discussão sobre casos atuais lançados na mídia.

**Sistema de Avaliação:**

Provas discursivas, com questões objetivas e casos práticos, a serem solucionados com o auxílio da legislação pertinente.

**Habilidades e Competências:**

- Desenvolvimento da leitura da legislação, doutrina e jurisprudência para conhecimento da terminologia técnica, capacidade de interpretação e aplicação dos tipos penais; e - Utilização correta da terminologia jurídica na aplicação e interpretação do direito penal nos demais campos da ciência jurídica.

**Bibliografia Básica:**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. São Paulo: 2015.

MIRABETE, Julio Fabrini, FABRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte geral. São Paulo: Atlas, 2015. v.1.

**Bibliografia Complementar:**

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2016. v.1.

JESUS, Damásio de. Direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.

GRECO, Rogério. Resumos gráficos de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2012. v.1.

ZAFFARONI, E. Raúl. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2013. v.1.

**SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA JURÍDICA**

**Ementa:**

Sociologia e Sociologia Jurídica. Contexto histórico da Sociologia Jurídica. Quadros teóricos referenciais para o estudo da relação Direito / Sociedade. Sociologia do Direito Natural. Durkheim, Weber, Marx. Tendências contemporâneas. Antropologia e cultura. Histórico da Antropologia Jurídica. Etnologia. Tolerância. Relações étnicoraciais, indígenas, ambientais e minorias.

**Objetivos:**

- Reconhecer a Sociologia e a Antropologia como disciplinas, a partir de um debate com referenciais teóricos e metodológicos básicos; - Construir uma visão mais complexa dos fenômenos sociais da contemporaneidade; - Desenvolver, através das ferramentas teóricas oferecidas pelas Ciências Sociais, a compreensão e a construção da valorização da diversidade sociocultural; - Tornar o aprendizado Das ciências sociais um recurso intelectual para a construção das práticas do cotidiano (incluindo as práticas profissionais); e - Fazer dos instrumentos teóricos da Sociologia e da Antropologia mecanismos que garantam a formação de um cidadão capaz de avaliar de forma crítica os dilemas da realidade brasileira.

**Objetivos Específicos:**

- Compreender o significado de sociedade enquanto uma construção social historicamente definida; - Desenvolver uma reflexão crítica da formação da sociedade civil e do trabalho a partir dos contextos históricos; e - Discutir os principais problemas teóricos que a ciência social. Identificar o desenvolvimento do capitalismo e suas contradições pela abordagem da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, com destaque especial para as relações de trabalho.

**Metodologia:**

Aulas expositivas. Debates: questões propostas fundamentadas nos problemas cotidianos apresentados pelos meios de comunicação. Projeção de filmes e documentários.

**Procedimentos de Ensino:**

- Debates sobre os principais pontos discutidos, com o uso das interfaces com a rede de internet; - Pesquisa de doutrina na Biblioteca. Exercícios ou trabalhos fora de sala de aula; - Resolução de problemas jurídicos; e - Pesquisa na internet sobre legislação ou jurisprudência. Elaboração de petições e peças processuais. Sessões de filmes.

**Recursos de Ensino:**

- Serão utilizadas as ferramentas de interação, informação e das Atividades de Aprendizagem com rede de internet e buscas nos sites especializados de jurisprudência e doutrina.

**Sistema de Avaliação:**

Provas Discursivas com consulta a partir de problemas propostos e/ou artigos de Jornal.

**Habilidades e Competências:**

- Utilização dos Estudos Das ciências sociais como conhecimento mediador, que ajuda a privilegiar temas e questões importantes para outras áreas; - Aprendizado e uso de termos, noções, conceitos e categorias novas ou pouco conhecidas, que podem ajudar para a formação acadêmica e profissional dos estudantes dos cursos de graduação; - Incorporação de alguns conceitos socioantropológicos básicos a fim de construir instrumentos que possibilitem a consideração respeitosa sobre as diferenças individuais e sociais; - Desenvolvimento da compreensão da realidade social como resultado das relações sociais; - Construção de um olhar de estranhamento e distanciamento; e - Capacidade de entendimento dos processos sociais da atualidade.

**Bibliografia Básica:**

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Sociologia Jurídica. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, [2015].

DIAS, Reinaldo. Sociologia do Direito: a abordagem do fenômeno jurídico como fato social São Paulo: Atlas, 2014.

ANDRADE, Marina Marconi. Antropologia: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2005.

**Bibliografia Complementar:**

DIAS, Reinaldo. Introdução à Sociologia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia? São Paulo: Brasiliense, [2014].

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre/RS: Penso, 2012  
SCURO NETO, Pedro. Sociologia Geral e Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009.  
QUINTEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: *Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

## **METODOLOGIA E PESQUISA CIENTÍFICA**

### **Ementa:**

A disciplina visa trabalhar a importância da pesquisa científica na formação do profissional nas diferentes áreas, desenvolvendo o senso investigativo, reflexivo e crítico.

### **Objetivos:**

Desafiar o aluno à interação com o conhecimento acadêmico-científico, apresentando diretrizes de estudo para leitura e produção de textos científicos.

### **Objetivos Específicos:**

- Conhecer técnicas e métodos científicos para a elaboração de trabalhos acadêmicos; - Elaborar textos acadêmicos segundo as normas da ABNT vigentes; e - Construir um projeto de pesquisa.

### **Metodologia:**

Aulas teóricas e práticas por meio da aplicação de exercícios.

### **Procedimentos de Ensino:**

- Leitura e debate de textos através com rede de internet; - Testes através com rede de internet; e - Apresentação de filmes e slides sobre história da ciência através do portal.

### **Recursos de Ensino:**

Serão utilizadas as ferramentas de interação, informação e das Atividades de Aprendizagem com rede de internet tais como: Debates/Fórum, Exercícios, Agenda, Enquetes, Biblioteca Virtual, Blogs e Wiki, com fins pedagógicos.

### **Sistema de Avaliação:**

- Interatividade - 10% Será avaliada a interação do aluno com o conteúdo disponível no AVA semanalmente. Serão considerados itens como a visualização das páginas de conteúdo, acesso aos materiais sugeridos (textos, vídeos, links e livros), leitura e participação em fóruns e realização das atividades propostas;

- Avaliações parciais - 30% Ao final das 2ª e 5ª semanas de estudo da disciplina, será proposta uma atividade avaliativa individual. Cada uma dessas atividades corresponde a 15% da nota final da disciplina; e

- Prova presencial - 60% São duas provas que abrangem os conteúdos da disciplina: uma após a unidade 3 e a outra prova após a unidade 6.

### **Habilidades e Competências:**

- Leitura e escrita acadêmica; - Observar, investigar e compreender contextos sociais diversos; - Resumir, através de discurso linguístico, o que ver e ler; - Comentar sobre temas diversos; - Argumentar criticamente, apresentando seu ponto de vista; - Justificar seus argumentos; - Solucionar situações-problemas investigados; - Escrever com coerência; - Elaborar resumo e resenha dos materiais solicitados; - Formular problemas e coletar informações; - Analisar informações; e - Escrever um projeto de pesquisa a partir de dados observados e sala de aula.

### **Bibliografia Básica:**

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.  
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2011.  
Minayo & Minayo-Gómez. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da Ciência. São Paulo: Cengage Learning. 2012.  
KÖCKE, José Carlos. Fundamentos da Metodologia Científica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.  
MARCELINO, Nelson Carvalho (org.). Introdução às Ciências Sociais. São Paulo: Papirus, 2013.  
MASCARENHAS, Sidnei A. Metodologia Científica. São Paulo: Pearson Education, 2012.  
SEABRA, Giovanni de Farias. Pesquisa científica: o método em questão. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.  
TRUJILLO FERRARI, Alfonso. Metodologia da ciência. 2 ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

**3º Período****DIREITO CIVIL III****Ementa:**

Desenvolvimento histórico do direito contratual. Princípios fundamentais do direito contratual. Teoria Geral dos Contratos. Dos Contratos em Espécie. Atos unilaterais. Tendências e perspectivas do Direito contratual.

**Objetivos:**

– Identificar a natureza jurídica dos contratos em espécie e os respectivos efeitos jurídicos em consonância com os institutos básicos da Teoria Geral dos Contratos; – Reconhecer a perspectiva civil-constitucional dos contratos e a sua função social; e – Aplicar os conceitos referentes aos contratos na sua celebração, execução e interpretação, assim como na composição de conflitos contratuais na prática jurídica.

**Objetivos Específicos:**

Estudar a teoria geral dos contratos; - Examinar os elementos constituintes de diferentes tipos de contrato; - Discutir a natureza jurídica dos contratos; - Permitir ao aluno compreender a teoria geral dos contratos, absorvendo a importância dos principais conceitos e princípios que norteiam as relações contratuais no Brasil.

**Metodologia:**

Aulas Teóricas e exposição de casos práticos.

**Procedimentos de Ensino:**

- Aulas expositivas e dialogadas com discussão doutrinária; – Leitura e interpretação da legislação e da jurisprudência pertinentes; e – Trabalhos de pesquisa com discussão orientada sobre casos concretos.

**Recursos de Ensino:**

Artigos da mídia. Internet. Coletânea de jurisprudência. Exercícios.

**Sistema de Avaliação:**

Provas dissertativas e de múltipla escolha envolvendo casos práticos e teóricos.

**Habilidades e Competências:**

– Utilização dos princípios constitucionais como instrumentos aptos a solucionar conflitos, demandando inovadoras respostas jurídicas pela densidade normativa que adquirem no caso concreto; – Desenvolvimento de reflexão crítica e raciocínio lógico no estudo e aplicação dos contratos; e – Leitura e análise de instrumentos contratuais para a sua aprendizagem de celebração,

execução e interpretação, com visão prática na composição de conflitos contratuais, judiciais e extrajudiciais para o exercício da profissão.

**Bibliografia Básica:**

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade. São Paulo: Saraiva, 2004. v.3

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2015. v.3.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e dos contratos. São Paulo: Atlas, 2015. v.2

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Código civil e Constituição Federal. São Paulo: Saraiva, 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: contratos: teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.4

WALD, Arnaldo. Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral dos contratos típicos e atípicos. São Paulo: Atlas, 2004.

LEITE, Marcelo, STRAUSS, Thiago. Direito civil em mapas mentais: parte geral, obrigações e contratos. Niterói/RJ: Impetus, 2014. v.3

**DIREITO PENAL II****Ementa:**

Teoria da pena. As penas em espécie. Aplicação da pena. Sursis e livramento condicional da pena e efeitos da condenação e reabilitação. Medidas de Segurança. A ação Penal. Execução da Pena. Lei de Execução Penal. Extinção da Punibilidade.

**Objetivos:**

- Reconhecer no Direito Penal o direito de Liberdade, compreendendo o sentido político, social e ético do direito de punir; – Analisar a aplicação da pena como instrumento de reabilitação do condenado; e
- Identificar as várias espécies de pena decorrentes da condenação penal.

**Objetivos Específicos:**

Dar ao aluno uma visão panorâmica do Direito Penal, enfatizando aspectos teóricos e práticos da Teoria da Pena. Analisando vários pontos relevantes, bem como: Concurso de Crimes. Dos Crimes Aberrantes. Limite das Penas. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação Criminal. Medida de Segurança. Conhecer os tipos de ação penal. Conhecer e aplicar as causas de Extinção da Punibilidade.

**Metodologia:**

Aulas expositivas e discursivas. Apresentação de casos práticos. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

**Procedimentos de Ensino:**

Aulas expositivas, estudos dirigidos e estudo de casos.

**Recursos de Ensino:**

- Recursos materiais: Código Penal e Constituição Federal; e
- Estudo de casos concretos. Exercícios. Discussão sobre casos atuais lançados na mídia.

**Sistema de Avaliação:**

Provas discursivas, com questões objetivas e casos práticos, a serem solucionados com o auxílio de legislação pertinente.

**Habilidades e Competências:**

– Leitura para compreensão da doutrina sobre o crime visando a correta aplicação das penas cominadas; – Utilização e domínio dos conceitos relacionados às várias espécies de pena para a adequada aplicação do Direito; e – Uso correto da terminologia jurídica na aplicação e interpretação do Direito Penal.

**Bibliografia Básica:**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. São Paulo: 2015.

MIRABETE, Julio Fabrini, FABRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte geral. São Paulo: Atlas, 2015. v.1

**Bibliografia Complementar:**

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2016. v.1

JESUS, Damásio de. Direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1

GRECO, Rogério. Resumos gráficos de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2012. v.1

ZAFFARONI, E. Raúl. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2013. v.1

**DIREITO CONSTITUCIONAL II****Ementa:**

Estrutura e Organização do Estado Brasileiro. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Organização e competências dos Poderes. Funções Essenciais da Justiça. Da ordem econômica, financeira e social. Controle de Constitucionalidade. Perspectivas do Direito Constitucional.

**Objetivos:**

- Compreender a organização do Estado e a estrutura básica dos poderes da República; - Conhecer a estrutura e os mecanismos de defesa do Estado e as garantias constitucionais; e - Conhecer a ordem social e econômica constitucional.

**Objetivos Específicos:**

- Conhecer a organização dos Poderes e suas competências; - Conhecer os elementos constitucionais que estruturam o arcabouço constitucional, como os elementos de Defesa do Estado e da sociedade, da Tributação, da Ordem Econômica e Social; e - Analisar e interpretar a organização e atuação do Estado e as formas de controle delimitadas pela Constituição Federal.

**Metodologia:**

Aulas expositivas e discursivas. Apresentação de casos práticos. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

**Procedimentos de Ensino:**

- Aulas expositivas e dialogadas com discussões monitoradas; e - Seminários dirigidos com análise de casos concretos.

**Recursos de Ensino:**

- Projeção de vídeos, data-show; e - Utilização de publicações na mídia sobre questões constitucionais e em revistas especializadas.

**Sistema de Avaliação:**

Provas discursivas, questões objetivas e casos práticos a serem solucionados com o auxílio da legislação pertinente.

**Habilidades e Competências:**

A utilização de raciocínio jurídico de argumentação no exercício das atividades interpretativas, integrativas e de aplicação do Direito Constitucional Inteligência lingüística pelo uso do vocabulário

jurídico, e capacidade de reconhecer nos textos legais, doutrinários e jurisprudenciais, os institutos do Direito Constitucional, bem como argumentar em torno deles Utilização dos princípios jurídicos constitucionais no exercício da interpretação e aplicação do Direito.

**Bibliografia Básica:**

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2015.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015.

CHIMENTI, Ricardo Cunha...[et. al.] Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Flávia Bahia. Direito constitucional. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.

**FILOSOFIA DO DIREITO E HERMENEUTICA JURÍDICA****Ementa:**

Filosofia e Filosofia do Direito. Quadros teóricos referenciais e principais pensadores da Filosofia do Direito. Relações entre Política, Filosofia, Ética e Direito. Tendências filosóficas contemporâneas. Evolução histórica do pensamento hermenêutico, Conceito e objeto da hermenêutica jurídica. Teoria e métodos de interpretação. Antinomias jurídicas e critérios de solução. Lógica da aplicação da norma jurídica e teoria do argumento jurídico.

**Objetivos:**

- Propiciar a compreensão dos alicerces jusfilosóficos do pensamento jurídico contemporâneo; - Identificar as escolas e teorias jurídicas a partir da leitura das teses propostas pelos jusfilósofos e juristas contemporâneos; e - Propiciar um conhecimento que legitime a melhor forma de desenvolver os processos de interpretação e integração do Direito à luz do pensamento jusfilosófico histórico e contemporâneo.

**Objetivos Específicos:**

- Possibilitar um sólido conhecimento geral permitindo variados tipos de formação e habilitações; - Contribuir para o amadurecimento intelectual do aluno, discutindo inquietações teóricas através do tempo como manifestação humana frente aos problemas de cada tempo histórico; - Incentivar a formação humanística para que o futuro graduado possa articular esse conhecimento com os desafios exigidos no exercício profissional; - Despertar inquietações relativas á problematização da justiça; - Compreender as co-relações existentes entre o direito e a reflexão filosófica; - Fomentar cm reflexão crítica e sistemática do ordenamento jurídico; e - Evidenciar os aspectos axiológicos que emanam e permeiam a realidade jurídica.

**Metodologia:**

Aula expositiva. Leitura de textos e artigos publicados nos meios de comunicação, correlacionando teoria e cotidiano.

**Procedimentos de Ensino:**

Estudo de casos, Seminários-Debate e Trabalho em grupos.

**Recursos de Ensino:**

Textos, data-show, roteiro para estudo de casos e roteiro para seminários.

**Sistema de Avaliação:**

Provas com consulta a partir de problemas oferecidos.

**Habilidades e Competências:**

- Demonstração e utilização dos conhecimentos adquiridos para a correlação dos conceitos, às escolas e às teorias jusfilosóficas abordadas em aula a casos concretos e às experiências cotidianas do mundo jurídico; e - Compreensão da importância do conhecimento filosófico na formação jurídico humanística do profissional do Direito.

**Bibliografia Básica:**

REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2015.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Cone Editora, 1995.

**Bibliografia Complementar:**

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito. Clarence Morris (org.). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia do direito e à lógica jurídica, norma jurídica e aplicação do direito. São Paulo: Saraiva, 2012.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. Cinco lições de filosofia do direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SALDANHA, Nelson. Ordem e hermenêutica. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

**Ementa:**

Estudo do ambiente socioambiental local, regional, nacional e internacional. Sustentabilidade planetária. Desafios socioambientais. Legislação ambiental do Brasil e da região de abrangência. Legislação de educação ambiental na política educacional. Políticas públicas e meio ambiente. A educação ambiental na escola e na sociedade. Desenvolvimento de ações visando o desenvolvimento local. Integração entre as experiências acadêmicas e o enfoque ambiental.

**Objetivos:**

Promover a compreensão da necessidade de manutenção do equilíbrio socioambiental para a sustentabilidade do planeta e da responsabilidade diante dos desafios socioambientais.

**Objetivos Específicos:**

- Entender os desafios e responsabilidade socioambientais; - Compreender como a sustentabilidade vem sendo tratada pelas diferentes organizações no âmbito mundial, regional e local; - Avaliar a elaboração e implantação de programas de responsabilidade social empresarial; e - Compreender a legislação relacionada com o meio ambiente.

**Metodologia:**

Aulas teóricas e práticas por meio da aplicação de exercícios.

**Procedimentos de Ensino:**

- Leitura e debate de textos por meio da rede de internet; e - Apresentação de filmes e slides por meio do portal.

**Recursos de Ensino:**

Serão utilizadas as ferramentas de interação, informação e das Atividades de Aprendizagem com rede de internet tais como: Debates/Fórum, Exercícios, Agenda, Enquetes, Biblioteca Virtual, Blogs e Wiki, com fins pedagógicos.

**Sistema de Avaliação:**

- Interatividade - 10% Será avaliada a interação do aluno com o conteúdo disponível no AVA semanalmente. Serão considerados itens como a visualização das páginas de conteúdo, acesso aos materiais sugeridos (textos, vídeos, links e livros), leitura e participação em fóruns e realização das atividades propostas;

- Avaliações parciais - 30% Ao final das 2ª e 5ª semanas de estudo da disciplina, será proposta uma atividade avaliativa individual. Cada uma dessas atividades corresponde a 15% da nota final da disciplina; e

- Prova presencial - 60% São duas provas que abrangem os conteúdos da disciplina: uma após a unidade 3 e a outra prova após a unidade 6.

**Habilidades e Competências:**

Compreender a importância da responsabilidade social e ambiental. Conhecer conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Identificar desafios socioambientais relacionados com água, energia, resíduos sólidos, mudanças climáticas e mobilidade urbana. Compreender as práticas de sustentabilidade que estão sendo adotadas pelas organizações. Analisar as iniciativas de responsabilidade social corporativa. Entender as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas para combater os impactos ambientais. Conhecer as políticas públicas que fomentam a educação ambiental. Conhecer iniciativas que estão sendo desenvolvidas para reduzir os impactos ambientais e contribuir com a vida das pessoas.

**Bibliografia Básica:**

BERTÉ, R. Gestão Socioambiental no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2012.

PERSEGUINI, A.S. Responsabilidade Social. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

STADLER, A.; MAIOLI, M. R. Organizações e Desenvolvimento Sustentável. Vol. 1. Curitiba: InterSaberes, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

ALENCASTRO, M. S. C. Empresas, Ambiente e Sociedade: introdução à gestão socioambiental corporativa. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ALENCASTRO, M. S. C. Ética e Meio Ambiente: construindo as bases para um futuro sustentável. Curitiba: InterSaberes, 2015.

DIAS, R. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.

PHILLIPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental e Sustentabilidade. 2ª ed. Barueri: Manole, 2014.

YUNUS, M. Um mundo sem pobreza: a empresa social e o capitalismo do futuro. São Paulo: Ática, 2008.

**4º Período****DIREITO CIVIL IV****Ementa:**

Conceito e princípios da responsabilidade civil. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores. Responsabilidade civil das relações de consumo. Responsabilidade civil do Estado e seus agentes. Perspectivas da responsabilidade civil.

**Objetivos:**

- Conhecer as teorias da responsabilidade civil para a aplicação prática junto aos demais institutos jurídicos; - Aplicar as regras da responsabilidade civil nos demais microsistemas; e - Discutir os conteúdos teórico-práticos da responsabilidade civil para o desenvolvimento da capacidade de argumentação e raciocínio lógico.

**Objetivos Específicos:**

Permitir o conhecimento aprofundado das teorias atinentes à Responsabilidade Civil, sobretudo com base na lei, doutrina e jurisprudência civil brasileira, e a possibilidade de análise das questões controvertidas acerca do instituto.

**Metodologia:**

Aulas expositivas combinadas com debates em aula sobre as tendências jurisprudenciais.

**Procedimentos de Ensino:**

- Aula expositiva e dialogada com uso da legislação pertinente; - Discussão dirigida com ênfase no direito obrigacional; - Estudo de casos, com utilização de jurisprudência; e - Pesquisa em grupo com defesa oral e debates.

**Recursos de Ensino:**

- Textos de apoio publicados em periódicos, jornais e Internet; - Coletânea de jurisprudência e casos concretos; e - Textos extraídos dos livros contidos na bibliografia básica e complementar.

**Sistema de Avaliação:**

Provas com questões objetivas e dissertativas combinadas com participação nas aulas.

**Habilidades e Competências:**

- Leitura para interpretação e reconhecimento dos elementos que caracterizam o dano e as modalidades de responsabilidade; e - Desenvolvimento do raciocínio lógico para a tomada de decisão na análise dos institutos que indicam os procedimentos a serem adotados na propositura de uma ação de responsabilidade civil.

**Bibliografia Básica:**

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2014.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2012. v.7.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: obrigações, responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2014. v.2.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Código civil e Constituição Federal. São Paulo: Saraiva, 2015.

CASTRO, Guilherme Couto de. Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões. Niterói/RJ: Impetus, 2012.

RODRIGUES, Sílvio. Curso de direito civil: parte geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2014.

DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. São Paulo: Saraiva, 2014.

FIUZA, César. Curso de direito civil - Curso completo. Belo Horizonte/MG: Del Rey, 2014.

**DIREITO PENAL III**

**Ementa:**

Crimes em Espécie. Introdução à parte especial. Crimes contra a pessoa. Crimes de perigo para a vida e a saúde. Rixa. Crimes contra a honra. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio, correspondência e dos segredos. Crimes

contra o costume. Crimes contra a família. Crimes contra a dignidade sexual.

**Objetivos:**

– Definir materialmente os crimes em espécie citados na ementa, objetivando diferenciá-los das demais modalidades de que trata a parte especial do Direito Penal para a correta compreensão prática; e – Identificar os crimes contra a fé pública, a paz pública, a incolumidade pública, os costumes, os previstos na legislação específica sobre entorpecentes, hediondos, trânsito e a prisão temporária, suas especificidades e características.

**Objetivos Específicos:**

- Analisar os crimes em espécies em perfeita sintonia com a parte geral, ministrada nos períodos anteriores; - Compreender a lei substantiva no que concerne a punição pela prática de atos ilícitos; - Estudar os crimes, tendo por escopo principal, a compreensão do tipo objetivo, tipo subjetivo, objeto jurídico, objeto material, sujeito ativo e passivo e classificação doutrinária; - Analisar a lei substantiva, contextualizando-a no cenário jurídico nacional, visando assim o estudo dos preceitos legais à luz da doutrina e da jurisprudência; e - Colaborar para o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa dos alunos, por meio da aplicação dos conhecimentos fornecidos em sala de aula. Através de tarefas teóricas e práticas.

**Metodologia:**

Aulas expositivas e discursivas. Apresentação de casos práticos. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

**Procedimentos de Ensino:**

- Exposição do tema, perguntas e respostas para controle da compreensão e estímulo à reflexão do aluno; - Análise de situações reais trazidas pela doutrina, jurisprudência e mídia; e - Apresentação de trabalhos em grupo com discussão orientada.

**Recursos de Ensino:**

– Análise de jurisprudências e leitura da legislação; e – Publicações em livros, jornais e periódicos.

**Sistema de Avaliação:**

Provas discursivas, com questões teóricas e objetivas. Casos práticos a serem solucionados com o auxílio da legislação pertinente. Trabalhos.

**Habilidades e Competências:**

– Desenvolvimento do raciocínio lógico-jurídico na leitura das figuras tipificadoras de cada crime objetivando diferenciá-los dos demais para a correta aplicação prática na vida profissional; e – Leitura e interpretação da doutrina específica com o Estudo de casos esquemáticos oferecidos pelo professor durante as aulas para o desenvolvimento da capacidade de argumentação.

**Bibliografia Básica:**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa. São Paulo: Saraiva, 2015. v.2

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. São Paulo: 2015.

MIRABETE, Julio Fabrini, FABRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte especial arts. 121 a 234-B do CP. São Paulo: Atlas, 2015. v.2

**Bibliografia Complementar:**

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial artigos 121 a 212 do código penal. Niterói/RJ: Impetus, 2016. v.2

JESUS, Damásio de. Direito penal: parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio. São Paulo: Saraiva, 2015. v.2

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa a dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 121 a 212). São Paulo: Saraiva, 2015. v.2

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Dos crimes contra a pessoa. São Paulo: Saraiva, 2015. (Coleção sinopse jurídica, v.8)

ZAFFARONI, E. Raúl. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2013. v.2

## **DIREITO INTERNACIONAL**

### **Ementa:**

Conceito e princípios do Direito Internacional. DI Público e DI Privado. Principais doutrinas do DIP. Sujeitos de DIP. Organizações Internacionais. Ser humano e humanidade. Normas de DIP. Conflitos de normas no DIP. Responsabilidade internacional. Jurisdição internacional. População e nacionalidade. Imunidades. Proteção diplomática. Condição do estrangeiro. Domínio público internacional. Solução de conflitos. Perspectivas do Direito Internacional.

### **Objetivos:**

- Aplicar os conceitos “clássicos” do direito internacional público, bem como apresentar as mudanças ocorridas na sociedade internacional com o advento do “processo de construção” do conceito de globalização; - Analisar os processos históricos de desenvolvimento da ordem jurídica internacional com seus reflexos na ordem constitucional brasileira; e - Aplicar os conceitos do direito internacional privado na análise e produção criativa do direito brasileiro.

### **Objetivos Específicos:**

- Demonstrar como se articula o Direito interno com o direito externo; - Demonstrar a Política Internacional Brasileira; - Analisar o comportamento dos diversos atores que operam na Sociedade Internacional de forma dinâmica; - Analisar como as relações exteriores se processam no contexto brasileiro; - Evidenciar a especificidade das normas de DIP em relação a outras categorias de normas jurídicas. Proporcionar elementos atualizados de informação, relativos às relações internacionais; e - Estimular o raciocínio crítico do discente. Avaliar diversos mecanismos jurídicos contemporâneos da “sociedade internacional”.

### **Metodologia:**

Aulas teóricas associadas a debates.

### **Procedimentos de Ensino:**

- Aula expositiva e dialogada com o uso da legislação; - Discussão dirigida com ênfase a legislação relativa aos demais campos de aplicação da Lei Internacional; - Pesquisa jurisprudencial. Discussão sobre fatos da mídia; e - Trabalhos em grupo.

### **Recursos de Ensino:**

- Análise de jurisprudência; e - Artigos de revistas especializadas e jornais.

### **Sistema de Avaliação:**

Prova escrita e participação em sala de aula.

### **Habilidades e Competências:**

- Senso crítico pela análise dos institutos jurídicos do direito internacional, com a leitura e interpretação dos tratados internacionais, da doutrina e da jurisprudência dos principais tribunais internacionais; - Senso crítico pela análise dos institutos jurídicos do direito comparado, com a leitura e interpretação da legislação, da doutrina e da jurisprudência do direito brasileiro e do direito

estrangeiro; e - Leitura da doutrina para aplicação da norma estrangeira ao direito brasileiro em consonância com os Direitos Humanos.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL. Legislação do direito internacional. São Paulo: Saraiva, 2015.

TEIXEIRA, Carla Noura. Direito internacional: público, privado e dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2009.

ARIOSI, Mariângela. Conflitos entre tratados internacionais e leis internas: o judiciário brasileiro e a nova ordem internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

**Bibliografia Complementar:**

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direito internacional público: parte geral. São Paulo: RT, 2010.

CRETELLA JÚNIOR, José, CRETELLA NETO, José. 1.000 perguntas e respostas de direito internacional público e privado. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FÜHRER, Maximilianus C. A., MILARÉ, Édis. Manual de direito público & privado. São Paulo: RT, 2011.

GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2013.

BREGALDA, Gustavo. Direito internacional público e direito internacional privado. São Paulo: Atlas, 2007.

**TEORIA GERAL DO PROCESSO****Ementa:**

Direito Processual: conceito e especificidades. Processo e Constituição: princípios constitucionais e negociais do processo. Poder Judiciário e funções essenciais à justiça. Institutos fundamentais do Direito Processual: jurisdição e competência, ação e defesa, processo e procedimento. Partes e procuradores. Órgãos judiciários e auxiliares da justiça. Tendências contemporâneas em Direito Processual.

**Objetivos:**

- Identificar as formas de solução de conflitos admitidas nos vários ramos do Direito Processual; - Compreender a jurisdição como função estatal e pacificadora das relações sociais e jurídicas; e - Avaliar os princípios gerais do processo como institutos que estabelecem as formas de composição dos conflitos

identificando cada procedimento

**Objetivos Específicos:**

- Diferenciar o direito processual do direito material e o papel do processo como forma de solução dos conflitos de interesses; - Conhecer os princípios processuais e entender a posição dos mesmos como justificativa do processo; - Compreender a Jurisdição como um poder essencial do Estado e o processo como instrumento de atuação da Jurisdição; - Compreender o modo de atuação da Jurisdição, através da organização judiciária constitucionalmente definida e do estudo da competência; - Conhecimento da controvérsia sobre a natureza jurídica da ação, suas teorias e considerações críticas sobre as mesmas; e - Estudo de conceitos essenciais da ação: condições, elementos, litispendência.

**Metodologia:**

Aulas expositivas baseadas em bibliografia previamente selecionada e seminários.

**Procedimentos de Ensino:**

- Aulas expositivas e dialogadas; - Estudo de casos com emprego de lei e jurisprudência; - Filme sobre atos processuais seguidos de discussão dirigida; e - Simulados com audiência. Seminários.

**Recursos de Ensino:**

Textos, data-show, roteiro para estudo de casos e roteiro para seminários.

**Sistema de Avaliação:**

Provas com consulta a partir de problemas oferecidos.

**Habilidades e Competências:**

– Leitura de textos e de doutrina das várias teorias da parte geral do processo para seu reconhecimento e aplicá-las com a utilização da terminologia técnica; e – Desenvolvimento de reflexão crítica e raciocínio jurídico para a correta aplicação prática da teoria geral do processo nos demais ramos do processo.

**Bibliografia Básica:**

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2015.  
ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria geral do processo. Rio de Janeiro: Forense, 2015.  
MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil: teoria geral do processo civil. São Paulo: RT, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Barueri/SP: Manole, 2017.  
MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Atlas, 2015.  
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.1  
GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo e auxiliares da justiça. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1  
CONRADO, Paulo Cesar. Introdução à teoria geral do processo civil. São Paulo: Max Limonad, 2003.  
BATISTA, Francisco de Paula. Compêndio de teoria e prática do processo civil. Campinas/SP: Russell, 2002.

**LIDERANÇA E TOMADA DE DECISÃO****Ementa:**

Liderança e Poder nas Organizações. Desenvolvimento de Liderança. Relação entre Liderança e Motivação. Tomada de Decisão: tipos de problemas e níveis de decisão. Modelo teórico do processo decisório. Etapas do processo decisório. Aspectos comportamentais da tomada de decisão.

**Objetivos:**

- Desenvolver estratégias de leitura: índices de previsibilidade, explicitação do conteúdo implícito, levantamento de hipóteses, relações de causa e consequência, de temporalidade e espacialidade, transferência, síntese, generalização; - Comparar textos, buscando semelhanças e diferenças quanto às idéias e à forma; - Desenvolver habilidades de leitura de textos verbais e não verbais; - Comparar textos, buscando semelhanças e diferenças quanto ao gênero e às idéias; - Produzir textos de diferentes gêneros textuais; - Utilizar diferentes estratégias de argumentação; e - Usar a língua padrão escrita e ampliar o vocabulário.

**Objetivos Específicos:**

- Incentivar o processo de liderança; - Ampliar a capacidade de interpretação de textos; - Capacitar o aluno para o emprego correto das regras da ortografia e da gramática; e - Possibilitar a reelaboração de conhecimentos lingüísticos adquiridos em cursos anteriores com vistas a um desempenho mais efetivo na área de trabalho.

**Metodologia:**

Aulas teóricas e práticas por meio da aplicação de exercícios.

**Procedimentos de Ensino:**

- Leitura e debate de textos básicos e de Apoio, com recursos de hipertextos e hiperímia através com rede de internet; - Apresentação de filmes e slides através com rede de internet; e - Debates

abordando as questões polêmicas da Nova Ortografia da Língua Portuguesa, com o uso das interfaces do Portal Universitário.

**Recursos de Ensino:**

Serão utilizadas as ferramentas de interação, informação e das Atividades de Aprendizagem com rede de internet tais como: Debates/Fórum, Exercícios, Agenda, Enquetes, Biblioteca Virtual, Blogs e Wiki, com fins pedagógicos.

**Sistema de Avaliação:**

- Interatividade - 10% Será avaliada a interação do aluno com o conteúdo disponível no AVA semanalmente. Serão considerados itens como a visualização das páginas de conteúdo, acesso aos materiais sugeridos (textos, vídeos, links e livros), leitura e participação em fóruns e realização das atividades propostas;
- Avaliações parciais - 30% Ao final das 2ª e 5ª semanas de estudo da disciplina, será proposta uma atividade avaliativa individual. Cada uma dessas atividades corresponde a 15% da nota final da disciplina; e
- Prova presencial - 60% São duas provas que abrangem os conteúdos da disciplina: uma após a unidade 3 e a outra prova após a unidade 6.

**Habilidades e Competências:**

- Organização, expressão e comunicação do pensamento; - Raciocínio lógico e análise crítica; e - Observação, interpretação e análise de dados e informações.

**Bibliografia Básica:**

ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da fundamentação jurídica. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. (Biblioteca Forense de Direito Internacional).

BARROSO, Darlan; BOLOGNESI, João; ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. Manual de redação jurídica e língua portuguesa para a OAB. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. (Col.Prática Forense, 8)

TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, A. Linguagem jurídica e argumentação: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

ABREU, Antônio Suárez. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. 13. ed. Cotia:: Ateliê Editorial, 2013.

BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem jurídica: semiótica, discurso e direito. 6. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2015.

MACEDO, Iraécio Ferreira; FETZNER, Néli Luiza Cavalieri; TAVARES JUNIOR, Nelson Carlos. Lições de gramática aplicadas ao texto jurídico. 4. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

VALVERDE, Alda Marques; Lições de argumentação jurídica: da teoria à prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

VIANA, Joseval Martins. Manual de redação forense e prática jurídica. 6. ed. rev. São Paulo: MÉTODO, 2010.

**5º Período****DIREITO CIVIL V****Ementa:**

Família: transformações e ruptura. O sistema patrilinial: o Direito clássico, origens e desenvolvimento. Raízes históricas e sociológicas do sistema do Código Civil Brasileiro. As reformas

contemporâneas. Tendências. Direito de Família e aspectos constitucionais. Direito matrimonial; Direito parental; Direito assistencial. "Comunidade de sangue" e "Comunidade de afeto". A filiação dentro e fora do casamento; a situação jurídica da mulher. Da União conjugal. Parentesco. Tutela. Curatela. Ausência. Alimentos.

**Objetivos:**

Analisar as normas jurídicas que regulam as relações entre pessoas unidas pelo matrimônio, pela união estável e pelo parentesco; Introduzir a compreensão técnica da matéria e a solução de questões teóricas e práticas; Desenvolver uma visão crítica e interdisciplinar, salientando os dispositivos da Constituição Federal acerca das relações familiares. Conhecer os aspectos sociais, econômicos e pessoais para interpretação e aplicação do Direito de Família; Possibilitar a compreensão das transformações no âmbito das entidades familiares.

**Bibliografia Básica:**

MONTEIRO, Washington de Barros, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Curso de direito civil: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. São Paulo: Saraiva. v.5

CASTRO, Guilherme Couto de. Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões. Niterói/RJ: Impetus, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

DIAS, Maria berenice. Manual de Direito das famílias. São Pulo: Revista dos Tribunais, 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direito de família. São Paulo: Forense/GEN, 2017.

PERLINGIERI, Pietro. Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional. São paulo: Renovar, 2017.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: direito de família. São Paulo: saraiva, 2017.

TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. São Paulo: Renovar, 2016.

**DIREITO PENAL IV****Ementa:**

Crimes econômicos: Crimes falimentares; Repressão ao abuso de poder econômico. Crimes contra o sistema financeiro nacional; Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo; Lavagem e ocultação de bens. Crimes de tortura. Crimes de Drogas. Crimes hediondos e Lei do Crime Organizado. Crimes de trânsito. Crimes de armas de fogo. Crimes contra o consumidor. Uma visão de crimes de imprensa e crimes eleitorais. Crimes de Violência Doméstica: Lei Maria da Penha.

**Objetivos:**

Proporcionar uma visão ampla da legislação penal; Analisar as inúmeras legislações surgidas após a vigência do Código Penal e o gradual processo de descodificação; Demonstrar o papel limitador do Estado na esfera privada.

**Bibliografia Básica:**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a administração pública e dos crimes praticados por prefeitos. São Paulo: Saraiva, 2015. v.5

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. Rio de Janeiro: Forense,, 2015.

MIRABETE, Julio Fabbrini, FABBRINI, Renato N. Manual de direito penal: parte especial arts. 235 a 361 do CP. São Paulo: Atlas, 2015. v.3

**Bibliografia Complementar:**

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial arts. 213 a 361 do código penal. Niterói/RJ: Impetus, 2016. v.3

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: legislação penal especial: abuso de autoridade, crime organizado, crimes ambientais, crimes de trânsito, crimes hediondos, drogas, estatuto do

desarmamento, interceptação telefônica, juizados especiais criminais, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, terrorismo, tortura. São Paulo: Saraiva, 2015. v.4

JESUS, Damásio de. Direito penal: parte especial crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública. São Paulo: Saraiva, 2015. v.3

JESUS, Damásio de. Direito penal: parte especial crimes contra a fé pública a crimes contra a administração pública. São Paulo: Saraiva, 2015. v.4

HABIB, Gabriel. O direito penal do inimigo e a Lei de crimes hediondos. Niterói/RJ: Impetus, 2016.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

### **Ementa:**

Do Processo de Conhecimento. Procedimentos Sumário e Sumaríssimo. Das partes. Intervenção de terceiros. Procedimento Ordinário: Da Petição inicial e seus requisitos; Das decisões a serem proferidas pelo juiz. Citação e suas formas; Das possíveis repostas do Réu: (Contestação; Reconvenção; Exceções; impugnação ao valor da causa; Ação Declaratória Incidental); Da revelia e seus efeitos; Das Providências Preliminares; Do Julgamento conforme o Estado do Processo; Da audiência preliminar; Das Provas; Da Audiência de Instrução e Julgamento; Da Sentença e da Coisa Julgada. Cumprimento voluntário da sentença.

### **Objetivos:**

Fornecer a formação na área do Direito Processual Civil; Demonstrar a importância da disciplina na prática jurídica; Despertar um raciocínio que permita o desenvolvimento de uma visão crítica ante o processo, com enfoque sobre as peculiaridades dos procedimentos; Introduzir ao acesso à jurisdição.

### **Bibliografia Básica:**

DIDIER JR. Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. Salvador/BA: JusPodivm, 2015. v.1.

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo de processo civil Niterói/RJ: Impetus, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito processual civil esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015.

### **Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Barueri/SP: Manole, 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. São Paulo: Método, 2015. Volume único.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo do conhecimento, procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v.1.

WAMBIER, Luiz Rodrigues, TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: RT, 2015. v.1

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.1

SILVA, Edward Carlyle. Direito processual civil. Niterói/RJ: Impetus, 2014.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO I**

### **Ementa:**

Origem, objeto e conceito do Direito Administrativo. Administração pública. Regime jurídico administrativo. Divisão da Administração Pública. Administração Pública Direta e Indireta. Entidades Públicas. Entidades do Terceiro Setor. Entidades Paraestatais. Poderes e Deveres do Administrador Público. Servidores e Agentes públicos. Atos administrativos. Contrato administrativo e licitação.

### **Objetivos:**

Conhecer o Direito Administrativo, como ciência jurídica e ramo científico e autônomo do Direito, cujo Sistema Jurídico rege a Administração Pública; Demonstrar a fundamental importância deste ramo do Direito nas atividades jurídicas do profissional do Direito; Proporcionar conhecimentos específicos e sua potencial utilização no exercício das carreiras jurídicas; Desenvolver o raciocínio jurídico-científico

do Direito Administrativo; Despertar uma visão crítica, política e social da Administração Pública Brasileira, objetivando uma formação científica e social do jurista, como agente do desenvolvimento socioeconômico do país.

**Bibliografia Básica:**

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2014.  
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2015.  
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2012.  
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2015.  
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Método, 2015.  
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2014.  
GONÇALVES, Andreia. Legislação Administrativa e correlata. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL****Ementa:**

Compreensão do fenômeno Empreendedorismo. Características do perfil empreendedor para o cenário mundial, nacional e regional. Reconhecimento de oportunidades e mercados potenciais para desenvolver um empreendimento. Estudo da responsabilidade, riscos e consequências. Visão estratégica sobre o campo de atuação. Desafios e competências requeridas pelo cenário atual.

**Objetivos:**

Promover a compreensão dos principais fundamentos do empreendedorismo e da gestão e liderança empreendedora, sob a perspectiva da visão estratégica. Desenvolver competências para conhecer e entender o contexto dos negócios na área de atuação do curso e o cenário socioeconômico regional. Identificar oportunidades e alternativas, de forma agregar conhecimentos, valor social e valor econômico, para as pessoas e organizações.

**Bibliografia Básica:**

DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: LTC, 2014.  
Empreendedorismo: estratégia de sobrevivência para pequenas empresas. Osvaldo Farah...[et.al.] coord. São Paulo: Saraiva, 2012.  
MENDES, Jerônimo, Zaiden, Empreendedorismo para jovens. São Paulo: Atlas, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

LEITE, Emanuel. O fenômeno do empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2012.  
DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.  
SABBAG, Paulo Yazigi. Gerenciamento de projetos e empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2013.  
Empreendedorismo sustentável. Cândido Borges (org.) São Paulo: Saraiva, 2014.  
HISRICH, Robert D., PETERS, Michael P., SHEPHERD, Dean A.. Empreendedorismo. Porto Alegre/RS: McGraw Hill, 2014.

**6º Período****DIREITO CIVIL VI****Ementa:**

Direito das Sucessões. Espécie de Sucessão. Aceitação da herança. Petição de Herança. Cessão de Herança. Herança Jacente. Inventário, Arrolamento e Partilha.

**Objetivos:**

Compreender os fundamentos do Direito das sucessões; Interpretar e aplicar as normas a partir de uma construção crítica e contemporânea; Conhecer os princípios aplicáveis do sistema jurídico, visando à resolução de demandas do Direito sucessório; Construir uma perspectiva jurídica de compreensão do papel da sucessão hereditária; Analisar os mecanismos de proteção constitucional capazes de propor soluções adequadas aos problemas.

**Bibliografia Básica:**

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2015. v.7.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direito das sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v.6

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Atlas, 2015. v.7

**Bibliografia Complementar:**

GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2015. v.7

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2007. v.7

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2015.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Direito civil: sucessões. São Paulo: Atlas, 2007. (Série Fundamentos jurídicos, v.7).

CASTRO, Guilherme Couto de. Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões. Niterói/RJ: Impetus, 2012.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL I****Ementa:**

Sistema Inquisitivo e Sistema Acusatório. Crítica à Teoria Geral do Processo e a necessidade de respeito às categorias jurídica próprias do processo penal. Fundamento da existência do Processo Penal - instrumentalidade garantista. Princípios e garantias constitucionais do processo penal. Lei Processual Penal no tempo e no espaço. Normas processuais penais puras e mistas. Aplicação imediata e retroatividade das normas mistas. A investigação preliminar: do inquérito Policial e outras formas de investigação preliminar. Eficácia probatória: atos de prova e atos de investigação. A situação jurídica do sujeito passivo. Da ação penal. Ação Civil *ex delicto*. Jurisdição. Competência. Competência da Justiça especial - militar e eleitoral. Competência da Justiça comum - federal e estadual. Prerrogativa de função. Conexão e continência. Processo e pressupostos processuais. Sujeitos e Partes Processuais. Vítima e assistência da acusação. Medidas Assecuratórias.

**Objetivos:**

Introduzir o aprendizado crítico do processo penal, a partir de um paradigma constitucional e da matriz humanista do garantismo processual-penal; Proporcionar nova leitura acerca das regras e princípios do sistema jurídico processual penal; Analisar a estrutura sistemática e os princípios gerais do Processo Penal, bem como o papel dos sujeitos processuais.

**Bibliografia Básica:**

OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2015.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2015.

RANGEL, Paulo. Direito processualpenal. São Paulo: Atlas, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

LIMA, Renato Brasiliro de. Manual de processo penal. Salvador/BA: JusPodvm, 2015.

MACHADO, Antônio Alberto. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ISHIDA, Válder Kenji. Processo penal. São Paulo: Atlas, 2013.

ALVES, Reinaldo Rossano. Direito processual penal. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL II****Ementa:**

Princípios do sistema recursal brasileiro. Pressupostos Recursais. Efeitos dos Recursos. Sistema recursal do processo civil brasileiro. Reexame Necessário. Recurso Inominado. Apelação. Agravo. Embargos de Declaração. Embargos de Divergência. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Sucedâneos recursais.

**Objetivos:**

Estudar os princípios gerais e constitucionais dos recursos; Analisar as várias espécies recursais e respectivas peculiaridades; Proporcionar o conhecimento das fases interlocutórias e recursais. Proporcionar um entendimento crítico dos procedimentos específicos; Analisar os principais procedimentos especiais, bem como as ações de cunho cautelar.

**Bibliografia Básica:**

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Curso completo de processo civil Niterói/RJ: Impetus, 2015.

SILVA, Edward Carlyle. Direito processual civil. Niterói/RJ: Impetus, 2014.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Rio de Janeiro: Método, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Barueri/SP: Manole, 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.2.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria dos recursos, recursos em espécie e processo de execução. São Paulo: Atlas, 2015. v.2.

GONLAVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: atos processuais a recursos e processos nos tribunais. v.2

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014.

**DIREITO ADMINISTRATIVO II****Ementa:**

Patrimônio Público. Princípio da Probidade Administrativa. Licitação e Contratos Administrativos. Inexecução e extinção. Agentes Públicos. Processo Administrativo. Administração Pública e Intervenção na Ordem Econômica. A Ordem Econômica na Constituição Federal. Serviços Públicos. A Exploração Compartida dos Serviços Públicos. Concessão. Permissão. Autorização. O Princípio da Segurança Jurídica. Organizações Sociais. Domínio Público. Gestão dos Bens Públicos. Classificação. Formas de Aquisição e Alienação dos Bens Públicos. Utilização dos Bens Públicos. Os Bens Públicos em Espécie. Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Jurisdicionais.

**Objetivos:**

Proporcionar o estudo do Direito Administrativo, como disciplina científica e como corpo de normas jurídicas; Analisar os princípios e os institutos que regem a Administração Pública e os agentes que nela atuam a serviço público; Demonstrar as formas de intervenção na propriedade privada; Avaliar a relação existente dos bens que integram a Administração Pública e a responsabilidade civil do Estado.

**Bibliografia Básica:**

NASCIMENTO, Elyesley Silva do. Curso de direito administrativo. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Altas, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2015.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Método, 2015.  
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2014.  
GONÇALVES, Andreia. Legislação Administrativa e correlata. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

## **PSICOLOGIA JURÍDICA**

### **Ementa:**

Definição, origens e desenvolvimento da psicologia jurídica. Fundamentos epistemológicos e conceituais da psicologia aplicados à área jurídica. Aplicações possíveis da intervenção psicológica nas áreas cíveis e criminais.

### **Objetivos:**

Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade tocantinense e brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas, às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.

### **Bibliografia Básica:**

FIORELLI, J. O. MANGINI, R. C. R. Psicologia Jurídica. São Paulo: Editora Atlas, 2015.  
PINHEIRO, C. Psicologia Jurídica. Coleção Direito Vivo. São Paulo: Saraiva, 2015.  
SILVA, D. M. P. Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

### **Bibliografia Complementar:**

CAIRES, M. A. de F. Psicologia jurídica: implicações conceituais e aplicações práticas. São Paulo: Vetor, 2003.  
GONÇALVES, H. S. Infância e violência no Brasil. Rio de Janeiro: Nau editora/Faperj, 2003.  
GROENINGA, G. C., PEREIRA, R. da C. Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003.  
PAULO, B. M. Psicologia na prática jurídica: a criança em foco. São Paulo: Saraiva, 2012.  
SHINE, S. A espada de Salomão: a psicologia e a disputa de guarda dos filhos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

## **PRÁTICA JURÍDICA I**

### **Ementa:**

Revisão do conteúdo teórico visto ao longo do curso, na forma de aplicação prática no Juízo Simulado do NPJ referente à elaboração de demandas judiciais; formulação de defesa, contestação, etc.; realização de audiências cíveis como parte e procurador, na forma da legislação processual.

### **Objetivos:**

Aplicar conhecimentos teóricos adquiridos, motivando seus estudos e possibilitando maior assimilação das disciplinas jurídicas, processuais e materiais; Compreender o funcionamento dos mecanismos processuais, lides forenses, da legislação processual, bem como a aplicação dos dispositivos instrumentais atinentes à elaboração de demandas, formulação de defesas e realização de audiências; Demonstrar os princípios processuais na resolução dos conflitos intersubjetivos de interesses, tais como a oralidade, a economicidade, o contraditório, a verdade real, além de outros pertinentes ao processo em geral; Desenvolver as capacidades operatórias do Direito, preparando-os para assistir a comunidade carente, destinatária dos serviços jurídicos prestados pelo NPJ, orientando e encaminhando soluções.

**Bibliografia Básica:**

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2015.  
ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria geral do processo. Rio de Janeiro: Forense, 2015.  
MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil: teoria geral do processo civil. São Paulo: RT, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Barueri/SP: Manole, 2017.  
MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Atlas, 2015.  
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.1  
GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo e auxiliares da justiça. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1  
CONRADO, Paulo Cesar. Introdução à teoria geral do processo civil. São Paulo: Max Limonad, 2003.  
BATISTA, Francisco de Paula. Compêndio de teoria e prática do processo civil. Campinas/SP: Russell, 2002.

**7º Período****DIREITO CIVIL VII****Ementa:**

Relação entre os Direitos reais e pessoais em face da teoria da situação jurídica. Posse e propriedade em perspectiva histórico-dogmática. A propriedade como instituto e como mentalidade. Análise dogmática dos institutos da posse, da propriedade e dos Direitos reais sobre coisa alheia no Direito brasileiro com as formas de aquisição da propriedade. Condomínio. Servidão. Usufruto. Uso. Habilitação. Das Garantias. Alienação fiduciária. Registro de Imóveis.

**Objetivos:**

Compreender os elementos fundamentais relativos aos Direitos reais no contexto do regime de apropriação privada, considerando o norte estabelecido pela Constituição em vigor, em especial à função social da propriedade. Construir o conjunto de conhecimentos essenciais à identificação das bases históricas do Direito das coisas, bem como a sua interação com os outros ramos do Direito e suas consequências; Compreender os Direitos fundamentais e sua implicação quanto à consagração dos princípios ordenadores das situações pessoais e patrimoniais; Refletir sobre a propriedade e suas garantias, em especial para o seu conceito no processo da constitucionalização do Direito privado, e, como adequação as disposições da atual Constituição Faltou: Usucapião Federal.

**Bibliografia Básica:**

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direitos reais. São Paulo: Atlas, 2015. v.5  
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2012. v.3.  
FARIAS, Cristiano Chaves de, ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: reais. São Paulo: Atlas, 2015. v.5.

**Bibliografia Complementar:**

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2015. v.5  
RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2009. v.5  
PEREIRA Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direitos reais, posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v.4.  
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 4.  
NASCIMENTO, Tupinambá Miguel castro do. Posse e propriedade. Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado editora, 2003.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL III****Ementa:**

Processo de execução. Noções preliminares. Títulos executivos. Espécie de Execução. Execução para a entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Defesas do devedor. Cumprimento de sentença. Impugnação. Embargo de terceiro. Liquidações de sentença.

**Objetivos:**

Proporcionar uma perspectiva crítica dos procedimentos específicos relativos aos processos de execução; Analisar os procedimentos especiais. Estimular os aspectos profissionais do Direito, as demandas e o ajuizamento das ações urgentes.

**Bibliografia Básica:**

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo de processo civil Niterói/RJ: Impetus, 2015.

SILVA, Edward Carlyle. Direito processual civil. Niterói/RJ: Impetus, 2014.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Rio de Janeiro: Método, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Barueri/SP: Manole, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento da sentença, processo cautelar e tutela de urgência. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v.2.

WAMBIER, Luiz Rodrigues, TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: execução. São Paulo: RT, 2015. v.2

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais. São Paulo: Atlas, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil: execução e processo cautela. São Paulo: Saraiva, 2010. v.3

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: processo de execução e procedimentos especiais. São Paulo: Saraiva, 2012. v.3

**DIREITO PROCESSUAL PENAL II**

**Ementa:** Da Ação Penal. Do Processo. Procedimento. Da Instrução Criminal. Da Sentença Penal.

**Objetivos:**

Conhecer a ação penal, seus princípios, as espécies de ação penal no processo penal brasileiro; Analisar as medidas assecuratórias, bem como questões prejudiciais; Conhecer a respeito das provas no processo penal e as garantias constitucionais; Analisar as espécies de prisões provisórias permitidas antes do trânsito em julgado; Estudar o processo e procedimento no âmbito criminal.

**Bibliografia Básica:**

OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2015.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2015.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. São Paulo: Atlas, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. Salvador/BA: JusPodvm, 2015.

MACHADO, Antônio Alberto. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ISHIDA, Válter Kenji. Processo penal. São Paulo: Atlas, 2013.

ALVES, Reinaldo Rossano. Direito processual penal. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

**DIREITO DO TRABALHO I**

**Ementa:**

Conceito de trabalho, evolução e ordenamento jurídico do trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Direito Constitucional do Trabalho. Princípios orientadores do Direito do Trabalho. Relação de Emprego. Contrato Individual do Trabalho. Contratos a prazo determinado. Sujeitos do contrato de trabalho. Empregado. Empregado doméstico e empregado rural. Empregador. Requisitos para a formação do contrato de trabalho. Contratos Especiais de Trabalho: trabalho temporário; trabalho avulso e contrato de estágio. Remuneração e salário. Salário profissional e salário mínimo. Fixação do salário: modos, bases e critérios. Forma de pagamento do salário. Regulamentação geral do trabalho. Jornada de trabalho. Repouso semanal e em feriados. Férias. Trabalho de mulheres e menores. Estabilidade. Garantias de emprego e FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio. Prescrição trabalhista.

**Objetivos:**

Analisar o Direito do Trabalho em conexão com a realidade social, a partir dos preceitos constitucionais e à luz dos princípios do humanismo; Conhecer, sob prismas históricos, atuais e em perspectivas futuras, os conceitos de Trabalho, Direito do Trabalho e Justiça do Trabalho; Estudar as relações dos contratos de trabalho e suas especificidades

**Bibliografia Básica:**

CARRION, Valentin. *Consolidação das Leis Trabalhistas Comentada*; São Paulo: Saraiva, 2015.

BONFIM, Vólia Cassar. *Resumo de direito do trabalho*. Niterói/RJ: Ímpetus, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do trabalho*. São Paulo: *Atlas*, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

MOURA, Marcelo. *Curso de direito do trabalho*; São Paulo: Saraiva, 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho*; São Paulo: Saraiva, 2015.

JORGE NETO, Francisco Ferreira, CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. *Direito do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2015.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. *Direito do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINEZ, Luciano. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2014.

**MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E A ARBITRAGEM****Ementa:**

Conceitos e princípios da negociação e da mediação. Aspectos sociais, políticos e econômicos da negociação e da mediação. Relações interpessoais e inter-organizacionais. Negociação como atividade cotidiana. Táticas e estratégias de negociação. Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Mediação, jurisdição e jurisconstrução. Mediação, conciliação e transação. Papel e ética do mediador. Arbitragem e suas vantagens.

**Objetivos:**

Estudar a teoria dos conflitos e técnicas de negociação e mediação. Desenvolver competências para uso dessas técnicas. Discutir a gradativa inserção dessas técnicas no processo judicial brasileiro. Introduzir o tema da arbitragem.

**Bibliografia Básica:**

DIDIER JÚNIOR, Fredie. *Curso de direito processual civil*. Salvador/BA: JusPodium, 2014.

MOORE, Christopher W. *O processo de mediação*. Porto Alegre/RS: Artmed, 2014.

SCAVONE JÚNIOR, Luis Antonio. *Manual de arbitragem, mediação e conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. *Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015*. Barueri/SP: Manole, 2017.

MORAIS, José Luis Bolzan de. *Mediação e arbitragem*. Porto Alegre/RS: Livraria do advogado, 2014.

MEDINA, Eduardo Borges de Mattos. *Meios alternativos de solução de conflitos*. Porto Alegre/RS: Sérgio Antonio fabris Editor, 2014.

MARTINS, Pedro A. batista, LEMES, Selma, CARMONA, Carlos Alberto. Aspectos fundamentais da lei da arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ALMEI, Luiz Fernando do Vale. Manual de arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2014.

SOARES, Fabiano Verçosa Azevedo. Arbitragem e mediação. Rio de Janeiro: Forense, 2014

## PRÁTICA JURÍDICA II

### Ementa:

Prática processual mediante atividades externas e internas no NPJ, consistentes nos seguintes trabalhos: relatório circunstanciado de audiências cíveis, juizado especial cível; visita ao fórum e TJ; assistência jurídica à população carente, com orientação e encaminhamento de demandas judiciais ou extrajudiciais; elaboração de ações cíveis; acompanhamento de processos, realização de audiências de conciliação, instrução e julgamento; participação da prática simulada de audiências realizadas no NPJ. Prática em processos eletrônicos.

### Objetivo:

Adquirir visão ampla e sistematizada do Direito, assimilando o nível de responsabilidade social no trato com as questões jurídicas concretas; Manter contato imediato com a comunidade destinatária da assistência jurídica oferecida pelo NPJ, com atividades de orientação e conciliação pré-judicial, sensibilizando-se com as demandas por solução de conflitos de interesses, individuais ou coletivos, principalmente no tocante ao exercício da cidadania; Elaborar demandas judiciais cíveis, promovendo concretamente todos os atos do processo visando à satisfação de Direitos originários tanto das relações privadas como também das relações do indivíduo com o poder público; Habilitar-se para o trato com os órgãos e instituições jurídicas; Compreender os mecanismos constitucionais e legais à disposição do cidadão para obter a eficácia de seus Direitos; Habilitar na prática da advocacia assistencial.

### Bibliografia Básica

DIDIER JR. Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. Salvador/BA: JusPodivm, 2015. v.1.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Curso completo de processo civil Niterói/RJ: Impetus, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito processual civil esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015.

### Bibliografia Complementar:

BRASIL. Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Barueri/SP: Manole, 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. São Paulo: Método, 2015. Volume único.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo do conhecimento, procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v.1.

WAMBIER, Luiz Rodrigues, TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: RT, 2015. v.1

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.1

SILVA, Edward Carlyle. Direito processual civil. Niterói/RJ: Impetus, 2014.

## 8º Período

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

### Ementa:

Processo cautelar. Tutela de aparência. Tutela cautelar e medidas cautelares. Procedimento cautelar. Procedimentos especiais. Sistemática. Embargo de terceiro. Mandado de Segurança. Ações possessórias. Dos procedimentos de jurisdição voluntária. Sistemática. Ação de consignação em

pagamento. Ações de despejo e ação revisional. Ação renovatória. Ação de dissolução e liquidação de sociedade.

**Objetivos:**

Proporcionar um entendimento crítico dos procedimentos específicos; Analisar os principais procedimentos especiais, bem como as ações de cunho cautelar; Estimular os aspectos profissionais do Direito, as demandas e o ajuizamento das ações urgentes.

**Bibliografia Básica:**

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo de processo civil Niterói/RJ: Impetus, 2015.

SILVA, Edward Carlyle. Direito processual civil. Niterói/RJ: Impetus, 2014.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Rio de Janeiro: Método, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Barueri/SP: Manole, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento da sentença, processo cautelar e tutela de urgência. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v.2.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais. São Paulo: Atlas, 2015.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.3.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito processual civil esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Código de processo civil anotado. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

**DIREITO DO CONSUMIDOR****Ementa:**

Evolução histórica do Direito do Consumidor. Conceitos de consumidor e de fornecedor. O consumidor individual e a coletividade de consumidores. Produtos e serviços como objetos da relação de consumo. Os direitos fundamentais do consumidor. A responsabilidade civil objetiva adotada pelo CDC. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço e a responsabilidade por vício do produto e do serviço. Das práticas e cláusulas contratuais abusivas. Dos crimes da relação de consumo. Das sanções administrativas. Da tutela jurisdicional individual e coletiva dos consumidores. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da convenção coletiva de consumo.

**Objetivos:**

Compreender o processo histórico de formação da sociedade de massa e a consolidação do paradigma da proteção do consumidor e o tratamento constitucional conferido à defesa do consumidor pela Constituição Federal de 1988, identificando suas principais regras e princípios; Aprender os elementos constituintes da relação do consumo, dominando os conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço, assim como os principais direitos do consumidor e os objetivos e princípios norteadores da Política Nacional de Relações de Consumo; Entender e assimilar as normas que orientam a responsabilização por danos causados ao consumidor, bem como as práticas comerciais e a proteção contratual do consumidor; Saber manejar as regras e os principais instrumentos que regem a defesa do consumidor em juízo, com a identificação dos principais atos processuais e elaboração das peças processuais mais importantes.

**Bibliografia Básica:**

SCHWARTZ, Fabio. Direito do consumidor: tópicos & controvérsias. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

BOLZAN, Fabrício. Direito do consumidor esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015.

TARTUCE, Flávio, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito do consumidor: direito material e processual. São Paulo: Método, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Direito do Consumidor. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FILOMENO, José Geraldo de Brito. Manual de direitos do consumidor. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima, BENJAMIM, Antonio Herman, MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CINTRA, Antonio Fontes. Direito do consumidor. Niterói/RJ: Impetus, 2011.

DENSA, Roberta. Direito do consumidor. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

## **DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DO DEFICIENTE**

### **Ementa:**

Princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Direito fundamental. Menoridade e responsabilidade penal. Política de atendimento. Atos infracionais. Medidas sócioeducativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério Público e advogado. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Prevenção e prevenção especial. Adoção. Direito do idoso. Direito do idoso na Constituição e na legislação infraconstitucional. A pessoa com deficiência na Constituição. A proteção jurídica da pessoa com deficiência. A previdência e a pessoa idosa. A previdência e a pessoa com deficiência.

### **Objetivos:**

Entender os fundamentos do Sistema de Proteção da Criança, do Adolescente, da Pessoa com Deficiência e do Idoso, destacando seus conceitos básicos e os princípios constitucionais e específicos que os regem. Identificar o detalhamento das Medidas de Proteção e Política de Atendimento.

### **Bibliografia Básica:**

FREITAS JÚNIOR, Roberto Mendes de. Direitos e garantias do idoso: doutrina, jurisprudência e legislação. São Paulo: Atlas, 2014.

ISHIDA, Válter Kenji. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2014.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. Curso de direito do idoso. São Paulo: Saraiva, 2014.

### **Bibliografia Complementar:**

BIANCHINI, Alice. Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. São Paulo: Saraiva, 2014. (Coleção Saberes Monográficos).

BRAGA, Pérola Melissa Vianna. Curso de direito do idoso. São Paulo: Atlas, 2011.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Malheiros, 2009.

BRASIL. Código civil e Constituição federal. São Paulo: Saraiva, 2015.

## **DIREITO DO TRABALHO II**

### **Ementa:**

Jornada de trabalho. Repouso semanal e em feriados. Férias. Trabalho de mulheres e menores. Estabilidade, garantias de emprego e FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio. Prescrição trabalhista. Organização Sindical Brasileira. Evolução histórica da legislação sindical brasileira. Natureza Jurídica. Liberdade Sindical. Registro Sindical. Unicidade e Pluralidade Sindicais. Contribuições Sindicais (Imposto Sindical, Contribuição Confederativa, Contribuição Assistencial, Mensalidade Associativa). Substituição Processual pelos Sindicatos. Conflitos Coletivos de Trabalho. Formas de solução dos conflitos: negociação coletiva, convenção coletiva, dissídio coletivo, arbitragem e mediação. Dissídios Coletivos. Greve e Lock Out. Organização Internacional do Trabalho. Convenções e Resoluções da OIT. Direito Comunitário: União Europeia e MERCOSUL.

### **Objetivos:**

Concluir a análise acerca dos Direitos individuais; Proporcionar o exame dos princípios fundamentais que regem o Direito Coletivo do Trabalho; Refletir quanto à influência do Direito do trabalho externo na legislação trabalhista pátria.

**Bibliografia Básica:**

CARRION, Valentin. Consolidação das Leis Trabalhistas Comentada; São Paulo: Saraiva, 2015.

BONFIM, Vólia Cassar. Resumo de direito do trabalho. Niterói/RJ: Ímpetus, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: *Atlas*, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

MOURA, Marcelo. Curso de direito do trabalho; São Paulo: Saraiva, 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho; São Paulo: Saraiva, 2015.

JORGE NETO, Francisco Ferreira, CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014.

**DIREITO EMPRESARIAL I****Ementa:**

O empresário e a atividade empresária. Direito de Empresa na Constituição. Direito Concorrencial. Inscrição do empresário e registro da sociedade empresária. Nome empresarial. Estabelecimento empresarial. A escrituração empresarial. O Direito societário e as sociedades simples e empresárias. Contratos empresariais

**Objetivos:**

Possibilitar o conhecimento do Direito de Empresa por meio de bases teóricas e técnico-jurídicas; Proporcionar a construção de uma visão ampla e reflexiva da realidade sócio jurídico atual; Analisar os mecanismos formais de controle cambiário e de recuperação de empresas; Identificar os principais aspectos da teoria do Direito de recuperação; Interpretar e aplicar os valores e princípios constitucionais e sua relação com as recuperações judiciais e extrajudiciais, por meio de uma visão humanista.

**Bibliografia Básica:**

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2014. v.1.

MARINS, Fran. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

CAMPINHO, Sérgio. O direito de empresa à luz do código civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2012.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa: teoria geral da empresa e direito societário. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1

**PRÁTICA JURÍDICA III****Ementa:**

Prática processual mediante atividades externas e internas no NPJ, consistentes nos seguintes trabalhos: relatório circunstanciado de audiências criminais, juizado especial criminal, tribunal do júri e visitas agendadas ao complexo penitenciário, delegacia de polícia e batalhão da PM; assistência jurídica à população carente, com orientação e encaminhamento de demandas judiciais ou extrajudiciais; elaboração de ações criminais; acompanhamento de processos, realização de

audiências; participação da prática simulada de júri popular promovida pelo NPJ. Prática em processos eletrônicos.

**Objetivos:**

Adquirir visão ampla e sistematizada do Direito, assimilando o nível de responsabilidade social no trato com as questões jurídicas concretas; Manter contato imediato com a comunidade destinatária da assistência jurídica oferecida pelo NPJ, com atividades de orientação pré-judicial; Elaborar demandas judiciais na área penal, promovendo concretamente todos os atos do processo visando à satisfação de Direitos originários tanto das relações privadas como também das relações do indivíduo com o poder público; Habilitar para o trato com os órgãos e instituições jurídicas; Compreender os mecanismos constitucionais e legais à disposição do cidadão para obter a eficácia de seus Direitos; Habilitar na prática da advocacia assistencial.

**Bibliografia Básica:**

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. v.1 São Paulo: Atlas, 2014.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil brasileiro: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2012.

CASELLA, José Erasmo. Manual de prática forense. São Paulo: Saraiva, 2008.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Barueri/SP: Manole, 2017.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito de família. v.2. São Paulo: Saraiva, 2010.

PEREIRA, Caio Mario da Silva Pereira. Instituições de Direito Civil: sucessões. v.6. Rio de Janeiro: Forense, [2015].

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das sucessões. v. 7. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIDIER Jr., Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. Salvador/BA: JusPodivm, 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direito das sucessões. v.7. São Paulo: Saraiva, 2015.

**9º Período****DIREITO TRIBUTÁRIO I****Ementa:**

Direito Financeiro. O papel do Direito na implementação da política econômica estatal. Despesa pública. Orçamentos. Balanços públicos. Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Sistema Tributário Nacional. Os princípios constitucionais. O poder e o Direito de tributar. Os limites constitucionais do poder de tributar. Relação jurídica tributária. Norma jurídica tributária. Vigência, aplicação e interpretação da lei tributária. Obrigação Tributária: classificação, o fato gerador e os sujeitos da obrigação. Tributo. Espécies Tributárias. Impostos da União. Impostos dos Estados-membros. Impostos do Distrito Federal. Impostos dos Municípios.

**Objetivos:**

Proporcionar o estudo dos princípios do Direito Tributário e do Direito Financeiro; Examinar a teoria geral do Direito Tributário e Financeiro; Analisar a estrutura da norma jurídico-tributária e seus elementos; Compreender a competência legislativa tributária, as espécies legislativas, a criação *in abstracto* do tributo.

**Bibliografia Básica:**

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012.

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CASSONE, Vittorio. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2014.  
CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros, 2015.  
TAVARES, Alexandre Macedo. Fundamentos de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2009.  
LOPES, Mauro Luís Rocha. Direito tributário. Niterói/RJ: Impetus, 2013.  
YAMASHITA, Douglas. Direito tributário: uma visão sistemática. São Paulo: Atlas, 2014.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

### **Ementa:**

Direito Processual do Trabalho: Conceito, histórico, características, princípios. Justiça do Trabalho: Organização e Competência. O processo trabalhista. O dissídio individual. O dissídio coletivo. Recursos. Execução. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho.

### **Objetivos:**

Fornecer formação básica na área do Direito Processual do Trabalho; Desenvolver a formação técnica aliada à ética, à crítica e à valorização do ser humano; Desenvolver instrumentos indispensáveis para o entendimento da organização e competência da Justiça do Trabalho, como também as especificidades referentes à matéria.

### **Bibliografia Básica:**

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao processo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2011.  
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012.  
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

### **Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Barueri/SP: Manole, 2017.  
CARRION, Valentin. CLT: comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2015.  
LIMA, Francisco Gérson Marques de. Direito processual do trabalho: teoria, crítica e prática. São Paulo: Malheiros, 2001.  
PISCO, Claudia de Abreu Lima. Princípios gerais no processo do trabalho. Niterói/RJ: Impetus, 2010.  
JORGE NETO, Francisco Ferreira, CAVALCANTE Jouberto de Quadros Pessoa. Direito processual do trabalho. São Paulo: Atlas, 2013.  
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2014.

## **ÉTICA PROFISSIONAL**

**Ementa:** Fundamentos e definição de Ética. Conceito de Moral. Conceito de Deontologia. Ética e Conduta. Ética Profissional. Código de Ética. Estudo da Ética diante dos avanços das novas tecnologias. A fragmentação dos valores na Pós-Modernidade. O resgate da dignidade da pessoa humana e da natureza. A Ética no diálogo interdisciplinar. Ética e cidadania. O trabalho como vocação. A construção de valores na formação profissional e humana integral. Ética e Direito. Ética Profissional nas profissões jurídicas. Código de Ética e Estatuto da OAB. Política e Direito Eleitoral. Princípios fundamentais em Direito Eleitoral e o voto no Brasil. Direitos políticos. Elegibilidade e inelegibilidade. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Organização do corpo eleitoral e votação. Jurisdição Eleitoral.

### **Objetivos:**

Estimular e desenvolver o estudo acerca da Ética Profissional Jurídica; Proporcionar instrumentos teórico-práticos necessários para a releitura crítica da disciplina; Analisar aspectos éticos e comportamentais na política e na conduta eleitoral; Desenvolver estudos da legislação eleitoral e de sua organização estrutural.

### **Bibliografia Básica:**

WARTH, Martim Carlos. A ética de cada dia. Canoas/RS: Ulbra, [2002].  
PEGORARO, Olinto A. Ética é justiça. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

FURROW, Dwight. Ética: conceito-chave em filosofia. Porto Alegre/RS: Artmed, 2007.

**Bibliografia Complementar:**

LANGARO, Luiz Lima. Curso de deontologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2008.

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. São Paulo: RT, [2004].

SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. São Paulo: Atlas, 2014.

ZAJSZNAIDER, Luciano. Ser ético no Brasil. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

## **DIREITO EMPRESARIAL II**

**Ementa:**

Princípios dos Direitos cambiários. Classificação dos títulos de crédito. O Código Civil e os títulos de crédito. A constituição do crédito. Exigibilidade do crédito cambiário. Principais títulos de crédito: letra de câmbio, duplicata, nota promissória e cheque. Títulos de créditos impróprios. Falência e recuperação da empresa. Verificação e habilitação de créditos. Administrador judicial e comitê de credores. Assembleia geral de credores. Recuperação judicial. Convolação da recuperação judicial em falência. Falência. Classificação dos créditos. Pedido de restituição. Procedimento para decretação de falência. Inabilitação empresarial. Direitos e deveres do falido. Falência requerida pelo próprio devedor. Arrecadação e custódia dos bens. Efeitos sobre as obrigações do devedor. Ineficácia e revogação dos atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Pagamento aos credores. Encerramento da falência. Extinção das obrigações do falido. Recuperação extrajudicial.

**Objetivos:**

Analisar os mecanismos formais de controle cambiário e de recuperação de empresas; Identificar os principais aspectos da teoria do Direito de recuperação; Desenvolver uma visão humanista visando concretizar o estudo do Direito Cambiário e de Recuperação nos tipos especiais e complementares; Interpretar e aplicar os valores e princípios constitucionais e sua relação com as recuperações judiciais e extrajudiciais.

**Bibliografia Básica:**

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa: títulos de crédito e contratos empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: sociedades. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2

**Bibliografia Complementar:**

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências: Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. São Paulo: Saraiva, 2010.

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à Lei de falências e de recuperação de empresas. São Paulo: Saraiva, 2011.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falência. São Paulo: RT, 2014.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Cartão de crédito, cheque e direito do consumidor. São Paulo: Atlas, 2011.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2014.

## **PRÁTICA JURÍDICA IV**

**Ementa:**

Prática processual mediante atividades externas, em audiências e visitas dirigidas, e internas no NPJ, consistentes nos seguintes trabalhos: relatório circunstanciado de audiências trabalhistas e visitas agendadas a Vara do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho; Orientação jurídica à população carente; elaboração de reclamações trabalhistas e defesas, simuladas; participação da prática simulada de audiências promovidas pelo NPJ. Prática em processos eletrônicos.

**Objetivos:**

Adquirir visão ampla e sistematizada do Direito Trabalhista; Elaborar orientação de assistência jurídica pelo NPJ; Elaborar demandas trabalhistas simuladas; Orientar para a atuação com os órgãos e instituições jurídicas trabalhistas; Compreender os mecanismos constitucionais e legais à disposição do cidadão para obter a eficácia de seus Direitos.

**Bibliografia Básica:**

CARRION, Valentin. Consolidação das Leis Trabalhistas Comentada; São Paulo: Saraiva, 2015.

BONFIM, Vólia Cassar. Resumo de direito do trabalho. Niterói/RJ: Ímpetus, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

LANGARO, Luiz Lima. Curso de deontologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2008

MOURA, Marcelo. Curso de direito do trabalho; São Paulo: Saraiva, 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho; São Paulo: Saraiva, 2015.

JORGE NETO, Francisco Ferreira, CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014.

**TCC I – PRÉ-PROJETO****Ementa:**

Revisão e aprofundamento teórico-metodológico do projeto de pesquisa. Realização de atividades de pesquisa voltadas para o projeto do TCC. Elaboração e Qualificação do Projeto de Pesquisa. Fase do Projeto e da Escrita do Primeiro Capítulo.

**Objetivos:**

Conscientizar o aluno para a importância do Trabalho de Conclusão; Estimular a atividade acadêmica de pesquisa científica; Orientar para a utilização das normas de metodologia científica; Desenvolver as técnicas de linguagem jurídica de pesquisa.

**Bibliografia Básica:**

AZEVEDO, Israel Belo de. O prazer da produção científica: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos. São Paulo: Hagnos, 2001.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, Atlas, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CERVO, Armando Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. São Paulo; Person, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 6. rev. ampl. ed. São Paulo: Atlas, 2001

SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. Niterói/RJ: Ímpetus, 2015.

PANDEFF, Pando Angeloff. Manual de elaboração de trabalhos acadêmicos. Itaboraí/RJ: FAI/Cnec, 2016.

**10º Período****DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO****Ementa:**

Ação Civil Pública. Ação Popular. Habeas Data. Habeas Corpus. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Outros Instrumentos Constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Instrumentos constitucionais de controle da Constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

**Objetivos:**

Apresentar os princípios processuais elencados na Constituição Federal brasileira; Desenvolver a capacidade analítica, a fim de compreender a utilidade e aplicabilidade dos instrumentos processuais constitucionais; Estimular a busca da compreensão das principais ferramentas de controle de constitucionalidade; Capacitar para a escolha da ação competente diante das situações fático-jurídicas-constitucionais.

**Bibliografia Básica:**

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2015.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

BONAVIDES, Paulo. A constituição aberta. São Paulo: Malheiros, 2004.

CHIMENTI, Ricardo Cunha...[et. al.] Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2015.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014.

**DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL****Ementa:**

A Previdência e o Estado Social. Direito Previdenciário. O Instituto Nacional de Previdência Social. Beneficiários. Prestações devidas aos segurados em geral. Custeio da Previdência Social. Previdência Social Rural. Noções de Acidentes do trabalho e Teorias sobre a responsabilidade. Reflexos no contrato de trabalho na seguridade social. Seguridade privada.

**Objetivos:**

Possibilitar os conhecimentos atinentes à legislação da seguridade social e da previdência social; Desenvolver um senso reflexivo acerca da previdência social e suas alternativas na sociedade globalizada; Construir uma visão crítica e construtiva do fenômeno da previdência social; Estabelecer comparativo entre o comando constitucional que prevê a assistencial social aos necessitados; Compreender o sistema integrado dos regimes previdenciários com o regime complementar.

**Bibliografia Básica:**

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social. Niterói/RJ: Impetus, 2014.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. Niterói/RJ: Impetus, 2015.

OLIVEIRA, Aristeu de. Consolidação da legislação previdenciária: regulamento e legislação complementar. São Paulo: Atlas, 2011.

**Bibliografia Complementar:**

VIANNA, João Ernesto Aragonês. Curso de direito previdenciário. São Paulo: Atlas, 2014.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Resumo de direito previdenciário. Niterói/RJ: Impetus, 2015.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves, CORREIA, Érica Paula Barcha. Curso de seguridade social. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual prático da previdência social. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. São Paulo: Atlas, 2014.

**DIREITO TRIBUTÁRIO II****Ementa:**

Crédito tributário: lançamento, modalidades, suspensão, extinção e isenção garantias e privilégios do crédito tributário. Administração Tributária. Crimes Tributários. O processo tributário administrativo. O processo tributário judicial. Denúncia. Dependência da esfera administrativa em relação à esfera judicial. Petição inicial. Citação. Embargos do devedor. Execução fiscal e demais matérias de defesa em Direito tributário.

**Objetivos:**

Desenvolver as particularidades do sistema tributário nacional no ordenamento jurídico brasileiro; Analisar as diferenciações entre os tributos em espécie; Examinar o posicionamento jurisprudencial em relação ao Direito tributário e financeiro.

**Bibliografia Básica:**

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012.  
BALEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2015.  
CASSONE, Vittorio. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2014.  
CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros, 2015.  
TAVARES, Alexandre Macedo. Fundamentos de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2009.  
LOPES, Mauro Luís Rocha. Direito tributário. Niterói/RJ: Impetus, 2013.  
YAMASHITA, Douglas. Direito tributário: uma visão sistemática. São Paulo: Atlas, 2014.

**DIREITO AMBIENTAL**

**Ementa:** Direito ambiental. O Direito e os recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Desenvolvimento sustentável. Danos ambientais e responsabilização. Crimes ambientais Situação agrária brasileira. Teoria geral do Direito agrário. Reforma Agrária e os aspectos gerais. Desapropriação agrária. Institutos básicos no Direito agrário brasileiro: propriedade familiar; módulo rural; minifúndio; latifúndio; empresa rural e propriedade produtiva.

**Objetivos:**

Propor o conhecimento do Direito Agrário e Ambiental; Conhecer os dispositivos do Estatuto da Terra e das leis complementares; Conhecer e aplicar de forma crítica os princípios e regras do Direito Agrário na solução de problemas hipotéticos e concretos. Estimular a análise da legislação ambiental; Analisar os instrumentos de proteção e instrumentalização das dimensões jurídicas de responsabilização ambiental.

**Bibliografia Básica:**

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. São Paulo: Atlas, 2015.  
MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2015.  
GUERRA, Sidney, GUERRA, Sérgio. Curso de direito ambiental. São Paulo: Atlas, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

ANTUNES, Paulo de Bessa. Manual de direito ambiental. São Paulo: Atlas, 2013.  
GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito ambiental. São Paulo: Atlas, 2014.  
FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. Curso de direito ambiental. São Paulo: RT, 2012.  
SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2015.  
MILARÉ, Édís. Direito do ambiente. São Paulo: RT, 2015.

**PRÁTICA JURÍDICA V**

**Ementa:**

Métodos alternativos ao processo judicial de solução de conflitos. Negociação: aspectos sociais, políticos e econômicos. Relações interpessoais e Inter-organizacionais. Negociação e ambiente organizacional. A pessoa do negociador: criatividade e intuição; visão holística. A negociação como atividade cotidiana. Táticas e estratégias de negociação. Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Mediação: princípios e conceitos fundamentais. Mediação, jurisdição e juris construção. Mediação, negociação, conciliação e transação. Mediação no Direito comparado. O papel e a atividade do mediador. Perspectivas na mediação. Arbitragem: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e teoria geral. Arbitragem e jurisdição. A arbitragem no Brasil. Prática processual mediante atividades externas e internas no NPJ, consistentes nos seguintes trabalhos: assistência jurídica à população carente, com orientação e solução de conflitos e encaminhamento de demandas onde for impossível a conciliação; elaboração de laudos arbitrais; acompanhamento de processos; participação da prática simulada de audiências promovidas pelo NPJ. Atendimento nos conflitos entre fornecedor e consumidor.

**Objetivos:**

Estabelecer análises e práticas de métodos alternativos ao processo judicial na busca de soluções aos conflitos em sociedade; Fomentar a utilização de medidas preventivas e restaurativas das relações dos indivíduos e grupos; Desenvolver o espírito crítico, cidadão, solidário e empreendedor; Estimular habilidades conciliatórias, em consonância com as tendências do moderno Direito processual, na busca de resultados rápidos e eficazes para a solução de conflitos; Capacitar para a tomada de decisões como mediador ou árbitro.

**Bibliografia Básica:**

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário à lei nº9.307/96. São Paulo: Atlas, 2009.

MOORE, Christopher W. O processo de mediação. Porto Alegre/RS: Artmed, 2014.

SCAVONE JÚNIOR, Luis Antonio. Manual de arbitragem, mediação e conciliação. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Novo código de processo civil: Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. Barueri/SP: Manole, 2017.

MORAIS, José Luis Bolzan de. Mediação e arbitragem. Porto Alegre/RS: Livraria do advogado, 2014.

MEDINA, Eduardo Borges de Mattos. Meios alternativos de solução de conflitos. Porto Alegre/RS: Sérgio Antonio fabris Editor, 2014.

MARTINS, Pedro A. batista, LEMES, Selma, CARMONA, Carlos Alberto. Aspectos fundamentais da lei da arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ALMEI, Luiz Fernando do Vale. Manual de arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2014.

SOARES, Fabiano Verçosa Azevedo. Arbitragem e mediação. Rio de Janeiro: Forense, 2014

**TCC II****Ementa:**

Revisão e aprofundamento teórico-metodológico dos capítulos de pesquisa. Realização de atividades de pesquisa voltadas à escrita do TCC. Elaboração, revisão final da escrita dos capítulos restantes e da apresentação oral perante banca.

**Objetivos:**

Conscientizar o aluno para a importância do Trabalho de Conclusão II; Estimular a atividade acadêmica de pesquisa científica; Orientar para a utilização das normas de metodologia científica; Desenvolver as técnicas de linguagem jurídica de pesquisa.

**Bibliografia Básica:**

MÁTAR, J. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2008.

RAMOS, A. Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo : Atlas, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Sumário. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e Trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2007.

PANDEFF, Pando Angeloff. Manual de elaboração de trabalhos acadêmicos. Itaboraí/RJ: FAI/Cnec, 2016.

## DISCIPLINAS OPTATIVAS

### LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

**Ementa:**

Introdução: aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

**Objetivos:**

Promover o acesso ao conhecimento básico sobre diferentes aspectos relacionado às pessoas com necessidades especiais; Explorar os aspectos clínicos, educacionais e socioantropológico da surdez; Compreender as especificidades do indivíduo surdo em seu processo de interação. Contribuir para a superação da distância historicamente produzida entre o surdo e o mudo ouvinte; Desenvolver conhecimento básico e prático no que se refere ao aprendizado da língua de sinais brasileira LIBRAS.

**Bibliografia Básica:**

REIS, Benedicta A. Costa dos. ABC em libras. São Paulo: Panda Books, 2009.

GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábolas editorial, 2012.

CAMPANHÃ, Josué. Como liderar surdos?: o desafio de liderar quem ouve com a visão e com o coração. São Paulo: Hagnos, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

LIBRAS: conhecimento além dos sinais. Maria Cristina da Cunha Pereira...[et.al.]. São Paulo: Pearson, 2011.

Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

HONORA, Márcia, FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: descobrindo a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. Material de apoio para o aprendizado de LIBRAS. São Paulo: Phorte, 2011.

Educação de surdos: práticas e perspectivas II. Maria Cecília de Moura...[et.al.]. São Paulo: Santos, 2011.

### **MEDICINA LEGAL**

**Ementa:** Ensino doutrinário como forma de subsidiar e complementar as diversas formas de Direito positivo ou de propiciar meios para se assimilarem as informações técnicas e científicas constantes dos relatórios legispericiais. Estudo da Medicina Legal como forma de entender as sinonímias. Perícias e Peritos. Documentos médico-legais como relatórios, laudos, autos, pareceres, consultas e depoimentos orais; da Antropologia Forense; da Traumatologia forense. Tipos de energias física, química, bioquímica, físico-química; da Causa jurídica da morte como homicídio, suicídio e morte acidental; da Tanatologia. Lei dos Transplantes, da Inumação, da Exumação, da Cremação, do Embalsamento; das Toxicofilias; das Questões Médico-Legais relativas ao casamento; da Sexologia Forense. Reprodução Humana natural e medicamente assistida. Gravidez, Parto e Puerpério, Aborto, Infanticídio, Himenologia, Ultraje Público ao Pudor, Estupro; da Exclusão de Paternidade; da Ética e Bioética.

#### **Objetivos:**

Estimular o estudo complementar na relação da medicina com o Direito penal; Orientar para a utilização correta da metodologia dos relatórios e laudos periciais; Desenvolver as técnicas jurídicas e científica constante dos relatórios legispericiais; Proporcionar o debate das situações limite da vida e da morte; Atualizar os constantes avanços tecnológicos nas áreas de reprodução e prolongamento e preservação da vida.

#### **Bibliografia Básica:**

FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal. São Paulo: Guanabara Koogan, 2015.  
HERCULES, Hygino de C. Medicina legal: texto e atlas. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.  
CROCE, Delton, CROCE JÚNIOR, Delton. Manual de medicina legal. São Paulo: Saraiva, 2015.

#### **Bibliografia Complementar:**

GRECO, Rogério (coord.). Medicina legal à luz do direito penal e do direito processual penal. Niterói/RJ: Impetus, 2014.  
GALVÃO, Luís Carlos Cavalcante. Medicina legal. São Paulo: Santos, 2014.  
BARBOSA JÚNIOR, Avelino Alves, SILVA, Ana Christina Coelho da. Medicina legal aplicada aos advogados. Taubaté/SP: Cabral, 2014.  
SILVEIRA, Paulo Roberto. Fundamentos da medicina legal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

### **DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL**

#### **Ementa:**

A disciplina de Direito Notarial e Registral se destina a estudar os institutos jurídicos que norteiam os serviços notariais e de registros públicos. Estes serviços são prestados pelos Tabeliães de Notas e Protestos de Títulos, Tabeliães e Oficiais de Registro de Contratos Marítimos, Oficiais de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, e ainda pelos Oficiais de Registro de Distribuição. Tais serviços se destinam a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia de determinados atos e negócios jurídicos realizados pela sociedade em geral.

#### **Objetivos:**

Proporcionar conhecimento teórico que permitam compreender o Direito Notarial e Registral; Orientar a visão moderna, focada nas tendências atuais e inovações legislativas da importância do Trabalho extrajudicial; Orientar para a utilização correta de habilidades para atuar na área registral; Desenvolver as técnicas de capacitação para atuar, administrativamente, junto aos Cartórios.

**Bibliografia Básica:**

FIGUEIREDO, Ivanildo. Direito imobiliário. São Paulo: Atlas, 2014.  
JUNQUEIRA, Gabriel J. P. Teoria e prática do direito imobiliário. São Paulo: EDIPRO, 2014.  
AGHIARIAN, Hércules. Curso de direito imobiliário. São Paulo: Atlas, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. Direito imobiliário, notarial e registral. Rio de Janeiro: Forense .2014.  
TUTIKIAN, Cláudia Fonseca (coord.). Moderno direito imobiliário: questões contemporâneas. São Paulo: Quartier Latin, 2014.  
AMORIM, José Roberto Neves, ELIAS, Rubens Carmos. Direito imobiliário: questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Campus, 2014.  
PERES, Tatiana Bonatti. Direito imobiliário esquematizado: palestras proferidas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

**1.7.1. Objetivos do Curso com a Matriz Curricular**

O currículo do curso de Direito está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso da mantenedora com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a tornar os profissionais instrumentos do desenvolvimento regional. A visão crítica, empreendedora e humanística da realidade social, trabalhada ao longo de todo o curso, insere no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática das áreas jurídicas.

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso, está fortemente subsidiado por atividades complementares que corresponde a 265 horas, estágio supervisionado com 375 horas e trabalho de conclusão de curso com 120 horas. Aborda as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

OBJETIVOS DO CURSO	DISCIPLINAS DO CURRÍCULO DO CURSO
<ul style="list-style-type: none"><li>Assegurar competência técnica e ética do profissional formado.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Disciplinas de formação geral como Filosofia geral e do Direito e Sociologia;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>Revelar novas instituições jurídicas, admitidas pelo ordenamento, mas não trabalhadas pela doutrina, jurisprudência ou legislação.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Disciplinas de Direito público como Direito Constitucional I e II; Direito Administrativo I e II; Direito penal e processo Penal; Direito do Trabalho.</li><li>Disciplinas de Direito privado como Direito civil e processo civil, Direito comercial e Direito agrário.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>Conscientizar e atualizar o futuro profissional jurídico dos problemas sociais e dos Direitos a eles correlatos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Novos Direitos como Direito ambiental e do consumidor.</li></ul>

**1.7.1. Objetivos do Curso com o Contexto Educacional**

No processo de definição dos objetivos do curso, além do perfil profissional do egresso, consideram-se também as demandas de natureza econômica e social no contexto onde o curso de Direito está inserido.

A coerência dos objetivos com o contexto educacional ocorre de modo transversal, ou seja, todos os objetivos pensados para o curso buscam atender a uma demanda oriunda de um contexto educacional marcado por uma economia aquecida, em uma região do estado do Rio de Janeiro, que mostra um crescimento potencial promissor. Dessa forma, torna-se necessário preparar profissionais qualificados capazes de atender essa necessidade da população.

O quadro destacado abaixo demonstra a coerência dos objetivos do curso com o contexto educacional:

OBJETIVOS DO CURSO	CONTEXTO EDUCACIONAL
<ul style="list-style-type: none"><li>Desenvolver o conhecimento, a compreensão e a instrumentalização necessários à transformação da realidade organizacional, mediante a competência técnica e política, por meio de habilidades, competências e atitudes que permitam ao profissional lidar com diferentes situações e tomar decisões com base nos seus conhecimentos;</li></ul>	Natureza Econômica Natureza Social
<ul style="list-style-type: none"><li>Compreender as teorias de DIREITO e suas respectivas funções, dos fenômenos jurídicos, organizacionais, sociais e ambientais;</li></ul>	Natureza Econômica Natureza Social
<ul style="list-style-type: none"><li>Desenvolver as competências específicas necessárias ao advogado para a formação de uma visão abrangente que possibilite a sua completa inserção neste novo mercado de trabalho;</li></ul>	Natureza Econômica Natureza Social
<ul style="list-style-type: none"><li>Renovar continuamente suas competências em um processo de aprendizado contínuo e que seja comprometido com a sociedade e com o ambiente das futuras gerações, valorizando princípios éticos e de cidadania;</li></ul>	Natureza Econômica Natureza Social
<ul style="list-style-type: none"><li>Desenvolver as capacidades interpessoais e de comunicação na solidificação da atuação do advogado e na sua completa adaptação às novas exigências vigentes;</li></ul>	Natureza Social
<ul style="list-style-type: none"><li>Capacitar profissionais qualificados para criar, manter e melhorar os processos jurídicos nas diversas áreas da DIREITO;</li></ul>	Natureza Econômica Natureza Social

<ul style="list-style-type: none"><li>Desenvolver a formação multidisciplinar para proporcionar a plena adaptação do egresso às novas realidades do mercado;</li></ul>	Natureza Econômica Natureza Social
<ul style="list-style-type: none"><li>Proporcionar oportunidade para desenvolver capacidade de raciocínio lógico e abstrato que reflita a heterogeneidade das demandas sociais, que pense e repense o contexto geral das coisas;</li></ul>	Natureza Econômica Natureza Social
<ul style="list-style-type: none"><li>Proporcionar a capacitação para lidar com temas transversais, tais como: gênero, transculturalismo, globalização da economia, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, entre outros.</li></ul>	Natureza Econômica Natureza Social

#### 1.7.1. Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado dos Egressos

O curso de graduação em Direito da FAI tem por finalidade formar o advogado dentro de uma perspectiva abrangente sustentada na prática, favorecendo a capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, ambientais e econômicas, sendo capaz de transformar a sociedade multiplicando o conhecimento adquirido e construído na esfera acadêmica.

Ainda, desenvolver competências, habilidades e atitudes, inerentes ao perfil do profissional de Direito, para repensar o diálogo permanente com o local e o global (organização/sociedade), promovendo o desenvolvimento sustentável que favorecerá a sociedade e o planeta.

Portanto, o profissional a ser formado pela FAI possuirá uma visão sistêmica e dinâmica do macro ambiente global/local e flexibilidade para crescer junto com as transformações a que estamos expostos, sem, contudo, perder suas bases técnico-culturais. A formação adquirida proporcionará o surgimento de um indivíduo com suficiente complexidade intelectual para saber determinar seu próprio caminho de crescimento profissional frente às crescentes transformações da sociedade contemporânea. Nessa dimensão, a característica do pensamento do formado na FAI é ter a consciência de que a graduação não é um fim; mas, um reinício ao universo do trabalho de maneira a promover o desenvolvimento pessoal e organizacional.

O perfil do egresso do Curso de Direito da FAI está definido de forma coerente com as Diretrizes curriculares e estabelece que este deve apresentar as seguintes características básicas, em acordo com as considerações indicadas pela Comissão do Exame Nacional de Cursos para a área de Direito:

- Formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais.
- Senso ético profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade.

- Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliada ao raciocínio lógico e à consciência da necessidade de permanente atualização.
- Capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais.
- Capacidade de desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos.
- Visão atualizada de mundo e, em particular, consciência dos problemas nacionais.

Para otimizar a atuação das características acima elencadas, busca-se fomentar a formação do futuro bacharel com destaque para as seguintes habilidades, ainda conforme a Comissão:

- Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito.
- Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito.
- Capacidade de correta utilização da linguagem – com clareza, precisão e propriedade – fluência verbal e riqueza do vocabulário.
- Capacidade de utilização do raciocínio lógico, de persuasão e de reflexão crítica.
- Capacidade de julgar e de tomar decisões.
- Capacidade de atuar e interagir em equipes multidisciplinares.

O perfil profissiográfico do Curso de Direito está definido a partir da concepção de ensino jurídico apresentada neste projeto, do qual se pode destacar a preparação para atender às mudanças socioeconômicas, tecnológicas e a nova legislação que disciplina a formação de bacharéis em Direito, assim como ao novo Estatuto da OAB e as diretrizes curriculares do MEC.

Em síntese, o Curso de Direito da FAI procura formar bacharéis que desenvolvam as seguintes características e aptidões:

- Ter uma visão interdisciplinar do Direito, compreendendo-o como englobando os problemas humanos e não apenas como um conjunto de normas;
- Assumir uma postura inovadora frente ao Direito, para adequá-lo à realidade socioeconômica e tecnológica emergente;
- Desenvolver estratégias que permitam a superação da formação dogmática, permitindo-o pensar os códigos e não apenas aplicá-los, ao mesmo tempo compreender juridicamente os fatos sociais;
- Adaptar, com sensibilidade e competência, o conhecimento jurídico à solução dos problemas humanos novos e àqueles do cotidiano forense;
- Repensar as relações entre o Direito, a Economia e a Democracia, como especial forma de resguardar os valores da liberdade e justiça no plano do desenvolvimento;
- Zelar pelo prestígio de sua categoria profissional, pela dignidade da magistratura, o aperfeiçoamento das instituições de Direito e do que interessa, em geral, à ordem jurídica, além da defesa dos Direitos e interesses que lhe são confiados;

- Contribuir para a adaptação das decisões judiciais às exigências de mudanças da sociedade brasileira; e
- Em Itaboraí, apto a reconhecer a especificidade do desenvolvimento regional e seus problemas peculiares.

### 1.8. Metodologia

Para que o processo de ensino não se torne mera transmissão de conteúdos desvinculados da realidade e/ou descrição da mesma, o entendimento institucional sobre os conteúdos nas diferentes disciplinas dos cursos, pauta-se pelo trabalho interdisciplinar, investigativo da realidade e inovador, articulando aspectos teóricos e empíricos, de forma a não priorizar uma dimensão em detrimento da outra.

Decorre daí, a necessidade de repensar a perspectiva metodológica, propiciando situações de aprendizagem que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos e o contato do aluno com situações de iniciação científica.

Assim sendo, o propósito metodológico assumido pela Faculdade Itaboraí é o da ressignificação do conhecimento, aproximando ensino e iniciação científica, passado e presente, problemas da vida do aluno, de sua futura profissão e conhecimento socialmente construído. Dessa forma, o processo de teorização elaborado pelo professor tem como finalidade permanente a reinvenção e ressignificação da própria prática e aprofundamento teórico.

Para tanto, a formação acadêmica proposta na instituição, visa ao desenvolvimento de habilidades e competências em consonância com os problemas locais e globais de modo a fazer frente às questões epistemológicas e sociais de nossa época. A partir disso, fundamenta sua metodologia na ressignificação e problematização de conteúdos, enfatizando que a construção de conhecimentos ocorre a partir da vivência de experiências significativas da realidade dos discentes e de situações do cotidiano dos mesmos, visando com esse processo que o acadêmico possa atribuir sentido aos conteúdos desenvolvidos. Para sua efetivação, os conteúdos previstos em cada disciplina, tendo sido ressignificados e problematizados pelo professor, serão orientados metodologicamente a partir dos seguintes princípios:

- *Momento motivacional, de provocação do desejo e situacional:* abordagem de situações-problema e curiosidades da realidade, discussão de hipóteses de solução e contextualização das situações, problemas e curiosidades na história;
- *Momento de fundamentação teórica:* desenvolvimento de fundamentos teóricos que expliquem e/ou solucionem as situações-problema e curiosidades abordadas;
- *Momento da produção teoricamente fundamentada:* abordagem de novas situações-problema e curiosidades, desenvolvendo com os discentes exercícios de compreensão e/ou solução teoricamente fundamentadas.

Deste modo, as problematizações e curiosidades da realidade manifestam-se em todas as suas contradições e idiosincrasias, gerando o desassossego inicial e novos temas de estudo e iniciação científica para os professores, alunos e demais atores envolvidos. Criam-se, assim, desafios cognitivos permanentes para discentes e docentes.

É importante ressaltar que a metodologia pautada na ressignificação e problematização requer uma nova postura do docente no exercício de sua prática pedagógica que se faz por um permanente trabalho reflexivo com o discente, pela disponibilidade do professor para pesquisar, acompanhar e colaborar no aprendizado crítico do aluno, gerando tensão e desequilíbrio cognitivo, indispensáveis ao processo de construção do conhecimento.

A metodologia, aqui expressa, torna-se base para as propostas pedagógicas em cada projeto pedagógico de curso, desdobrados, nos planos de ensino das disciplinas, de forma que haja uma formação integral, evitando-se a fragmentação de estudos desvinculados da realidade e dos contextos profissionais.

Assim, a formação na instituição oferece oportunidade aos seus acadêmicos para serem profissionais competentes em suas áreas de conhecimento, sejam empreendedores com visão sistêmica do contexto e possam contribuir com compreensões e soluções às questões locais, regionais, nacionais e mundiais, participando como protagonistas no processo sócio-histórico que estão inseridos. Desta forma, propicia a construção da autonomia, o convívio com as diferenças, a valorização da história de diferentes sujeitos e saberes, o exercício do trabalho interdisciplinar e o comprometimento ético-político com a defesa dos Direitos humanos.

Ainda em relação às metodologias e práticas pedagógicas inovadoras a Faculdade Itaboraí busca implementar a cultura empreendedora na vida acadêmica do discente tendo por finalidade o desenvolvimento dos seres humanos e da sociedade. Ela é uma metodologia de ensino diretamente ligada com as tecnologias de desenvolvimento sustentável, por essa razão ela atinge não só o discente, mas a comunidade como um todo.

É por meio dessa metodologia de ensino, que os discentes terão contato com o estudo de oportunidades que visam ao desenvolvimento, seja ele pessoal ou coletivo. Nesse entender, a cultura empreendedora apresenta uma acentuada abordagem humanista. Dessa forma, sua metodologia elege como tema a preparação do discente para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e à eliminação da exclusão social.

Esta metodologia cria um ambiente de aprendizagem no qual o discente, de forma autossuficiente, possa perceber os valores empreendedores e aprender sobre si e sobre a comunidade. Dessa maneira, aprender a utilizar ferramentas e instrumentos úteis para o desenvolvimento de suas atividades.

Portanto, o discente identifica as fontes do conhecimento com a ajuda do docente, sendo de sua responsabilidade o acesso e a mobilização do conteúdo. Assim, cabe à cultura empreendedora promover o estímulo da capacidade de escolha do aluno sem interferir com influências as suas decisões, para que tomando decisões por si só, esteja preparando-se para as suas próprias opções. Cabe também, desenvolver o potencial dos alunos para que eles sejam empreendedores em qualquer atividade que venham a atuar.

O compromisso desta metodologia oportuniza ao discente fazer sua opção profissional e apostar no tipo de empreendedor em que seu perfil se enquadra. Portanto, cabe ao empreendedorismo estabelecer ao aluno uma forma de ser e não somente de fazer.

Diante do exposto, à formação de uma cultura empreendedora nos cursos da Faculdade Itaboraí buscam, por meio de suas metodologias e práticas pedagógicas, desenvolver um perfil de egresso que se constitua como empreendedor, sendo esse entendido como um modo de ser que tenha iniciativa, que crie e torne-se agente de transformação em situações que se apresentam como problemas nos diferentes aspectos da vida humana.

Nesse sentido, a proposta pedagógica da instituição prima pela formação de pessoas e profissionais com o ímpeto criador e inventivo que modificam qualquer área do conhecimento humano, entendendo que o empreendedor é um grande administrador e organizador, principalmente no desenvolvimento de riquezas e na mudança do conhecimento, que estão sempre pensando no futuro, originando novos métodos para melhorar algo, apenas com seu conhecimento e experiências.

Desta forma, é importante ressaltar que, em conjunto com a formação proposta em suas metodologias e práticas pedagógicas que buscam a construção de um perfil de egresso inovador, os cursos da instituição promovem ações empreendedoras extensivas à comunidade.

#### 1.7.1. Aspectos Metodológicos Aplicados à Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal

No curso de Direito da FAI existirá sempre a preocupação com estudantes que possuem necessidades educacionais especiais, principalmente porque a inadequação metodológica se transforma em um dos principais fatores que podem desfavorecer e até mesmo inviabilizar a participação e aprendizagem desse grupo de pessoas. Desta forma, a acessibilidade se concretiza com a diversificação metodológica em razão da necessidade de atendimento especial de algum estudante em função de sua situação de deficiência.

Para conseguir alcançar o êxito na promoção da aprendizagem e na maior participação de estudantes que possuem necessidades educacionais especiais no processo educativo, a FAI, por meio do curso de Direito, não poupará esforços para implantar recursos e estratégias metodológicas que auxiliarão nesse desenvolvimento pedagógico.

Quanto ao espectro atitudinal, a busca metodológica estará concentrada na materialização de ações e projetos relacionados à importância da acessibilidade em toda a sua amplitude, constituindo-se num espaço de qualidade da educação para todos e transformando-se num elemento estruturante da inclusão educacional na FAI e no curso de Direito.

Outro ponto importante a ser trabalhado, em prol da acessibilidade atitudinal, é a preparação da comunidade universitária para a sensibilização e o reconhecimento dos benefícios da convivência na diversidade e do ambiente acessível a todos.

Ao dar a visibilidade às ações de inclusão e sistematizar informações acerca do tema como elementos facilitadores para articulação e acompanhamento de discentes, docentes, técnicos administrativos e terceirizados com necessidade de atendimento diferenciado no interior da FAI, tais ações garantem a existência de acessibilidade atitudinal.

Com relação ao espectro pedagógica, a remoção de barreiras metodológicas e técnicas de estudo está relacionada diretamente com a concepção subjacente à atuação docente, ou seja, a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional.

Sendo assim, no curso de Direito da FAI, o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes que possuem necessidades educacionais especiais será garantido por meio da atuação docente na promoção de processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar o processo de ensino de alunos com deficiência.

#### 1.7.1. Estratégias de Ensino para EAD

O uso de tecnologias favorece novas formas de acesso às informações e novos estilos de raciocínio e de conhecimento. Além disso, impõe uma nova dinâmica de aula, que incentive a construção do conhecimento, que considere o aluno como sujeito no aprendizado e na qual professor e alunos troquem experiências vividas.

Assim, está instituída, na Rede CNEC, a oferta de disciplinas comuns na modalidade EAD, de acordo com a Portaria nº 1.134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

A Portaria supracitada em seu art. 1º “permite que as IES que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.” As disciplinas referidas poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

As disciplinas EAD são ofertadas ao longo do semestre letivo, conforme calendário da CNEC EAD, em consonância com o Calendário Acadêmico da IES, com mediação das atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sendo que a frequência é medida pela participação e realização das atividades propostas.

Na atual estrutura curricular do curso de Direito, as seguintes disciplinas são ministradas na modalidade EAD no cursos de Graduação:

Disciplina	CH	Créditos
Leitura e Interpretação de textos	60	3
Metodologia e Pesquisa Científica	60	3
Responsabilidade Social e Ambiental	60	3
Liderança e tomada de decisão	60	3
Empreendedorismo e desenvolvimento Regional	60	3

As disciplinas são ofertadas ao longo do semestre letivo, conforme calendário acadêmico, com mediação das atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sendo que a frequência é medida pela participação e realização das atividades propostas.

Considerando a proposta pedagógica da IES para a modalidade e as exigências da legislação, a modelagem proposta considera a oferta de unidades de estudo a cada 02 (duas) semanas, em período condizente com o Calendário Acadêmico da instituição para o semestre vigente, com presença obrigatória nos seguintes encontros presenciais:

Aula inaugural da disciplina – apropriação tecnológica, apresentação do Plano de Ensino, apresentação da modelagem, apresentação dos docentes, orientações gerais;

Duas avaliações presenciais – uma por bimestre; e

Prova de substituição – para os alunos que perderem uma prova presencial e/ou não atingirem a média mínima para aprovação.

O professor, neste processo de ensino-aprendizagem, é um facilitador e cria oportunidades para que o aluno construa o seu conhecimento.

Desta forma, no curso de Direito da FAI, na modalidade à distância, utiliza/utilizará como estratégias aulas interativas em ambiente virtual de aprendizagem (plataforma AVA), atividades de autodesenvolvimento, atividades colaborativas, verificação de aprendizagem, comunicação via meios virtuais de relacionamentos que promovam a efetiva participação dos alunos com seus grupos e seus tutores virtuais. Além disto, há atividades de autoestudo supervisionadas pelo tutor presencial.

#### 1.8. Estágio Curricular Supervisionado

No curso de Direito o propósito da FAI por meio do Estágio Supervisionado, inserido na matriz curricular como prática obrigatória, é o de construir um meio eficaz para a consecução de atividades práticas que possibilite, simultaneamente:

- Avaliar o aluno em relação aos conhecimentos adquiridos em sala de aula;
- Ajudar os acadêmicos na aplicação e fixação dos conteúdos teóricos;
- Capacitar os acadêmicos para o futuro exercício da profissão;
- Materializar a investigação acadêmica e as práticas de extensão por meio de atendimento continuado à população, fazendo com que a FAI cumpra com sua função social;
- Respeitar os critérios legais de excelência acadêmica.

As atividades de estágio, independentemente de sua natureza, são desenvolvidas, preferencialmente, ao abrigo de termos de compromisso celebrados, resguardados os Direitos dos alunos quanto à segurança e à integridade e impedido o desvio de objetivos e finalidades.

O estágio supervisionado será realizado nos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º semestres, com 75 horas cada, totalizando 375 horas.

#### 1.8. Atividades Complementares

Além das disciplinas teóricas e práticas obrigatórias, os alunos deverão cumprir, ao longo do curso, carga horária de 265 horas de Atividades Complementares no curso de Direito da FAI, as quais visam incentivar e proporcionar ao aluno a oportunidade de participar de experiências diversas, bem como uma trajetória autônoma e particular, contribuindo assim, para sua formação humana e profissional.

Essas Atividades são componentes curriculares enriquecedores e complementadores ao perfil do formando. Possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. O aluno é responsável pela comprovação das atividades complementares realizadas.

Por fim, o regulamento das Atividades Complementares, a seguir destacado, define o conjunto de atividades válidas que poderão ser realizadas, os critérios de aproveitamento, validação e comprovação, dentre outros requisitos necessários à sua realização.

## **REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

### **CAPÍTULO I**

#### **DO OBJETO DE REGULAMENTAÇÃO**

*Art. 1º O presente conjunto de normas tem por finalidade formalizar a oferta, o controle, a validação e o registro acadêmico das Atividades Complementares.*

*§ 1º As Atividades Complementares promovem a integração, cooperação, solidariedade, criatividade e a livre expressão, por meio da vivência de atividades lúdico educativas e de situações reais que contribuem para a formação dos discentes para a vida pessoal, profissional e cidadã.*

*§ 2º As Atividades Complementares compõem o currículo dos cursos ofertados, conforme definido nos respectivos projetos pedagógicos.*

*§ 3º É obrigatória a integralização da carga horária destinada às Atividades Complementares pelos estudantes, devendo ser realizada ao longo do curso para fins de conclusão.*

### **CAPÍTULO II**

#### **DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

*Art. 2º As Atividades Complementares integram o conjunto de componentes curriculares do curso e são destinadas ao enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, promovendo flexibilização curricular, desenvolvimento da competência de aprender a aprender e articulação entre teoria e prática.*

*Art. 3º. As Atividades Complementares no âmbito dos cursos de graduação compreendem os seguintes eixos: ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão.*

#### **Seção I**

##### **Atividades de ensino**

*Art. 4º. São consideradas atividades de Ensino a serem validadas como Atividades Complementares:*

*I - monitoria em disciplinas dos cursos de graduação;*

*II - estágios não obrigatórios realizados em instituições parceiras;*

*III – disciplinas aderentes pertencentes a outros cursos superiores da instituição ou de outras IES, devidamente comprovadas quanto à frequência e aprovação, desde que não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos;*

*IV - participação como ouvinte em Bancas Examinadoras de Trabalho de Conclusão de Curso, Monografias, Dissertações e Teses realizadas;*

*V - participação em visitas técnicas monitoradas por docente da instituição;*

*VI - participação em programas de intercâmbio nacional ou internacional.*

## **Seção II**

### **Das Atividades de Iniciação Científica/Pesquisa**

*Art. 5º. Serão consideradas atividades de iniciação científica/pesquisa a serem validadas como Atividades Complementares:*

*I - trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos ou seminários internos e externos (Ex: semana acadêmica, jornada, congresso, simpósio, fórum, entre outros);*

*II - trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos ou seminários e publicados em anais;*

*III - trabalhos publicados em revista de circulação regional e nacional;*

*IV - trabalhos publicados em periódicos científicos;*

*V - livros ou capítulos de livros publicados;*

*VI - participação em eventos científicos promovidos pela IES;*

*VII - participação em atividades, eventos científicos externos à IES;*

*VIII - participação em atividades de iniciação científica/pesquisa como bolsista ou voluntário.*

*IX – participação em programas de intercâmbio nacional ou internacional.*

## **Seção III**

### **Das Atividades de Extensão**

*Art. 6º Serão consideradas atividades de extensão a serem validadas como Atividades Complementares:*

*I - participação em eventos de extensão promovidos pela IES desde que não aconteça dentro dos 200 dias letivos anuais ou por outras instituições (Ex: seminários, simpósios, congressos, conferências, cursos);*

*II - organização, coordenação, realização de cursos e/ou eventos internos ou externos, de interesse da IES ou da comunidade;*

*III - participação ou trabalho na organização de ligas atléticas, diretório acadêmico, jornal do curso e/ou da IES, intercâmbios, entre outros;*

*IV – participação voluntária em programas sociais;*

*V – participação em eventos culturais promovidos pela IES ou organizações afins;*

*VI - cursos de idiomas, de informática e outros que sejam relevantes para o desenvolvimento acadêmico e profissional do aluno;*

*VII – participação como ouvinte em eventos de interesse do curso, desde que não tenham sido aproveitados como atividades de ensino.*

## **CAPÍTULO III**

### **DA VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

*Art. 7º Compete ao estudante apresentar a documentação comprobatória que ateste a sua participação nas atividades realizadas, até a data limite estabelecida no calendário acadêmico.*

*Art. 8º Compete ao coordenador de curso analisar e validar os estudos e atividades apresentadas pelos estudantes e supervisionar junto ao setor de controle acadêmico, o registro no histórico dos discentes.*

Art. 9º No documento de comprovação deverá ser destacado obrigatoriamente o beneficiário e, quando for o caso, a carga horária.

Parágrafo único. Os comprovantes das Atividades Complementares deverão ser protocolados na secretaria ou em órgão equivalente.

Art. 10. O aluno deverá integralizar a carga horária destinada às Atividades Complementares nos três eixos estabelecidos.

Parágrafo único. O quantitativo de horas a serem aproveitadas em cada Eixo deverá ser validado conforme Tabela anexa, observando-se a carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico de cada do curso de graduação.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Cabe ao Colegiado de Curso estabelecer, em cada um dos eixos, as atividades, os critérios de validação e a carga horária mínima e formas de comprovação para cada tipo de atividade.

Art. 12. Compete ao Colegiado de Curso, dirimir as dúvidas referentes à interpretação desta norma, bem como suprir eventuais lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 13. Este Regulamento entra em vigor quando da homologação pelo Conselho Superior.

Tabela – Eixos, Modalidades, Descrição, Carga Horária e Formas de Comprovação.

TABELA DE CONVERSÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
EIXO ENSINO			
Modalidades	Descrição	Carga horária	Comprovação
<b>Monitorias</b>	Atividades de monitorias em disciplinas de cursos de graduação.	30 horas por semestre limitado a 60 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração da Instituição ou do professor orientador.
<b>Estágios não obrigatórios</b>	Estágios não obrigatórios realizados em instituições parceiras.	Até 30 horas por estágio, limitado a 90 horas em todo o curso de graduação.	Atestado de Exercício (certificado contendo as atividades realizadas e a frequência)
<b>Disciplinas pertencentes a outros cursos de graduação</b>	Disciplinas aderentes pertencentes a outros cursos de graduação, da Instituição ou de outras IES, devidamente comprovadas quanto à frequência e aprovação.	Aproveitamento da carga horária integral da disciplina, desde que não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos.	Declaração da IES.

<b>Banca Examinadora</b>	Participação como ouvintes em banca examinadora de TCC, monografias, dissertações e teses realizadas.	Até 3 horas por banca, limitado a 30 horas em todo o curso de graduação	Declaração da IES.
<b>Visitas Técnicas</b>	Participação em visitas técnicas monitoradas por docente da IES.	Até 8 horas por visita, limitando a 48 horas em todo o curso de graduação.	Declaração do docente responsável pela visita técnica.
<b>Intercâmbios</b>	Participação em programa de intercâmbio nacional, realizado em outra instituição de ensino superior brasileira.	Até 20 horas por intercâmbio	Certificado emitido pela instituição de ensino superior na qual o intercâmbio foi realizado.
	Participação em programa de intercâmbio internacional, realizado em instituição de ensino superior fora do país.	Até 40 horas por intercâmbio	Certificado emitido pela instituição de ensino superior na qual o intercâmbio foi realizado
<b>EIXO INICIAÇÃO CIENTÍFICA/PESQUISA</b>			
<b>Modalidades</b>	<b>Descrição</b>	<b>Carga horaria</b>	<b>Comprovação</b>
<b>Projeto Iniciação Científica</b>	Trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos ou seminários internos e externos.	20 horas por trabalho, limitado a, no máximo, 60 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração da IES ou do professor orientador, cópia da publicação.
	Trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos ou seminários e publicados em anais.	30 horas por trabalho, limitado a, no máximo, 90 horas em todo o curso de graduação.	Cópia da publicação em anais.
	Trabalhos publicados em revista de circulação regional e nacional.	20 horas por trabalho, limitado a, no máximo, 40 horas em todo o curso de graduação.	Cópia da publicação
	Trabalhos	20 horas por	Cópia da publicação

	publicados em periódicos científicos.	trabalho, limitado a, no máximo, 40 horas em todo o curso de graduação.	
	Livros ou capítulos de livros publicados.	40 horas por trabalho, limitado a, apenas 01 (um) trabalho em todo o curso de graduação.	Cópia da publicação
	Participação em eventos científicos promovidos pela IES.	Até 2 horas por evento, limitado a 10 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração emitido pela IES
	Participação em atividades, eventos científicos externos à IES.	Até 2 horas por evento, limitado a 16 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração emitido pela organização do evento.
	Participação em eventos científicos externos à (Nome da IES).	Até 4 horas por evento, limitado a 16 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração emitido pela organização do evento.
<b>Projeto de Iniciação Científica/Pesquisa</b>	Participação em atividades de iniciação científica/pesquisa como bolsista ou voluntário.	30 horas por semestre limitado a 60 horas em todo o curso de graduação	Certificado ou declaração da Instituição ou do professor orientador.
<b>Intercâmbio</b>	Participação em programa de intercâmbio nacional.	Até 20 horas por intercâmbio.	Certificado emitido pela instituição de ensino superior na qual o intercâmbio foi realizado.
	Participação em programa de intercâmbio internacional.	Até 40 horas por Intercâmbio.	Certificado emitido pela instituição de ensino superior na qual o intercâmbio foi realizado.
<b>EIXO EXTENSÃO</b>			
<b>Modalidades</b>	<b>Descrição</b>	<b>Carga horaria</b>	<b>Comprovação</b>
<b>Eventos</b>	Participação em eventos promovidos pela IES, desde que não aconteça dentro dos 200 dias letivos anuais, ou por outras IES.	Aproveitamento da carga horária integral do evento, limitado a 80 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração emitido pela IES.

	Organização, coordenação, realização de cursos e/ou eventos internos ou externos à, de interesse da IES ou da comunidade.	Até 15 horas por evento, limitado a 45 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração emitido pela organização do evento.
	Participação ou trabalho na organização de ligas atléticas, diretório acadêmico, jornal do curso e/ou da IES, intercâmbios, entre outros.	Até 15 horas por evento, limitado a 45 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração emitido pela organização do evento.
	Participação em eventos culturais promovidos pela IES ou organizações afins.	Aproveitamento da carga horária integral do evento. Até 6 horas por evento, limitado a 24 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração emitido pela IES.
	Cursos de idiomas, de informática e outros que sejam relevantes para o desenvolvimento acadêmico e profissional do aluno.	Até 30 horas por curso, limitado a 90 horas em todo o curso de graduação	Certificado de conclusão do curso.
	Participação, como ouvinte, em eventos de interesse do curso, desde que não tenham sido aproveitados como atividades de ensino.	Até 5 horas por semestre, limitado a 15 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração emitida pela entidade que promover o evento.
<b>Cidadania e Voluntariado</b>	Participação voluntária em programas sociais.	Até 10 horas por semestre, limitado a 30 horas em todo o curso de graduação.	Certificado ou declaração emitido pela organização do evento.

### 1.8. Trabalho de Conclusão de Curso

A atividade científica é parte integrante e fundamental da formação do profissional que se dedica a área jurídica, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento de métodos científicos que auxiliem na produção de novos saberes e busquem as resoluções de problemas, razão pela qual o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no curso de Direito da FAI tem como objetivo principal trazer respostas para questões que existem em relação às práticas oriundas no campo do saber.

O TCC tem sua estrutura composta por elementos obrigatórios e visa o estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento, como importante contribuição para o segmento em que se insere. É realizado individualmente, no decorrer dos 9º e 10º semestres do curso de Direito, onde os alunos devem perfazer um total de 120 horas de atividades, sendo 60 horas por semestre. Tem como responsável um coordenador e a orientação discente fica a cargo de professores do curso escolhidos para este fim.

Eis o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso:

## **REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

### *CAPÍTULO I*

#### *DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES*

*Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com a elaboração, apresentação e avaliação do trabalho de conclusão do curso de DIREITO da FAI, sob a forma de Artigo Científico conforme escolha temática do graduando e considerando aderência ao curso de DIREITO. As fases de desenvolvimento do TCC constarão das seguintes etapas:*

*I - Apresentação à banca examinadora, composta por professores e coordenador do curso, de projeto de pesquisa, respeitadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), previamente aprovado na disciplina de TCC I;*

*II - Após a apresentação do projeto o graduando deverá realizar as devidas correções e contribuições ao desenvolvimento da pesquisa propostas pelos professores presentes à banca examinadora;*

*III - em seguida à revisão, o projeto será encaminhado ao professor orientador proposto pelo graduando ou indicado pela banca e coordenação do curso, devendo o professor orientador proposto ou indicado considerar, observando a aderência temática, a viabilidade de orientação;*

*IV - Estando acordada a orientação o aluno deverá respeitar a frequência e os prazos previamente estabelecidos pelo professor orientador, apresentando ao final do período, divulgado em calendário acadêmico, o trabalho concluído, em conformidade com ABNT e cumpridas as exigências das atividades de orientação, com vistas à apresentação para a banca examinadora.*

*Parágrafo único. A aprovação em trabalho de conclusão de curso é condição indispensável para a colação de grau de qualquer aluno regularmente matriculado no curso de graduação em DIREITO da FAI.*

*Art. 2º O TCC consiste em pesquisa individual orientada em qualquer área do conhecimento, no âmbito e aderência ao curso de graduação em DIREITO.*

*Art. 3º Os objetivos gerais do TCC são os de propiciar aos graduandos dos cursos de DIREITO a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica.*

## **CAPÍTULO II**

### **DO COORDENADOR DE PESQUISAS E TCC**

*Art. 4º A atividade TCC é desenvolvida sob a coordenação de professor, indicado pelo Coordenador do Curso de DIREITO e designado pelo Diretor Geral da Faculdade, podendo ser o próprio coordenador do curso.*

*§ 1º O Coordenador de TCC é auxiliado, em suas atividades, pelos professores-orientadores, indicados quando da apresentação do projeto a banca e designados pelo Diretor Geral da Faculdade.*

*§ 2º A carga horária administrativa atribuída ao Coordenador de TCC é fixada em duas horas/aula semanais.*

*§ 3º O Coordenador de TCC é substituído, em suas faltas e impedimentos eventuais, por um dos professores-orientadores, designado pelo Diretor Geral da Faculdade.*

*Art. 5º Ao Coordenador de TCC compete:*

*I - Elaborar, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao TCC;*

*II - Atender aos alunos matriculados nas atividades atinentes ao TCC;*

*III - encaminhar os projetos de pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa;*

*IV - Proporcionar, com a participação dos professores-orientadores, orientação básica aos alunos em fase de iniciação do projeto de TCC;*

*V - Elaborar e encaminhar aos professores-orientadores as fichas de frequência e avaliação das atividades atinentes ao TCC;*

*VI - Convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores-orientadores e graduandos matriculados nas disciplinas atinentes ao TCC;*

*VII - indicar professores-orientadores para os graduandos, quando estes não fizerem a escolha;*

*VIII - manter, na Coordenadoria de TCC, arquivo atualizado com os projetos em desenvolvimento, concluídos e aprovados;*

*IX - Manter atualizado o livro de atas das reuniões das bancas examinadoras;*

*X - Providenciar o encaminhamento à Biblioteca de, no mínimo, uma cópia dos TCCs aprovados;*

*XI - tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento;*

*XI - designar as bancas examinadoras do TCCs;*

*XII - apresentar, semestralmente, às Coordenadorias de Cursos, relatório relativo às suas atividades.*

### CAPÍTULO III

#### DOS PROFESSORES ORIENTADORES

*Art. 6º O TCC é desenvolvido sob a orientação de um professor para cada graduando do curso de graduação em DIREITO.*

*Parágrafo único. Aos professores-orientadores serão alocadas 2 horas/aula, em sua jornada semanal de trabalho, para o exercício de suas atividades extraclasse.*

*Art. 7º Na indicação de professores orientadores, o Coordenador de TCC deve levar em consideração, sempre que possível, a distribuição de acordo com as áreas de interesse dos professores, bem como a distribuição equitativa de orientandos entre eles.*

*§ 1º Ao assinar o projeto de TCC o professor está aceitando a sua orientação.*

*§ 2º Pode o aluno ou alunos contar com a colaboração de outro professor da Faculdade, que não o seu orientador, ou de profissional que não faça parte do corpo docente dos cursos de graduação da FAI, atuando como Co-orientador, desde que obtenha a aprovação de seu orientador.*

*§ 3º O nome do Co-orientador deve constar dos documentos e relatórios entregues pelo aluno.*

*Art. 8º Cada professor pode orientar, no máximo, 10 (dez) graduandos por semestre.*

*Art. 9º. A substituição de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do professor substituído.*

*Parágrafo único. É da competência do Coordenador de TCC a solução de casos especiais, podendo, se entender necessário, encaminhá-los para análise pelos Coordenadores de Cursos.*

*Art. 10. O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:*

*I - Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC;*

*II - Atender semanalmente seus orientandos, em horário previamente fixado;*

*III - entregar à Secretaria do Curso, semestralmente, as fichas de frequência e avaliação devidamente preenchidas e assinadas;*

*IV - Analisar e avaliar os relatórios parciais mensais que lhes forem entregues pelos orientandos;*

*V - Participar das defesas para as quais estiver designado;*

*VI - Assinar, juntamente com os demais membros das bancas examinadoras, as fichas de avaliação dos TCCs e as atas finais das sessões de defesa;*

*VII - requerer ao Coordenador de TCC a inclusão dos TCCs de seus orientandos na pauta semestral de defesas;*

*VIII - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.*

*Art. 11. A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.*

*Parágrafo único. O não cumprimento do disposto nos artigos 13 e 22 deste Regulamento autoriza o professor a desligar-se dos encargos de orientação, por meio de comunicação oficial ao Coordenador de TCC.*

#### CAPÍTULO IV

##### DOS GRADUANDOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TCC

*Art. 12. Considera-se graduando em fase de realização do TCC aquele regularmente matriculado na atividade TCC, que integra o currículo do curso de graduação em DIREITO.*

*Art. 13. O aluno em fase de realização do TCC tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:*

- I - Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC ou pelo seu orientador;*
- II - Manter contatos, no mínimo, semanais conforme ficha de acompanhamento com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;*
- III - cumprir o calendário divulgado pelo Coordenador de TCC para entrega de projetos, relatórios parciais, seminários parciais e versão final do TCC com apresentação;*
- IV - Entregar ao professor orientador relatórios parciais mensais sobre as atividades desenvolvidas;*
- V - Elaborar a versão definitiva de seu TCC, de acordo com o presente Regulamento e as instruções de seu orientador e do Coordenador de TCC;*
- VI - Entregar ao Coordenador de TCC, ao final do semestre em que estiver matriculado na disciplina respectiva, três cópias impressas e encadernadas devidamente assinadas pelo orientador de seu TCC à apresentação final para a banca examinadora;*
- VII - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC;*
- VIII - entregar ao Coordenador de TCC, ao final do semestre em que estiver matriculado na disciplina respectiva, após aprovação e re/retificações solicitadas pela banca examinadora uma (1) cópia impressa e encadernada devidamente assinadas pelo orientador, além de uma cópia em meio digital – CD de seu TCC;*
- IX - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.*

#### CAPÍTULO V

##### DOS PRÉ-REQUISITOS E DAS VAGAS

*Art. 14. Para se matricular na atividade TCC os graduandos do curso de graduação em DIREITO devem ter cursado, com aproveitamento, cerca de 80% das disciplinas e atividades do curso.*

*Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo implica no cancelamento automático da matrícula na respectiva atividade.*

*Art. 15. A matrícula na atividade TCC atribui ao aluno o Direito de escrevê-la e defendê-la, conforme calendário estabelecido semestralmente pela Coordenadoria de TCC, tendo por base o calendário acadêmico divulgado pela Faculdade.*

*Art. 16. Têm preferência na matrícula os graduandos do curso de DIREITO que tiverem concluído todas as disciplinas oferecidas no semestre letivo, sucedendo-se a esses os que tiverem concluído a fase imediatamente anterior e assim sucessivamente.*

*Art. 17. O número total de vagas oferecidas, por semestre, para a atividade TCC deve ser, no mínimo, igual ao número de vagas iniciais do curso.*

## CAPÍTULO VI

### DO PROJETO DE TCC

*Art. 18. O aluno deve elaborar seu projeto de TCC de acordo com este Regulamento e com as recomendações do seu professor orientador.*

*Parágrafo único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que for a eles aplicáveis.*

*Art. 19. A estrutura do projeto de TCC compõe-se de:*

*I - Introdução;*

*II - Problema;*

*III - Hipóteses*

*IV - Objetivos;*

*V - Justificativas;*

*VI – Fundamentação teórica*

*VII - Proposta metodológica;*

*VIII - Instrumentos de pesquisa (quando houver pesquisa de campo);*

*IX - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos sujeitos de pesquisa. (Caso se faça necessário)*

*X - Proposta bibliográfica;*

*XI - Cronograma de atividades;*

*XII – Proposta de sumário;*

*XIII – Referências.*

*Art. 20. O projeto de TCC deve ser entregue ao Coordenador de TCC, em três vias, assinadas pelo orientador responsável, com, no mínimo, quinze dias de antecedência do início do período regular de matrícula.*

*§ 1º Cabe ao Coordenador de TCC a avaliação e aprovação dos projetos apresentados pelos alunos, para que esses possam obter matrícula na atividade TCC.*

*§ 2º O projeto reprovado deve ser devolvido ao graduando no prazo de cinco dias, para que seja reformulado ou refeito e possa ser entregue novamente ao Coordenador de TCC antes do término do período regular de matrícula.*

*§ 3º Sendo o projeto novamente reprovado, o aluno tem sua matrícula na disciplina definitivamente negada no semestre respectivo.*

*§ 4º Aprovado o projeto de TCC, um exemplar é arquivado na Coordenadoria de TCC, outro é enviado ao professor-orientador e o terceiro enviado a um Comitê de Ética e Pesquisa.*

*Art. 21. Aprovado o projeto de TCC, a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:*

*I - Ocorrendo a mudança dentro de um prazo não superior a quinze dias, contados da data de início do período letivo;*

*II - Haver a aprovação do novo projeto pelo professor orientador e novo parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa;*

*III - existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;*

*IV - Haver a aprovação do Coordenador de TCC.*

*Parágrafo único. Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com autorização do orientador.*

## **CAPÍTULO VII**

### **DOS RELATÓRIOS PARCIAIS**

*Art. 22. Os relatórios semestrais parciais, sobre o desenvolvimento do TCC, devem conter informações detalhadas acerca das pesquisas e estudos realizados, no período respectivo, na forma definida pelo professor orientador, sendo-lhe entregues até o décimo dia útil de cada mês.*

## **CAPÍTULO VIII**

### **DO TCC**

*Art. 23. O TCC deve ser elaborado considerando-se:*

*I - Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem a eles aplicáveis;*

*II - No seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no art. 3º deste Regulamento e a vinculação direta do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área do curso de graduação em DIREITO, preferencialmente aqueles identificados pelas linhas de pesquisa do curso.*

*Art. 24. A estrutura do TCC compõe-se de:*

*I – Capa;*

*II - Folha de rosto;*

*II - Folha de aprovação;*

*III - Resumo;*

*IV – Palavras chave;*

*IV - Sumário;*

*V - Introdução;*

*VI - Desenvolvimento, contendo necessariamente revisão bibliográfica, resultados e análises da pesquisa;*

*VII - Considerações finais (ou conclusão);*

*VIII - Referências;*

*IX - Apêndices e anexos (quando for o caso).*

*Art. 25. As cópias do TCC encaminhados às bancas examinadoras devem ser apresentadas preenchendo os seguintes requisitos:*

*I - Impressa em espaço 1,5 (um e meio), em papel branco tamanho A4, letra tipo times new roman, tamanho 12 (doze) e avanço de parágrafo (tabulação) 1,25 (um e vinte e cinco);*

*II - As margens superior e esquerda de 3 cm, bem como a das margens inferior e direita de 2 cm;*

*III - encadernada em brochura ou espiral;*

*IV - O corpo do trabalho (introdução, desenvolvimento e conclusão) deve possuir, no mínimo, 10 e, no máximo, 100 páginas de texto escrito e anexos.*

*§ 1º Os TCCs que não obedeçam aos limites máximo e mínimo estabelecidos no inciso IV deste artigo devem, para apresentação, possuírem a aprovação do Coordenador de TCC, ouvido o professor orientador.*

*§ 2º Os professores orientadores e os alunos devem ser estimulados à divulgação/publicação do TCC.*

## **CAPÍTULO IX**

### **DA BANCA EXAMINADORA**

*Art. 26. O TCC é defendido pelos graduandos perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros, designados pelos Coordenadores de Cursos, mediante indicação do Coordenador de TCC em sessão pública.*

*§ 1º Quando o Co-orientador for membro da banca, poderá ser ela composta por até quatro membros efetivos.*

*§ 2º Pode fazer parte da banca examinadora um membro escolhido entre os professores de outros cursos da Faculdade, com interesse na área de abrangência da pesquisa, ou de cursos de outras*

*instituições, ou, ainda, entre profissionais de nível superior que exerçam atividades afins com o tema do TCC.*

*§ 3º Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento.*

*§ 4º Caso haja interesse, por parte do aluno, em convidar um professor de outra Instituição de Ensino Superior, para compor a banca examinadora, deverá ser apresentada documentação comprobatória de exercício de docência superior e ao aluno caberá informar no prazo mínimo de 15 dias que antecedem a apresentação do TCC à Coordenação para a apreciação do pedido, deferindo-o ou não e o retornando ao aluno interessado em um prazo máximo de 7 dias após a solicitação apresentada.*

*Art. 27. A Banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com três membros presentes, não podendo dois deles serem o orientador e o Co-orientador.*

*§ 1º não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicado, por escrito, o Coordenador de TCC.*

*§ 2º não havendo o comparecimento do número mínimo de membros da banca examinadora fixado neste artigo, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.*

*Art. 28. Todos os professores dos cursos de graduação podem ser convocados para participar das bancas examinadoras, mediante indicação do Coordenador de TCC, aprovada pelos Coordenadores de Cursos.*

*Parágrafo único. Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a dez comissões examinadoras por semestre.*

## **CAPÍTULO X**

### **DA APRESENTAÇÃO DO TCC**

*Art. 29. As sessões de apresentação dos TCCs são públicas.*

*Parágrafo único. Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos TCCs antes de suas apresentações à banca examinadora.*

*Art. 30. O Coordenador de TCC deve elaborar calendário semestral, fixando prazos para a entrega dos TCCs finais, designação das bancas examinadoras e realização das apresentações.*

*§ 1º Quando o TCC for entregue com atraso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelo Coordenador de TCC.*

*§ 2º Comprovada a existência de motivo justificado e a anuência do professor-orientador, pode a defesa ser adiada para o semestre seguinte, em período especialmente previsto no calendário e que deve anteceder o período destinado às defesas regulares;*

*§ 3º Não é admitido um segundo atraso, situação na qual será atribuída nota zero na atividade TCC.*

*Art. 31. Ao término da data limite para a entrega das cópias dos TCCs, o Coordenador de TCC divulga a composição das bancas examinadoras, os horários e as salas destinados às suas defesas.*

*Art. 32. Os membros das bancas examinadoras têm o prazo de quinze dias, a contar da data de sua designação, para procederem à leitura dos TCCs.*

*Art. 33. Na defesa, o aluno tem até quinze minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora até cinco minutos para fazer suas apreciações e comentários, dispondo ainda o discente de outros cinco minutos para responder a cada um dos examinadores.*

*Art. 34. A atribuição das notas dá-se após o encerramento das etapas de apresentação, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e as respostas à banca examinadora.*

*§ 1º Utiliza-se, para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais, onde o professor apõe suas notas para cada item a ser considerado*

*§ 2º A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.*

*§ 3º Para aprovação o aluno deve obter nota igual ou superior a sete na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.*

*Art. 35. A banca examinadora deve reunir-se antes da sessão de defesa pública podendo, se aprovado por maioria, devolver o TCC para reformulações.*

*Parágrafo único. Nessa situação fica a defesa marcada para trinta dias após, contados da devolução do TCC ao aluno, feita essa mediante protocolo.*

*Art. 36. A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao aluno que reformule aspectos de seu TCC.*

*§ 1º Quando sugerida a reformulação de aspectos fundamentais do TCC e, aceitando o aluno o prazo para apresentar as alterações sugeridas, este é de, no máximo, 15 dias.*

*§ 2º Entregues as novas cópias do TCC, já com as alterações realizadas, reúne-se novamente a banca examinadora, devendo então proceder à avaliação na forma prevista no artigo 35, inexistindo nova defesa oral.*

*Art. 37. O aluno que não entregar o TCC, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado na disciplina.*

*Art. 38. A avaliação final, assinada pelos membros da banca examinadora e pelo aluno, deve ser registrada no livro de atas respectivo, ao final da sessão de defesa e, em caso de aprovação, nas cópias do TCC destinados à Biblioteca da Faculdade.*

*Parágrafo único. Compete ao Coordenador do Curso analisar os recursos das avaliações.*

*Art. 39. Não há recuperação da nota atribuída ao TCC, sendo a reprovação, nos casos em que houver, definitiva.*

*§ 1º se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema de pesquisa constante do seu projeto de TCC e com o mesmo orientador.*

*§ 2º Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar todo o processo para elaboração do TCC, desde a elaboração do projeto de pesquisa.*

*Art. 40. Ao aluno matriculado na disciplina atinente ao TCC, cujo trabalho haja sido reprovado, é vedada a defesa da mesma ou de nova, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.*

*Parágrafo único. Havendo plágio comprovado do todo ou em partes do TCC será considerado condição justificada para reprovação sumária, ficando a critério da Coordenação estabelecer ou não prazo para a aceitação e apresentação do TCC após as devidas correções necessárias executadas.*

## CAPÍTULO XI

### DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TCC

*Art. 41. A versão definitiva do TCC deve ser encaminhada ao Coordenador de TCC em um exemplar impresso e encadernado e um em CD que, além dos demais requisitos exigidos nos artigos 24 a 26 deste Regulamento, devem também vir, os exemplares impressos em transparente (capa da frente) e azul (capa de trás) rubricado pelo professor orientador.*

*Art. 42. A entrega da versão definitiva do TCC é requisita para a colação de grau e deve ser efetuada, no mínimo, com quinze dias de antecedência em relação à data marcada para a formatura do seu autor.*

## CAPÍTULO XI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

*Art. 43. Este regulamento só poderá ser alterado pelo Conselho Superior.*

*Art. 44. Os melhores Trabalhos de Conclusão de Curso, escolhidos pelas bancas examinadoras, serão publicados na Revista Contexto da FAI.*

#### 1.8. Apoio ao Discente

Entende-se que a principal tarefa da Educação é despertar em seus alunos as suas potencialidades, desejos e interesses próprios diante da totalidade do conhecimento humano. Isso significa reforçar a ideia de uma formação humana ampla, que contemple todas as áreas do conhecimento.

Se há múltiplos interesses entre os professores que os fizeram optar por suas respectivas áreas de atuação, estes também existem para os alunos, garantindo-lhes o acesso à multiplicidade do conhecimento e estimulando à construção de uma realidade idiossincrática vivida por todos os seres humanos.

Acredita-se que seja necessário, então, fazer com que nossa prática educacional esteja conscientemente preocupada com a promoção da transformação social e não com a sua manutenção

de forma inconsciente e não refletida. Para isso, precisa-se ter clareza sobre as ações e que estas reflitam decisões cada vez mais explícitas sobre o fazer pedagógico.

Contudo, estamos buscando construir um processo contínuo no qual se possa não só avaliar o ser humano em sua totalidade (afetiva, social, motora-corporal e cognitiva) como também orientá-lo na busca dessa profissionalização.

#### 1.7.1. Formas de Acesso ao Curso

São modalidades de ingresso no curso, a saber:

- Candidatos com curso de Ensino Médio, ou equivalente, concluído e que tenham sido classificados em Processos Seletivos (vestibulares) ou outro processo de a instituição participa, como o PROUNI;
- Portadores de diploma de Ensino Superior, devidamente registrado;
- Acadêmicos vinculados a outras Instituições, através do processo de transferência ou de aluno em regime especial;
- Solicitantes de rematrícula, através do processo de reingresso previsto em Regimento da Instituição;
- Estrangeiros, com curso de Ensino Médio ou equivalente, por meio de processo seletivo especial, regido por convênios de Cooperação Internacional firmados entre as IES.

#### 1.7.1. Apoio Pedagógico e Atendimento Extraclasse aos Discentes

A FAI mantém uma política que assegura o atendimento individualizado do aluno pelo seu Coordenador. Assim sendo, desde o início e durante todo o curso, o Coordenador orientará os alunos sobre qualquer assunto ligado ao curso e ao desempenho discente.

Além disso, o apoio pedagógico é realizado por todos os setores da FAI (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Professores em TI e TP, membros do Núcleo Docente Estruturante, Ouvidoria, etc.), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

Os laboratórios podem ser utilizados pelos alunos, fora do horário de aulas, com a participação de técnicos ou auxiliares, para o reforço da aprendizagem prática.

A biblioteca está aberta durante o horário de funcionamento da instituição, sempre com profissionais habilitados para o melhor atendimento, para que os alunos possam realizar suas pesquisas bibliográficas, leituras ou trabalhos em grupo sem prejuízo da presença em sala de aula.

#### 1.7.1. Apoio Financeiro

A mantenedora, por tratar-se de Entidade Beneficente de Assistência Social, portanto Filantrópica, prevê em seu Plano Estratégico, a concessão de 20% de sua Receita a título de Bolsas de Estudo, PROUNI e Projetos Sociais. A concessão de bolsas obedece a critérios pré-definidos, iniciados a partir de edital, seguido pela inscrição do candidato, comprovação documental, em seguida, para os classificados é exigida a comprovação documental do grau de carência perante a Comissão de

Concessão de Bolsas de Estudo, constituída especificamente para esse fim, com orientações emanadas da Mantenedora.

A instituição mantém Termo de Adesão junto a Organismos Federais para proporcionar aos discentes a possibilidade de Financiamento Estudantil – FIES, possibilitando abatimento no valor das mensalidades.

Os funcionários/professores e seus dependentes são beneficiados com desconto nas mensalidades, de acordo com a carga horária de trabalho do titular, obedecendo aos critérios da convenção coletiva de trabalho.

#### 1.7.1. Estímulo a Permanência

A FAI tem como compromisso promover a atenção integral ao aluno, visando garantir sua permanência na IES e oportunizando a interface entre o conhecimento teórico e a experiência prática, assim como a inserção em atividades de iniciação científica e extensão.

Portanto, proporciona ao corpo discente adequado e eficiente atendimento de apoio ou suplementar, às atividades de sala de aula. Proporciona ainda atendimento individual ao aluno, buscando identificar os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional, prestando informações aos órgãos competentes, aos quais solicita providências e propõe soluções.

#### 1.11.4.1. Mecanismos de Nivelamento

Diante do panorama atual da Educação Básica, é possível dizer que o estudante ingressa no ensino superior com uma base que é peculiar a cada pessoa, tendo em vista as diferenças individuais. Esta variabilidade, certamente, constitui-se em evidência que precisa ser considerada na organização e desenvolvimento das ações curriculares face aos objetivos do êxito acadêmico desejados.

Nesta perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos cursos de graduação da FAI estão estruturados de modo a contemplarem, em sua organização e dinamização, as diversidades cognitivas dos discentes.

Deste modo, o processo de nivelamento da instituição consiste em subsidiar os discentes de elementos básicos em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

Após o ingresso inicial, os alunos são submetidos, regularmente, a avaliação, em cada disciplina, para identificação de possíveis falhas na formação no ensino médio. As necessidades identificadas são objetos de análise para a definição do programa a ser ofertado ao aluno ou grupo de alunos.

A FAI apresenta como programa permanente de nivelamento o(s) curso(s) de Matemática Básica e Redação ofertados gratuitamente aos alunos matriculados nos cursos de graduação.

#### 1.11.4.2. Monitoria

A monitoria é um programa de apoio pedagógico ao discente praticada pela instituição como incentivo à participação dos acadêmicos em atividades teóricas e práticas, bem como o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente, como parte de um conjunto de estratégias e oportunidades oferecidas com a finalidade de proporcionar uma formação mais

qualificada, além de dar condições de continuidade dos estudos e aprofundamento de conhecimentos.

Os alunos do curso de Direito da FAI podem participar do Programa de Monitoria destinado a propiciar aos alunos interessados a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, iniciação científica e extensão.

Os monitores auxiliam o corpo docente na execução de tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas; de trabalhos didáticos e atendimento a alunos; de atividades de iniciação científica e extensão e de trabalhos práticos e experimentais.

Ao corpo discente, os monitores auxiliam, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

#### 1.11.4.3. Apoio Psicopedagógico aos Discentes

Durante o curso podem ocorrer situações em que o estudante se depare com dificuldades no processo de aprendizagem que podem estar relacionadas com fatores cognitivos e/ou emocionais, sociais, entre outros.

A quantidade crescente de informação exige uma dedicação por parte do aluno em que é necessária a capacidade de concentração. Por outro lado, o trabalho com diferentes sujeitos, que trazem experiências distintas requer do professor um conhecimento acerca da necessidade de utilização de metodologias diversificadas que possam atender as demandas de aprendizagem por parte dos alunos.

Dessa forma, os estudantes recém-ingressantes, assim como os demais já matriculados, muitas vezes apresentam dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico. Para tanto, o serviço de apoio psicopedagógico, propõe-se a estar atento a estas questões e a atuar nesta área,

procurando examinar e orientar os alunos em seus eventuais tropeços no processo de ensino-aprendizagem.

Sob uma perspectiva mais preventiva, os alunos que apresentam excessivo número de faltas, ou persistente aproveitamento deficiente são convidados a comparecer a este setor, onde está à sua disposição a possibilidade de acompanhamento profissional para investigar as dificuldades que eventualmente possam estar comprometendo o processo educativo.

Com esta mesma ótica preventiva serão entrevistados os alunos que solicitarem trancamento ou cancelamento de matrícula. Também serão realizadas orientações profissionais para o desenvolvimento de postura empreendedora, crítica e ético-humanística na tarefa educacional. Deste modo, os estudantes se adaptarão à sua nova situação por meio de estratégias, de direcionamento e defesas psicodinâmicas, comportamentais e afetivas.

A todos os alunos, o apoio psicopedagógico assegura atendimento individual e/ou grupal para a busca de orientações quanto ao abuso de drogas, álcool, tabagismo e demais problemas sociais e comportamentais que venham a influenciar no processo de ensino-aprendizagem, como também para solucionar problemas resultantes da interação aluno-professor.

Durante o processo de ensino e aprendizagem podem/poderão ocorrer problemas que venham desencadear baixo desempenho nas disciplinas por parte dos alunos, influenciados por fatores didáticos e metodológicos. Neste caso, a intervenção deve/deverá acontecer com o professor, por meio de ação conjunta entre o apoio psicopedagógico e a coordenação de curso.

O apoio psicopedagógico também trabalha com os pais dos alunos, principalmente aqueles que solicitam esclarecimentos sobre as questões relacionadas a seus filhos.

Por fim, este serviço é coordenado por profissional com formação na área e obedecerá o seguinte regulamento:

### **NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE – NAE**

#### **PROJETO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO**

#### *Apresentação*

*A Psicopedagogia se ocupa da educação humana e busca atender às demandas que envolvem processos de aprendizagem, bem como aspectos emocionais e sociais do aluno, em todos os níveis e modalidades de ensino. Por ser área de conhecimento interdisciplinar e multidisciplinar, a Psicopedagogia procura compreender como ocorrem os processos de aquisição do saber e entender as possíveis dificuldades que o atendente encontra nesse processo. Por isso, ela dispõe do uso de diversas ciências, como a Psicologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Filosofia, a Sociologia, dentre outras.*

*Não visa estabelecer conceitos teóricos, mas propiciar novas leituras pedagógicas diante da diversidade discente, observando proficuamente os movimentos do educando em contato com o conhecimento e nas suas relações nos espaços de aprendizagem com professores, colegas e outros atores da educação. Não é a simples aplicação da psicologia à pedagogia, mas uma nova área de estudos que não se detém unicamente nas dificuldades de aprendizagem, mas propõe sobre elas as alternativas e um olhar mais aprofundado a respeito do aluno.*

*Requer observação, avaliação e mediação. Na observação, busca-se conhecer o atendente; na avaliação, compreende-se como ele se comporta no espaço institucional, para traçar estratégias que o auxiliem a superar possíveis dificuldades; e na mediação, o papel docente se faz prática pedagógica. Verificar-se-á, então, que as ações da observação, da avaliação e da mediação serão sempre articuladas em conjunto, possibilitando alternativas para o ensino e para a aprendizagem. Compreender-se-á, conseqüentemente, o quefazer psicopedagógico como uma prática combinada dessas três ações.*

#### *Objetivos*

*Atender ao aluno da instituição nas suas dificuldades acadêmicas e humanas, por meio de acompanhamento psicopedagógico, visando sua formação integral.*

#### *Público Alvo*

*Alunado da FAI de diferentes cursos e períodos.*

### *Atendimento*

*Dia e horário: Quarta-feira, das 19h às 20h40. Local: Atendimento Psicopedagógico.*

#### 1.11.4.4. Programas de apoio à realização de Eventos Internos, Externos e à Produção Discente

O curso de Direito apoia a participação de seus alunos em atividades de iniciação científica, nos programas de extensão e em eventos diversos, de natureza educacional, cultural e científica, como estratégia do processo ensino-aprendizagem.

A participação dos alunos em projetos e programas de iniciação científica e de extensão, sempre é sob a orientação docente, fazendo parte da estratégia de aprendizagem e objetivando o estreitamento da relação professor-aluno.

A FAI estimula e incentiva os alunos do curso de Direito a produzirem artigos científicos para, posteriormente, serem publicados em meios de comunicação impresso ou digital, conforme critérios estabelecidos pelo órgão competente.

#### 1.7.1. Atividades Extracurriculares não computadas como Atividades Complementares

O aluno do curso de Direito da FAI tem acesso periódico a atividades variadas, que agregam conhecimento à sua formação e permitem o ingresso empírico a conhecimentos que enriquecem sua área de atuação, proporcionando um aprendizado propedêutico e multifocal. Essas atividades são consideradas extracurriculares, não devendo ser computadas como Atividades Complementares, as quais destacamos:

- Palestras que ocorrem dentro das disciplinas obrigatórias do curso e que acrescentam valor cognitivo a estas, sem o caráter avaliativo dos conteúdos oficiais;
- Visitas orientadas/técnicas que acontecem no horário de aula não serão computadas como atividades complementares, pois estão vinculadas aos conteúdos das disciplinas.

#### 1.7.1. Participação em Intercâmbio

A FAI tem como meta iniciar o Programa de Intercâmbio no curso de Direito, que tem como objetivo geral estimular a elaboração e a implementação de estratégias de melhoria do ensino, da iniciação científica e da extensão da instituição, de modo a apoiar esforços institucionais para a capacitação e para o aprimoramento da qualificação dos seus discentes, pesquisadores e docentes, bem como a consolidação de programas de iniciação científica e extensão em nível de graduação.

#### 1.7.1. Organização Estudantil

O corpo discente tem como órgão de representação os representantes de turma diretamente eleitos por seus pares para representação e intermediação de questões de interesse coletivo do grupo discente. A FAI dá apoio aos estudantes no processo de organização de suas representações.

A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da FAI, vedadas atividades de natureza político-partidária, em entidades alheias à

instituição. O exercício da representação nos órgãos colegiados não exime o aluno do cumprimento de suas obrigações escolares.

Compete aos representantes de turma indicar os representantes discentes, com Direito à voz e voto, nos órgãos colegiados da FAI, vedada a acumulação.

A convivência estudantil na FAI é estimulada pela oferta de atividades científicas, extensionistas, artísticas, culturais, desportivas e de lazer, na sede da instituição ou em instalações cedidas, mediante convênio

#### 1.7.1. Acompanhamento de Egressos

Avaliar os alcances do processo de formação do profissional e a melhoria na qualidade de vida e sua inserção no mundo do trabalho na área de formação constituem/constituirão numa ação importante para a avaliação dos processos pedagógicos do curso de Direito da FAI.

Para realizar o acompanhamento dos egressos do curso de Direito, a FAI mantém um serviço de consulta e análise dos resultados socioeconômico dos egressos através de coleta de informações com o uso de formulários a serem preenchidos pelos alunos no início e final do curso, bem como, entre seis meses e um ano após sua formação.

Este processo objetiva fazer um estudo comparativo entre os aspectos socioeconômicos dos alunos desde o ingresso no curso até o alcance do mercado de trabalho, mapeando as melhorias promovidas pela formação conquistada e as necessidades para continuar enfrentando as mudanças advindas do mundo globalizado. Além disso, visa também, avaliar qual o percentual de egressos que efetivamente estão trabalhando na área de sua formação, bem como sua inserção profissional local e regional.

Sendo assim, estabeleceu os seguintes objetivos específicos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação prática do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, estarão em constante aperfeiçoamento;
- Estimular a oferta de programas de educação continuada;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela FAI;
- Condecorar os egressos que se destacam nas atividades profissionais;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;

- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontecerá por meio de carteirinha de ex-aluno a ser expedida pela FAI.

Além disso, a FAI pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Contudo, este Programa expressa o compromisso da FAI com o seu egresso, numa relação de mão dupla, mantendo-os informados sobre notícias da sua área de formação, informações técnico-científicas, eventos, atividades de formação continuada, e o egresso, por sua vez, representa o *feedback* do desempenho acadêmico institucional por sua atuação no mercado de trabalho.

Sendo assim, a instituição juntamente com o curso de Direito, intensificará a construção de diretrizes para acompanhar os egressos dos cursos, fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências. Evidencia, assim, o Programa de Acompanhamento de Egressos e reconhece, neste programa, um instrumento para a necessária integração FAI-empresa-sociedade.

#### 1.8. Ações decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso

O Curso de Direito está integrado ao processo de avaliação institucional da FAI. Cabe à Comissão Própria de Avaliação (CPA) organizar e implementar o processo de avaliação institucional. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FAI está organizada para cumprimento do que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e possui regulamento específico para orientar, sistematizar, operacionalizar, realizar diagnósticos, apresentar resultados e atuar de forma propositiva junto aos cursos no que se refere às ações necessárias para a melhoria destes.

Para organizar, implementar, desenvolver e acompanhar o processo de autoavaliação, a CPA da FAI conta com a Coordenação de Avaliação Institucional, vinculada à Diretoria, com a finalidade de coordenar todos os trabalhos envolvidos neste processo.

O processo de autoavaliação conta com a participação de toda a comunidade acadêmica. São aplicados diversos instrumentos, particularmente, os destinados à avaliação do desempenho individual (questionários abertos, fechados e entrevistas), com a participação dos professores, dos alunos, do pessoal técnico-administrativo e da sociedade civil organizada. A avaliação do desempenho individual não pode ser divulgada, exceto para os próprios interessados e, reservadamente, para os dirigentes institucionais.

A CPA encaminha à direção superior da FAI os resultados das avaliações periódicas, nelas incluindo as avaliações das condições de ensino, realizadas pelo MEC, bem como os resultados do ENADE, para posterior indicação de ações corretivas de pontos fracos e de fortalecimento dos aspectos positivos do ensino, da iniciação científica, da extensão, dos recursos humanos e das instalações, por parte dos órgãos/núcleos da instituição. A CPA também emite relatório anual, para a Diretoria, sobre o monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional.

No exercício de suas atividades, a CPA mantém articulação permanente com todos os setores acadêmico-administrativos da FAI, interagindo permanentemente com todos os atores do processo institucional e de aprendizagem. Também mantém articulação com os órgãos do MEC responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

FRAGILIDADES APONTADAS	RESOLUÇÕES
Salas de aula	Todas as salas climatizadas e atendidas por mobiliário adequado e com equipamentos móveis de tecnologia.
Falta de política definida para complementos de carga horária por atividades extraclasse	Implantação do TAE desde 2013 e Projeto integrador desde 2016 que executa a complementação da carga horário solicitada pelo MEC.
Como indicado na avaliação dos alunos, a infraestrutura não atende aos requisitos	Os laboratórios foram inovados e atualizados desde 2013.
Mestres e doutores	O curso está dentro dos padrões exigidos pelo MEC, para manter uma boa qualidade com docentes Mestres e Doutores.
Falta de gabinete de trabalhos específicos para docentes contratados em tempo integral e parcial	Existe uma sala equipada para os fins que se destina.
Não se observa oferta de nivelamento e intercâmbio.	Há o oferecimento de cursos de nivelamento na modalidade à distância e presencial.

#### 1.8. Atividades de Tutoria e da Equipe Multidisciplinar

O tutor a distância, no exercício da função não docente, participa ativamente da prática pedagógica. É um profissional com formação na área do curso, devidamente capacitado para uso das TICs, que atua a partir da instituição e por meio do ambiente virtual de aprendizagem, medeia o processo pedagógico entre estudantes geograficamente distantes e os polos de apoio presencial que eles frequentam. São atribuições do tutor a distância: esclarecer dúvidas pelos fóruns de discussão na internet, pelo telefone, pela participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimento; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; assistir ou auxiliar o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

O tutor presencial, no exercício da função não docente, participa ativamente da prática pedagógica. É um profissional com formação na área do curso, devidamente capacitado para uso das TICs, que atende aos alunos nos polos, em horários preestabelecidos. São atribuições do tutor presencial: auxiliar os alunos no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação ao âmbito de sua atividade, bem como ao uso das tecnologias disponíveis; participar de momentos presenciais obrigatórios, tais como aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam; auxiliar ou assistir o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

Contemplar, em atividades de tutoria, ações relacionadas ao apoio à inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Essas ações consistem, muitas vezes, no acompanhamento, por parte de um tutor, da vida acadêmica do estudante. Experiências como essas tem demonstrado grande benefício não só para o estudante que necessita de apoio, mas também ao tutor, que é desafiado a desenvolver práticas colaborativas e o respeito às diferenças humanas. É fundamental nesses casos, que os tutores recebam uma formação teórica e conceitual que lhes faça compreender seu verdadeiro papel, que é promover, paulatinamente, a autonomia desses estudantes com relação à construção do conhecimento e hábitos de estudo não a dependência com relação ao seu tutor.

As disciplinas do Curso de Direito são desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar com funções de planejamento, implementação e gestão. Para a realização destas funções e para a garantia de oferta de disciplinas com qualidade e do suporte ao aluno, esta equipe é composta por professor, tutor, corpo técnico-administrativo e equipe de gestão pedagógica, conforme detalhamento a seguir destacado.

#### 1.7.1. Professor

O professor é um profissional qualificado na área específica da disciplina ofertada e com conhecimento e experiência no uso de novas tecnologias na educação.

Este profissional deve ser capaz de:

- Estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;
- Selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;
- Identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;
- Definir bibliografia, videografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares;
- Elaborar o material didático para a disciplina à distância;
- Trabalhar em equipe multidisciplinar que contenha profissionais especialistas em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas web, entre outros.
- Avaliar-se continuamente como profissional participante do projeto de ensino a distância.

A FAI pode compor esta equipe, denominando como professores coordenadores de disciplinas ou conteudistas, os profissionais do seu quadro docente. Ou ainda, em razão das contingências, realizar contratação de serviços externos para esta função respeitando as especificidades das disciplinas e o perfil profissional exigido. Esta equipe deve ser supervisionada pelo pessoal de gestão acadêmica, que fica alocado na sede.

#### 1.7.1. Tutor

O tutor exerce um papel fundamental na prática pedagógica, contribuindo para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem. Para cada disciplina há tutoria presencial e à distância.

Os tutores devem desenvolver as seguintes funções:

- Auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo;

- Incentivar o hábito de iniciação científica;
- Esclarecer dúvidas em relação a conteúdos específicos e ao uso das tecnologias disponíveis no curso;
- Participar de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios, quando se aplicam;
- Manter permanente comunicação tanto com os estudantes quanto com a equipe pedagógica do curso;
- Responder aos e-mails com dúvidas sobre o ambiente do curso;
- Verificar constantemente se os alunos estão acessando e participando ativamente e, caso seja necessário, entrar em contato com os ausentes;
- Conhecer o conteúdo, as atividades propostas para a disciplina e a metodologia de aprendizagem;
- Incentivar a participação dos alunos em fóruns e auxiliar os alunos na superação de dificuldades;
- Conhecer o perfil do egresso do curso e as competências e habilidades atribuídas à sua disciplina;
- Participar ativamente das ações de capacitação promovidas pela instituição de ensino e preocupar-se constantemente com sua atualização profissional.

O tipo de tutoria adotado pela FAI, no curso de Direito, será o modelo bimodal, onde acontece a mescla da tutoria à distância com a presencial. Os tutores, tanto presenciais quanto a distância, devem conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e os conceitos específicos dos conteúdos sob sua responsabilidade.

O tutor à distância tem como principal função a mediação pedagógica junto aos estudantes. Faz parte desta mediação o esclarecimento de dúvidas por meio de fóruns de discussão e e-mail. Além disso, ele deve selecionar material de apoio e complementação aos conteúdos, bem como participar dos processos avaliativos.

O tutor presencial tem como principal função atender aos estudantes nos polos, em horários pré-estabelecidos e auxiliá-los no desenvolvimento de suas atividades e no uso das tecnologias. Para isso, ele deve ter boa fluência tecnológica, conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e o conteúdo específico sob sua responsabilidade, fomentando nos alunos o hábito da iniciação científica. O tutor deve estar presente nos momentos presenciais obrigatórios, como: avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios.

#### 1.7.1. Corpo Técnico-Administrativo

Os profissionais do corpo técnico-administrativo tem por função oferecer o apoio necessário à realização das disciplinas, atuando na sede junto à equipe docente responsável pela gestão e nos polos de apoio presencial.

Estas atividades envolvem duas dimensões: a administrativa e a tecnológica. A dimensão tecnológica diz respeito à atuação desses profissionais nos polos de apoio presencial em atividades de suporte técnico para laboratórios e bibliotecas e nos serviços de manutenção e zeladoria de materiais

e equipamentos tecnológicos. Na dimensão administrativa, os profissionais devem atuar em funções de secretaria acadêmica e no apoio ao corpo docente e aos tutores nas atividades presenciais e/ou à distância, na distribuição e recebimento de material didático e atendimento a estudantes usuários de laboratórios e bibliotecas.

Nos polos de apoio presencial, a equipe mínima exigida deve ser composta por: coordenador de polo, tutores presenciais, bibliotecário, técnico de laboratório de informática e pessoal de secretaria.

Quando ao coordenador de polo, são suas competências: conhecer o projeto pedagógico do curso, executar as diretrizes administrativas para o polo de apoio presencial, dar suporte e atendimento para os alunos e tutores presenciais, organizar, estimular e supervisionar os trabalhos da equipe técnico-administrativa do polo e garantir o correto funcionamento da infraestrutura de material, tecnológica e física do curso.

#### 1.7.1. Equipe de Gestão Pedagógica

Os profissionais da equipe de gestão pedagógica são responsáveis pela produção e gestão do curso à distância, com funções que vão desde o seu planejamento até a sua execução e controle. Esta equipe deve atuar na sede e centralizar e coordenar o trabalho acadêmico e operacional.

A equipe de gestão pedagógica deve ter presença obrigatória dos seguintes profissionais: coordenador pedagógico, coordenador de curso e do corpo de tutores, professores coordenadores de disciplina, tutores à distância, auxiliares acadêmicos, auxiliares de atendimento da célula de suporte técnico e designer instrucional.

O coordenador pedagógico tem como principal atribuição garantir a unicidade do material produzido pela equipe multidisciplinar, qualidade, entrega de acordo com as especificações e coordenação da equipe de professores que produzem o conteúdo.

O coordenador de curso garante a execução do curso conforme planejado no projeto pedagógico, oferecendo suporte necessário à equipe de tutores, alunos e coordenador de polo.

O coordenador da disciplina é preferencialmente o professor conteudista e, além dos papéis já descritos para o professor conteudista, oferecerá o suporte necessário à equipe de tutores, alunos e coordenador de polo.

A célula de suporte técnico tem por principal atribuição o atendimento aos usuários do ambiente virtual de aprendizagem, principalmente alunos e tutores. O atendimento deve ser assíncrono, por correio eletrônico, prevendo uma expansão do número de usuários.

O designer instrucional é responsável por planejar, desenvolver e aplicar métodos, técnicas e atividades de ensino a fim de facilitar a aprendizagem. A principal característica do seu trabalho é relacionar os conceitos e teorias educacionais com a utilização das tecnologias, visando promover a aprendizagem. Para tanto, a sua formação deve privilegiar as áreas da Educação, da Comunicação, da Gestão de equipe e projetos e das Tecnologias.

#### 1.8. Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino-Aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, as quais são adotadas no curso de Direito da FAI com o intuito de enriquecer e qualificar o processo de ensino-aprendizagem, principalmente o desenvolvimento dos conteúdos e atividades propostos pelo curso.

Dentro de uma proposta pedagógica que abrange teoria e prática, o curso de Direito aborda o uso das TICs como ferramentas para auxílio a docentes e discentes no sentido de estimular o uso de metodologias de ensino inovadoras e dinâmicas.

Dentro de uma perspectiva pedagógica envolvendo docentes e discentes, em um processo de troca de informações e conhecimentos, que permeia tanto o contexto da disciplina quanto incentiva a interdisciplinaridade, o uso das TICs na FAI é motivado e incentivado como ferramenta dentro e fora da sala de aula, a partir de funcionalidades que permitem a interação por meio de atividades e materiais didáticos.

Desta forma, o uso das TICs constitui um desafio constante, que depende de ambas as partes do processo de ensino e aprendizagem e, ao mesmo tempo, as estimula a desempenhar constantemente suas funções. Estas práticas devem estar alinhadas com as definições pedagógicas do curso, servindo como uma extensão das mesmas no contexto de um ambiente virtual de aprendizagem.

Na FAI, docentes e discentes utilizam um sistema de gestão acadêmica que permite a troca de informações sobre as disciplinas, conteúdo didático e a realização de atividades extraclasse, avisos e recados. Por meio desta ferramenta, docentes cadastram/cadastrarão e consultam/consultarão planos de ensino, bem como gerenciam/gerenciarão o material didático, mantendo o registro do semestre atual e anteriores. Os materiais didáticos são: arquivos, links ou textos simples, cadastrados pelo professor diretamente pelo sistema.

Além de fornecer funcionalidades para os professores, o sistema de gestão das informações acadêmicas permite que os alunos consultem as informações cadastradas. Ao acessar o sistema, o aluno visualiza a lista de suas turmas no semestre atual e, ao escolher uma, tem acesso a informações de atividades extraclasse, material didático e plano de ensino da turma.

Além disso, a FAI fornece, como conjunto de ferramentas de TICs, à comunidade acadêmica e geral um Portal institucional, que apresenta notícias e informações atualizadas sobre a instituição e suas atividades, bem como, permitem ao público a leitura de notícias relacionadas ao curso e o acesso as informações acadêmicas.

Contudo, as principais tecnologias de informação e comunicação utilizadas no curso de Direito da FAI são:

- Ambientes virtuais e suas ferramentas;
- Redes sociais e suas ferramentas;
- Fóruns eletrônicos;
- Tecnologias de telefonia;
- Programas específicos de computadores - softwares;

- Conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais - livros;
- Conteúdos disponibilizados em suportes eletrônicos ; e
- Lousa Digital.

#### 1.7.1. Ambiente Virtual de Aprendizagem na EAD

Para fortalecer o sistema de comunicação e potencializar a aprendizagem dos alunos e a prática dos estudos independentes, a FAI utiliza um ambiente virtual de aprendizagem. Esta ação visa à progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno, que é desejada pelo mercado de trabalho e estimulada pelo Ministério da Educação.

O ambiente virtual de aprendizagem é desenvolvido em uma plataforma de LMS (*Learning Management Systems*), que serve para armazenar um conjunto de atividades que serão trabalhadas pelo aluno, durante o oferecimento da disciplina.

Dentre os fatores positivos para a utilização de um ambiente virtual de aprendizagem destacam-se:

- Facilidade com relação a tempo e espaço para acesso às atividades da disciplina;
- Possibilidade de interação e comunicação entre os participantes;
- Facilidade de acesso às informações;
- Favorece a formação de equipes interdisciplinares de professores e alunos;
- Favorece a elaboração de atividades que visem à superação de desafios ao conhecimento;
- Favorece a articulação do ensino com a realidade em que os alunos se encontram;
- Agrega recursos e ferramentas que tornam viável a elaboração e disponibilização de materiais didáticos, acompanhamento e gerenciamento de conteúdo;
- Possibilidade de integrar diversas mídias, linguagens e recursos que permitem potencializar atividades que estimulem e proporcionem aprendizado;
- Favorece a flexibilidade na navegação;
- Disponibiliza formas síncronas e assíncronas de comunicação que permitem aos estudantes definirem seus próprios caminhos às informações desejadas.

#### 1.7.1. Ferramentas

As seguintes ferramentas de comunicação, ensino e aprendizagem estão à disposição para uso no ambiente virtual de aprendizagem:

##### a) E-mail

É uma ferramenta bastante flexível, que suporta comunicação do tipo “*uma pessoa para outra*” e “*uma pessoa para várias pessoas*” e que é de uso natural para aqueles que se beneficiam pela tecnologia da informação. É uma forma de comunicação que exige a habilidade de escrita.

A utilização do e-mail em um ambiente virtual possibilita também registrar as trocas de mensagens, facilitando assim a recuperação de informações para o desenvolvimento de trabalho ou mensagens sobre discussões de um determinado assunto. A possibilidade de enviar as mensagens para mais de um destinatário facilita também a comunicação entre os sujeitos envolvidos no curso.

#### *b) Fórum*

É uma ferramenta dedicada à discussão em grupo sobre determinados assuntos e que é bastante utilizada para atividades colaborativas entre os participantes. Toda a discussão fica registrada e, como é uma comunicação assíncrona, os alunos podem fazer consultas e pesquisas sobre o tema antes de dar a sua contribuição. Assim como o e-mail, o fórum também exige habilidade na comunicação escrita.

#### *c) Chat*

É uma ferramenta de comunicação em tempo real utilizada por várias pessoas para a realização de um bate-papo. As sessões de chat têm como princípio proporcionar a maior interação entre os participantes. Diferentemente do fórum, os chats são voltados para uma discussão menos profunda e mais ágil.

#### *d) Wiki*

É uma ferramenta que permite o trabalho em grupo, que auxilia e estimula a escrita colaborativa de textos, de forma síncrona ou assíncrona, via web. Além da edição, ela permite a recuperação do histórico das versões, possibilitando tanto ao grupo quanto ao professor resgatar todas as alterações realizadas no texto. O *Wiki* proporciona às pessoas condições de serem mais participativas e colaborativas na construção do conhecimento delas próprias e do grupo.

#### *e) Mural*

Espaço reservado para todos os participantes disponibilizarem informações consideradas relevantes no contexto do curso (recados, indicação de eventos, lembretes).

#### *f) Perfil*

“Cartão de visita” de todos os participantes. Nesse espaço pode ser publicado o que cada um julga ser relevante sobre si mesmo.

#### *g) Glossário*

Recurso no qual, colaborativamente, os participantes podem criar e manter uma lista de definições sobre conceitos, autores, termos em torno de um mesmo tema.

#### *h) Tarefa*

Esta ferramenta permite que os participantes encaminhem as tarefas para serem comentadas em particular pelo tutor.

#### *i) Questionário*

Instrumento de organização de questões (verdadeiro-falso, múltipla escolha, associação, etc.) que são arquivadas em uma base de dados. As questões podem ser apresentadas aleatoriamente aos participantes ou selecionadas pelo mediador, que programa os *feedbacks* para cada tipo de resposta.

#### j) Relatórios

Há uma diversidade de relatórios nos ambientes virtuais de aprendizagem que permitem/ao mediador mensurar quando, onde, quantas vezes e por quanto tempo cada participante esteve no ambiente. São indicativos para levantar os dias e horários preferenciais de acesso dos participantes, assim como as ferramentas preferidas. Este levantamento permite reorientar as ações do curso.

#### 1.8. Material Didático Institucional

Para garantir ao aluno segurança em relação ao seu processo de aprendizagem e adesão e motivação em relação ao seu curso e à metodologia de educação à distância, são necessários alguns recursos. Além de um sistema de comunicação integrador, recursos humanos capacitados e infraestrutura física adequada, são imprescindíveis materiais didático-pedagógicos de qualidade e de apoio ao estudante e ao professor que contenha todas as informações essenciais sobre o curso.

O material de apoio desenvolvido prevê:

- *Manuais do aluno*: documentos impressos e/ou digitais com as orientações de acesso e navegação no ambiente virtual de aprendizagem, objetivos a serem alcançados no curso, orientações sobre metodologia, autoestudo, avaliações, conteúdo e bibliografias das disciplinas e formas de contato com a equipe de apoio/suporte;
- *Tutorial de navegação*: vídeo com instruções de navegação no ambiente virtual e todas as funcionalidades que estão habilitadas para o aluno;
- *Guia administrativo*: documento impresso e/ou digital com as informações e instruções das áreas técnico-administrativas dos polos, tais como: biblioteca, secretaria, laboratórios e coordenação de polo.
- *Vídeo de aula-inaugural*: vídeo informativo sobre a sistemática da educação à distância, com especialistas na área, e sobre a metodologia e o sistema de acompanhamento dos estudantes.

O material didático-pedagógico desenvolvido prevê ações interdisciplinares entre os professores conteudistas, os tutores à distância e a equipe de designers instrucionais, onde serão modeladas as seguintes ações/programas:

- Disponibilização do conteúdo das disciplinas: documento com as atividades de construção do conhecimento e avaliação da aprendizagem de acordo com o design proposto e com os objetivos previstos nas disciplinas neste projeto pedagógico de curso. Será disponibilizado na plataforma de educação à distância e, em função do perfil do público-alvo, também poderá ser entregue impresso ou em DVD;
- Customização da plataforma de educação à distância: customização do ambiente virtual de aprendizagem escolhido em função do design instrucional proposto;

Para suporte aos tutores presenciais e à distância são desenvolvidos:

- Manuais do tutor: documentos impressos e/ou digitais contendo as instruções de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem, as orientações sobre o papel do tutor, a plataforma AVA e a metodologia de educação à distância, bem como diretrizes para o suporte técnico e pedagógico.

- Tutorial de navegação: vídeo com as instruções de navegação no ambiente virtual e todas as funcionalidades que estão habilitadas para o tutor.
- Capacitação de professores: programa de capacitação metodológica, de conteúdo e técnica.

O conteúdo será pré-testado e homologado no ambiente virtual de aprendizagem pela equipe da coordenação pedagógica.

#### 1.8. Mecanismos de Interação entre Docentes, Tutores e Estudantes

Ao longo do curso os estudantes vão interagir nas suas turmas, dentro do ambiente virtual de aprendizagem, por meio de várias ferramentas, favorecendo a aprendizagem colaborativa e a troca de informações, tanto de modo síncrono como de modo assíncrono.

A interação entre tutores presenciais e à distância é mediada pelo coordenador de curso por meio de ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, com destaque para fóruns e chats. Estes espaços são importantes para trocas entre tutores e professores, de modo que a aprendizagem do aluno seja potencializada e o perfil do egresso desenvolvido de acordo com o projeto pedagógico do curso. As ferramentas disponibilizadas permitem reuniões e avisos.

#### 1.8. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

A avaliação, do ponto de vista pedagógico, só faz sentido quando se insere num projeto educativo e fornece informações que possibilitem orientar a ação dos atores envolvidos, promove a autoria no processo de construção do conhecimento, reconhece e ressignifica os processos, identifica avanços e indica novos rumos para a ação pedagógica.

Nesse sentido, a avaliação pedagógica praticada na FAI institui a necessidade de se realizar práticas avaliativas condizentes com o perfil do egresso desejado, o que reflete a importância de enfrentar o desafio. Assim, para romper com o processo de seleção excludente e controlador, o desafio está em identificar os critérios a serem adotados, seus fins e a relação desses com o perfil do egresso. Portanto, a avaliação é também um processo que repensa as aproximações e os distanciamentos na concretização do perfil do egresso.

Outro desafio da FAI é ampliar a reflexão dos processos de avaliação, tendo como ponto fundamental a construção de processos participativos que permitam o desenvolvimento da autonomia, do clima de presença engajada e do envolvimento conjunto, dialogando com as identidades culturais do contexto do discente para a tecitura de um novo fazer pedagógico.

É importante ressaltar que as normas da avaliação do desempenho discente estão estabelecidas no regimento da FAI, as quais devem ser seguida pelo curso ofertado.

Em relação à avaliação da aprendizagem, a FAI adota como ações específicas:

- Desenvolver estudos permanentes para o aperfeiçoamento do processo de avaliação da aprendizagem;
- Avaliar, periodicamente, a metodologia de elaboração e aplicação de provas, exames, testes e similares, assim como de apuração dos resultados;

- Estimular os professores ao uso sistematizado dos recursos da tecnologia educacional, em apoio às metodologias de ensino adotadas;
- Desenvolver experimentos para o processo de autoavaliação do aluno, como parte do processo de avaliação da aprendizagem.

#### 1.7.1. Avaliação da Aprendizagem na modalidade EAD

Na modalidade à distância, os procedimentos de avaliação da aprendizagem sempre levam em consideração os dispositivos estabelecidos no Regimento da FAI e na legislação da educação superior para EAD, sendo completados pelos critérios destacados abaixo.

A avaliação da aprendizagem é feita de modo contínuo e utilizando mais de uma forma. Neste aspecto, a avaliação é entendida como um processo e deve prever mecanismos permanentes de acompanhamento dos estudantes. Para tanto, a avaliação é composta de atividades individuais e em grupos de aprendizagem, estimulando a prática da autoavaliação.

Os tutores presenciais e à distância, alinhados com o coordenador de curso, vão atribuir notas, acompanhar o desempenho dos estudantes, identificar suas dificuldades e propor ações para saná-las durante a ocorrência de cada disciplina do curso.

A diversidade e a quantidade de atividades avaliativas para a composição da nota final, bem como as funcionalidades do ambiente virtual de aprendizagem e o desenho do sistema de comunicação, interatividade e de gestão acadêmico-administrativa, garantem o acompanhamento permanente dos estudantes.

O ambiente virtual possui ferramentas de gestão da aprendizagem disponíveis para tutores, gestores acadêmicos e pedagógicos e alunos. Diversos relatórios, como de acessos, de nota, de frequência e ferramentas de comunicação, favorecem a identificação das dificuldades de aprendizagem dos alunos e agilidade na solução dos problemas.

As avaliações vão acontecer à distância e nos polos de apoio presencial, onde necessariamente é feita a prova. Todas as datas de entrega de atividades e de realização da prova estão preestabelecidas nos manuais e guias do aluno.

A nota é composta de acordo com o estabelecido no Regimento Geral da FAI, respeitando as condições de aprovação do estudante e mecanismos de dependência e recuperação.

São instrumentos de avaliação, na disciplina: atividades integradoras e de autoestudo, portfólio, atividades de autoavaliação, atividades de grupos de aprendizagem e prova.

##### 1.17.1.1. Autoestudo

Aplicamos o autoestudo como uma das estratégias de ensino a ser utilizada no curso de Direito, na modalidade à distância, considerando a educação como um processo de construção, reconstrução e reorganização da experiência vivenciada pelos alunos.

Para a compreensão da utilização desta estratégia no processo ensino/aprendizagem, é importante considerar os seguintes pontos: autonomia, auto-organização e ritmo próprio do desenvolvimento do aluno.

A efetivação desta estratégia de ensino inicia-se com um planejamento de estudo elaborado pelo aluno, sob a orientação do professor, considerando o contexto em que será aplicado e respondendo inicialmente às seguintes questões:

- Onde se quer chegar? (Objetivos)
- Quais as habilidades/competências que se deseja desenvolver?
- Qual(is) o(s) conteúdo(s) necessário(s) para alcançá-los?
- Qual o caminho a ser seguido? (Método)
- Quais as fontes de informação a serem utilizadas?
- Como avaliar o que foi construído?

Para tanto, é fundamental a elaboração de um cronograma de trabalho, servindo de orientação para o aluno, o qual deve ser revisto periodicamente pelo professor responsável.

O autoestudo vem ao encontro de um dos papéis da FAI na sociedade contemporânea, que é formar cidadãos críticos, competentes e com autonomia. O professor, nesta perspectiva, é/será um orientador e incentivador da busca permanente pelo conhecimento.

Esta ferramenta, utilizada no curso de Direito, objetiva motivar o aluno a aprender a planejar, organizar, selecionar, sistematizar, sintetizar, generalizar, transferir e associar os conhecimentos a outros campos do saber.

A utilização do autoestudo é um desafio para o professor e um campo que possibilita a aprendizagem do aluno de forma mais instigante, despertando o desejo por uma busca permanente de conhecimentos, além de ensiná-lo a conviver com as dúvidas, incertezas e curiosidades que são/serão alavancas da sociedade do conhecimento.

## 2. CORPO DOCENTE

O corpo docente é o principal sustentáculo de qualquer programa educacional, e apoiado nessa afirmação, também não é diferente com os docentes da FAI. Os professores que atuam no curso de Direito da FAI são suficientes em número e reúnem competências associadas a todos os componentes da estrutura curricular. Sua dedicação é adequada à proposta do curso para garantir um bom nível de interação entre discentes e docentes.

Os professores possuem qualificações adequadas às atividades que desenvolvem e foram selecionados, levando-se em consideração as características regionais em que está inserido o curso, bem como a concepção pedagógica proposta.

A competência global dos docentes pode ser inferida de fatores como qualificação acadêmica, experiência profissional e de magistério superior, habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, exercício efetivo de atividades educacionais, em áreas compatíveis com as do ensino nos programas do curso.

### 2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e sua Composição

O NDE do curso de Direito possui atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico. Além destas, destacam-se também:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Analisar, anualmente, o PPC e propor alterações para possíveis adequações às Diretrizes Curriculares Nacionais, as exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as políticas didático-pedagógicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenação do Curso possíveis alterações;
- Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado.

A alteração e permanência dos membros do NDE são verificadas bianualmente, no início de cada semestre letivo, com base no corpo docente alocado ao curso e na legislação vigente.

O Coordenador do Curso tem o papel de proporcionar adequada articulação do NDE com o Colegiado do Curso, com o objetivo de aprimorar o processo de oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe ainda a esta Coordenação oferecer apoio técnico-administrativo ao NDE para o seu pleno funcionamento.

Os membros são incentivados e estimulados pela FAI, por meio de ações de capacitação didático-pedagógica e de cunho financeiro, a permanecerem no NDE para manter a qualidade do curso e o bom relacionamento entre o corpo social e os dirigentes da instituição. A alteração e permanência dos membros do NDE é verificada anualmente, no início de cada semestre letivo, com base no corpo docente alocado ao curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Direito, é composto por cinco docentes, conforme estabelece a Resolução do CONAES nº 1/2010. Além disso, os membros atendem aos requisitos de titulação e regime de trabalho, exigidos pela referida legislação.

Eis a relação dos membros do NDE e suas respectivas titulações e regimes de trabalho:

<b>NOME</b>	<b>TITULAÇÃO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>
Antonio Carlos de Sousa Soromenho Pires (Coordenador do Curso)	Mestre	Integral
Pando Angeloff Pandeff	Doutor	Integral

Luiz Carlos Da Silva Bistene	Mestre	Parcial
Sthefani Nogueira Saraiva	Mestre	Parcial
Natália Cristina Côrrea Castelo Branco	Mestre	Parcial

Com base no quadro acima, a titulação dos membros que compõem o NDE do curso de Direito possui 100% de docentes com titulação em pós-graduação *stricto sensu*. Quanto ao regime de trabalho, 40% estão vinculados sob o regime de tempo integral e 60% em tempo parcial.

As comprovações dos títulos e regimes de trabalho dos membros do NDE estão armazenadas em pastas individuais e arquivadas no setor responsável da FAI, bem como à disposição da comissão verificadora para apreciação na época da avaliação *in loco*.

## 2.2. Atuação do Coordenador

O coordenador do curso de Direito acompanha a qualidade de seu curso por meio de um contato direto com corpo discente e docente, disponibilizando uma escuta sensível e atuante. Além disso, são feitas pesquisas junto aos alunos e aos professores para acompanhamento do desempenho acadêmico e profissional, ponderando constantemente o conhecimento dos conteúdos específicos das disciplinas, a capacidade didático-pedagógica, a postura ética e investigativa.

O coordenador do curso de Direito, de acordo com os termos estabelecidos pelo Regimento da FAI, participa ativamente no Colegiado de Curso e no Núcleo Docente Estruturante, bem como representa o curso nas reuniões do Conselho Superior. É o profissional responsável pela normalidade acadêmica e administrativa de funcionamento do curso, bem como pelo bom relacionamento entre alunos e docentes, tendo como competências:

- Distribuir encargos de ensino, iniciação científica e extensão entre seus professores, respeitada a formação acadêmico-científica de cada um;
- Aprovar os conteúdos programáticos das disciplinas;
- Emitir parecer sobre os projetos de ensino, iniciação científica e de extensão que lhe forem apresentados;
- Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente e técnico-administrativo;
- Zelar pela disciplina de alunos e professores do curso;
- Acompanhar o desenvolvimento dos programas de ensino, bem como a frequência e a pontualidade dos professores;
- Superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da instituição;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;

- Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como o desempenho e a assiduidade dos professores, alunos e do pessoal técnico-administrativo sob sua supervisão;
- Apresentar semestralmente ao Colegiado de Curso e à Diretoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
- Encaminhar ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- Promover periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;
- Propor ou encaminhar proposta, na forma do Regimento, para a criação de cursos e o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- Decidir, após pronunciamento do professor da disciplina, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- Delegar competência, sem prejuízo de sua responsabilidade;
- Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento, ou designadas pelo Diretor.

Na qualidade de Presidente do Colegiado de Curso compete:

- Convocar e presidir as reuniões e demais atividades deste órgão;
- Determinar a ordem dos trabalhos das reuniões;
- Distribuir os trabalhos e os processos para relatos;
- Participar, quando julgar conveniente, dos trabalhos das Comissões, criadas para fins específico;
- Exercer, no plenário, o Direito de voto e, nos casos de empate, também o de qualidade;
- Resolver as questões suscitadas em reunião;
- Baixar atos, sob a forma de Deliberação, das decisões do teor normativo do Colegiado de Curso e do NDE;
- Encaminhar aos órgãos da instituição as normas aprovadas;
- Decidir sobre os casos de urgência ou omissos no Regimento, *ad referendum*, que deverão ser apreciados na reunião seguinte.

Como Presidente do NDE compete:

- Convocar e presidir as reuniões, com Direito a voto, inclusive o de qualidade;
- Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Encaminhar as deliberações do Núcleo para aprovação no órgão competente da IES;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;

- Coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

#### 2.2.1. Titulação do(a) Coordenador(a) do Curso

A coordenação do curso de Direito, está a cargo do professor Antonio Carlos de Sousa Soromenho Pires, enquadrado sob o regime de tempo integral, que possui a seguinte formação e titulação acadêmica:

- ✓ *Stricto Sensu*: Mestrado em Direito pela Universidade de Coimbra, em 2006;
- ✓ Graduação: Bacharelado em Direito pela Universidade Gama Filho, em 2001.

As comprovações dos títulos acima transcritos e retirados do currículo disponibilizado na plataforma *lattes* ([www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)) estão em poder da instituição, disponíveis na época da avaliação *in loco* para apreciação da comissão avaliadora.

#### 2.3. Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador

O professor Antonio Carlos de Sousa Soromenho Pires responsável pela coordenação do curso de Direito da FAI, quanto à experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, apresenta o seguinte perfil:

- ✓ *Gestão Acadêmica*: 1 ano atuando na função de Coordenador nas seguintes instituições: CNEC;
- ✓ *Magistério Superior*: 15 anos ministrando as disciplinas de Direito Civil e Processo Civil nas seguintes instituições: CNEC, UFRJ e UGF;
- ✓ *Profissional*: 16 anos atuando como Advogado.

As comprovações dos tempos de experiência acima transcritos e retirados do currículo disponibilizado na plataforma *lattes* ([www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)) estão em poder da instituição, disponíveis na época da avaliação *in loco* para apreciação da comissão avaliadora.

#### 2.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O professor Antonio Carlos de Sousa Soromenho Pires, enquadrado sob o regime de Tempo Integral, com 40 horas semanais, assim distribuídas: 25 horas destinadas para a docência, reuniões de planejamento, atividades didáticas e administrativas e 15 horas para gestão e condução do curso.

A comprovação do vínculo empregatício e da carga horária do regime de trabalho poderá ser aferida pela comissão avaliadora na época da avaliação *in loco*.

#### 2.5. Titulação do Corpo Docente do Curso

O corpo docente lotado no curso de Direito é composto de profissionais com titulação adequada às disciplinas para as quais foram designados. Todos possuem documentos devidamente assinados e responsabilizando-se pelas disciplinas a serem ministradas.

São 17 profissionais que compõem o quadro de docentes do curso de Direito, com a seguinte titulação:

NOME	TITULAÇÃO
Antonio Carlos Soromenho Pires	Mestre
Dalton Heringer Apiacá	Especialista
Douglas de Freitas Cardoso	Especialista
Edna Martha Marinho	Mestre
Elisane Nunes da Silva	Mestre
Glauber Navega Guadalupe	Especialista
Juliano Ferreira de Souza	Mestre
Kely Betânia Abrão Borges e Borges	Especialista
Leonardo Mendes Borges	Especialista
Luis Carlos da Silva Bistene	Mestre
Marcelo Cláudio Fausto Maia	Doutor
Natália Cristina Correa Castelo Branco	Mestre
Pando Angeloff Pandeff	Doutor
Rafael da Silva Piran	Mestre
Sthefani Nogueira Saraiva	Mestre
Vilson de Almeida Silva	Especialista
Vitor Tadeu Camarrão Mello	Mestre

A soma de docentes destacados na tabela acima, com titulação em programas de pós-graduação *stricto sensu* é de 11 professores, equivalente a 64,7%. O percentual de doutores em relação ao total de docentes indicados é de 11,7%. O percentual de mestres em relação ao total de docentes indicados é de 52,9%.

As comprovações dos documentos assinados e dos títulos dos docentes lotados no curso estão armazenadas em pastas individuais e arquivadas no setor responsável da FAI, bem como à disposição da comissão verificadora para apreciação na época da avaliação *in loco*.

## 2.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

O regime de trabalho do corpo docente do curso de Direito, distribuído em tempo integral (TI), tempo parcial (TP) e horista (H), está destacado no quadro abaixo:

NOME	TITULAÇÃO
Antonio Carlos Soromenho Pires	TI
Dalton Heringer Apiacá	TP
Douglas de Freitas Cardoso	H
Edna Martha Marinho	TP
Elisane Nunes da Silva	H
Glauber Navega Guadalupe	TP
Juliano Ferreira de Souza	H
Kely Betânia Abrão Borges e Borges	TP
Leonardo Mendes Borges	H
Luis Carlos da Silva Bistene	TP
Marcelo Cláudio Fausto Maia	H
Natália Cristina Correa Castelo Branco	TP
Pando Angeloff Pandeff	TI
Rafael da Silva Piran	TP
Sthefani Nogueira Saraiva	TP
Vilson de Almeida Silva	TP
Vitor Tadeu Camarrão Mello	H

A soma dos docentes em regime de tempo integral e parcial, informados na tabela acima, é de 11 professores, equivalente a 64,8%. A comprovação do vínculo empregatício e da carga horária do regime de trabalho poderá ser aferida pela comissão avaliadora na época da avaliação *in loco*.

## 2.7. Experiência Profissional do Corpo Docente

A FAI ao selecionar o corpo docente do curso de Direito levou em consideração o tempo de experiência profissional não acadêmica (fora do magistério) como estratégia para compor o quadro do curso, bem como uma das formas de facilitar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, em razão de conteúdos específicos das disciplinas.

Eis o tempo de experiência profissional dos docentes lotados no curso de Direito:

NOME	TITULAÇÃO
Antonio Carlos Soromenho Pires	15
Dalton Heringer Apiacá	18
Douglas de Freitas Cardoso	27
Edna Martha Marinho	8
Elisane Nunes da Silva	8
Glauber Navega Guadalupe	11
Juliano Ferreira de Souza	5
Kely Betânia Abrão Borges e Borges	9
Leonardo Mendes Borges	9
Luis Carlos da Silva Bistene	30
Marcelo Cláudio Fausto Maia	17
Natália Cristina Correa Castelo Branco	8
Pando Angeloff Pandeff	16
Rafael da Silva Piran	17
Sthefani Nogueira Saraiva	17
Vilson de Almeida Silva	26
Vitor Tadeu Camarrão Mello	14

O percentual de docentes destacados na tabela acima com experiência profissional, fora do magistério superior, igual ou superior a dois anos, é de 100%.

## 2.8. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente

A FAI ao selecionar o corpo docente do curso de Direito, levou em consideração também o fator temporal no magistério superior, além da titulação e da experiência profissional, como estratégia para o desenvolvimento didático-pedagógico dos conteúdos das disciplinas, visando alcançar com esta atitude maior integração e participação dos alunos durante sua vida acadêmica.

Eis o tempo de experiência no magistério superior dos docentes lotados no curso de Direito:

NOME	TITULAÇÃO
Antonio Carlos Soromenho Pires	10
Dalton Heringer Apiacá	7
Douglas de Freitas Cardoso	9
Edna Martha Marinho	8
Elisane Nunes da Silva	6
Glauber Navega Guadalupe	6
Juliano Ferreira de Souza	10
Kely Betânia Abrão Borges e Borges	6
Leonardo Mendes Borges	7
Luis Carlos da Silva Bistene	16
Marcelo Cláudio Fausto Maia	18
Natália Cristina Correa Castelo Branco	7
Pando Angeloff Pandeff	9
Rafael da Silva Piran	9
Sthefani Nogueira Saraiva	7
Vilson de Almeida Silva	7
Vitor Tadeu Camarrão Mello	9

O percentual de docentes destacados na tabela acima com experiência de magistério superior, igual ou superior a três anos, é de 100%.

## 2.9. Funcionamento do Colegiado de Curso ou Equivalente

O Colegiado de Curso é órgão superior deliberativo em matéria didático-científica e disciplinar, com a seguinte constituição: Coordenador do Curso, que o preside; três docentes representantes das disciplinas que constituem o curso, sendo um indicado pelo Coordenador do Curso e outros dois eleitos por seus pares; e um representante dos discentes, eleito por seus pares.

O Colegiado de Curso se reúne ordinariamente, uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador do Curso.

Compete ao Colegiado de Curso:

- Definir as atribuições e os critérios de constituição do Núcleo Docente Estruturante;
- Articular as relações entre o Núcleo Docente Estruturante, o corpo docente, o corpo discente e a comunidade;

- Instituir ações para a melhoria da qualidade do curso;
- Propor o planejamento e a realização de cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e extensão;
- Propor formas e instrumentos de avaliação do curso;
- Instituir ações que deem efetividade às políticas estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional no âmbito do curso;
- Instituir ações para cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Planejar e propor atividades de formação contínua e integração dos docentes;
- Aprovar alterações na Matriz Curricular e nos Conteúdos Programáticos das Disciplinas para que estejam em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso;
- Promover atividades nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão respeitadas as especialidades e interesses da comunidade acadêmica;
- Propor ao Conselho Superior o plano anual das atividades acadêmicas do Curso;
- Propor a publicação de estudos, produção acadêmica, científica, técnica e cultural realizados no curso;
- Aprovar as atividades complementares propostas para o curso.

As decisões concernentes ao curso de Direito são registradas em Atas das reuniões e arquivadas para consulta. Quando não dependem exclusivamente da atuação do coordenador do curso, o encaminhamento das referidas decisões se dá por meio de comunicação transmitida aos destinatários responsáveis pela execução das providências.

#### 2.10. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

A produção do corpo docente lotado no curso de Direito, destacada no quadro abaixo, considerou os últimos três anos completos, bem como o ano vigente, e os seguintes trabalhos: livros; capítulos de livros; material didático institucional; artigos em periódicos especializados; textos completos em anais de eventos científicos; resumos publicados em anais de eventos internacionais; propriedade intelectual depositada ou registrada; produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes; e publicações nacionais sem *Qualis* e regionais:

NOME	TITULAÇÃO
Antonio Carlos Soromenho Pires	4
Dalton Heringer Apiacá	0
Douglas de Freitas Cardoso	1
Edna Martha Marinho	4
Elisane Nunes da Silva	0

Glauber Navega Guadalupe	4
Juliano Ferreira de Souza	0
Kely Betânia Abrão Borges e Borges	4
Leonardo Mendes Borges	0
Luis Carlos da Silva Bistene	4
Marcelo Cláudio Fausto Maia	1
Natália Cristina Correa Castelo Branco	18
Pando Angeloff Pandeff	29
Rafael da Silva Piran	5
Sthefani Nogueira Saraiva	13
Vilson de Almeida Silva	3
Vitor Tadeu Camarrão Mello	2

Com base no quadro acima, 76,47% dos docentes lotados no curso de Direito produziram científica, cultural, artística ou tecnologicamente, nos últimos três anos. Com base no quadro, 52,9% dos docentes têm de 4 a 6 produções nos últimos 3 anos.

As produções e publicações, dos docentes lotados no curso, que se inter-relacionam com o projeto pedagógico do curso, estão à disposição da comissão verificadora para apreciação, em suas respectivas pastas, na época da avaliação *in loco*.

### 3. INFRAESTRUTURA

O modelo pedagógico praticado requer, para a sua adequada implementação, ambientes acadêmicos, físicos e tecnológicos relevantes para o desenvolvimento dos cursos e programas.

#### 3.1. Instalações Físicas Gerais

As instalações físicas da FAI estão localizadas na Avenida Vinte e Dois de Maio, 5300 – Centro - Itaboraí, com um terreno onde a área total construída é de 2.417,80 m<sup>2</sup>. Todas as dependências estão adequadas ao atendimento e desenvolvimento das atividades e programas da instituição.

As especificações de serventias obedecem aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão, acústica e destinação específica.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras dependências são de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas sem vínculos institucionais quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Diretoria.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados. As salas de aula estão aparelhadas por turmas para possibilitar melhor desempenho docente e discente.

A instituição prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira e móveis sem poeira. Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na biblioteca, nas salas de estudo etc.

As instalações sanitárias gozarão de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Para isso a instituição mantém pessoal adequado e material de limpeza disponível.

Dispõe ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem, disponibilizando recursos audiovisuais e equipamentos específicos aos cursos ofertados.

Os locais de trabalho para os docentes estão adequados às necessidades didático-pedagógicas, tanto em termos de espaço, quanto em recursos técnicos, mobiliários e equipamentos.

As instalações possuem nível de informatização adequado, com as dependências administrativas e acadêmicas servidas de equipamentos.

As plantas das instalações encontram-se na instituição, à disposição das autoridades educacionais, as quais comprovam a existência dos ambientes a seguir detalhados:

<b>ESPAÇO FÍSICO ATUAL</b>		
<b>SUBSOLO</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>ESPAÇOS</b>	<b>M</b>
1	BIBLIOTECA	153,08
1	NPJ	196,60
1	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	44,70
1	SALA DOS PROFESSORES	151,50
3	GABINETES DE TRABALHO COORDENAÇÕES	55,00
3	BANHEIRO	42,80
1	COPIADORA	15,60
<b>TOTAL SUBSOLO</b>		<b>659,28</b>
<b>PAVIMENTO TÉRREO</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>ESPAÇOS</b>	<b>M</b>
1	ATENDIMENTO	25,65
3	BAIAS DE TRABALHO SECRETARIA	19,84
1	ARQUIVO	9,45
1	SALA PARA TRATAMENTO DE ACERVO	3,36
1	GABINETE SECRETÁRIA ACADÊMICA	5,07
1	TESOURARIA/RH	7,87
1	COPA	4,00
1	BANHEIRO	2,10
<b>TOTAL DO PAVIMENTO TÉRREO</b>		<b>77,34</b>
<b>MESANINO</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>ESPAÇOS</b>	<b>M</b>
1	CPA	14,00
4	GABINETES DE TRABALHO TP E TI	8,00
1	ÁREA TÉCNICA TI	7,75
1	GABINETE DIREÇÃO	10,00
1	BANHEIRO	2,10
<b>TOTAL DO MESANINO</b>		<b>77,34</b>

SOBRELOJA		
Quantidade	ESPAÇOS	M <sup>2</sup>
1	SALA DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO	20,00
1	DEPÓSITO	7,00
<b>TOTAL DO 1º PAVIMENTO</b>		<b>27,00</b>
1º PAVIMENTO		
Quantidade	ESPAÇOS	M <sup>2</sup>
2	BANHEIRO	32,00
10	SALA DE AULA	550,00
1	ÁREA DE CIRCULAÇÃO	200,87
<b>TOTAL DO 1º PAVIMENTO</b>		<b>782,87</b>
2º PAVIMENTO		
Quantidade	ESPAÇOS	M <sup>2</sup>
2	BANHEIRO	32,00
9	SALA DE AULA	495,00
1	ÁREA DE CIRCULAÇÃO	200,87
1	EXPANSÃO	66,10
<b>TOTAL DO 2º PAVIMENTO</b>		<b>793,97</b>
<b>TOTAL DE ÁREA CONSTRUÍDA</b>		<b>2.417,80</b>

### 3.1.1. Infraestrutura de Segurança

A FAI atenta às condições de segurança aos seus usuários, tendo em vista que as instalações são espaços destinados às funções acadêmicas, planejou suas edificações para atenderem todas as condições de segurança com saídas de evacuação sinalizadas para o caso de emergência e com equipamentos adequados e de fácil acesso, proporcionalmente distribuídos, conforme normas legais.

### 3.1.2. Manutenção e Conservação das Instalações Físicas

A política de infraestrutura que a instituição adota, é a da manutenção preventiva, a qual ocorre todo fim de semestre letivo e início do próximo, preparando os ambientes e equipamentos para uso seguro e com qualidade, e também adota a política de manutenção corretiva, sob demanda, ou seja, em qualquer necessidade de reparo, adequação ou instalação que necessitem rápida implantação, a FAI realiza de imediato.

## 3.2. Ambientes Físicos utilizados no Desenvolvimento do Curso

No curso de Direito, além da infraestrutura apresentada acima, destacam-se como ambientes acadêmicos, físicos e tecnológicos diretamente relacionados com a integração coordenador-docente-aluno, as instalações físicas detalhadas a seguir.

### 3.2.1. Gabinetes de Trabalho para Professores Tempo Integral

Os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral (TI), tempo parcial (TP) e membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Direito da FAI possuem infraestrutura necessária no que tange a equipamentos de informática e obedecem as normas de acessibilidade, acústica, conservação, comodidade, iluminação, limpeza, segurança e ventilação. Contam também com sala de reunião para o desenvolvimento das atividades administrativas e didático-pedagógicas.

Eis o detalhamento dos ambientes:

QTDE	AMBIENTE	ÁREA	EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO
4	Gabinetes de Trabalho Individual TP e TI	8,00	4 mesas de trabalho, 4 computadores com acesso à internet e impressora compartilhada
1	Sala de reunião	14,00	Acesso à internet, mesa de reunião e cadeiras
1	Banheiro	2,10	-

Na época da avaliação *in loco*, os membros da comissão avaliadora terão a oportunidade de comprovar as condições físicas e tecnológicas desses ambientes.

### 3.2.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos

O gabinete de trabalho para o Coordenador do curso de Direito da FAI possui infraestrutura necessária no que tange a equipamentos de informática e pessoal de apoio e obedecem as normas de acessibilidade, conservação, salubridade e segurança.

É uma sala individual de trabalho para desenvolvimento das atividades de gestão e condução do curso, bem como atendimento de alunos e docentes, com as seguintes especificações:

QTDE	AMBIENTE	ÁREA	EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO
1	Gabinete de Trabalho Individual	8,0	Mesa em L, mesa auxiliar, armário baixo, computador com acesso à internet e impressora compartilhada
1	Sala de reunião	14,00	Acesso à internet, mesa de reunião e cadeiras

Quanto aos serviços acadêmicos, a FAI e o curso de Direito contam com a Secretaria Geral, Diretoria Geral e serviço de atendimento ao Discente para esclarecimentos e apoio pedagógico. Os ambientes possuem as especificações:

QTDE	AMBIENTE	ÁREA	EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO
1	Sala da direção	10,00	Mesa em L, cadeiras, computador com acesso à internet e impressora
1	Gabinete da secretaria acadêmica	5,07	Mesa, armários, arquivos, computador com acesso à internet, sistema acadêmico e impressora
3	Gabinetes de trabalho interno da secretaria	19,84	Mesas, computadores com acesso à internet, sistema acadêmico, armários, arquivos e impressora
1	Hall de atendimento de secretaria	25,65	3 baias de atendimento e recepção com cadeiras
1	Auto atendimento	4,00	Mesa, cadeira, computador com acesso à internet, sistema acadêmico e impressora
1	Sala de atendimento NAE, Ouvidoria e CPA	55,00	Mesa, cadeiras, armário, computador com acesso à internet e impressora

Na época da avaliação *in loco*, os membros da comissão avaliadora terão a oportunidade de comprovar as condições físicas e tecnológicas desses ambientes.

### 3.2.3. Sala de Professores e Reuniões

Visando uma convivência harmônica, a FAI criou espaços específicos para garantir o bom relacionamento pessoal e didático-pedagógico de seus docentes.

A Sala de Professores atende aos padrões exigidos quanto à acessibilidade, acústica, dimensão, limpeza, luminosidade e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas. Oferece infraestrutura de informática para o preparo de atividades e é de uso exclusivo dos docentes. Eis as especificações:

QT	AMBIENTE	ÁREA	EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO
1	Sala dos professores	20,0	Mesas, cadeiras, armários individuais, computadores com acesso à internet

Além disso, para o planejamento, avaliação e discussão dos assuntos pertinentes ao andamento do curso, os docentes possuem também sala de reunião equipada segundo a finalidade a que se destina e assim especificada:

QTDE	AMBIENTE	ÁREA	EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO
1	Sala de reuniões	14,00	Mesa, cadeiras, acesso à internet

Na época da avaliação *in loco*, os membros da comissão avaliadora terão a oportunidade de comprovar as condições físicas e tecnológicas desses ambientes.

### 3.2.4. Salas de Aula

A FAI conta com 22 salas de aula que são utilizadas pelo curso de Ciências Contábeis, as quais possuem as seguintes especificações:

QTDE	AMBIENTE	ÁREA	EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO
22	Sala de Aula	1.191,50	Quadro branco, mesa e cadeira professor, cadeiras universitárias, 2 ar-condicionado do tipo split

As turmas do curso de Direito têm as dimensões recomendadas pelo professor responsável, com aprovação do colegiado de curso.

Esses ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à acessibilidade, acústica, dimensão, limpeza, luminosidade e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

Na época da avaliação *in loco*, os membros da comissão avaliadora terão a oportunidade de comprovar as condições físicas e tecnológicas desses ambientes.

### 3.3. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

Os alunos podem acessar os equipamentos do(s) laboratório(s) de informática da FAIde acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos colegiados competentes. Também estão disponibilizados aos alunos computadores na Biblioteca, cuja utilização deve respeitar a normatização deste ambiente de apoio acadêmico. Por fim, no complexo físico da FAI, existem pontos para acesso *wireless*, onde a comunidade acadêmica pode se beneficiar desta tecnologia por meio de *notebook*, *tablet*, celular etc.

Eis as especificações dos equipamentos disponíveis nos ambientes destacados acima, os quais obedecem as normas de acessibilidade, acústica, conservação, comodidade, iluminação, limpeza, segurança e ventilação:

QTDE	AMBIENTE	ÁREA	EQUIPAMENTO/SOFTWARE
25	Laboratório	44,70	AMD Athlon II X2 270 3.4GHZ, 500GB HD, 4GB Memória RAM, Monitor de 15,6"
5	Biblioteca	153,08	AMD Athlon II X2 270 3.4GHZ, 500GB HD, 4GB Memória RAM, Monitor de 15,6"
1	Autoatendimento	4,00	AMD Athlon II X2 270 3.4GHZ, 500GB HD, 4GB Memória RAM, Monitor de 15,6"

O total de equipamentos disponíveis para acesso dos alunos nos laboratórios e nas bibliotecas atingem 31 computadores para um universo de 310 alunos matriculados nos cursos de graduação ministrados. Desta forma, teríamos a relação de um computador para cada 10 alunos, suportando bem toda comunidade acadêmica. Esta proporção melhora se levarmos em consideração que na FAI existe rede sem fio (*wireless*), onde toda comunidade acadêmica pode se beneficiar, a qualquer momento, dos serviços disponibilizados pela internet por equipamentos próprios ou da instituição.

Na época da avaliação *in loco*, os membros da comissão avaliadora terão a oportunidade de comprovar as condições físicas e tecnológicas desses ambientes.

#### 3.3.1. Velocidade de Acesso à Internet

Na FAI, o acesso à internet é garantido por meio de banda larga, na forma de cabeamento e via *wireless*, as quais possuem as seguintes características:

- Banda larga: 2 Links Velox de 15 Mb;
- Wireless: Velox de 15 Mb para acesso dos alunos.

#### 3.3.2. Política de Atualização de Equipamentos e Softwares

As atualizações dos equipamentos são feitas, pelo menos duas vezes ao ano, conforme a necessidade dos alunos e professores. As manutenções preventivas são realizadas diariamente visando o adequado funcionamento dos equipamentos.

A manutenção e conservação dos laboratórios são executadas por funcionários da própria FAI ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções e, quando não for possível resolver o problema na instituição, é encaminhado para empresa terceirizada, especializada em manutenção de equipamentos.

Existem profissionais encarregados pela gestão técnico-administrativa de grupos de laboratórios, os quais são responsáveis pela administração dos laboratórios, principalmente as demandas de organização dos ambientes, atualização de softwares e manutenção de equipamentos, em conformidade com a seguinte política:

- Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- Analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação por meio de documentos, palestras e cursos;
- Apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na FAI;
- Elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- Especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- Instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- Planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- Planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

Os procedimentos de manutenção são divididos em três grupos: manutenção preventiva, corretiva e de emergência. Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de:

- Substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- Reformas de instalações e equipamentos de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- Reformas necessárias à implementação de novas atividades;
- Reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes;
- Consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes;
- Reformas que buscam minimizar e/ou eliminar riscos de acidentes de alta probabilidade.

#### 3.4. Biblioteca

A Biblioteca da FAI tem como principal objetivo servir de apoio às atividades de investigação, oferecer suporte informacional aos programas de ensino, iniciação científica e extensão e atender às necessidades culturais de seus corpos docente e discente e de toda comunidade.

A instituição considera que o conhecimento científico pode ter um impacto mais positivo e importante no processo de transferência e inovação tecnológica se houver um especializado serviço de informação, estruturado, desenvolvido e bem preparado para selecionar informação técnica cultural e científica.

Dentro deste contexto, a Biblioteca da FAI é parte essencial do projeto institucional, com a finalidade de organizar e disseminar a informação, desenvolvendo atividades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, bem como a dinâmica e atualização de informações a serem observadas e geradas no desenvolvimento do ensino, iniciação científica e extensão.

#### 3.4.1. Espaço Físico

O espaço físico da Biblioteca da FAI possui 153,08 m<sup>2</sup>, com condições adequadas quanto à área física; área de leitura geral, individual e em grupo; área de acervo de livros, periódicos especializados e mídias; acesso à internet, bem como adequada gestão e informatização do acervo, pautada numa política de atualização e expansão do acervo, além do acesso às redes de informação.

O mobiliário da Biblioteca é adequado, de acordo com os princípios recomendados para as bibliotecas acadêmicas. O acervo está acomodado em estantes, devidamente distribuído. Os periódicos especializados contam com estantes expositoras para os títulos correntes.

A Biblioteca é adequada ao número de usuários e aos fins a que se destina e obedece aos critérios de salubridade, ou seja, é climatizada, bem iluminada, limpa e segura. Além disso, este ambiente é adaptado às pessoas portadoras de necessidades especiais e possui nas suas proximidades equipamentos de proteção contra incêndio.

As instalações para estudos individuais e em grupo possuem espaços e mobiliários adequados, atendendo às necessidades dos alunos e professores.

#### 3.4.2. Pessoal de Apoio

O atendimento estratégico é realizado por profissional formado em Biblioteconomia que responde pela administração e pelo atendimento à comunidade acadêmica, além do pessoal que dá cobertura completa ao sistema informatizado da biblioteca.

Por meio do seu quadro de funcionários são realizadas orientações de pesquisas acadêmicas, com objetivo de apoiar os usuários a encontrar as informações necessárias para seus trabalhos. Além disso, promove o acompanhamento durante a elaboração de trabalhos científicos e de conclusão de curso, de acordo com as normas da ABNT.

#### 3.4.3. Informatização do Acervo e Serviços

A Biblioteca oferece a comunidade acadêmica os seguintes serviços:

- Empréstimo domiciliar;
- Renovação de empréstimos;

- Reserva de materiais;
- Orientação para trabalhos científicos;
- Levantamento bibliográfico; e
- Treinamento aos usuários.

Além destes, outros serviços podem ser disponibilizados, de acordo com a necessidade da comunidade, bem como pela adesão de novas tecnologias.

#### 3.4.4. Política de Aquisição e Atualização do Acervo

O acervo bibliográfico é atualizado constantemente, por indicação de alunos e professores, por solicitação da coordenadoria e da equipe da Biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de iniciação científica e extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada disciplina dos cursos ministrados.

Os coordenadores são os responsáveis por efetuar o levantamento do acervo junto aos professores, bem como encaminhar a relação bibliográfica ao órgão competente e posteriormente à Diretoria para que autorize a aquisição. Os livros mais antigos são mantidos para consulta histórica.

Os títulos, assinaturas e materiais multimídia adquiridos, são catalogados antes de serem disponibilizados.

#### 3.4.5. Acervo Bibliográfico Geral

O acervo é constituído por livros, periódicos, monografias, base de dados, multimídia e hemeroteca (artigos de jornais), abrangendo as áreas do conhecimento em que a instituição atua, sendo ordenado de acordo com Classificação Decimal Universal (DCU). As obras são catalogadas segundo as normas para registro do Código Anglo- Americano – AACR2.

O acervo bibliográfico físico da FAI é composto por 1.913 títulos de livros, com 7.163 exemplares, e 14 títulos de periódicos com 341 exemplares, conforme demonstrado no quadro abaixo por área de conhecimento:

ÁREA	LIVR	
	TITUL	VOLUMES
Ciencias exatas e da terra	824	2466
Ciencias humanas	989	4223
Ciências sociais aplicadas	09	69
Ciências da saúde	01	01
Linguística, letras e artes	29	138
Dicionários, enciclopédias e manuais	61	266
Total	1913	7163

A biblioteca, além do acervo específico de cada curso, possui livros de referência que contribuem para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

Os periódicos assinados, em consonância com o projeto pedagógico dos cursos, são os de informação acadêmica e científica, cobrindo as áreas do conhecimento em que instituição atua.

As bases de dados são aquelas que possibilitam à comunidade acadêmica acesso a ampla informação sobre todas as áreas dos conhecimentos humanos, com ênfase para os cursos oferecidos.

O acesso ao acervo ocorre com orientação da equipe de profissionais da Biblioteca, é informatizado, e a consulta está disponível ao discente por meio do portal do aluno.

#### 3.4.6. Bibliografia Básica

O acervo de livros da bibliografia básica do curso de Direito da FAI atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas disciplinas, o qual poderá ser comprovado na época da avaliação *in loco* pelos membros da comissão avaliadora do MEC/INEP. Além disso, a indicação da bibliografia básica tem por base os autores de renome da área jurídica e das ciências humanas, sociais e exatas, bem como os que tratam das novas tecnologias para o melhor desenvolvimento da área jurídica.

Em cada disciplina do curso foram indicados três títulos na bibliografia básica e adquiridos cinco exemplares para cada título, em conformidade com as exigências do instrumento vigente de avaliação *in loco* utilizado pelo MEC/INEP, os quais estão tombados junto ao patrimônio da instituição e disponíveis para consulta no acervo físico e eletrônico da FAI.

Alguns títulos foram substituídos por outras obras por estarem esgotados, fora de comercialização ou por possuir número de exemplares insuficientes à política adotada pela FAI. Para os novos títulos adquiridos busca-se a mesma relevância de conteúdo dos anteriores, mantendo-se assim um acervo qualitativo e em conformidade com a proposta do curso.

#### 3.4.7. Bibliografia Complementar

O acervo de livros da bibliografia complementar do curso de Direito da FAI atende aos conteúdos e programas apresentados nas disciplinas, o qual poderá ser comprovado na época da avaliação *in loco* pelos membros da comissão avaliadora do MEC/INEP.

Além disso, a indicação da bibliografia complementar tem por base a mesma linha de pensamento estabelecido pelos autores da bibliografia básica, construindo desta forma um elo, porém não deixando de lado as visões de cada autor sobre um determinado assunto.

Em cada disciplina do curso foram indicados cinco títulos e adquiridos 2 exemplares para cada título, os quais estão tombados junto ao patrimônio da instituição e disponíveis para consulta no acervo físico e eletrônico da FAI.

Alguns títulos foram substituídos por outras obras por estarem esgotados, fora de comercialização ou por possuir número de exemplares insuficientes à política adotada pela FAI. Para os novos títulos adquiridos busca-se a mesma relevância de conteúdo dos anteriores, mantendo-se assim um acervo de livros qualitativo e em conformidade com a proposta do curso.

#### 3.4.8. Periódicos Especializados

Para o curso de Direito da FAI existem uma assinatura de periódicos correntes abrangendo as principais áreas e possibilitando à comunidade acadêmica acesso a ampla informação sobre áreas do

conhecimento humano, onde uma delas possuem coleção completa em relação aos últimos três anos, conforme destacadas abaixo:

a) Periódicos Impressos

1. Consulex
2. BoniJuris

b) Periódicos Virtuais Disponíveis

1. Revista juris plenum
2. Revista juris plenum previdenciária
3. Revista juris plenum administrativo
4. Revista internacional de direito ambiental
5. Revista juris plenum trabalhista e previdenciária
6. A prova pericial no dna e o direito à identidade genética
7. Dano moral e sua quantificação
8. Direito empresarial do trabalho
9. Direito processual civil
10. Direito tributário e processo tributário
11. Dura lex, sed lex!
12. Elegibilidade e inelegibilidade
13. Execução criminal
14. Lei de responsabilidade fiscal
15. Manual de prática previdenciária
16. Manual prático tributário sobre a lei de inovação e tecnologia
17. Nova sistemática processual civil
18. Tempestividade e efetividade processual
19. Teoria e prática do processo civil

c) Periódicos Gerais (Impressos ou Virtual)

Revista Veja;

Na época da avaliação in loco, os membros da comissão avaliadora terão a oportunidade de comprovar a existência dos periódicos impressos e eletrônicos disponibilizados para o curso de Ciências Contábeis.

### 3.5. Laboratórios Didáticos Especializados

As instalações e laboratórios específicos para o curso de Direito atendem aos requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e são dotados dos equipamentos de segurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT, especialmente, nos seguintes aspectos:

- Espaço físico adequado por aluno;
- Salas com iluminação, ventilação e mobiliário adequados;

- Instalações hidráulicas, elétricas, sanitárias e outras adequadas ao atendimento de alunos, professores e funcionário;
- Computadores ligados em rede e com acesso à internet, com recursos multimídia para projeções;
- Política de uso dos laboratórios compatível com a carga horária de cada atividade prática;
- Plano de atualização tecnológica, além de serviços de manutenção, reparos e conservação realizados sistematicamente, sob a supervisão dos responsáveis pelos laboratórios;
- Equipamentos de segurança, tais como: hidrantes, extintores de incêndio e emblemas educativos de segurança.

Os laboratórios contam sempre com equipamentos selecionados e dimensionados para o desenvolvimento/atendimento das atividades a que se destinam especificamente, ou seja, para:

- Execução de aulas práticas das disciplinas que formam o matriz curricular do curso de Direito da FAI;
- Apoio às atividades de iniciação científica e/ou pesquisa do docente e/ou do discente;
- Execução de cursos de extensão;
- Apoio aos trabalhos de conclusão de curso;
- Apoio às atividades de estágio supervisionado e;
- Proporcionar suporte a quaisquer outras atividades acadêmicas que deles necessitem.

Os equipamentos e instrumentos adquiridos seguiram as normas e padrões de qualidade e adequabilidade aos objetivos e anseios pedagógicos da FAI, além disso, levou-se em consideração a relação de número de alunos por máquinas e equipamentos.

No curso de Direito estão previstas atividades acadêmicas a serem desenvolvidas nos laboratórios, sempre sob a supervisão de pessoal qualificado. A coordenação de curso encarrega-se de acordar com os professores os horários que devem utilizar o parque de equipamentos para o desenvolvimento de práticas discentes.

#### 3.5.1. Laboratório de Informática

Para o curso de Direito estão previstas atividades acadêmicas a serem desenvolvidas no Laboratório de Informática, sempre sob a supervisão de pessoal qualificado.

A Diretoria encarrega-se de acordar com os professores os horários e o número de alunos que devem utilizar o parque de equipamentos e desenvolver práticas discentes.

O acesso ao Laboratório de Informática e ao parque de equipamentos instrucionais pode ser individual, a juízo do professor da disciplina e sob autorização do Coordenador do Curso, ou em turmas com número de alunos definido pelo professor, segundo a natureza das práticas discentes.

É de competência da Coordenação de curso afixar nos quadros de aviso, a pauta de acesso, com indicativo de turmas, horários e os nomes dos professores e/ou responsáveis pelo acompanhamento dos alunos.

O Laboratório de Informática está disponível durante o período de funcionamento da

instituição, sendo composto por computadores com acesso à internet, obedecendo as condições de acessibilidade e segurança, conforme detalhamento no quadro abaixo:

QTDE	AMBIENTE	ÁREA	EQUIPAMENTO/SOFTWARE
1	Laboratório de Informática	44,70	AMD Athlon II X2 270 3.4GHZ, 500GB HD, 4GB Memória RAM, Monitor de 15,6" Acesso a internet Banda Larga

### 3.5.2. Política de Atualização, Manutenção e Disponibilidade de Insumos

As atualizações dos equipamentos são feitas, pelo menos duas vezes ao ano, conforme a necessidade dos alunos e professores. As manutenções preventivas são realizadas diariamente visando o adequado funcionamento dos equipamentos.

A manutenção e conservação dos laboratórios são executadas por funcionários da própria FAI ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções e, quando não for possível resolver o problema na instituição, é encaminhado para empresa terceirizada, especializada em manutenção de equipamentos.

Existem profissionais encarregados pela gestão técnico-administrativa de grupos de laboratórios, os quais são responsáveis pela administração dos laboratórios, principalmente as demandas de organização dos ambientes, atualização de softwares e manutenção de equipamentos, em conformidade com a seguinte política:

- Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- Analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação por meio de documentos, palestras e cursos;
- Apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na FAI;
- Elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- Especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- Instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- Planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- Planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

Os procedimentos de manutenção são divididos em três grupos: manutenção preventiva, corretiva e de emergência. Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de:

- Substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- Reformas de instalações e equipamentos de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- Reformas necessárias à implementação de novas atividades;
- Reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes;
- Consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes;
- Reformas que buscam minimizar e/ou eliminar riscos de acidentes de alta probabilidade.

Os responsáveis estão providenciando a manutenção preventiva e corretiva, bem como a expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos.

Com relação aos insumos utilizados nos laboratórios, ao professor responsável pela disciplina cabe informar aos alunos, pelo menos, até 24 horas antes da aula prática, quais os materiais que são disponibilizados pela FAI e quais são necessários o aluno trazer.

Aqueles de responsabilidade da FAI estão disponíveis nos laboratórios, onde o pessoal de apoio técnico deve colocá-los nas respectivas bancadas/mesas e, no final da aula, cabe também à equipe de apoio guardar os insumos remanescentes e reutilizáveis.

#### 3.5.3. Apoio Técnico Laboratorial

Para auxiliar os docentes e discentes, existem monitores, técnicos e auxiliares de laboratórios, distribuídos em turnos, de forma a cobrir todo o horário de funcionamento dos laboratórios. Esse pessoal é responsável pela manutenção da infraestrutura necessária para a utilização dos laboratórios de informática, tanto no horário de aula quanto nos horários livres, bem como para trabalhos individuais ou em grupos de alunos e/ou professores.

Eis o quadro atual de apoio técnico:

NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	CARGO
Eric Lindemeyer	Técnico em informática	Responsável pelo Laboratório

#### 3.5.4. Regulamento do Laboratório do Curso de Direito

O laboratório implantado para o curso de Direito segue as normatizações a seguir destacadas:

### **REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

#### *CAPÍTULO I*

#### *DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA*

*Art. 1º O Laboratório de Informática possui a seguinte estrutura organizacional: Técnico, Estagiários e Usuários.*

## **CAPÍTULO II**

### **DO TÉCNICO DE INFORMÁTICA**

*Art. 2º Manutenção e conservação do Laboratório de Informática serão exercidas por um técnico com formação na área de informática.*

*Art. 3º São deveres do Técnico:*

*I - Fazer com que o regulamento seja devidamente cumprido; II - Conservar o patrimônio do Laboratório de Informática;*

*III - Autorizar a liberação de qualquer patrimônio do Laboratório de Informática desde que visando o interesse da Faculdade Itaboraí, respeitando as normas institucionais;*

*VI - Quando necessário vetar a utilização do Laboratório aos usuários;*

*VII - Encaminhar para a coordenação ou direção o usuário se o mesmo infringir qualquer regra do Laboratório;*

## **CAPÍTULO III**

### **DOS ESTAGIÁRIOS**

*Art. 4º Será considerado Estagiário do Laboratório, o responsável pelo zelo e suporte na utilização do Laboratório de Informática.*

*Art. 5º São deveres do estagiário:*

*I - Recepcionar os usuários;*

*II - Prestar suporte necessário de acordo com a situação; III - Manter o controle do uso do Laboratório;*

*IV - Manter a disciplina dos usuários dentro do Laboratório;*

*V - Não permitir no Laboratório a utilização de softwares indevidos que não sejam autorizados pela Coordenação;*

*VI - Na medida do possível e de acordo com seus conhecimentos, solucionar problemas de configuração de hardware e software do Laboratório;*

*VII - Comunicar ao Técnico ou à Coordenação do Curso os usuários que infringirem qualquer norma deste regulamento.*

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS USUÁRIOS**

*Art. 6º Serão considerados usuários do Laboratório de Informática todos os alunos da Faculdade Itaboraí que utilizarem os recursos disponibilizados por ele.*

*Art. 7º São deveres dos usuários:*

*I - Não desobedecer às regras contidas neste regulamento;*

*II - Ser responsável pela boa utilização do equipamento que lhe foi concedido; III - Ser responsável pelo seu material de consumo;*

*IV - Cada usuário deverá usar o seu próprio dispositivo de armazenamento;*

*V - Respeitar as normas e o responsável por zelar pelo bom funcionamento das atividades.*

#### **CAPÍTULO V**

#### **DAS PROIBIÇÕES**

*Art. 8º O usuário do Laboratório de Informática está expressamente proibido de executar as seguintes ações:*

*I - Gravar arquivos pessoais no disco rígido do computador, criar diretórios e subdiretórios no mesmo;*

*II - Apagar qualquer diretório, subdiretório ou arquivo que esteja armazenado no disco rígido do computador;*

*III - Instalar programas no computador; IV - Fazer uso de softwares de jogos;*

*V - Acessar páginas pornográficas da Internet; VI - Acessar páginas de bate papo (chat) e afins;*

*VII - Utilizar aparelho celular dentro do Laboratório de Informática. VIII - Proibido Lanchar nos laboratórios.*

#### **CAPÍTULO VI**

#### **DAS PENALIDADES**

*Art. 9º O usuário que descumprir os seus deveres e/ou desobedecer às proibições será considerado infrator desta norma e perderá o uso de qualquer dos equipamentos do Laboratório.*

*Art. 10. O usuário que for flagrado ou tiver comprovada sua interferência nos equipamentos (hardware) e nos programas (software), ficará responsável pelos eventuais danos.*

### **3.6. Núcleo de Práticas Jurídicas**

O curso de Direito da FAI conta com um Núcleo de Práticas Jurídicas adequado para o devido recebimento do público e conta com 04 (quatro) salas de atendimento com 12,96m<sup>2</sup>, sendo uma destas vedada em acústica para uso exclusivo de questões que envolvam sigilo de justiça. Todas as salas contam com mobiliário adequado: mesa para atendimento ao público, mesa para o Professor

orientador e computador. Há também cinco boxes para elaboração de petições e/ou demais documentos necessários ao desenvolver da atividade forense. A área de espera para o público é ampla e conta com número suficientes de cadeiras à demanda existente.

O Núcleo de Práticas Jurídicas conta ainda com uma sala de audiências simuladas com 32,34m<sup>2</sup>, mobiliada com cadeiras para os alunos, mesa de audiência, mesa para o Professor, púlpito e quadro branco.

Por fim, a sala da Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas está localizada no extremo da sala de audiências simuladas e conta com armários para arquivos das atividades desenvolvidas pelos alunos, quadro branco, mesa e computador.

## **REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA (NPJ)**

### **APRESENTAÇÃO**

*A Faculdade Itaboraí – FAI, em especial, a Coordenação do Curso de Direito, apresentam e disponibilizam aos interessados, docentes e discentes da Instituição, este manual com o Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). Trata-se de documento de suma importância e que descreve as normas e procedimentos a serem cumpridos e apreciados pela comunidade acadêmica.*

### **PARTE GERAL**

*Art. 1º. O Estágio no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) da Faculdade Itaboraí – FAI rege-se por este Regulamento de Prática Jurídica em consonância com o Regimento Geral da Faculdade e demais normas fixadas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Seccional do Estado do Rio de Janeiro, bem como as normatizações do Ministério da Educação no que se refere à uniformização do Programa de Estágio de Prática Jurídica.*

*Art. 2º. O Estágio de Prática Jurídica é obrigatório e integrante do currículo pleno, com no mínimo 400 horas de atividades práticas simuladas e reais, desenvolvidas pelo estagiário, sob controle e orientação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) da Faculdade.*

*Art. 3º. Cada estagiário deverá cumprir 80 (oitenta) horas por semestre e atuar nas diversas áreas jurídicas do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) computando-se, assim, tempo necessário ao acompanhamento dos casos abordados.*

*§1º. Os estágios supervisionados iniciar-se-ão no 6º semestre.*

### **PARTE ESPECIAL**

#### **I – DA INSCRIÇÃO**

*Art. 4º. Poderão inscrever-se como estagiários do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) os alunos que preencherem os seguintes requisitos:*

*I) No 6º semestre, matrícula na disciplina Prática Extrajudiciária e Estágio Supervisionado I (Direito Constitucional e ), contanto que aprovado nas disciplinas Direito Constitucional e Direito Processual Civil II.*

*II) No 7º semestre, matrícula na disciplina Prática Judiciária e Estágio Supervisionado II (Direito não contencioso e conciliação), contanto que aprovado nas disciplinas Direito Civil I, II e III, IV e V, e Direito Processual Civil III.*

*III) No 8º semestre, matrícula na disciplina Prática Judiciária e Estágio Supervisionado III (Direito Civil), contanto que aprovado nas disciplinas Direito Processual Civil III.*

*IV) No 9º semestre, matrícula na disciplina Prática Jurídica e Estágio Supervisionado IV (Direito Penal), contanto que aprovado nas disciplinas Direito Penal I, II e III, e Direito Processual Penal I e II.*

*V) No 10º semestre, matrícula na disciplina Prática Judiciária e Estágio Supervisionado V (Direito do Trabalho), contanto que aprovado nas disciplinas Direito do Trabalho I e, II, e Direito Processual do Trabalho.*

*Parágrafo Único: Só haverá deferimento de créditos de horas relativas às diligências externas, definidas em portaria própria, aqueles que preenchem os requisitos do Artigo 9.º, da Lei 8.906/94.*

*Art. 5º. Cada aluno deverá cumprir o Estágio na forma da Portaria Ministerial 1886/94 e do presente Regulamento, bem como suas eventuais alterações.*

*Art. 6º. O estagiário que, por impedimento, não puder habilitar-se na Ordem dos Advogados do Brasil deverá cumprir todas as tarefas e carga horária estabelecidas pela Portaria Ministerial 1.886/94 e por este Regulamento.*

*Art. 7º. As Estagiárias gestantes deverão cumprir todas as tarefas e carga horária estabelecidas pela Portaria Ministerial 1.886/94 e por este Regulamento, ficando contudo, assegurado o Direito de acumular dois plantões no ano, por uma única vez, para cumprir o seu estágio no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), no prazo estabelecido pela OAB (dois anos).*

*Art. 8º. Todos os alunos devidamente matriculados no Curso de Direito da Faculdade Itaboraí, que estiverem cursando o 6.º semestre letivo, ou seguintes, deverão solicitar sua inscrição por ocasião da matrícula em PRÁTICA JURÍDICA I.*

*Art. 9º. O período de estágio terá duração de 2 (dois) anos e seis meses, divididos em 5 (cinco) semestres e com atuação nas áreas Direitos do Consumidor e Constitucional, Cível/Família, Penal (Simulado) e Trabalho.*

## **II - DO JUÍZO SIMULADO**

*Art. 10. No primeiro semestre do estágio, os estagiários realizarão atividades no Cartório Simulado, onde exercitarão a proposição de demandas entre si, com a elaboração supervisionada de petição inicial, contestação, despachos e sentenças, inclusive com a realização de audiências e outros atos processuais.*

*Parágrafo Único. O Cartório Simulado tem por finalidade proporcionar treinamento básico aos alunos, vivência de situações forenses e processuais, habilitando-o para a assistência jurídica ao público junto ao Poder Judiciário local.*

*Art. 11. No início das atividades do Cartório Simulado, cada estagiário receberá um caso fictício versando sobre situação fática e jurídica no âmbito das áreas , Mediação e Conciliação, Direito Civil/Família, Direito Penal e Direito do Trabalho.*

*Art. 12. O estagiário encarregar-se-á da elaboração de uma ação, em rito ordinário, com formulação de pedido, tudo em consonância com os requisitos do Código de Processo Civil.*

*Art. 13. O estagiário, obrigatoriamente, deverá atuar em três processos, simulados ou reais como autor, réu e juiz.*

*Art. 14. Na ação em que for demandado, o estagiário deverá promover todos os atos de defesa do réu (contestação, produção de provas, memoriais, etc.)*

*Art. 15. Na ação em que o estagiário estiver atuando como juiz, a este incumbirá o deferimento da petição inicial, determinação da citação do réu, intimação das partes, presidir as audiências e elaboração da sentença.*

*Art. 16. Todos os atos processuais praticados pelos alunos no Cartório Simulado serão supervisionados pelo professor/orientador responsável.*

*Art. 17. Os alunos serão avaliados mediante os critérios de frequência, empenho na realização das atividades, confecção das peças, aspectos formais e materiais dos atos praticados.*

*Art. 18. O estagiário somente estará habilitado para a fase seguinte do estágio se cumprir a carga horária estabelecida e obtiver aprovação nesta fase.*

*Art. 19. O aluno que lograr aprovação na primeira fase estará apto a ingressar na fase seguinte do estágio, que será desenvolvida em casos simulados ou concretos oriundo da prestação de serviços de acompanhamento e consultoria jurídica gratuitos à população carente de nossa Comarca.*

### **III – DO FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA (NPJ.)**

*Art. 20. O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) funcionará nos períodos de fevereiro a julho, e de agosto a dezembro de cada ano, de segunda a sexta-feira, das 17h às 20h, cujas especificações de dia de atendimento por área do Direito, serão acordadas entre os professores orientadores do NPJ.*

*Parágrafo Único: Os horários e dias estabelecidos no artigo acima podem sofrer alterações de acordo com mudanças ocorridas no calendário acadêmico.*

*Art. 21. O atendimento será, com consulta marcada pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), de acordo com os horários determinados pela Coordenação e área específica, através de plantões semanais de 02 (duas) horas, nos quais serão formados grupos de atendimento, observando-se o limite máximo de 20 (vinte) estagiários para cada Orientador, por área, de acordo com a Resolução da OAB/RJ.*

*Art. 22. O estagiário, no dia e hora determinados para seu plantão, deverá entregar sua folha de tarefas ao Professor-Orientador que, ao final, lhe aporá o visto e a passará à Secretaria do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.).*

*Art. 23. O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) funcionará durante todo o ano letivo, interrompendo somente suas atividades nos períodos de férias escolares.*

*Art. 24. O período de estágio terá duração de 2 (dois) anos e 6(seis) meses divididos em 5 (cinco) semestres e com atuação nas áreas DIREITO DO CONSUMIDOR (Mediação e Conciliação), Cível/Família, Direito Penal (Simulado) e Direito do Trabalho.*

*Parágrafo Único: Os primeiros seis meses a prática se restringirá à Mediação Extrajudicial.*

#### **IV – DO PLANTÃO E COMUNICAÇÃO**

*Art. 26. O Núcleo de Prática Jurídica funcionará sempre com o Plantão, composto de:*

- a) Um estagiário que fará uma triagem;*
- b) um grupo de estagiários, por área;*
- c) Professores-Orientadores, por área.*

*Art. 27. Todos os estagiários deverão comparecer, obrigatoriamente, pelo menos uma vez por semana ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), mesmo que não tenha plantão, atendimento ou audiência marcada, para verificar a existência de comunicação, convocação ou publicação em Diário Oficial no respectivo quadro-de-avisos.*

*Parágrafo Único – Todo e qualquer aviso, convocação ou publicação que a Coordenação, o Professor-Orientador, o Professor-Advogado, a Secretaria e/ou a Administração, tiverem necessidade de dirigir aos estagiários, de caráter coletivo ou individual, será afixado no quadro-de-avisos, dele constando a data da afixação, bem como de uma cópia, que ficará arquivada na Secretaria.*

#### **V – DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA (NPJ.)**

*Art. 28. Só serão atendidos pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) as pessoas comprovadamente carentes, beneficiárias da Assistência Judiciária (Justiça Gratuita).*

*Art. 29. As ações a serem propostas restringem-se à Comarca de Itaboraí-RJ.*

*Art. 30. Não haverá atuação do NPJ. no âmbito administrativo (admitidas exceções a critério da Coordenação), seja Federal, Estadual ou Municipal e em feitos relativos a crimes dolosos contra a vida (Tribunal do Júri).*

*Art. 31. À Coordenação e aos Professores-Orientadores caberão estabelecer outros critérios de atuação, conforme a conveniência do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.).*

#### **VI – DA FUNÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA**

*Art. 32. O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) visa dar condições ao estagiário de exercer a prática da advocacia, através do atendimento à população carente, com esclarecimentos, aconselhamentos, acompanhamentos e a propositura de ações judiciais, caso seja necessário e limitado ao número estipulada pela coordenação.*

*Parágrafo Primeiro – O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) não tem obrigação de ajuizar ou acompanhar qualquer feito. Suas atividades e iniciativas são da competência exclusiva do Professor-Orientador e da Coordenação.*

*Parágrafo Segundo– Fica à critério do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) o ajuizamento, ou não, das demandas, que serão analisadas de acordo com a complexidade do caso.*

#### **VII – DA GRATUIDADE**

*Art. 33. O atendimento, bem como a propositura e o acompanhamento de ações são gratuitos, sendo vedado a qualquer integrante do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) receber ou cobrar qualquer quantia, seja a que título ou pretexto for.*

#### **VIII – DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO**

##### *Do Atendimento ao Assistido*

*Art. 34. Ao chegar ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), o Assistido será encaminhado a triagem, onde será feita análise preliminar da situação, passados os dados para a Ficha de Atendimento.*

*Parágrafo Único – Conforme a necessidade do caso, após a triagem encaminhará o Assistido à área jurídica, onde será atendido pelos estagiários, no máximo de 04 (quatro), na presença do Professor-Orientador. Ao final desse atendimento, deverá ser preenchido na Ficha de Atendimento Social o parecer jurídico, que poderá ser no sentido de ajuizar e/ou acompanhar a ação.*

*Art. 35. Se a determinação do caso partir do Professor-Orientador, o estagiário deverá dirigir-se à Secretaria e retirar os seguintes documentos para, em seguida, preenchê-los:*

- a) Ficha de Atendimento do Assistido;*
- b) Procuração;*
- c) Afirmação de estado de necessidade nos termos da Lei.*

*§ 1.º No caso de o Assistido não estar com todos os documentos necessários para o ajuizamento/accompanhamento da ação, o estagiário deverá preencher o Termo de Compromisso da parte e solicitar à Secretaria novo dia e hora para seu retorno.*

*§ 2.º Toda a documentação deverá ser entregue à Secretaria, para a elaboração da ficha do Assistido.*

*Art. 36. O estagiário responsável pelo atendimento do Assistido fica automaticamente responsável pelo ajuizamento/accompanhamento da ação, salvo melhor entendimento do Professor-Orientador.*

*Art. 37. O acesso às salas do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) é livre aos estagiários, dentro dos horários de funcionamento, sendo vedada a entrada nos horários de plantões que não estejam atuando.*

*Art. 38. Na sala dos Professores-Orientadores, e do Coordenador-Geral, só será admitida a entrada dos Estagiários e Assistidos, após anúncio à Coordenação da Secretaria e permissão para o ingresso no recinto.*

*Art. 39. É vedada a entrada dos estagiários fora do horário de plantão nas salas dos Professores-Orientadores.*

*Art. 40. É vedada a entrada na Secretaria de pessoas não autorizadas.*

*Art. 41. O estagiário que desejar utilizar os computadores do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) deverá fazer a solicitação com antecedência à Secretaria e fora do horário de plantão.*

*Parágrafo Único – Só será permitida a utilização dos computadores do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) para atividades exclusivas do Núcleo.*

*Art. 42. O telefone é de uso exclusivo da Coordenação e só poderá ser usado pelos estagiários para receberem recados de Assistidos, que serão anotados e afixados no Quadro-de-Aviso ou, em casos excepcionais, mediante prévia autorização da Secretaria.*

#### **IX – DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO E PENALIDADES**

*Art. 43. São obrigações do estagiário, sob pena das sanções do art. 53 desse Regulamento:*

- a) Proceder ao atendimento do Assistido quando solicitado pelo Professor-Orientador;*
- b) Manter atualizadas as fichas de acompanhamento de processos;*
- c) Comparecer no dia e horário de seu plantão semanal;*
- d) Realizar atendimentos aos seus Assistidos nos dias e horas pré-determinados;*
- e) Informar ao Professor-Orientador qualquer mudança no acompanhamento do processo;*
- f) Elaborar, no prazo definido pelo Professor-Orientador, as peças necessárias ao regular andamento do processo;*
- g) Comparecer às audiências dos processos sob sua responsabilidade;*
- h) Comunicar ao Professor-Orientador qualquer publicação dos processos sob sua responsabilidade;*
- i) Comparecer ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) quando convocado pelo Professor-Orientador ou pela Secretaria;*
- j) Entregar, nos primeiros 02 (dois) dias úteis de cada mês, ficha de atividades ao Professor-Orientador da área;*
- k) Apresentar a sua folha de tarefas no dia e hora de seu plantão;*

*l) Respeitar o Regulamento Interno e as normas referentes ao funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.);*

*m) Poderá ter no mínimo 03 (três) processos na área que estiver atuando ou 03 (três) processos simulados, caso a área não tenha tido atendimento suficiente para formar os respectivos processos.*

*n) Comparecer aos plantões munidos dos Códigos Jurídicos referentes à sua área de atuação.*

*Art. 44. No caso de o estagiário responsável pelo Assistido não fazer o acompanhamento do processo corretamente, ou não comparecer às audiências, deverá o Professor-Orientador, imediatamente e por escrito, fazer a advertência, em duas vias, ficando uma delas na pasta do estagiário.*

*§ 1.º - No caso de o estagiário não comparecer no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) em 02 (dois) plantões consecutivos de forma injustificada e/ou em 02 (dois) plantões dentro do mesmo mês de forma injustificada, deverá o Professor-Orientador, imediatamente e por escrito, fazer a advertência, em duas vias, ficando uma delas na pasta do estagiário.*

*§ 2.º - Mesmo o estagiário que já tenha sido advertido em razão de 02 (duas) faltas consecutivas em plantões ou em razão de 02 (duas) faltas em plantões dentro do mesmo mês, caso venha a faltar mais 02 (duas) vezes consecutivas de forma injustificada e/ou em 02 (dois) plantões dentro do mesmo mês de forma injustificada, será novamente advertido pelo mesmo fato, sendo que esta 2ª advertência pela mesma falta desliga o estagiário automaticamente da disciplina que está cursando no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), conforme disposto no item a seguir.*

*§ 3.º – O estagiário que tiver duas advertências pela mesma falta, no transcorrer do seu estágio será automaticamente desligado do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), podendo, entretanto, inscrever-se no semestre letivo seguinte, desde que não esteja esgotado o tempo de limite máximo para a conclusão do Curso.*

*Art. 45. É vedado ao estagiário:*

*a) Retirar as pastas do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) sem a anuência do Professor-Orientador, devidamente protocoladas pela Secretária;*

*b) Guardar consigo documentos referentes aos Assistidos, sem anuência do Professor-Orientador;*

*c) Perceber remuneração dos Assistidos sob qualquer pretexto;*

*d) Assinar petições sem a assinatura do Professor-Orientador.*

*e) Indicar clientes para escritórios de advocacia particulares.*

#### **X – DA ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA, APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E TRANCAMENTO**

*Art. 46. A cada tarefa realizada pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) será atribuída uma carga horária, lançada pelo Professor-Orientador. O lançamento da carga horária será feito na folha de atividades do estagiário, sendo indispensável para sua validade o visto do Professor-Orientador e da Coordenação do NPJ.*

*Art. 47. Quanto à atribuição da carga horária referente às audiências, para sua validade, terá de ser observado o seguinte:*

*a) Deverão ser assistidas, semestralmente, um mínimo de 20 (vinte) audiências, com relatório escrito.*

*b) A cada audiência deverá ser colhida a assinatura do Juiz e o carimbo do Juízo, devem ser omitidos os nomes das partes quando se tratar de segredo de justiça;*

*Art. 48. Para integralizar a sua carga horária, o estagiário deverá atuar nas cinco (05) áreas do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) (DIREITO DO CONSUMIDOR (Mediação e Conciliação), Cível/Família, Penal (Simulado) e Trabalho), sem prejuízo de atuação em outras áreas jurídicas, computando, para cada área, 80 (oitenta) horas, no mínimo, não sendo admitido o aproveitamento da carga horária de um semestre para outro.*

*§ 1.º A carga horária mensal será apurada pelos Professores-Orientadores, conforme as tarefas apresentadas com a Folha de Tarefa Mensal, respeitados os limites máximos fixados na Tabela de Carga Horária.*

*§ 2.º A cada tarefa realizada, pelo estagiário, será atribuída uma carga horária, lançada pelo Professor-Orientador. O lançamento da carga horária será feita na folha de atividades do estagiário.*

*§ 3.º Em cada semestre, o estagiário poderá computar, no máximo, 15 (quinze) horas pela participação em atividades indicadas pela Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) As horas que excederem esse limite não poderão ser utilizadas em outros semestres, só sendo admitidas as ocorridas dentro do respectivo período.*

*§ 4.º O estagiário faltoso poderá perder carga horária, que será deduzida do total obtido ao final do mês ou do semestre, a critério dos Professores-Orientadores. Da aplicação de tal sanção caberá recurso para o Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.).*

*Art. 49. Somente será permitido o acúmulo das disciplinas Práticas Jurídicas III e IV quando o estagiário tiver sofrido uma única reprovação em período anterior, pois a OAB exige que o estágio tenha a duração mínima de 2 (dois) anos.*

*§ 1.º O pedido de acúmulo por prorrogação, obedecendo às condições acima, deverá ser encaminhado via protocolo, pela Secretaria da Faculdade Itaboraí – FAI.*

*§ 2.º Sendo deferido o acúmulo, o estagiário deverá apresentar, mensalmente, duas folhas de tarefas, uma para cada área do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), não podendo ocorrer confusão entre as tarefas de cada uma delas.*

*Art. 50. Considera-se aprovado o estagiário que obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades obrigatórias e alcançar pelo menos 80 (oitenta) horas semestrais de carga horária*

*Art. 51. O estagiário só poderá ser reprovado por insuficiência de carga horária, uma vez. A reprovação por insuficiência de carga horária acarretará o cancelamento da carga horária considerada anteriormente como insuficiente.*

*Art. 52. O estagiário poderá prorrogar o estágio por mais um semestre, além dos cinco (05) previstos no currículo, desde que não esgotado o tempo de limite máximo para a conclusão do curso.*

*Art. 53. Só será admitido um único trancamento do estágio e no caso de já haver cursado 1 (um) semestre, tendo o trancamento prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.*

*Art. 54. Em caso de abandono ou desligamento do curso sem prévio trancamento, o estagiário não poderá reingressar no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.).*

*Art. 55. Aquele que tenha concluído o bacharelado sem completar o estágio, poderá fazê-lo na condição de Aluno-Especial, no prazo máximo de 1 (um) ano, conforme determinação da OAB, desde que não esgotado o tempo limite máximo para a conclusão do curso.*

*Art. 56. O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) poderá substabelecer processos a estagiários, em grupo de 4 (quatro) integrantes. Em hipótese alguma o estagiário poderá abandonar o processo pelo qual se responsabilizou, individualmente ou em grupo, sem antes providenciar, junto a um dos Professores-Orientadores, o substabelecimento para outros.*

*Art. 57. O abandono de processo é falta grave, podendo inclusive ser objeto de comunicação à OAB/RJ, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.*

*Art. 58. A cada mês, junto com a folha de tarefas, o estagiário deverá apresentar relato sucinto das atividades, para a avaliação dos Professores-Orientadores. Ao final de cada semestre, os Professores-Orientadores lançarão na pasta do estagiário um conceito de aprovação ou reprovação, baseado na obtenção do mínimo de 80 (oitenta) horas, mais assiduidade, interesse e aproveitamento no que concerne aos trabalhos do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), bem como pela urbanidade e responsabilidade demonstradas no atendimento aos Assistedos, no acompanhamento dos processos a ele confiados e no trato com os Advogados e Funcionários.*

#### **XI – SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES**

*Art. 59. Serão considerados apenas as que forem entregues por escrito à Secretaria do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), dirigidas ao Coordenador ou aos Professores-Orientadores, para a devida apreciação.*

#### **XII – DA DISCIPLINA**

*Art. 60. O estágio está subordinado à disciplina do Estágio Supervisionado, do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) e da OAB, aplicando-se às eventuais faltas cometidas as sanções de forma autônoma e independente, conforme o Código de Ética, os Estatutos e os Regimentos Internos das mencionadas Instituições, como na forma deste Regulamento.*

*Parágrafo Único – Sem prejuízo das demais sanções, o estagiário que cometer faltas ou omissões no desempenho de suas tarefas poderá ser penalizado com perda de carga horária, que será deduzida das horas que houver cumprido, a critério dos Professores-Orientadores, com recurso para a Coordenação.*

#### **XIII – CARTEIRA DA OAB**

*Art. 61. Iniciado o estágio a partir do 7º período, deverá ser providenciada a inscrição na OAB e consequente obtenção da Carteira de Estagiário e número de inscrição no respectivo quadro. Obtida a Carteira, deverá ser fornecida uma cópia à Secretaria do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), para integrar o dossiê do estagiário.*

*§ 1.º Somente depois de comprovada a inscrição, aos estagiários será admitida a prática de atos processuais, inclusive recebendo procurações e/ou substabelecimento de Assistidos, para poder atuar nos feitos em andamento.*

*§ 2.º O não atendimento a esta exigência, até o prazo de 6 (seis) meses do início do estágio, poderá implicar no cancelamento do cadastro e perda do tempo de estágio realizado.*

#### **XIV – DAS PENALIDADES**

*Art. 62. Qualquer infringência das normas regulamentares do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), ocasionará a aplicação das seguintes sanções, conforme o Regimento da Faculdade de Direito do INESC:*

- a) advertência;*
- b) perda de carga horária (conforme critérios elaborados pela Coordenação);*
- c) suspensão;*
- d) desligamento.*

*Art. 63. O Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) poderá aplicar as penalidades acima, observando-se o devido processo legal, com ampla defesa e contraditório do acusado.*

#### **XV – APOIO E GESTÃO DE PROCESSOS**

*Art. 64. Poderão integrar o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) da Faculdade Itaboraí – FAI, alunos dos outros cursos da mesma Instituição de Ensino Superior, em quantidades necessárias para atender às demandas específicas do referido núcleo.*

*Art. 65. Os estagiários dos outros cursos da Faculdade Itaboraí – FAI, ajudarão estritamente em tarefas que lhes sejam afins, dentro dos respectivos planos de ensino, em administração, pedagogia e ciências contábeis.*

*Art. 66. Os alunos indicados pelo Coordenador dos cursos cumprirão as regras do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.), no que lhes for pertinente, devendo se reportar ao Coordenador de seu curso de graduação, no que for necessário e em grau de recurso ao Diretor da Faculdade Itaboraí – FAI.*

#### **XVI – DISPOSIÇÕES FINAIS**

*Art. 67. As atividades do estágio serão exclusivamente simuladas e reais, incluindo redação de peças processuais e profissionais, rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas*

*a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos e técnicas de negociações coletivas, mediação, arbitragens e conciliações, sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.)*

*Art. 68. O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) funcionará por semestre. O primeiro semestre será de Fevereiro a Julho e o segundo semestre de Agosto a dezembro de cada ano letivo.*

*Art. 69. Todos os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ.) ou, na falta dele, pelos Professores-Orientadores em conjunto com o Diretor da Faculdade Itaboraí – FAI.*

*Art. 70. Este regulamento entra em vigora data de sua aprovação mediante Resolução do Conselho Superior da Faculdade Itaboraí – FAI.*

#### 4. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO DIFERENCIADO

A FAI atende à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências que devem ser atendidos pelas IES, bem como ao Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com relação aos alunos portadores de deficiência física, as instalações da instituição atendem aos seguintes requisitos:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, a instituição assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso de:

- manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

Quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, a instituição assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, de:

- propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

A respeito do tratamento diferenciado, a instituição estará comprometida em disponibilizar, sempre que for necessário, o seguinte:

- assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo-cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- sinalização ambiental para orientação;
- divulgação, em lugar visível, do Direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador em locais e edificações de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e
- existência de local de atendimento específico.

## 5. INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

A FAI mantém as informações acadêmicas atualizadas e postadas em seu [sitefaculdadeitaborai.cnec.br](http://sitefaculdadeitaborai.cnec.br), além de possuir o manual do aluno que é entregue aos discentes no início de cada período letivo, tudo isso, em atendimento à legislação em vigor.

Itaboraí, Agosto, 2016.

## ANEXO 01

### PLANOS DE ENSINO DA MATRIZ ATUAL

PLANOS DE ENSINO					
<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> História e introdução ao estudo do direito	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)		<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.		<b>TURMA:</b>	
<b>3-PROFESSOR (A):</b>					
<b>4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:</b> Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos; Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características; Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade; Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno; Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.					
<b>5-EMENTA -</b> Conceito e princípios da análise histórica. Direito primitivo. Sistemas de Direito. Direito na antiguidade clássica: Grécia e Roma. Noção de Direito. Direito e moral. Direito natural e direito positivo. Direito, equidade e justiça. Direito objetivo: direito público e direito privado. Direito subjetivo. Fontes do Direito. Princípios gerais do Direito. Norma e Ordenamento Jurídicos. Historicidade e novos paradigmas da cultura jurídica contemporânea.					
<b>6-OBJETIVO GERAL</b> - Conhecer os primeiros conceitos e classificações do Direito;- Valorizar os princípios da justiça na compreensão do Direito Contemporâneo;- Conhecer os ramos do direito e a dicotomia entre o direito público e o direito privado, numa perspectiva crítica;- Discutir os novos paradigmas da teoria dos direitos para a sua compreensão, aplicação e eficácia; e- Contextualizar a relação jurídica na experiência cultural humana. <b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b> - Compreender o significado do direito enquanto uma ciência de construção das relações humanas. Discutir os conceitos, ramos, fontes e fundamentos da parte geral do direito civil. <b>HABILIDADES</b> - Visualização dos princípios do direito para o desenvolvimento dos raciocínios lógico e crítico;- Compreensão do estudo sistemático com os demais campos de estudo, bem como a sua aplicação e eficácia;- Leitura de textos e documentos jurídicos com a devida utilização das normas técnicas para conhecimento da ciência do Direito;- Utilização do raciocínio e reflexão crítica na aplicação das principais fontes do Direito; e- Domínio da comunicabilidade e da objetividade pela utilização de uma linguagem jurídica na aplicação dos conceitos gerais das várias disciplinas do Direito.					
<b>7-METODOLOGIA</b> A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos					

alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

**Os itens abaixo compõem as notas N1, N2 e N3 (somente para disciplinas presenciais).**

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- FREQUÊNCIA.
- AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD

$$N_1 = 50\% \quad N_2 = 50\% \quad \mathbf{NF = N_1 + N_2 = 100\%}$$

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

#### COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS **PRESENCIAIS**

$$N_1 = 35\% \quad N_2 = 35\% \quad N_3 = 30\% \quad \mathbf{NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%}$$

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

**As  $N_1$  e  $N_2$**  - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse documento.

**A  $N_3$  (somente disciplinas presenciais)** - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. UNIDADE I – DIREITO E SOCIEDADE 1.1. O Fenômeno Jurídico: direito, sociedade e indivíduo 1.2. Direito e cultura 1.3. Instrumentos de controle social: Direito, Moral, Religião e Trato Social. 1.4. A relação entre Moral e Direito: teorias da moral 1.5. Acepções da palavra direito 1.6. Multiplicidade e unidade do direito 1.7. Amplitude das condutas para além do direito legislado	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II - FONTES DO DIREITO 2.1. Conceito de fontes 2.2. Lei 2.3. Doutrina 2.4. Jurisprudência, ementa, acórdão, sentença e decisão interlocutória. 2.4.1. Súmulas vinculantes e não vinculantes 2.5. Costume 2.5.1 Costume internacional, tratados e convenções internacionais 2.6. Conflito entre fonte	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE III - RAMOS DO DIREITO 3.1. Direito público e privado 3.2. Direito comum e particular 3.3. Direito geral especial e de exceção 3.4. Direito singular e uniforme 3.5. Direito coercitivo e dispositivo	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV – VIGÊNCIA DAS LEIS NO TEMPO E NO ESPAÇO 4.1. Validade, Vigência e eficácia. 4.2. Lei de Introdução ao Direito Brasileiro e Lei Complementar nº 107	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	4.3 Obrigatoriedade e continuidade das leis 4.4 Cessação da eficácia das leis 4.5 Revogação e repristinação 4.6. Irretroatividade	Aula expositiva com convite ao diálogo
06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	4.7. Segurança jurídica no ato jurídico perfeito, direito adquirido e	Aula expositiva com convite ao diálogo

				coisa julgada 4.8. Direito Intertemporal: eficácia da lei no espaço	
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	4.9. Extraterritorialidade da lei e seus limites 4.10. Princípios do domicílio e da nacionalidade	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V - FUNDAMENTOS DO ORDENAMENTO JURÍDICO 5.1. A unidade do sistema do ordenamento jurídico 5.2. O ordenamento como sistema dinâmico. 5.3. Consistência do ordenamento: problema da anomia e das antinomias de 1º e 2º grau 5.4. Completude do sistema jurídico	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	5.5. A integração das normas jurídicas. 5.6. Aplicação e interpretação das normas jurídicas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI - ATOS E FATOS JURÍDICOS 6.1 Atos e fatos jurídicos e negócios Jurídicos 6.2. Classificação dos fatos jurídicos. 6.3. Teoria do fato jurídico	Aula expositiva com convite ao diálogo
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – AQUISIÇÃO DE DIREITOS 7.1 Aquisição 7.2. Modificação 7.3. Defesa e extinção de direitos	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VIII - ATOS ILÍCITOS: NOÇÕES GERAIS 8.1. O ato ilícito: conceito, natureza jurídica, elementos constituintes 8.2 Dolo e culpa 8.3 Abuso de direito	Aula expositiva com convite ao diálogo
13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	8.4 Responsabilidade Civil 8.5 Dano Patrimonial e Moral 8.6 Ressarcimento	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IX – DA RELAÇÃO JURÍDICA 9.1. Conceito e conteúdo 9.2. Elementos: Sujeitos de Direito; Objeto da Relação Jurídica	Aula expositiva com convite ao diálogo
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE X – OBRIGAÇÃO PÚBLICA E OBRIGAÇÃO PRIVADA 10.1. Obrigação Pública 10.2. Obrigação Privada	Aula expositiva com convite ao diálogo

				10.3. Dever jurídico e direito subjetivo 10.4. Pretensão jurídica.	
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	10.5. Direito potestativo, sujeição e ônus. 10.6. Nexo causal e a relação jurídica.	Aula expositiva com convite ao diálogo
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE XI - COMPORTAMENTO ANTIJURÍDICO E A RESPOSTA ESTATAL 11.1. O ato ilícito: conceito, natureza jurídica, elementos constituintes.	Aula expositiva com convite ao diálogo
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	11.2. A sanção jurídica: conceitos e tipos de sanção	Aula expositiva com convite ao diálogo
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE XII – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 11.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania	Aula expositiva com convite ao diálogo
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	12.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo

11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)	
<b>EMENTA</b>	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> <li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li> <li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li> <li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li> <li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li> <li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li> <li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.</li> </ul>
<p><b>Professor/aluno- Etapa I</b></p> <p>Apresentação do Projeto Integrador aos alunos; Entrega das Orientações e Plano de ação; Apresentação dos Temas do semestre; Definição das Equipes de Trabalho/grupos; Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de</p>

pôsteres.

**São funções do professor da disciplina:**

- a) Facilitar os meios para realização do trabalho;
- b) Indicar bibliografia quando necessário;
- c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;
- d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;
- e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua disciplina;
- f) Acompanhar os alunos na apresentação.

**14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR**

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

**15-BIBLIOGRAFIA BASICA**

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2015.  
NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2015.  
REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2014.

**16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AZEVEDO, Luiz Carlos de. Introdução à História do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.  
DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.  
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva, 2012. GAVAZZONI, Aluisio. História do Direito - Dos Sumérios até a nossa era. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2005.  
KÜMPEL, Vitor Frederico. Introdução ao Estudo do Direito; São Paulo Método, 2009.

**17-ATOS DE APROVAÇÃO**

Data:

Coordenador(a) do Curso	Professor(a) da Disciplina
-------------------------	----------------------------



## PLANOS DE ENSINO

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Ciência política e teoria do estado	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
--	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)	<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.	<b>TURMA:</b>
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------

### 3-PROFESSOR (A):

### 4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

### 5-EMENTA -

Ciência Política: poder, governo, Estado e sociedade. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna. Teoria do Estado: Estado Moderno, Estado Contemporâneo. Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.

### 6-OBJETIVO GERAL

- Apontar os fundamentos do Estado e sua composição diante dos imperativos da Globalização e os novos paradigmas de sua construção moderna;- Conhecer os fundamentos constitutivos do Estado (soberania, território e povo) e a evolução decorrente das mudanças e dos movimentos sociais; e- Identificar a construção do Estado Democrático de Direito, seja pelo controle do Poder Executivo ou pela intervenção do povo na esfera pública.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as principais ideias do pensamento político ocidental, as representações governamentais e a respectiva representação no Estado Moderno e Contemporâneo; e- Compreender o ordenamento do Estado e das instituições políticas brasileiras à luz de seu processo histórico de formação.

#### HABILIDADES

- Desenvolvimento de leitura para organização, expressão e comunicação dos fundamentos de construção do Estado, da Sociedade e do Direito, realizando interfaces com outras áreas do conhecimento, principalmente com os Direitos Constitucional e Internacional;- Estruturação sistêmica do Direito na formação do Estado Brasileiro e o Direito Constitucional como paradigma dos demais campos da ciência jurídica; e- Capacidade analítica do processo de construção da cidadania no mundo ocidental e seu reflexo no direito brasileiro.

### 7-METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão

favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

**Os itens abaixo compõem as notas N1, N2e N3 (somente para disciplinas presenciais).**

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- c) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- d) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- c) FREQUÊNCIA.
- d) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD**

$N_1 = 50\%$        $N_2 = 50\%$        **$NF = N_1 + N_2 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$        $N_2 = 35\%$        $N_3 = 30\%$        **$NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

**As  $N_1$  e  $N_2$**  - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse

documento.

**A N<sub>3</sub>(somente disciplinas presenciais)** - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. Ciência Política: poder, governo, Estado e sociedade.	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna.	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna.	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna.	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna.	Aula expositiva com convite ao diálogo
06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna.	Aula expositiva com convite ao diálogo
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna.	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna..	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna.	Aula expositiva com convite ao diálogo
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e	Aula expositiva com convite ao diálogo

				regimes de governo. Tendências contemporâneas.	
13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Organização, elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas.	Aula expositiva com convite ao diálogo

<b>11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)</b>	
<b>EMENTA</b>	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

<b>12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR</b>
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> </ul>

- Definir que elementos do **PERFIL DO EGRESSO** serão desenvolvidos no semestre/ano;
- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;
- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;
- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;
- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).
- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.

**Professor/aluno- Etapa I**

Apresentação do Projeto Integrador aos alunos;

Entrega das Orientações e Plano de ação;

Apresentação dos Temas do semestre;

Definição das Equipes de Trabalho/grupos;

Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.

**São funções do professor da disciplina:**

- a) Facilitar os meios para realização do trabalho;
- b) Indicar bibliografia quando necessário;
- c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;
- d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;
- e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua disciplina;
- f) Acompanhar os alunos na apresentação.

**14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR**

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

**15-BIBLIOGRAFIA BASICA**

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. São Paulo: Malheiros, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva, 2010.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de teoria do estado e ciência política. São Paulo: Celso Bastos editora, 2004.

**16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

Os clássicos da política 1: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. Francisco C. Weffort



(org.). São Paulo: Ática, 2005.

Os clássicos da política 2: Burker, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. São Paulo: Ática, 2005.

BONAVIDES, Paulo. Do estado liberal ao estado social. São Paulo: Malheiros, 2014.

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do estado. São Paulo: Globo, 2008.

Introdução à história do pensamento político. Antonio Carlos Wolkmer. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

**17-ATOS DE APROVAÇÃO**

Data:

Coordenador(a) do Curso

Professor(a) da Disciplina



## PLANOS DE ENSINO

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Economia	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
---	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)	<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.	<b>TURMA:</b>
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------

### 3-PROFESSOR (A):

### 4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

### 5-EMENTA -

Introdução à Economia. Contexto histórico da Economia Política. Raízes e postulados das propostas clássicas, neoclássicas, marxista e keynesiana. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Desenvolvimento econômico e papel do Direito. Análise econômica do Direito. Tendências contemporâneas em Economia Política.

### 6-OBJETIVO GERAL

-Identificar os marcos reguladores nas relações econômicas internas e internacionais, bem como os elementos característicos do processo de globalização com a integração do mercado e suas repercussões na produção nacional; e- Compreender os conceitos gerais de Economia enquanto ciência inserida no contexto político e social e seus reflexos no meio ambiente.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Permitir ao alunado o conhecimento do processo evolutivo da Economia e suas repercussões sociais.

#### HABILIDADES

- Leitura para compreensão e elaboração de textos correlacionados entre a Economia e o Direito;- Domínio dos métodos que permitem a compreensão da economia globalizada e sua influência no contexto da economia no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro; e- Correta interpretação e aplicação dos marcos reguladores nas relações econômicas internacionais e nacionais e no mercado produtivo de trabalho.

### 7-METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O

estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

Os itens abaixo compõem as notas **N1**, **N2** e **N3** (somente para disciplinas presenciais).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- e) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- f) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- e) FREQUÊNCIA.
- f) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD

$N_1 = 50\%$        $N_2 = 50\%$        **$NF = N_1 + N_2 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

#### COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS **PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$        $N_2 = 35\%$        $N_3 = 30\%$        **$NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

As  **$N_1$**  e  **$N_2$**  - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse documento.

A  **$N_3$**  (somente disciplinas presenciais) - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. UNIDADE I - INTRODUÇÃO À CIÊNCIA ECONÔMICA 1.1 Conceituação e Origem. 1.2 Objeto e finalidade. 1.3 Evolução histórica.	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II- SISTEMAS ECONÔMICOS 2.1 Conceituação 2.2 Classificação	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II- SISTEMAS ECONÔMICOS 2.1 Conceituação 2.2 Classificação	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE III- ATIVIDADES ECONÔMICAS EM UMA ECONOMIA DE MERCADO 3.1 Fundamentos. 3.2 Organização.	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE III- ATIVIDADES ECONÔMICAS EM UMA ECONOMIA DE MERCADO 3.1 Fundamentos. 3.2 Organização.	Aula expositiva com convite ao diálogo
06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE III- ATIVIDADES ECONÔMICAS EM UMA ECONOMIA DE MERCADO 3.1 Fundamentos. 3.2 Organização.	Aula expositiva com convite ao diálogo
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - ESTADO E MERCADO. 4.1 Intervenção do Estado no domínio econômico. 4.2 Desigualdade das riquezas: a riqueza nacional, imposto e propriedade.	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - ESTADO E MERCADO. 4.1 Intervenção do Estado no domínio econômico. 4.2 Desigualdade das riquezas: a riqueza nacional, imposto e propriedade.	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - ESTADO E MERCADO. 4.1 Intervenção do Estado no domínio econômico. 4.2 Desigualdade das riquezas: a	Aula expositiva com convite ao diálogo

				riqueza nacional, imposto e propriedade.	
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - ESTADO E MERCADO. 4.1 Intervenção do Estado no domínio econômico. 4.2 Desigualdade das riquezas: a riqueza nacional, imposto e propriedade.	Aula expositiva com convite ao diálogo
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V - ESTADO E FINANÇAS PÚBLICAS 5.1 Necessidades públicas e a atividade financeira do Estado. 5.2 Interesses privados e coletivos.	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI - EMPRESA COMO UNIDADE DE PRODUÇÃO 6.1 Agentes de produção: natureza, capital, trabalho, técnica. 6.2 Organização da produção: divisão do trabalho, sistemas de trabalho.	Aula expositiva com convite ao diálogo
13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI - EMPRESA COMO UNIDADE DE PRODUÇÃO 6.1 Agentes de produção: natureza, capital, trabalho, técnica. 6.2 Organização da produção: divisão do trabalho, sistemas de trabalho.	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII- RELAÇÕES ECONÔMICAS EM UMA ECONOMIA GLOBALIZADA 7.1 Empresas, sociedades, concentração de empresas. 7.2 Concorrência.	Aula expositiva com convite ao diálogo
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VIII- FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS 8.1 Lei da oferta e da procura. 8.2 Sistema que atua na oscilação dos preços. 8.3 Moeda, crédito, bancos.	Aula expositiva com convite ao diálogo
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VIII- FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS 8.1 Lei da oferta e da procura. 8.2 Sistema que atua na oscilação dos preços. 8.3 Moeda, crédito, bancos.	Aula expositiva com convite ao diálogo
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VIII- FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS 8.1 Lei da oferta e da procura. 8.2 Sistema que atua na oscilação dos preços.	Aula expositiva com convite ao diálogo

				8.3 Moeda, crédito, bancos.	
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IX - MOTIVAÇÃO ECONÔMICA CAPITALISTA 9.1 Tipos 9.2 Formas de Aplicação	Aula expositiva com convite ao diálogo
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IX - MOTIVAÇÃO ECONÔMICA CAPITALISTA 9.1 Tipos 9.2 Formas de Aplicação	Aula expositiva com convite ao diálogo
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE X – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 10.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 10.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo

11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)	
<b>EMENTA</b>	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> <li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li> <li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li> <li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li> <li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li> <li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li> <li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.</li> </ul>
<p><b>Professor/aluno- Etapa I</b></p> <p>Apresentação do Projeto Integrador aos alunos; Entrega das Orientações e Plano de ação; Apresentação dos Temas do semestre; Definição das Equipes de Trabalho/grupos; Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.</p> <p><b>São funções do professor da disciplina:</b></p> <p>a) Facilitar os meios para realização do trabalho;</p>

- b) Indicar bibliografia quando necessário;
- c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;
- d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;
- e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua disciplina;
- f) Acompanhar os alunos na apresentação.

**14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR**

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

**15-BIBLIOGRAFIA BASICA**

ROSSETI, José Paschoal. Introdução a Economia. São Paulo: Atlas, 2015.  
 VASCONCELLOS, M.A.S. & GARCIA, M.E. Fundamentos de Economia. Saraiva, 2012.  
 MANKIW, N.G. Introdução à Economia.Cengage, 2015.

**16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GONÇALVES, Antônio Carlos Pôrto ...[et al.].Economia Aplicada. Rio de Janeiro: FGV, [2010]. (FGV Management).  
 PASSOS, Carlos Roberto Martins, NOGAMI, Otto. Princípios de Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2015.  
 ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.  
 CARMONA, Charles Ulises de Montreuil [et al]. Finanças corporativas e mercado. São Paulo,: Atlas, 2009.  
 FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: Produtos e Serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

**17-ATOS DE APROVAÇÃO**

Data:

Coordenador(a) do Curso

Professor(a) da Disciplina



## PLANOS DE ENSINO

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Direito civil I	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
--	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)	<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.	<b>TURMA:</b>
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------

### 3-PROFESSOR (A):

### 4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

### 5-EMENTA -

Conceito e princípios do Direito Civil. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB. Constitucionalização do Direito Civil. Pessoas: naturais e jurídicas. Bens. Fatos jurídicos: negócio jurídico, atos jurídicos, prescrição e decadência, prova. Perspectivas do Direito Civil.

### 6-OBJETIVO GERAL

- Compreender a terminologia e o método jurídico que se exprimem numa linguagem própria como a ciência do Direito;- Identificar os institutos da teoria geral do Direito Civil;- Compreender as características e a dinâmica do direito civil;- Analisar os elementos de constituição e validade dos sujeitos de direito; e- Compreender os bens protegidos pelo direito.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Permitir ao aluno conhecer os elementos integrantes da relação jurídica de natureza privada.

#### HABILIDADES

- Utilização do raciocínio e reflexão críticos na aplicação das fontes do Direito;- Leitura e interpretação da doutrina civilista para o domínio de seus conceitos;- Conhecimento para aplicação das normas do Direito Civil nos demais campos do Direito; e- Correta utilização da terminologia jurídica e institutos da parte geral do Direito Civil como sequência lógica dos demais conteúdos do direito privado.

### 7-METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O

estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

**Os itens abaixo compõem as notas N1, N2 e N3 (somente para disciplinas presenciais).**

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- g) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- h) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- g) FREQUÊNCIA.
- h) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EAD**

$N_1 = 50\%$        $N_2 = 50\%$        **$NF = N_1 + N_2 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$        $N_2 = 35\%$        $N_3 = 30\%$        **$NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

**As  $N_1$  e  $N_2$**  - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse documento.

**A  $N_3$  (somente disciplinas presenciais)** - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. UNIDADE I - SUJEITOS DO DIREITO 1.1. Sujeitos de direito: novas especificações 1.2. Pessoa e personalidade. “Constitucionalização” do personalismo ético pela Constituição	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.2.1. Pessoa, personalidade, capacidade jurídica e de fato. 1.2.2. Legitimidade e ilegitimidade ou impedimento. Prerrogativas e restrições de direito.	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.3. Pessoa natural. Nascituro e embrião humano. Morte presumida. Comoriência. Caracterização da morte e possibilidade de transplante. Incapacidade absoluta e relativa. Representação e assistência. Casos de incapacidade absoluta e relativa. Emancipação	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.3. Pessoa natural. Nascituro e embrião humano. Morte presumida. Comoriência. Caracterização da morte e possibilidade de transplante. Incapacidade absoluta e relativa. Representação e assistência. Casos de incapacidade absoluta e relativa. Emancipação	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.4. O direito à vida, à liberdade, à honra, à intimidade e outros de ordem moral 1.5. O direito ao nome, à imagem e outros relativos à identidade. O direito ao corpo e as partes do corpo	Aula expositiva com convite ao diálogo
06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II - DA PERSONALIDADE 2.1 Pessoa Natural e Personalidade 2.2 Começo e Fim da Personalidade 2.3 Comoriência 2.4 Estado Civil 2.5 Registro das Pessoas Naturais 2.6 Nome	Aula expositiva com convite ao diálogo

				2.7 Direitos da Personalidade.	
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II - DA PERSONALIDADE 2.1 Pessoa Natural e Personalidade 2.2 Começo e Fim da Personalidade 2.3 Comoriência 2.4 Estado Civil 2.5 Registro das Pessoas Naturais 2.6 Nome 2.7 Direitos da Personalidade.	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE III - DA CAPACIDADE JURÍDICA 3.1 Capacidade e Estado das Pessoas. 3.2 Incapacidade Absoluta e Incapacidade Relativa. 3.3 Maioridade e Emancipação.	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - DA PESSOA JURÍDICA 4.1 Conceito e requisitos 4.2 Natureza da Pessoa Jurídica 4.3 Capacidade e representação da Pessoa Jurídica 4.4 Responsabilidade Civil da Pessoa Jurídica 4.5 Nacionalidade da Pessoa Jurídica. 4.6. Pessoa jurídica de direito público 4.7. Responsabilidade jurídica do Estado.	Aula expositiva com convite ao diálogo
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V - DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO 5.1 Sociedades Civis 5.2 Associações e Fundações (Constituição e Existência Legal) 5.3 Sociedade de fato 5.4 Extinção das Pessoas Jurídicas (destino de seus bens) 5.5 Desconsideração da Personalidade Jurídica (Disregard Theory).	Aula expositiva com convite ao diálogo
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI - DOMICÍLIO E RESIDÊNCIA 6.1 Domicílio da pessoa natural 6.1.1 Espécies de domicílio civil 6.1.2 Mudança de domicílio 6.2 Domicílio das pessoas jurídicas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – DOS BENS 7. Conceito e Classificação 7.1. Bem imóvel e móvel 7.2. Bem fungível e infungível 7.3. Bem consumível e inconsumível 7.4. Bem divisível e indivisível	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>7.5. Bem singular e coletivo 7.6. Bem principal e acessório 7.7. Bem público 7.8. Bem de família</p>	
13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE VII – DOS BENS 7. Conceito e Classificação 7.1. Bem imóvel e móvel 7.2. Bem fungível e infungível 7.3. Bem consumível e inconsumível 7.4. Bem divisível e indivisível 7.5. Bem singular e coletivo 7.6. Bem principal e acessório 7.7. Bem público 7.8. Bem de família</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE VIII - DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS 8.1. Evolução do conceito e função do negócio jurídico 8.2 Teoria do negócio jurídico 8.3 Manifestação e declaração de vontade 8.3.1. Consentimento: análise psicológica 8.4 Interpretação dos negócios jurídicos 8.5 Classificação dos negócios jurídicos.</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IX – ELEMENTOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS 9.1 Elementos essenciais 9.1.1 Capacidade do agente 9.1.2 Objeto 9.1.3 Ato volitivo 9.1.4 Forma 9.2 Elementos naturais 9.3 Elementos acidentais 9.3.1 Condição 9.3.2 Termo 9.3.3 Modo ou encargo 9.4. Estrutura, existência, validade e eficácia do negócio jurídico</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IX – ELEMENTOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS 9.1 Elementos essenciais 9.1.1 Capacidade do agente 9.1.2 Objeto 9.1.3 Ato volitivo 9.1.4 Forma</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>9.2 Elementos naturais</p> <p>9.3 Elementos acidentais</p> <p>9.3.1 Condição</p> <p>9.3.2 Termo</p> <p>9.3.3 Modo ou encargo</p> <p>9.4. Estrutura, existência, validade e eficácia do negócio jurídico</p>	
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE X - DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO</p> <p>10.1. Elementos acidentais dos negócios jurídicos</p> <p>10.2. Defeitos dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores e simulação</p> <p>10.3 Vícios de Consentimento: análise psicológica</p> <p>10.3.1 Erro</p> <p>10.3.2 Dolo</p> <p>10.3.3 Coação</p> <p>10.3.4 Estado de perigo</p> <p>10.3.5 Lesão</p> <p>10.4 Vícios sociais</p> <p>10.5.1. Fraude contra credores</p> <p>10.4.2. Simulação</p>	<b>Aula expositiva com convite ao diálogo</b>
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE XI – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.</p> <p>11.1. Conceito e distinção.</p> <p>11.2. As causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição.</p> <p>11.3. As causas interruptivas da prescrição.</p> <p>11.4. Os prazos de prescrição e decadência.</p>	<b>Aula expositiva com convite ao diálogo</b>
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE XI – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.</p> <p>11.1. Conceito e distinção.</p> <p>11.2. As causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição.</p> <p>11.3. As causas interruptivas da prescrição.</p> <p>11.4. Os prazos de prescrição e decadência.</p>	<b>Aula expositiva com convite ao diálogo</b>
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE XII – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO</p>	<b>Aula expositiva com convite ao diálogo</b>

				12.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 12.2. Estudo de caso	
--	--	--	--	--	--

11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)	
<b>EMENTA</b>	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR	
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> <li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li> <li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li> <li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li> <li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li> <li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li> <li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.</li> </ul>	
<p><b>Professor/aluno- Etapa I</b></p> <p>Apresentação do Projeto Integrador aos alunos; Entrega das Orientações e Plano de ação; Apresentação dos Temas do semestre; Definição das Equipes de Trabalho/grupos; Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.</p> <p><b>São funções do professor da disciplina:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Facilitar os meios para realização do trabalho;</li> <li>b) Indicar bibliografia quando necessário;</li> <li>c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;</li> <li>d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;</li> <li>e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua disciplina;</li> <li>f) Acompanhar os alunos na apresentação.</li> </ul>	

14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR				
SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h)

				Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

#### 15-BIBLIOGRAFIA BASICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2015. v.1.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: introdução ao direito civil, teoria geral de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v.1.

#### 16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2014.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2007.

CASTRO, Guilherme Couto de. Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões. Niterói/RJ: Impetus, 2012.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.

WALD, Arnoldo. Direito civil: introdução e parte geral. São Paulo: Saraiva, 2003.

#### 17-ATOS DE APROVAÇÃO

Data:

Coordenador(a) do Curso	Professor(a) da Disciplina
-------------------------	----------------------------

**PLANO DE ENSINO**

<b>Curso</b>	Licenciaturas – Modalidade EAD
<b>Disciplina</b>	Leitura e Interpretação de Textos
<b>Período</b>	
<b>Carga Horária</b>	60h
<b>Ementa</b>	Estudo sobre a Comunicação oral e escrita. Interpretação de textos: técnicas básicas. Orientação sobre normas redacionais e recursos expressivos. Desenvolvimento de textos e contextos associados à área de atuação e estudos dirigidos. Decodificação e leitura crítica. Tipologias e gêneros textuais e discursivos. Argumentação. Coesão referencial e sequencial a partir de contextos específicos.
<b>Habilidades</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• ler e produzir escritas com uso de padrão formal da língua</li><li>• observar, investigar e compreender contextos sociais diversos através da leitura e da produção textual</li><li>• dialogar com o que lê e argumentar criticamente seu próprio discurso</li></ul>
<b>Competências</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• identificar marcas e contextualizadores textuais</li><li>• compreender e interpretar textos de gêneros diversos</li><li>• escrever com coerência discursiva e coesão textual</li><li>• resenhar textos literários</li><li>• resumir textos informativos.</li></ul>
<b>Objetivo Geral</b>	Oportunizar o desenvolvimento de habilidades e a construção de competências para ler e produzir textos com discursos culturais literários, históricos, profissionais, de cunho informativo ou de ficção.
<b>Objetivos Específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver competências relativas à leitura e interpretação de textos, pertencentes às diferentes situações de interação e comunicação;</li><li>• Proporcionar habilidades de leitura e produção de textos de tipologia e gêneros distintos;</li><li>• Viabilizar a prática textual: estruturação de textos, coesão e coerência textuais, parágrafo, tópico frasal, desenvolvimento;</li><li>• Enfatizar aspectos da língua em uso, adequação vocabular com intuito de favorecer a ampliação da competência comunicativa dos alunos;</li><li>• Produzir textos escritos argumentativos: comentários, crítica, crônica e artigo de opinião.</li></ul>

<p><b>Avaliação</b></p>	<p>1) INTERATIVIDADE - 10% Será avaliada a interação do aluno com o conteúdo disponível no AVA semanalmente. Serão considerados itens como a visualização das páginas de conteúdo, acesso aos materiais sugeridos (textos, vídeos, links e livros), leitura e participação em fóruns e realização das atividades propostas.</p> <p>2) AVALIAÇÕES PARCIAIS - 30% Ao final das 2ª e 5ª semanas de estudo da disciplina, será proposta uma atividade avaliativa individual. Cada uma dessas atividades corresponde a 15% da nota final da disciplina.</p> <p>3) PROVA PRESENCIAL - 60% São duas provas que abrangem os conteúdos da disciplina: uma após a unidade 3 e a outra prova após a unidade 6.</p>
<p><b>Conteúdo programático</b></p>	
<p><b>Unidade 1</b></p>	<p>Linguagem e Expressão</p>
<p><b>Unidade 2</b></p>	<p>O estudo do texto. Coerência. Coesão. Recursos para o sentido do texto: intencionalidade, aceitabilidade, intertextualidade, informatividade, situacionalidade.</p>
<p><b>Unidade 3</b></p>	<p>Articulação de estudos gramaticais à compreensão da textualização. Substituidores e marcas discursivas. Sinal indicativo da crase. Colocação do pronome oblíquo. Estudos sobre pontuação.</p>
<p><b>Unidade 4</b></p>	<p>Argumentação. Persuasão. Gêneros textuais argumentativos. Tipos de argumentação. Importância da argumentação.</p>
<p><b>Unidade 5</b></p>	<p>O estudo do resumo</p>
<p><b>Unidade 6</b></p>	<p>O estudo da resenha</p>
<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	<p>Todos os livros encontram-se na Biblioteca Virtual:</p> <p>ABREU, Antônio Suarez. <b>Curso de redação</b>. São Paulo: Ática, 2004</p> <p>HARTMANN, Schirley Horácio de Gois; SANTAROSA, Sebastião Donizete. <b>Práticas de escrita para letramento no ensino superior</b>. Curitiba: Intersaberes, 2012.</p> <p>SILVA, Maurício; COSTA, Elenice Alves da. <b>O novo acordo ortográfico e Guia prático de ortografia</b>. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>WEG, Rosana de Moraes e JESUS, Virgínia Antunes. <b>A língua como instrumento</b>. São Paulo: Contexto, 2011.</p>

<b>Bibliografia Complementar</b>	Todos os livros encontram-se na Biblioteca Virtual: BLINKSTEIN, Izidoro. <b>Técnicas de Comunicação Escrita</b> . São Paulo: Contexto, 2016. GOMES, Maria Lúcia de Castro. <b>Metodologia da Língua Portuguesa</b> . Curitiba: IBPEX, 2011.. GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. <b>Comunicação e Linguagem</b> . São Paulo: Pearson, 2011.
	LÉON, Cleide Bacil et alii. <b>Comunicação e Expressão</b> . Curitiba: Ed. Intersaberes, 2013. SILVA, Rita do Carmo da. <b>A Linguística do Texto na Sala de Aula</b> . Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012. FERREIRA, Luiz Antônio. <b>Linguagem e Persuasão</b> . São Paulo: Contexto, 2010.



## PLANOS DE ENSINO

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Direito civil II	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
---	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)	<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.	<b>TURMA:</b>
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------

### 3-PROFESSOR (A):

### 4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

### 5-EMENTA -

Conceito e princípios do Direito das Obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Perspectivas do Direito das Obrigações.

### 6-OBJETIVO GERAL

- Compreender a estrutura da relação obrigacional, qual seja, os elementos subjetivo e objetivo, o vínculo jurídico e a responsabilidade;- Classificar as principais modalidades de obrigação, suas características e aplicação nos demais conteúdos que gravitam ao seu redor;- Reconhecer a perspectiva civil-constitucional das relações obrigacionais como processo funcional e dinâmico, condicionado pela realidade econômica de seu tempo, informada pelo conjunto de valores que permeia o ordenamento como sistema aberto de fontes normativas, unificadas pela ordem pública constitucional; e- Aplicar os conceitos da Teoria Geral das Obrigações e do dever de indenizar para efetiva prevenção e resolução de conflitos.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a Teoria das Obrigações;- Analisar e discutir as principais espécies de obrigações e as sanções aplicáveis em caso de inexecução da obrigação; e- Analisar e interpretar a relação jurídica obrigacional: conceito, modalidades, efeitos, transmissão e extinção das obrigações.

#### HABILIDADES

- Capacidade técnica para problematização e equacionamento de questões práticas colocadas no terreno obrigacional e no terreno da responsabilidade civil;- Atuação ética, com responsabilidade social, para construção de uma sociedade incluyente e solidária; e- Exegese da legislação para compreensão da estrutura obrigacional como suporte preliminar ao estudo dos contratos e demais ramos do Direito.

### 7-METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e

proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

Os itens abaixo compõem as notas N1, N2 e N3 (somente para disciplinas presenciais).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- i) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- j) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- i) FREQUÊNCIA.
- j) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD**

$N_1 = 50\%$

$N_2 = 50\%$

$NF = N_1 + N_2 = 100\%$

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$

$N_2 = 35\%$

$N_3 = 30\%$

$NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

As  $N_1$  e  $N_2$  - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os

testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse documento.

**A N<sub>3</sub>(somente disciplinas presenciais)** - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. UNIDADE I: OBRIGAÇÕES: NOÇÕES GERAIS 1.1 Diferenças entre direito real e direito obrigacional 1.2 Importância do direito obrigacional 1.3 Elementos da relação obrigacional 1.4 Características do objeto	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.5 Conceituação de obrigação 1.6 Fontes das obrigações 1.7 Classificação das obrigações usando o objeto como paradigma	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.8 Classificação das obrigações usando o vínculo jurídico como paradigma 1.9 Obrigação propter rem 1.10 Obrigação de meio e de resultado	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II: DAS OBRIGAÇÕES DE DAR 2.1 Conceito 2.2 Classificação 2.3 Obrigação de dar coisa certa propriamente dito 2.4 Quadro de soluções para o inadimplemento 2.5 Obrigação de restituir 2.6 Quadro de soluções para o inadimplemento 2.7 Obrigação de dar coisa incerta	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II: DAS OBRIGAÇÕES DE DAR 2.1 Conceito 2.2 Classificação 2.3 Obrigação de dar coisa certa propriamente dito 2.4 Quadro de soluções para o inadimplemento	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>2.5 Obrigação de restituir</p> <p>2.6 Quadro se soluções para o inadimplemento</p> <p>2.7 Obrigação de dar coisa incerta</p>	
06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE III: DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO-FAZER</p> <p>3.1 Das Obrigações de Fazer</p> <p>3.2 Classificação das obrigações de fazer</p> <p>3.3 Soluções para o inadimplemento</p> <p>3.4 Descumprimento das obrigações de fazer</p> <p>3.5 Pacta sunt servanda</p> <p>3.6 Das Obrigações de não-fazer</p> <p>3.7 Soluções para o inadimplemento</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE III: DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO-FAZER</p> <p>3.1 Das Obrigações de Fazer</p> <p>3.2 Classificação das obrigações de fazer</p> <p>3.3 Soluções para o inadimplemento</p> <p>3.4 Descumprimento das obrigações de fazer</p> <p>3.5 Pacta sunt servanda</p> <p>3.6 Das Obrigações de não-fazer</p> <p>3.7 Soluções para o inadimplemento</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IV: DAS OBRIGAÇÕES FACULTATIVAS, ALTERNATIVAS E CUMULATIVAS</p> <p>4.1 Das Obrigações Cumulativas</p> <p>4.2 Das Obrigações Alternativas</p> <p>4.3 Cumprimento da obrigação alternativa</p> <p>4.4 Soluções para o inadimplemento</p> <p>4.4.1 Impossibilidade de uma das prestações</p> <p>4.4.2 Impossibilidade de todas as prestações</p> <p>4.5 Acréscimos sofridos pela coisa</p> <p>4.6 Das Obrigações Facultativas</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V - DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS</p> <p>5.1 Noções gerais</p> <p>5.2 Relação com as obrigações</p> <p>5.3 Pluralidade de credores ou devedores</p> <p>5.4 Obrigações Indivisíveis</p> <p>5.4.1 Conceito</p> <p>5.4.2 Características</p> <p>5.4.3 Classificação da indivisibilidade</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				5.4.4 Efeitos da indivisibilidade e divisibilidade	
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	5.5 Obrigações Divisíveis 5.5.1 Conceito 5.5.2 Características 5.5.3 Efeitos da indivisibilidade 5.5.4 Do pagamento da dívida divisível 5.5.5 Do pagamento da dívida indivisível 6 Remissão 7 Conversão em perdas e danos da obrigação indivisível 8 A transmissão da obrigação indivisível causa mortis	Aula expositiva com convite ao diálogo
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI – DA SOLIDARIEDADE 6. Conceito 6.1 Características 6.2 Fontes 6.3 Momento que surge a solidariedade 6.4 Diversidade na modalidade do vínculo 6.5 Classificação 6.5.1 Da solidariedade ativa 6.5.2 Da solidariedade passiva	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI – DA SOLIDARIEDADE 6. Conceito 6.1 Características 6.2 Fontes 6.3 Momento que surge a solidariedade 6.4 Diversidade na modalidade do vínculo 6.5 Classificação 6.5.1 Da solidariedade ativa 6.5.2 Da solidariedade passiva	Aula expositiva com convite ao diálogo
13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – DOS EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES 7.1 Do pagamento 7.2 Do lugar do pagamento 7.3 Do tempo do pagamento 7.4 Do pagamento indevido 7.5 Do objeto do pagamento	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – DOS EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES 7.1 Do pagamento 7.2 Do lugar do pagamento	Aula expositiva com convite ao diálogo

				7.3 Do tempo do pagamento 7.4 Do pagamento indevido 7.5 Do objeto do pagamento	
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VIII – DO ADIMPLEMENTO E MODOS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES 8.1 Do pagamento por consignação 8.2 Do pagamento com sub-rogação 8.3 Da imputação do pagamento 8.4 Da dação em pagamento 8.5 Novação – requisitos 8.6 Compensação 8.7 Compromisso 8.8 Confusão 8.9 Remissão das dívidas	Aula expositiva com convite ao diálogo
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VIII – DO ADIMPLEMENTO E MODOS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES 8.1 Do pagamento por consignação 8.2 Do pagamento com sub-rogação 8.3 Da imputação do pagamento 8.4 Da dação em pagamento 8.5 Novação – requisitos 8.6 Compensação 8.7 Compromisso 8.8 Confusão 8.9 Remissão das dívidas	Aula expositiva com convite ao diálogo
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IX – DAS CONSEQÜÊNCIAS DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES 9.1 Responsabilidade contratual e pré-contratual 9.2. Perdas e danos 9.3 A mora 9.4 Cláusula Penal 9.5 Juros legais 9.6 Arras ou sinal	Aula expositiva com convite ao diálogo
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IX – DAS CONSEQÜÊNCIAS DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES 9.1 Responsabilidade contratual e pré-contratual 9.2. Perdas e danos 9.3 A mora 9.4 Cláusula Penal 9.5 Juros legais 9.6 Arras ou sinal	Aula expositiva com convite ao diálogo
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE X – DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Aula expositiva com convite ao diálogo



				10.1 Cessão de crédito 10.2 Elementos e efeitos da cessão 10.3 Insolvência do devedor 10.4 Concurso de credores 10.5 Assunção de dívida	
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE XI – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 11.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 11.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo

<b>11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)</b>	
<b>EMENTA</b>	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

<b>12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR</b>
<p><b>Coordenador/Professores</b> Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li><li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li><li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li><li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li><li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li><li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li><li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.</li></ul>
<p><b>Professor/aluno- Etapa I</b> Apresentação do Projeto Integrador aos alunos; Entrega das Orientações e Plano de ação; Apresentação dos Temas do semestre; Definição das Equipes de Trabalho/grupos; Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.</p> <p><b>São funções do professor da disciplina:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>Facilitar os meios para realização do trabalho;</li><li>Indicar bibliografia quando necessário;</li><li>Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;</li><li>Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;</li><li>Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua</li></ol>

disciplina;  
f) Acompanhar os alunos na apresentação.

**14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR**

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

**15-BIBLIOGRAFIA BASICA**

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2015. v.2.  
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Atlas, 2015. v.2.  
CASTRO, Guilherme Couto de. Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões. Niterói/RJ: Impetus, 2012.

**16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Código civil e constituição federal. São Paulo: Saraiva, 2015.  
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações contatuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2015. v.3.  
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2015.  
NORONHA, Fernando. Direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2013.  
WALD, Arnoldo. Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2.

**17-ATOS DE APROVAÇÃO**

Data:

Coordenador(a) do Curso	Professor(a) da Disciplina
-------------------------	----------------------------



## PLANOS DE ENSINO

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Direito constitucional II	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
--	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)	<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.	<b>TURMA:</b>
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------

### 3-PROFESSOR (A):

### 4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

### 5-EMENTA -

História do Direito Constitucional. Teoria da Constituição. Constitucionalismo. Constituição de 1988. Teoria dos Direitos Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos da nacionalidade, direitos políticos. Garantias processuais dos direitos fundamentais.

### 6-OBJETIVO GERAL

- Conhecer as normas constitucionais através da leitura e manuseio do arcabouço constitucional compreendendo a estrutura formal e sistemática da Constituição;- Reconhecer a teoria da Constituição e os princípios fundamentais do Sistema Constitucional visualizando as normas constitucionais, sua eficácia, aplicabilidade e interpretação para a compreensão da organização e formação do Estado Brasileiro;- Entender os entes federados e os processos de intervenção; e- Analisar a divisão orgânica dos poderes e suas respectivas composições, bem como as instituições cujas funções são essenciais à Justiça.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a Teoria da Constituição e os princípios fundamentais do sistema constitucional brasileiro;- Discutir os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente; e- Aprender a repartição federativa e funcional do poder constitucional.

#### HABILIDADES

- Interpretação das normas constitucionais através de leitura da doutrina, da legislação e da jurisprudência para a compreensão do arcabouço constitucional brasileiro;- Desenvolvimento da capacidade de pesquisa e utilização das normas constitucionais para aplicação nas discussões acadêmicas; e- Percepção da constitucionalização do Direito e a interface com outras disciplinas com visão sistêmica dos princípios e normas como instrumentos de realização dos direitos.

### 7-METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar

a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

**Os itens abaixo compõem as notas N1, N2 e N3 (somente para disciplinas presenciais).**

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- k) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- l) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- k) FREQUÊNCIA.
- l) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD**

$N_1 = 50\%$        $N_2 = 50\%$        **$NF = N_1 + N_2 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$        $N_2 = 35\%$        $N_3 = 30\%$        **$NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

**As  $N_1$  e  $N_2$**  - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse documento.

**A N<sub>3</sub>(somente disciplinas presenciais)** - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. UNIDADE I – Teoria da Constituição 1.1. Constituição: conceito e natureza 1.2. Classificação das constituições 1.3. Estrutura e elementos da Constituição	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II – Teoria do Poder Constituinte 2.1. Origens e contexto histórico do surgimento do poder constituinte 2.2. Natureza do poder constituinte 2.3. Titularidade e exercício do poder constituinte	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	2.4. Classificação do poder constituinte 2.5. Limitações ao poder constituinte. 2.6. Direitos adquiridos em face do Poder Constituinte	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE III – Interpretação e Aplicação 3.1. Regras e princípios constitucionais. Normas constitucionais e seus efeitos 3.2. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. 3.2.1. Classificação das normas constitucionais 3.2.2. Supremacia material e formal 3.2.3. Eficácia e efetividade 3.2.4. Rigidez da constituição	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	3.3. Dinâmica Constitucional: 3.3.1. Recepção 3.3.2. Repristinação 3.3.3. Desconstitucionalização 3.4. Mutação constitucional	Aula expositiva com convite ao diálogo
06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV – Hermenêutica Constitucional	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>4.1. Métodos e princípios de interpretação constitucional</p> <p>4.2. A hermenêutica constitucional e os métodos de interpretação da Constituição.</p> <p>4.3. O juízo de ponderação de princípios constitucionais.</p>	
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IV – Hermenêutica Constitucional</p> <p>4.1. Métodos e princípios de interpretação constitucional</p> <p>4.2. A hermenêutica constitucional e os métodos de interpretação da Constituição.</p> <p>4.3. O juízo de ponderação de princípios constitucionais.</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V – Direitos Fundamentais</p> <p>5.1. A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução</p> <p>5.2. Os direitos fundamentais na Constituição brasileira</p> <p>5.2.1. Direitos fundamentais</p> <p>5.2.1.1. Individuais</p> <p>5.2.1.2. Coletivos</p> <p>5.2.1.3. Sociais</p> <p>5.2.1.4. De nacionalidade</p> <p>5.2.1.5. Políticos</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V – Direitos Fundamentais</p> <p>5.1. A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução</p> <p>5.2. Os direitos fundamentais na Constituição brasileira</p> <p>5.2.1. Direitos fundamentais</p> <p>5.2.1.1. Individuais</p> <p>5.2.1.2. Coletivos</p> <p>5.2.1.3. Sociais</p> <p>5.2.1.4. De nacionalidade</p> <p>5.2.1.5. Políticos</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V – Direitos Fundamentais</p> <p>5.1. A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução</p> <p>5.2. Os direitos fundamentais na Constituição brasileira</p> <p>5.2.1. Direitos fundamentais</p> <p>5.2.1.1. Individuais</p> <p>5.2.1.2. Coletivos</p> <p>5.2.1.3. Sociais</p> <p>5.2.1.4. De nacionalidade</p> <p>5.2.1.5. Políticos</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V – Direitos Fundamentais</p> <p>5.1. A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução</p> <p>5.2. Os direitos fundamentais na</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>Constituição brasileira</p> <p>5.2.1. Direitos fundamentais</p> <p>5.2.1.1. Individuais</p> <p>5.2.1.2. Coletivos</p> <p>5.2.1.3. Sociais</p> <p>5.2.1.4. De nacionalidade</p> <p>5.2.1.5. Políticos</p>	
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V – Direitos Fundamentais</p> <p>5.1. A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução</p> <p>5.2. Os direitos fundamentais na Constituição brasileira</p> <p>5.2.1. Direitos fundamentais</p> <p>5.2.1.1. Individuais</p> <p>5.2.1.2. Coletivos</p> <p>5.2.1.3. Sociais</p> <p>5.2.1.4. De nacionalidade</p> <p>5.2.1.5. Políticos</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V – Direitos Fundamentais</p> <p>5.1. A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução</p> <p>5.2. Os direitos fundamentais na Constituição brasileira</p> <p>5.2.1. Direitos fundamentais</p> <p>5.2.1.1. Individuais</p> <p>5.2.1.2. Coletivos</p> <p>5.2.1.3. Sociais</p> <p>5.2.1.4. De nacionalidade</p> <p>5.2.1.5. Políticos</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE VI – Organização do Estado Federal</p> <p>6.1. Organização do Estado Federal na Constituição Federal</p> <p>6.2. União, Estados-membros e municípios</p> <p>6.2.1. Natureza jurídica</p> <p>6.2.2. Competência</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE VI – Organização do Estado Federal</p> <p>6.1. Organização do Estado Federal na Constituição Federal</p> <p>6.2. União, Estados-membros e municípios</p> <p>6.2.1. Natureza jurídica</p> <p>6.2.2. Competência</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE VII – Defesa do Estado e das Instituições Democráticas</p> <p>7.1 Estado de Defesa e Estado de Sítio.</p> <p>7.2 Forças Armadas e Segurança Pública.</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – Defesa do Estado e das Instituições Democráticas 7.1 Estado de Defesa e Estado de Sítio. 7.2 Forças Armadas e Segurança Pública.	Aula expositiva com convite ao diálogo
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – Defesa do Estado e das Instituições Democráticas 7.1 Estado de Defesa e Estado de Sítio. 7.2 Forças Armadas e Segurança Pública.	Aula expositiva com convite ao diálogo
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VIII – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 8.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 8.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VIII – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 8.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 8.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo

<b>11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)</b>	
<b>EMENTA</b>	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

<b>12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR</b>
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> <li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li> <li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li> <li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li> <li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li> <li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li> <li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.</li> </ul>
<p><b>Professor/aluno- Etapa I</b></p> <p>Apresentação do Projeto Integrador aos alunos; Entrega das Orientações e Plano de ação;</p>

Apresentação dos Temas do semestre;  
 Definição das Equipes de Trabalho/grupos;  
 Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.

**São funções do professor da disciplina:**

- a) Facilitar os meios para realização do trabalho;
- b) Indicar bibliografia quando necessário;
- c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;
- d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;
- e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua disciplina;
- f) Acompanhar os alunos na apresentação.

**14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR**

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

**15-BIBLIOGRAFIA BASICA**

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2015.  
 MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015.  
 LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014.

**16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2015.  
 MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015.  
 CHIMENTI, Ricardo Cunha...[et. al.] Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.  
 MARTINS, Flávia Bahia. Direito constitucional. Niterói/RJ: Impetus, 2013.  
 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.

**17-ATOS DE APROVAÇÃO**

Data:

Coordenador(a) do Curso	Professor(a) da Disciplina
-------------------------	----------------------------



**PLANOS DE ENSINO**

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Direito penal I	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
--	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)	<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.	<b>TURMA:</b>
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------

**3-PROFESSOR (A):**

**4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:**

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

**5-EMENTA -**

Conceito e princípios do Direito Penal. Relações do Direito Penal. Norma penal. Aplicação da Lei Penal. Crime. Tipicidade. Tentativa. Antijuricidade. Culpabilidade. Concurso de Pessoas.

**6-OBJETIVO GERAL**

- Conhecer os institutos da parte geral do Direito Penal, para compreensão e aplicação dos demais institutos das partes geral e especial;- Compreender a existência do Direito Penal no tempo e no espaço em consonância com a parte geral dos institutos; e- Analisar a teoria geral do crime pelo estudo dos institutos caracterizadores da tipicidade, tentativa, injuricidade e culpabilidade.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Conhecer a história do Direito Penal;- Dar ao aluno uma visão panorâmica do Direito Penal, enfatizando aspectos teóricos e práticos da disciplina em consonância com as novas correntes do pensamento contemporâneo;- Estudar a teoria de aplicação das normas penais, a Teoria do Crime;- Entender a antijuricidade, analisando as causas de exclusão da ilicitude; e- Analisar a culpabilidade e por ultimo o concurso de agentes.

**HABILIDADES**

- Desenvolvimento da leitura da legislação, doutrina e jurisprudência para conhecimento da terminologia técnica, capacidade de interpretação e aplicação dos tipos penais; e- Utilização correta da terminologia jurídica na aplicação e interpretação do direito penal nos demais campos da ciência jurídica.

**7-METODOLOGIA**

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar

a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

**Os itens abaixo compõem as notas N1, N2 e N3 (somente para disciplinas presenciais).**

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- m) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- n) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- m) FREQUÊNCIA.
- n) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD**

$N_1 = 50\%$        $N_2 = 50\%$        **$NF = N_1 + N_2 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$        $N_2 = 35\%$        $N_3 = 30\%$        **$NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

**As  $N_1$  e  $N_2$**  - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse documento.

**A N<sub>3</sub>(somente disciplinas presenciais)** - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. UNIDADE I - INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL 1.1. Conceito e características do Direito Penal. 1.2. Relação do Direito Penal com os demais ramos do Direito 1.3. Fundamentos constitucionais do Direito Penal 1.4. História do direito penal e direito criminal	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II - TEORIA DA NORMA PENAL 2.1. Conceito 2.2. Características da norma penal 2.3. Estrutura e classificação da norma penal 2.3.1. Norma penal incriminadora 2.3.2. Norma penal permissiva 2.3.3. Norma penal complementar ou explicativa 2.3.4. Norma penal em branco	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	2.4. Integração da norma penal 2.4.1. Lacunas da lei penal 2.4.2. Fontes formais 2.5. Interpretação da norma penal 2.5.1. Tipos de interpretação 2.5.2. Interpretação progressiva 2.5.3. Interpretação analógica	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	2.6. Analogia 2.6.1. Requisitos 2.6.2. Espécies de analogia 2.6.3. Emprego da analogia 2.7. Princípios Limitadores do Poder Punitivo Estatal	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	2.8. Eficácia temporal da lei penal 2.8.1. Noções introdutórias 2.8.2. Conflito de leis penais no tempo 2.8.2.1. Princípios 2.8.2.2. Novatio legis incriminadora	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>2.8.2.3. Abolitio criminis                  2.8.2.4. Novatio legis in melius                  2.8.3. Lei intermediária                  2.8.4. Lei excepcional e temporária                  2.8.5. Tempo do crime</p>	
06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>2.9. Eficácia espacial da lei penal                  2.9.1. Lugar do crime                  2.9.2. Territorialidade                  2.9.3. Extraterritorialidade                  2.9.4. Pena cumprida no estrangeiro                  2.9.5. Sentença penal estrangeira</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>2.10. Eficácia funcional da lei penal                  2.10.1. Introdução                  2.10.2. Imunidades diplomáticas                  2.10.3. Imunidades parlamentares</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE III - TEORIA DO CRIME                  3.1. Conceito formal e analítico de crime.                  3.2. Classificação dos crimes                  3.3. Aspectos formais do crime                  3.3.1. Sujeito ativo do crime                  3.3.2. Sujeito passivo do crime                  3.3.3. Capacidade penal                  3.3.4. Objeto do crime</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>3.4 Fato típico                  3.4.1 Conduta                  3.4.1.1 Teorias da ação                  3.4.1.2 Teorias da omissão                  3.4.1.3 Caso fortuito e força maior                  3.4.2 Resultado                  3.4.3 Nexo de causalidade                  3.4.4 Teoria do tipo                  3.4.5 Conceito e função do tipo                  3.4.6 Estrutura e elementos do tipo                  3.4.7 Erro de tipo                  3.4.8 Estrutura do tipo nos crimes dolosos                  3.4.9 Estrutura do tipo nos crimes culposos</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>3.4 Fato típico                  3.4.1 Conduta                  3.4.1.1 Teorias da ação                  3.4.1.2 Teorias da omissão                  3.4.1.3 Caso fortuito e força maior                  3.4.2 Resultado                  3.4.3 Nexo de causalidade                  3.4.4 Teoria do tipo                  3.4.5 Conceito e função do tipo                  3.4.6 Estrutura e elementos do tipo                  3.4.7 Erro de tipo                  3.4.8 Estrutura do tipo nos crimes dolosos</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				3.4.9 Estrutura do tipo nos crimes culposos	
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	3.5 Crimes omissivos 3.6 Consumação e tentativa 3.6.1 Crime consumado 3.6.2 Crime tentado 3.6.3 Desistência voluntária 3.6.4 Arrependimento eficaz: análise psicológica 3.6.5 Arrependimento posterior: análise psicológica 3.6.5 Crime impossível 3.6.6 Crime putativo	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	3.5 Crimes omissivos 3.6 Consumação e tentativa 3.6.1 Crime consumado 3.6.2 Crime tentado 3.6.3 Desistência voluntária 3.6.4 Arrependimento eficaz: análise psicológica 3.6.5 Arrependimento posterior: análise psicológica 3.6.5 Crime impossível 3.6.6 Crime putativo	Aula expositiva com convite ao diálogo
13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV – ANTIJURIDICIDADE (ILICITUDE) 4.1 conceito 4.2. Antijuridicidade Formal e Material 4.3. Causas de Extinção da Illicitude 4.3.1. Legítima defesa 4.3.2. Estado de necessidade 4.3.3. Estrito cumprimento de dever legal 4.3.4. Exercício regular de um direito 4.4. Causas supra-legais de exclusão da antijuridicidade 4.5 Consentimento do Ofendido	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV – ANTIJURIDICIDADE (ILICITUDE) 4.1 conceito 4.2. Antijuridicidade Formal e Material 4.3. Causas de Extinção da Illicitude 4.3.1. Legítima defesa 4.3.2. Estado de necessidade 4.3.3. Estrito cumprimento de dever legal 4.3.4. Exercício regular de um direito 4.4. Causas supra-legais de exclusão da antijuridicidade	Aula expositiva com convite ao diálogo

				4.5 Consentimento do Ofendido	
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V - CULPABILIDADE 5.1 Elementos 5.2 Imputabilidade 5.3 Menoridade 5.4 Embriaguez 5.5 Potencial consciência da ilicitude: análise psicológica 5.6 Erro de proibição 5.7 Inexigibilidade de conduta diversa 5.8 Coação irresistível 5.9 Obediência hierárquica	Aula expositiva com convite ao diálogo
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V - CULPABILIDADE 5.1 Elementos 5.2 Imputabilidade 5.3 Menoridade 5.4 Embriaguez 5.5 Potencial consciência da ilicitude: análise psicológica 5.6 Erro de proibição 5.7 Inexigibilidade de conduta diversa 5.8 Coação irresistível 5.9 Obediência hierárquica	Aula expositiva com convite ao diálogo
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - CONCURSO DE PESSOAS 4.1 Conceito 4.2 Teorias acerca da natureza do concurso de pessoas 4.3 Requisitos 4.4 Autoria 4.5 Participação 4.6 Casos especiais (crimes culposos, participação culposa em crime doloso e participação dolosa em crime culposos, crimes omissivos próprios, participação por omissão)	Aula expositiva com convite ao diálogo
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	4.7 Punibilidade no concurso de pessoas 4.8 Participação de menor importância 4.9 Cooperação dolosamente distinta 4.10 Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis no concurso de pessoas	Aula expositiva com convite ao diálogo

				4.11 Impunibilidade no concurso de pessoas	
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 5.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 5.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 5.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 5.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo

11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)	
<b>EMENTA</b>	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> <li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li> <li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li> <li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li> <li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li> <li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li> <li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.</li> </ul>
<p><b>Professor/aluno- Etapa I</b></p> <p>Apresentação do Projeto Integrador aos alunos; Entrega das Orientações e Plano de ação; Apresentação dos Temas do semestre; Definição das Equipes de Trabalho/grupos; Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.</p> <p><b>São funções do professor da disciplina:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Facilitar os meios para realização do trabalho;</li> <li>b) Indicar bibliografia quando necessário;</li> <li>c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;</li> </ol>

- d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;  
 e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua disciplina;  
 f) Acompanhar os alunos na apresentação.

**14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR**

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

**15-BIBLIOGRAFIA BASICA**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.  
 NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. São Paulo: 2015.  
 MIRABETE, JulioFabrini, FABRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte geral. São Paulo: Atlas, 2015. v.1.

**16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2016. v.1.  
 JESUS, Damásio de. Direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.  
 CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.  
 GRECO, Rogério. Resumos gráficos de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2012. v.1.  
 ZAFFARONI, E. Raúl. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2013. v.1.

**17-ATOS DE APROVAÇÃO**

Data:

Coordenador(a) do Curso	Professor(a) da Disciplina
-------------------------	----------------------------

**PLANOS DE ENSINO**

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Sociologia e antropologia jurídica	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
---	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)	<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.	<b>TURMA:</b>
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------

**3-PROFESSOR (A):****4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:**

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

**5-EMENTA -**

Sociologia e Sociologia Jurídica. Contexto histórico da Sociologia Jurídica. Quadros teóricos referenciais para o estudo da relação Direito / Sociedade. Sociologia do Direito Natural. Durkheim, Weber, Marx. Tendências contemporâneas. Antropologia e cultura. Histórico da Antropologia Jurídica. Etnologia. Tolerância. Relações étnicoraciais, indígenas, ambientais e minorias.

**6-OBJETIVO GERAL**

- Reconhecer a Sociologia e a Antropologia como disciplinas, a partir de um debate com referenciais teóricos e metodológicos básicos;- Construir uma visão mais complexa dos fenômenos sociais da contemporaneidade;- Desenvolver, através das ferramentas teóricas oferecidas pelas Ciências Sociais, a compreensão e a construção da valorização da diversidade sociocultural;-Tornar o aprendizado Das ciências sociais um recurso intelectual para a construção das práticas do cotidiano (incluindo as práticas profissionais); e-Fazer dos instrumentos teóricos da Sociologia e da Antropologia mecanismos que garantam a formação de um cidadão capaz de avaliar de forma crítica os dilemas da realidade brasileira.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender o significado de sociedade enquanto uma construção social historicamente definida;- Desenvolver uma reflexão crítica da formação da sociedade civil e do trabalho a partir dos contextos históricos; e- Discutir os principais problemas teóricos que a ciência social. Identificar o desenvolvimento do capitalismo e suas contradições pela abordagem da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, com destaque especial para as relações de trabalho.

**HABILIDADES**

- Utilização dos Estudos Das ciências sociais como conhecimento mediador, que ajuda a privilegiar temas e questões importantes para outras áreas;- Aprendizado e uso de termos, noções, conceitos e categorias novas ou pouco conhecidas, que podem ajudar para a formação acadêmica e profissional dos estudantes dos cursos de graduação;-Incorporação de alguns conceitos socioantropológicos básicos a fim de construir instrumentos que possibilitem a consideração respeitosa sobre as diferenças individuais e sociais;- Desenvolvimento da compreensão da realidade social como resultado das relações sociais;- Construção de um olhar de estranhamento e distanciamento; e- Capacidade de entendimento dos processos sociais da atualidade.

## 7-METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

## 8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

Os itens abaixo compõem as notas N1, N2 e N3 (somente para disciplinas presenciais).

### CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:

- o) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- p) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

### CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:

- o) FREQUÊNCIA.
- p) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

## 9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

## 10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL

COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD

$N_1 = 50\%$

$N_2 = 50\%$

$NF = N_1 + N_2 = 100\%$

$MF \geq 70\% = \text{APROVADO}$

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$      $N_2 = 35\%$      $N_3 = 30\%$     **NF =  $N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$**

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

As  $N_1$  e  $N_2$  - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse documento.

A  $N_3$ (somente disciplinas presenciais) - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. UNIDADE I - DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DO SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA 1.1 Base Material - A Revolução Industrial 1.2 Base Intelectual - A Racionalidade e as Revoluções Políticas do Século XVIII	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II – OS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO 2.1. O trabalho na sociologia clássica, no pensamento: 2.1.1. Marxista 2.1.2. Weberiano 2.1.3. Emile Durkheim	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II – OS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO 2.1. O trabalho na sociologia clássica, no pensamento: 2.1.1. Marxista 2.1.2. Weberiano 2.1.3. Emile Durkheim	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II – OS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO 2.1. O trabalho na sociologia clássica, no pensamento: 2.1.1. Marxista 2.1.2. Weberiano 2.1.3. Emile Durkheim	Aula expositiva com convite ao diálogo

05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE III – ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL E CAPITALISMO</p> <p>3.1. Capitalismo</p> <p>3.2. Trabalho e Conflito social.</p> <p>3.3. Estado e sociedade e trabalhadores</p> <p>3.4. A constituição da sociedade capitalista brasileira</p> <p>3.5. Estado, desenvolvimento e conflito social no Brasil</p> <p>3.5. Modernidade neoliberal e desemprego.</p> <p>3.6. Reestruturação produtiva e movimentos sociais.</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE III – ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL E CAPITALISMO</p> <p>3.1. Capitalismo</p> <p>3.2. Trabalho e Conflito social.</p> <p>3.3. Estado e sociedade e trabalhadores</p> <p>3.4. A constituição da sociedade capitalista brasileira</p> <p>3.5. Estado, desenvolvimento e conflito social no Brasil</p> <p>3.5. Modernidade neoliberal e desemprego.</p> <p>3.6. Reestruturação produtiva e movimentos sociais.</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE III – ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL E CAPITALISMO</p> <p>3.1. Capitalismo</p> <p>3.2. Trabalho e Conflito social.</p> <p>3.3. Estado e sociedade e trabalhadores</p> <p>3.4. A constituição da sociedade capitalista brasileira</p> <p>3.5. Estado, desenvolvimento e conflito social no Brasil</p> <p>3.5. Modernidade neoliberal e desemprego.</p> <p>3.6. Reestruturação produtiva e movimentos sociais.</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IV – A SOCIEDADE GLOBAL</p> <p>4.1. O mundo do trabalho na sociedade contemporânea</p> <p>4.2. O mundo do trabalho no Brasil frente ao processo de globalização e</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>as políticas neoliberais.</p> <p>4.2. Reestruturação produtiva e mundo do trabalho</p> <p>4.3. O novo papel do governo e da sociedade civil</p> <p>4.4. Espaço público, cidadania diante da globalização</p> <p>4.5. Internet. cultura de massas e novas tecnologias</p>	
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IV – A SOCIEDADE GLOBAL</p> <p>4.1. O mundo do trabalho na sociedade contemporânea</p> <p>4.2. O mundo do trabalho no Brasil frente ao processo de globalização e as políticas neoliberais.</p> <p>4.2. Reestruturação produtiva e mundo do trabalho</p> <p>4.3. O novo papel do governo e da sociedade civil</p> <p>4.4. Espaço público, cidadania diante da globalização</p> <p>4.5. Internet. cultura de massas e novas tecnologias</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IV – A SOCIEDADE GLOBAL</p> <p>4.1. O mundo do trabalho na sociedade contemporânea</p> <p>4.2. O mundo do trabalho no Brasil frente ao processo de globalização e as políticas neoliberais.</p> <p>4.2. Reestruturação produtiva e mundo do trabalho</p> <p>4.3. O novo papel do governo e da sociedade civil</p> <p>4.4. Espaço público, cidadania diante da globalização</p> <p>4.5. Internet. cultura de massas e novas tecnologias</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V – MUDANÇA NO MUNDO DO TRABALHO</p> <p>5.1. Fordismo</p> <p>5.2. Taylorismo</p> <p>5.3. Toyostimo</p> <p>5.4. Revisão do Taylorismo e fordismo</p> <p>5.5. Toyotismo e programa de qualidade total</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V – MUDANÇA NO MUNDO DO TRABALHO</p> <p>5.1. Fordismo</p> <p>5.2. Taylorismo</p> <p>5.3. Toyostimo</p> <p>5.4. Revisão do Taylorismo e fordismo</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				5.5. Toyotismo e programa de qualidade total	
13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V – MUDANÇA NO MUNDO DO TRABALHO 5.1. Fordismo 5.2. Taylorismo 5.3. Toyostimo 5.4. Revisão do Taylorismo e fordismo 5.5. Toyotismo e programa de qualidade total	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI - SOCIOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES 6.1. As instituições em geral 6.2. As relações de poder no interior das organizações 6.2.1. Empresarial 6.2.3. Administração pública 6.3. Gestão de pessoas e o ambiente de trabalho 6.4. Conflito interpessoal e produtividade	Aula expositiva com convite ao diálogo
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI - SOCIOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES 6.1. As instituições em geral 6.2. As relações de poder no interior das organizações 6.2.1. Empresarial 6.2.3. Administração pública 6.3. Gestão de pessoas e o ambiente de trabalho 6.4. Conflito interpessoal e produtividade	Aula expositiva com convite ao diálogo
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI – CULTURA E MULTICULTURALISMO 6.1 Natureza da cultura 6.2 Multiculturalismo e tolerância 6.2.1. Aceitação e do respeito 6.3 Processos culturais	Aula expositiva com convite ao diálogo
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI – CULTURA E MULTICULTURALISMO 6.1 Natureza da cultura 6.2 Multiculturalismo e tolerância 6.2.1. Aceitação e do respeito 6.3 Processos culturais	Aula expositiva com convite ao diálogo
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – CIDADANIA E NOVOS SUJEITOS DE DIREITO 7.1. Direito de cidadania e	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>efetividade</p> <p>7.2. A nova especificação dos sujeitos de direito por</p> <p>7.2.1. Gênero</p> <p>7.2.2. Raça</p> <p>7.2.3. Sexo</p> <p>7.3. A questão das quotas de mulheres, negros, gays</p>	
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE VII – CIDADANIA E NOVOS SUJEITOS DE DIREITO</p> <p>7.1. Direito de cidadania e efetividade</p> <p>7.2. A nova especificação dos sujeitos de direito por</p> <p>7.2.1. Gênero</p> <p>7.2.2. Raça</p> <p>7.2.3. Sexo</p> <p>7.3. A questão das quotas de mulheres, negros, gays</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE VIII – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO</p> <p>8.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania</p> <p>8.2. Estudo de caso</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

<b>11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)</b>	
<b>EMENTA</b>	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

<b>12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR</b>
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> <li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li> <li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li> <li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li> <li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li> <li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li> <li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.</li> </ul>



### Professor/aluno- Etapa I

Apresentação do Projeto Integrador aos alunos;

Entrega das Orientações e Plano de ação;

Apresentação dos Temas do semestre;

Definição das Equipes de Trabalho/grupos;

Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.

### São funções do professor da disciplina:

a) Facilitar os meios para realização do trabalho;

b) Indicar bibliografia quando necessário;

c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;

d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;

e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua disciplina;

f) Acompanhar os alunos na apresentação.

### 14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

### 15-BIBLIOGRAFIA BASICA

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Sociologia Jurídica. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, [2015].

DIAS, Reinaldo. Sociologia do Direito: a abordagem do fenômeno jurídico como fato social São Paulo: Atlas, 2014.

ANDRADE, Marina Marconi. Antropologia: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2005.

### 16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo. Introdução à Sociologia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia? São Paulo: Brasiliense, [2014].

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre/RS: Penso, 2012

SCURO NETO, Pedro. Sociologia Geral e Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009.

QUINTEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

### 17-ATOS DE APROVAÇÃO

Data:



Coordenador(a) do Curso	Professor(a) da Disciplina
-------------------------	----------------------------

### PLANO DE ENSINO

<b>Curso</b>	Licenciaturas – Modalidade EAD
<b>Disciplina</b>	Metodologia e Pesquisa Científica
<b>Período</b>	
<b>Carga Horária</b>	60h
<b>Ementa</b>	A disciplina visa trabalhar a importância da pesquisa científica na formação do profissional nas diferentes áreas, desenvolvendo o senso investigativo, reflexivo e crítico.
<b>Habilidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● leitura e escrita acadêmica</li> <li>● observar, investigar e compreender contextos sociais diversos</li> <li>● resumir, através de discurso linguístico, o que ver e ler</li> <li>● comentar sobre temas diversos</li> <li>● argumentar criticamente, apresentando seu ponto de vista</li> <li>● justificar seus argumentos</li> <li>● solucionar situações-problemas investigados</li> </ul>
<b>Competências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● escrever com coerência</li> <li>● elaborar resumo e resenha dos materiais solicitados</li> <li>● formular problemas e coletar informações</li> <li>● analisar informações</li> <li>● escrever um projeto de pesquisa a partir de dados observados e sala de aula</li> </ul>
<b>Objetivo Geral</b>	Desafiar o aluno à interação com o conhecimento acadêmico-científico, apresentando diretrizes de estudo para leitura e produção de textos científicos.
<b>Objetivos Específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conhecer técnicas e métodos científicos para a elaboração de trabalhos acadêmicos.</li> <li>● Elaborar textos acadêmicos segundo as normas da ABNT vigentes.</li> <li>● Construir um projeto de pesquisa.</li> </ul>
<b>Avaliação</b>	<p><b>1) INTERATIVIDADES:</b> 10% - Será avaliada a interação do aluno com o conteúdo disponível no AVA, semanalmente. Serão considerados itens como a visualização das páginas de conteúdo, acesso aos materiais sugeridos (textos, vídeos, links e livros), leitura e participação em fóruns e realização das atividades propostas.</p> <p><b>2) AVALIAÇÕES PARCIAIS:</b> 30% - Na 2ª, 4ª, 6ª e 8ª unidades de estudo da disciplina será proposta uma atividade avaliativa individual. Cada uma dessas atividades corresponde a 7,5% da nota final da disciplina.</p> <p><b>3) PROVA PRESENCIAL:</b> 60% - São duas provas bimestrais que abrangem os conteúdos da disciplina.</p>
<b>Conteúdo programático</b>	
<b>Unidade 1</b>	Introdução ao conhecimento

<b>Unidade 2</b>	A Pesquisa Científica- Métodos e Tipos de Pesquisa
<b>Unidade 3</b>	A Pesquisa Científica- Tipos de Pesquisa
<b>Unidade 4</b>	População, amostra e técnicas de pesquisa
<b>Unidade 5</b>	Projeto de pesquisa
<b>Unidade 6</b>	Resumo, resenha e normas científicas
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, Roberto da. <b>Metodologia científica</b>. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. (biblioteca virtual)</p> <p>GIL, Antônio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Metodologia Científica</b>. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>Minayo &amp; Minayo-Gómez. <b>Pesquisa Social: teoria, método e criatividade</b>. Petrópolis. RJ: Vozes. 2012.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>APPOLINÁRIO, Fábio. <b>Metodologia da Ciência</b>. São Paulo: Cengage Learning. 2012.</p> <p>KÖCKE, José Carlos. <b>Fundamentos da Metodologia Científica</b>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>MARCELINO, Nelson Carvalho (org.). <b>Introdução às Ciências Sociais</b>. São Paulo: Papirus, 2013. (livro eletrônico)</p> <p>MASCARENHAS, Sidnei A. <b>Metodologia Científica</b>. São Paulo: Pearson Education, 2012. (livro eletrônico)</p> <p>SEABRA, Giovanni de Farias. <b>Pesquisa científica: o método em questão</b>. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.</p> <p>TRUJILLO FERRARI, Alfonso. <b>Metodologia da ciência</b>. 2 ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.</p>



## PLANOS DE ENSINO

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Direito civil III	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
--	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)	<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.	<b>TURMA:</b>
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------

### 3-PROFESSOR (A):

### 4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

### 5-EMENTA -

Desenvolvimento histórico do direito contratual. Princípios fundamentais do direito contratual. Teoria Geral dos Contratos. Dos Contratos em Espécie. Atos unilaterais. Tendências e perspectivas do Direito contratual.

### 6-OBJETIVO GERAL

– Identificar a natureza jurídica dos contratos em espécie e os respectivos efeitos jurídicos em consonância com os institutos básicos da Teoria Geral dos Contratos; – Reconhecer a perspectiva civil-constitucional dos contratos e a sua função social; e – Aplicar os conceitos referentes aos contratos na sua celebração, execução e interpretação, assim como na composição de conflitos contratuais na prática jurídica.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar a teoria geral dos contratos; - Examinar os elementos constituintes de diferentes tipos de contrato; - Discutir a natureza jurídica dos contratos; - Permitir ao aluno compreender a teoria geral dos contratos, absorvendo a importância dos principais conceitos e princípios que norteiam as relações contratuais no Brasil.

#### HABILIDADES

– Utilização dos princípios constitucionais como instrumentos aptos a solucionar conflitos, demandando inovadoras respostas jurídicas pela densidade normativa que adquirem no caso concreto; – Desenvolvimento de reflexão crítica e raciocínio lógico no estudo e aplicação dos contratos; e – Leitura e análise de instrumentos contratuais para a sua aprendizagem de celebração, execução e interpretação, com visão prática na composição de conflitos contratuais, judiciais e extrajudiciais para o exercício da profissão.

### 7-METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão

favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

Os itens abaixo compõem as notas **N1, N2 e N3** (somente para disciplinas presenciais).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- q) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- r) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- q) FREQUÊNCIA.
- r) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD**

$N_1 = 50\%$        $N_2 = 50\%$        **$NF = N_1 + N_2 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$        $N_2 = 35\%$        $N_3 = 30\%$        **$NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

As  **$N_1$  e  $N_2$**  - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse

documento.

**A N<sub>3</sub>(somente disciplinas presenciais)** - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>Apresentação do plano de ensino.</p> <p>UNIDADE I – INTRODUÇÃO</p> <p>1.1 Evolução Histórica do contrato: do início dos tempos ao contrato de adesão</p> <p>1.2 Conceito de contrato</p> <p>1.3 Natureza Jurídica do Contrato</p> <p>1.4 Plano de existência, validade e eficácia aplicáveis ao contrato:</p> <p>1.5 Elementos constitutivos do contrato (plano de existência do negócio jurídico.</p> <p>1.6 Pressupostos de validade do contrato (plano da validade do negócio jurídico)</p> <p>1.7 Fatores necessários a eficácia do contrato (eficácia do negócio jurídico)</p> <p>1.8 Distinções terminológicas</p> <p>1.9 Forma e prova do Contrato</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE II – PRINCÍPIOS DO DIREITO CONTRATUAL</p> <p>2.1 Introdução</p> <p>2.2 Princípio da dignidade da pessoa humana aplicado aos contratos</p> <p>2.3 Princípio da autonomia da vontade ou do consensualismo</p> <p>2.4 Princípio da força obrigatória dos contratos</p> <p>2.5 Princípio da relatividade subjetiva dos efeitos do contrato</p> <p>2.6 Função Social do Contrato e equivalência material</p> <p>2.7 Princípio da boa-fé objetiva</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE II – PRINCÍPIOS DO DIREITO CONTRATUAL</p> <p>2.1 Introdução</p> <p>2.2 Princípio da dignidade da pessoa humana aplicado aos contratos</p> <p>2.3 Princípio da autonomia da vontade ou do consensualismo</p> <p>2.4 Princípio da força obrigatória dos contratos</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>2.5 Princípio da relatividade subjetiva dos efeitos do contrato</p> <p>2.6 Função Social do Contrato e equivalência material</p> <p>2.7 Princípio da boa-fé objetiva</p>	
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE III – FORMAÇÃO DOS CONTRATOS</p> <p>3.1 Introdução</p> <p>3.2 Negociações preliminares</p> <p>3.3 Proposta – Prazo de validade. Oferta Pública. Conseqüências do falecimento do proponente</p> <p>3.4 Aceitação: análise psicológica</p> <p>3.5 Formação dos contratos entre ausentes</p> <p>3.6 A proposta do Código de Defesa do Consumidor</p> <p>3.7 Lugar da formação do contrato</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE III – FORMAÇÃO DOS CONTRATOS</p> <p>3.1 Introdução</p> <p>3.2 Negociações preliminares</p> <p>3.3 Proposta – Prazo de validade. Oferta Pública. Conseqüências do falecimento do proponente</p> <p>3.4 Aceitação: análise psicológica</p> <p>3.5 Formação dos contratos entre ausentes</p> <p>3.6 A proposta do Código de Defesa do Consumidor</p> <p>3.7 Lugar da formação do contrato</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IV – ESTIPULAÇÕES CONTRATUAIS EM FAVOR DE TERCEIROS</p> <p>4.1 Introdução</p> <p>4.2 Estipulação contratual em favor de terceiro e seus efeitos</p> <p>4.3 Promessa de fato de terceiro</p> <p>4.4 Natureza jurídica</p> <p>4.5 Exclusão da responsabilidade nos termos do Código Civil de 2002</p> <p>4.6 Contrato com pessoa a declarar</p> <p>4.7 Distinção para a cessão de contrato</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V – CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS</p> <p>5.1 O recurso pedagógico da classificação</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>5.2 Classificação dos contratos no Direito Romano</p> <p>5.3 Contratos considerados em si mesmos</p> <p>5.4 Classificação dos contratos quanto à disciplina jurídica</p> <p>5.5 Classificação dos contratos quanto à designação</p> <p>5.6 Classificação dos contratos quanto à pessoa do contratante</p> <p>5.7 Classificação dos contratos quanto ao tempo de sua execução</p> <p>5.8 Classificação dos contratos quanto à disciplina legal específica</p> <p>5.9 Classificação pelo motivo determinante do negócio</p> <p>5.10 Classificação pela função econômica</p> <p>5.11 Classificação dos contratos reciprocamente considerados</p>	
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE VI - CONTRATO PRELIMINAR</p> <p>6.1 Considerações iniciais</p> <p>6.2 Conceito e institutos similares</p> <p>6.3 Natureza jurídica</p> <p>6.4 Classificação</p> <p>6.5 Tutela específica</p> <p>6.6 Considerações sobre o contrato preliminar de doação</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE VII - CONTRATOS ATÍPICOS</p> <p>7.1 Introdução</p> <p>7.2 Contratos típicos e atípicos</p> <p>7.3 Distinção dos contratos nominados e inominados</p> <p>7.4 Classificação dos contratos atípicos</p> <p>7.5 Disciplina jurídica dos contratos atípicos</p> <p>7.6 Os contratos atípicos no novo Código Civil brasileiro</p> <p>7.7 União de contratos ou contratos coligados</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE VIII - INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS</p> <p>8.1 A atividade interpretativa</p> <p>8.2 A opção brasileira de não estabelecimento de regras estanques de interpretação</p> <p>8.3 Regras de interpretação no Direito Civil brasileiro</p> <p>8.4 A interpretação de contratos de adesão</p> <p>8.5 Interpretação dos contratos em micros sistemas jurídicos</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<b>UNIDADE IX - VÍCIOS REDIBITÓRIOS</b> 9.1 Introdução 9.2 Conceito e características 9.3 Fundamento da garantia contra os vícios redibitórios 9.4 Vícios redibitórios x Erro como vício de consentimento 9.5 Conseqüências jurídicas da verificação de vícios redibitórios 9.6 Prazo para a propositura das ações edilícias 9.7 Vícios redibitórios e o Código de Defesa do Consumidor	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<b>UNIDADE X - EVICÇÃO</b> 10.1 Noções conceituais 10.2 Fundamentos jurídicos 10.3 Requisitos 10.4 Direitos do evicto 10.5 Espécies de evicção: total e parcial 10.6 Evicção e autonomia da vontade - A cláusula de não-eticção 10.7 Evicção e benfeitorias 10.8 Evicção e denúncia da lide	Aula expositiva com convite ao diálogo
13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<b>UNIDADE XI- EXTINÇÃO DO CONTRATO</b> 11.1 Noções introdutórias 11.2 Classificação das formas de extinção do contrato (noções terminológicas) 11.3 Extinção natural do contrato 11.4 Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato 11.5 Nulidade ou anulabilidade 11.6 Redibição 11.7 Direito de arrependimento 11.8 Causas supervenientes à formação do contrato	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<b>UNIDADE XII - EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO</b> 12.1 Considerações iniciais 12.2 Conceito e natureza jurídica 12.3 Elementos caracterizadores 12.4 Restrição à aplicação do instituto 12.5 Garantia de cumprimento 12.6 A exceção do contrato não cumprido e a Administração Pública	Aula expositiva com convite ao diálogo
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<b>UNIDADE XIII - TEORIA DA IMPREVISÃO E RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA</b>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				<p>13.1 Introdução</p> <p>13.2 Concepção histórica da teoria da imprevisão</p> <p>13.3 Distinção entre teoria da imprevisão, cláusula rebus sic stantibus e resolução por onerosidade excessiva</p> <p>13.4 Elementos para aplicabilidade da teoria da imprevisão</p> <p>13.5 Teoria da imprevisão x Lesão</p> <p>13.6 Teoria da imprevisão x Inadimplemento fortuito (caso fortuito ou força maior)</p> <p>13.7 Teoria da imprevisão no Código de Defesa do Consumidor</p> <p>13.8 A teoria da imprevisão no Código Civil de 2002</p>	
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE XIV - INADIMPLEMENTO E RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL</p> <p>14.1 Importância do tema</p> <p>14.2 Regras positivadas sobre inadimplemento contratual</p> <p>14.3 Responsabilidade civil contratual</p> <p>UNIDADE XV - O DIREITO INTERTEMPORAL E OS CONTRATOS</p> <p>15.1 A importância do Direito Intertemporal em matéria de contratos</p> <p>15.2 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada: breves noções</p> <p>15.3 Da regra básica de Direito Intertemporal em matéria de contratos</p> <p>15.4 Conflitos na aplicação das normas contratuais em face do Código anterior</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE I – DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA</p> <p>1.1 Introdução</p> <p>1.2 Conceito e partes</p> <p>1.3 Características</p> <p>1.4 Elementos essenciais</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE V – LOCAÇÃO</p> <p>5.1 Noções gerais</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				5.2 Conceito 5.3 Elementos essenciais 5.4 Características 5.13 Extinção do contrato de locação 5.14 Comentários sobre a lei do inquilinato	
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE XV – FIANÇA 15.1 Noções introdutórias 15.2 Conceito e Características	Aula expositiva com convite ao diálogo
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE XVI – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 16.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 16.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo

11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)	
EMENTA	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> <li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li> <li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li> <li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li> <li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li> <li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li> <li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.</li> </ul>
<p><b>Professor/aluno- Etapa I</b></p> <p>Apresentação do Projeto Integrador aos alunos; Entrega das Orientações e Plano de ação; Apresentação dos Temas do semestre; Definição das Equipes de Trabalho/grupos; Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.</p> <p><b>São funções do professor da disciplina:</b></p> <p>a) Facilitar os meios para realização do trabalho;</p>

- b) Indicar bibliografia quando necessário;
- c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;
- d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;
- e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua disciplina;
- f) Acompanhar os alunos na apresentação.

**14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR**

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

**15-BIBLIOGRAFIA BASICA**

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade. São Paulo: Saraiva, 2004. v.3  
 DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2015. v.3.  
 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e dos contratos. São Paulo: Atlas, 2015. v.2

**16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Código civil e Constituição Federal. São Paulo: Saraiva, 2015.  
 GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: contratos: teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.4  
 WALD, Arnoldo. Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2  
 AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral dos contratos típicos e atípicos. São Paulo: Atlas, 2004.  
 LEITE, Marcelo, STRAUSS, Thiago. Direito civil em mapas mentais: parte geral, obrigações e contratos. Niterói/RJ: Impetus, 2014. v.3

**17-ATOS DE APROVAÇÃO**

Data:

Coordenador(a) do Curso	Professor(a) da Disciplina
-------------------------	----------------------------



## PLANOS DE ENSINO

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Direito penal II	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
---	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)	<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.	<b>TURMA:</b>
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------

### 3-PROFESSOR (A):

### 4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

### 5-EMENTA -

Teoria da pena. As penas em espécie. Aplicação da pena. Sursis e livramento condicional da pena e efeitos da condenação e reabilitação. Medidas de Segurança. A ação Penal. Execução da Pena. Lei de Execução Penal. Extinção da Punibilidade.

### 6-OBJETIVO GERAL

– Reconhecer no Direito Penal o direito de Liberdade, compreendendo o sentido político, social e ético do direito de punir; – Analisar a aplicação da pena como instrumento de reabilitação do condenado; e – Identificar as várias espécies de pena decorrentes da condenação penal.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dar ao aluno uma visão panorâmica do Direito Penal, enfatizando aspectos teóricos e práticos da Teoria da Pena. Analisando vários pontos relevantes, bem como: Concurso de Crimes. Dos Crimes Aberrantes. Limite das Penas. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação Criminal. Medida de Segurança. Conhecer os tipos de ação penal. Conhecer e aplicar as causas de Extinção da Punibilidade.

#### HABILIDADES

– Leitura para compreensão da doutrina sobre o crime visando a correta aplicação das penas cominadas; – Utilização e domínio dos conceitos relacionados às várias espécies de pena para a adequada aplicação do Direito; e – Uso correto da terminologia jurídica na aplicação e interpretação do Direito Penal.

### 7-METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos

alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

Os itens abaixo compõem as notas **N1**, **N2** e **N3** (somente para disciplinas presenciais).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- s) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- t) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- s) FREQUÊNCIA.
- t) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD

$N_1 = 50\%$        $N_2 = 50\%$        **$NF = N_1 + N_2 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

#### COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS **PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$        $N_2 = 35\%$        $N_3 = 30\%$        **$NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

As **N<sub>1</sub>** e **N<sub>2</sub>** - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse documento.

**A N<sub>3</sub>(somente disciplinas presenciais)** - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. UNIDADE I - TEORIA DA PENA 1.1 Generalidades 1.1.1 Conceito 1.1.2 Teorias 1.1.3 Finalidades da pena 1.1.4 Características 1.1.5 Classificação 1.1.6 Sistemas penitenciários	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.2 Penas privativas de liberdade 1.2.1 Regimes penitenciários 1.2.1.1 Regime fechado 1.2.1.2 Regime semi-aberto 1.2.1.3 Regime aberto 1.2.1.4 Regime especial	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.2.2 Direitos do preso 1.2.3 Remição 1.2.4 Superveniência de doença mental 1.2.5 Detração	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.3 Penas restritivas de direitos 1.3.1 Espécies 1.3.1.1 Pena pecuniária 1.3.1.2 Perda de bens e valores 1.3.1.3 Prestação de serviços à comunidade 1.3.1.4 Interdição temporária de direitos 1.3.1.5 Limitação de fim de semana 1.3.2 Aplicação das penas restritivas de direitos	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.4 Pena pecuniária 1.4.1 Cálculo da pena de multa 1.4.2 Pagamento da pena de multa 1.4.3 Conversão e revogação da pena de multa 1.4.4 Multa substitutiva 1.4.5 Suspensão da execução da multa	Aula expositiva com convite ao diálogo
06ª		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.5 Aplicação da pena	Aula expositiva com

SEMANA				1.5.1 Etapas da fixação da pena 1.5.2 Circunstâncias judiciais 1.5.3 Circunstâncias legais	convite ao diálogo
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	1.6 Concurso aparente de normas 1.6.1 Conceito 1.6.2 Princípio da Especialidade 1.6.3 Princípio da Subsidiariedade Causal 1.6.4 Princípio da Consunção	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II – CONCURSO DE CRIMES 2.1 Concurso material 2.2 Concurso formal 2.3 Concurso continuado UNIDADE III – DOS CRIMES ABERRANTES 3.1 Erro na execução 3.2 Resultado diverso do pretendido 3.3 Aberratio causae	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV – LIMITE DAS PENAS 4.1. Princípio da limitação das penas. 4.2. Limite das penas. 4.3. Unificação das penas.	Aula expositiva com convite ao diálogo
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA 5.1. Conceito 5.2. Requisitos 5.3. Espécies 5.4. Aplicação 5.5. Revogação	Aula expositiva com convite ao diálogo
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI – LIVRAMENTO CONDICIONAL 6.1. Conceito. 6.2. Requisitos e condições. 6.3. Procedimentos. 6.4. Revogação. 6.5. Extinção da pena UNIDADE VII – EFEITOS DA CONDENAÇÃO 7.1. Efeitos genéricos. 7.2. Efeitos específicos.	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VIII – REABILITAÇÃO CRIMINAL 8.1. Conceito. 8.2. Requisitos. 8.3. Revogação UNIDADE IX - MEDIDA DE SEGURANÇA 9.1. Conceito, natureza jurídica, sistema de aplicação, função. 9.2. Diferença de pena e medida de segurança. 9.3. Espécies. 9.4. Pressupostos de aplicação.	Aula expositiva com convite ao diálogo

13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE X - AÇÃO PENAL</p> <p>10.1 Espécies</p> <p>10.2 Ação penal pública condicionada e incondicionada</p> <p>10.3 Ação penal privada</p> <p>10.4 Ação penal privada subsidiária</p> <p>10.5 Ação penal no crime complexo</p> <p>10.6 Irretratibilidade da representação</p> <p>10.7 Decadência</p> <p>10.8 Renúncia</p> <p>10.9 Perdão</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE X - AÇÃO PENAL</p> <p>10.1 Espécies</p> <p>10.2 Ação penal pública condicionada e incondicionada</p> <p>10.3 Ação penal privada</p> <p>10.4 Ação penal privada subsidiária</p> <p>10.5 Ação penal no crime complexo</p> <p>10.6 Irretratibilidade da representação</p> <p>10.7 Decadência</p> <p>10.8 Renúncia</p> <p>10.9 Perdão</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE X - AÇÃO PENAL</p> <p>10.1 Espécies</p> <p>10.2 Ação penal pública condicionada e incondicionada</p> <p>10.3 Ação penal privada</p> <p>10.4 Ação penal privada subsidiária</p> <p>10.5 Ação penal no crime complexo</p> <p>10.6 Irretratibilidade da representação</p> <p>10.7 Decadência</p> <p>10.8 Renúncia</p> <p>10.9 Perdão</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE XI - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE</p> <p>11.1 Causas</p> <p>11.1.1 Morte do agente</p> <p>11.1.2 Anistia</p> <p>11.1.3 Graça</p> <p>11.1.4 Indulto</p> <p>11.1.5 Abolitio criminis</p> <p>11.1.6 Perempção</p> <p>11.1.7 Prescrição</p> <p>11.1.8 Renúncia</p> <p>11.1.9 Perdão</p> <p>11.1.10 Retratação do agente</p> <p>11.1.11 Perdão judicial</p> <p>11.1.12. Prescrição</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				11.1.13 Outras causas extintivas da punibilidade.	
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<b>UNIDADE XI - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE</b> 11.1 Causas 11.1.1 Morte do agente 11.1.2 Anistia 11.1.3 Graça 11.1.4 Indulto 11.1.5 Abolitio criminis 11.1.6 Perempção 11.1.7 Prescrição 11.1.8 Renúncia 11.1.9 Perdão 11.1.10 Retratação do agente 11.1.11 Perdão judicial 11.1.12. Prescrição 11.1.13 Outras causas extintivas da punibilidade.	Aula expositiva com convite ao diálogo
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<b>UNIDADE XI - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE</b> 11.1 Causas 11.1.1 Morte do agente 11.1.2 Anistia 11.1.3 Graça 11.1.4 Indulto 11.1.5 Abolitio criminis 11.1.6 Perempção 11.1.7 Prescrição 11.1.8 Renúncia 11.1.9 Perdão 11.1.10 Retratação do agente 11.1.11 Perdão judicial 11.1.12. Prescrição 11.1.13 Outras causas extintivas da punibilidade.	Aula expositiva com convite ao diálogo
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<b>UNIDADE XI - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE</b> 11.1 Causas 11.1.1 Morte do agente 11.1.2 Anistia 11.1.3 Graça 11.1.4 Indulto 11.1.5 Abolitio criminis 11.1.6 Perempção 11.1.7 Prescrição 11.1.8 Renúncia	Aula expositiva com convite ao diálogo

				11.1.9 Perdão 11.1.10 Retratação do agente 11.1.11 Perdão judicial 11.1.12. Prescrição 11.1.13 Outras causas extintivas da punibilidade.	
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( - )	UNIDADE XII – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 12.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 12.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo

11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)	
EMENTA	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR	
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> <li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li> <li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li> <li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li> <li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li> <li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li> <li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.</li> </ul>	
<p><b>Professor/aluno- Etapa I</b></p> <p>Apresentação do Projeto Integrador aos alunos; Entrega das Orientações e Plano de ação; Apresentação dos Temas do semestre; Definição das Equipes de Trabalho/grupos; Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.</p> <p><b>São funções do professor da disciplina:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Facilitar os meios para realização do trabalho;</li> <li>b) Indicar bibliografia quando necessário;</li> <li>c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;</li> <li>d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;</li> </ol>	



- e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua disciplina;  
f) Acompanhar os alunos na apresentação.

#### 14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

#### 15-BIBLIOGRAFIA BASICA

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1  
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. São Paulo: 2015.  
MIRABETE, JulioFabrini, FABRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte geral. São Paulo: Atlas, 2015. v.1

#### 16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2016. v.1  
JESUS, Damásio de. Direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1  
CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1  
GRECO, Rogério. Resumos gráficos de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2012. v.1  
ZAFFARONI, E. Raúl. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2013. v.1

#### 17-ATOS DE APROVAÇÃO

Data:

Coordenador(a) do Curso	Professor(a) da Disciplina
-------------------------	----------------------------



## PLANOS DE ENSINO

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Direito constitucional II	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
--	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

<b>2-CURSO:</b> DIREITO (NOTURNO)	<b>PERÍODO LETIVO:</b> 09/02 a 06/07.	<b>TURMA:</b>
-----------------------------------	---------------------------------------	---------------

### 3-PROFESSOR (A):

### 4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

### 5-EMENTA -

Estrutura e Organização do Estado Brasileiro. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Organização e competências dos Poderes. Funções Essenciais da Justiça. Da ordem econômica, financeira e social. Controle de Constitucionalidade. Perspectivas do Direito Constitucional.

### 6-OBJETIVO GERAL

- Compreender a organização do Estado e a estrutura básica dos poderes da República; - Conhecer a estrutura e os mecanismos de defesa do Estado e as garantias constitucionais; e - Conhecer a ordem social e econômica constitucional.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a organização dos Poderes e suas competências; - Conhecer os elementos constitucionais que estruturam o arcabouço constitucional, como os elementos de Defesa do Estado e da sociedade, da Tributação, da Ordem Econômica e Social; e - Analisar e interpretar a organização e atuação do Estado e as formas de controle delimitadas pelas Constituição Federal.

#### HABILIDADES

A utilização de raciocínio jurídico de argumentação no exercício das atividades interpretativas, integrativas e de aplicação do Direito Constitucional Inteligência lingüística pelo uso do vocabulário jurídico, e capacidade de reconhecer nos textos legais, doutrinários e jurisprudenciais, os institutos do Direito Constitucional, bem como argumentar em torno deles Utilização dos princípios jurídicos constitucionais no exercício da interpretação e aplicação do Direito.

### 7-METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos

alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

Os itens abaixo compõem as notas **N1**, **N2** e **N3** (somente para disciplinas presenciais).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- u) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- v) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- u) FREQUÊNCIA.
- v) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD

$N_1 = 50\%$        $N_2 = 50\%$        **$NF = N_1 + N_2 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

#### COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS **PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$        $N_2 = 35\%$        $N_3 = 30\%$        **$NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

As **N<sub>1</sub>** e **N<sub>2</sub>** - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse documento.

**A N<sub>3</sub>(somente disciplinas presenciais)** - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA				
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE	Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x ) PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. UNIDADE I - PODER LEGISLATIVO 1.1. Estrutura e funcionamento 1.2. Atribuições do Congresso Nacional 1.2.1. Câmara dos Deputados 1.2.2. Senado Federal 1.3. Comissões Parlamentares 1.3.1. Comissões Parlamentares de Inquérito 1.4. Imunidades parlamentares 1.5. Incompatibilidade e impedimentos 1.6. Perda do mandato	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x ) PRÁTICA ( )	1.7. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária 1.7.1. Tribunais de Contas	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x ) PRÁTICA ( )	UNIDADE II - PROCESSO LEGISLATIVO 2.1. Conceito e objeto 2.2. Atos do processo legislativo 2.2.1. Iniciativa legislativa 2.2.2. Discussão e votação 2.2.3. Sanção e veto 2.2.4. Promulgação e publicação da lei 2.3. Espécies Legislativas	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x ) PRÁTICA ( )	UNIDADE II - PROCESSO LEGISLATIVO 2.1. Conceito e objeto 2.2. Atos do processo legislativo 2.2.1. Iniciativa legislativa 2.2.2. Discussão e votação 2.2.3. Sanção e veto 2.2.4. Promulgação e publicação da lei 2.3. Espécies Legislativas	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x ) PRÁTICA ( )	UNIDADE III - PODER EXECUTIVO 3.1 Chefia do Estado e do Governo. 3.2. Eleição e mandato do Presidente da República 3.3. Reeleição do Presidente da República 3.4. Ordem de sucessão e vacância	Aula expositiva com convite ao diálogo

06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	3.5. Ministros de Estado. 3.6. Atribuições do Presidente da República 3.6.1. Decretos regulamentadores 3.6.2. Decretos autônomos 3.7. Responsabilidade do Presidente da República, imunidades e prerrogativas 3.8. Conselho da República 3.9. Conselho de Defesa Nacional	Aula expositiva com convite ao diálogo
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - PODER JUDICIÁRIO 4.1 Funções do Poder Judiciário 4.2 Órgãos do Poder Judiciário e competências 4.3 Garantias do Poder Judiciário 4.4 Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário 4.5 Conselho Nacional de Justiça	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - PODER JUDICIÁRIO 4.1 Funções do Poder Judiciário 4.2 Órgãos do Poder Judiciário e competências 4.3 Garantias do Poder Judiciário 4.4 Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário 4.5 Conselho Nacional de Justiça	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V - FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 5.1 Ministério Público 5.2 Outras funções essenciais à justiça 5.2.1. Advocacia 5.2.2. Advocacia Geral da União 5.2.3. Defensoria Pública	Aula expositiva com convite ao diálogo
10ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V - FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 5.1 Ministério Público 5.2 Outras funções essenciais à justiça 5.2.1. Advocacia 5.2.2. Advocacia Geral da União 5.2.3. Defensoria Pública	Aula expositiva com convite ao diálogo
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI - ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL 7.1 Princípios da atividade econômica. 7.1.1. Função Social da Propriedade Urbana e Rural 7.1.2. Livre Concorrência 7.1.3. Defesa do Consumidor	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	7.2. Política Urbana 7.3. Política Agrícola e Fundiária	Aula expositiva com convite ao diálogo

13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	7.4. Ordem Social 7.4.1. Seguridade Social 7.4.2. Educação. Cultura. Desporto.	Aula expositiva com convite ao diálogo
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	7.4.3. Ciência e Tecnologia. 7.4.4. Comunicação Social.	Aula expositiva com convite ao diálogo
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	7.4.5. Meio Ambiente.	Aula expositiva com convite ao diálogo
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	7.4.6. Família. Criança, Adolescente. Jovem. Idoso.	Aula expositiva com convite ao diálogo
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	7.4.7. Índios.	Aula expositiva com convite ao diálogo
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 7.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 7.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 7.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 7.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 7.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 7.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo

<b>11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)</b>	
<b>EMENTA</b>	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

<b>12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR</b>
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> <li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li> <li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li> <li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li> <li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li> <li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li> <li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que</li> </ul>

auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.

**Professor/aluno- Etapa I**

Apresentação do Projeto Integrador aos alunos;

Entrega das Orientações e Plano de ação;

Apresentação dos Temas do semestre;

Definição das Equipes de Trabalho/grupos;

Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.

**São funções do professor da disciplina:**

a) Facilitar os meios para realização do trabalho;

b) Indicar bibliografia quando necessário;

c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;

d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;

e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua disciplina;

f) Acompanhar os alunos na apresentação.

**14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR**

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

**15-BIBLIOGRAFIA BASICA**

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2015.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014.

**16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015.

CHIMENTI, Ricardo Cunha...[et. al.] Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Flávia Bahia. Direito constitucional. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.

**17-ATOS DE APROVAÇÃO**



Data:	
Coordenador(a) do Curso	Professor(a) da Disciplina



## PLANOS DE ENSINO

<b>1- NOME DA DISCIPLINA:</b> Filosofia do direito e hermenêutica jurídica	<b>CÓDIGO</b>	<b>AULA TEÓRICA (AT)</b> 40	<b>AULA PRÁTICA (AP)</b> 10	<b>PROJETO INTEGRADOR (PI)</b> 10	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b> 60
---	---------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------

**2-CURSO:** DIREITO (NOTURNO)

**PERÍODO LETIVO:** 09/02 a 06/07.

**TURMA:**

**3-PROFESSOR (A):**

### 4- RESUMO DO PERFIL DE EGRESSO:

Construir uma compreensão jurídico-política do Estado a partir da obra dos autores clássicos;  
Conhecer e discutir os elementos do estado moderno e suas características;  
Compreender os conceitos de Estado para se entender o Direito contemporâneo, bem como, os fundamentos do poder político e decisório, os conceitos de estado e as relações entre estado, Direito e sociedade;  
Analisar as principais teses políticas, sociológicas e econômicas, a fim de proporcionar conhecimentos sobre as bases do Estado moderno;  
Desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando a possibilidade de interação entre os agentes jurídicos, políticos e econômicos.

### 5-EMENTA -

Filosofia e Filosofia do Direito. Quadros teóricos referenciais e principais pensadores da Filosofia do Direito. Relações entre Política, Filosofia, Ética e Direito. Tendências filosóficas contemporâneas. Evolução histórica do pensamento hermenêutico, Conceito e objeto da hermenêutica jurídica. Teoria e métodos de interpretação. Antinomias jurídicas e critérios de solução. Lógica da aplicação da norma jurídica e teoria do argumento jurídico.

### 6-OBJETIVO GERAL

- Propiciar a compreensão dos alicerces jusfilosóficos do pensamento jurídico contemporâneo; - Identificar as escolas e teorias jurídicas a partir da leitura das teses propostas pelos jusfilósofos e juristas contemporâneos; e - Propiciar um conhecimento que legitime a melhor forma de desenvolver os processos de interpretação e integração do Direito à luz do pensamento jusfilosófico histórico e contemporâneo.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Possibilitar um sólido conhecimento geral permitindo variados tipos de formação e habilitações; - Contribuir para o amadurecimento intelectual do aluno, discutindo inquietações teóricas através do tempo como manifestação humana frente aos problemas de cada tempo histórico; - Incentivar a formação humanística para que o futuro graduado possa articular esse conhecimento com os desafios exigidos no exercício profissional; - Despertar inquietações relativas à problematização da justiça; - Compreender as co-relações existentes entre o direito e a reflexão filosófica; - Fomentar em reflexão crítica e sistemática do ordenamento jurídico; e - Evidenciar os aspectos axiológicos que emanam e permeiam a realidade jurídica.

#### HABILIDADES

- Demonstração e utilização dos conhecimentos adquiridos para a correlação dos conceitos, às escolas e às teorias jusfilosóficas abordadas em aula a casos concretos e às experiências cotidianas do mundo jurídico; e - Compreensão da importância do conhecimento filosófico na formação jurídico humanística do profissional do Direito.

### 7-METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa a preparar os alunos para uma sociedade pluralista, em constante processo de transformação e

proporcionar uma educação preocupada com o desenvolvimento humano. Para tal, as atividades propostas deverão favorecer a didática do aprender a aprender, a reflexão, a construção e reconstrução do conhecimento além de proporcionar a autonomia do estudante. Além das aulas expositivas dialogadas será proposta a exposição oral com participação direta dos alunos, discussões de textos, debates, seminário, estudo de casos, atividades de pesquisa, aulas teóricas expositivas e aulas práticas, com utilização de quadro, trabalhos em grupo e estudo dirigido. Aulas expositivas e análise de casos concretos. O estudo da disciplina deve repousar sobre a análise da doutrina, do Direito Positivo e da jurisprudência brasileira no que respeita aos itens que compõem o programa. As aulas expositivas devem, na medida do possível, conviver com atividades práticas que viabilizem a compreensão da aplicação prática dos conhecimentos específicos da disciplina, como o estudo de casos concretos e a pesquisa em torno das decisões dos tribunais pátrios.

### **8-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

A avaliação deve ser realizada de forma múltipla, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, cumulativa e sistemática tendo o objetivo de diagnosticar, acompanhar o desenvolvimento de aprendizagens. Deve estar diretamente relacionada à programação curricular.

Os itens abaixo compõem as notas **N1**, **N2** e **N3** (somente para disciplinas presenciais).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUALITATIVA:**

- w) A PARTICIPAÇÃO e COMPROMETIMENTO NAS ATIVIDADES – Observar o interesse e comprometimento do estudante, integração e convívio com os demais estudantes, respeito e colaboração com os grupos de trabalho.
- x) O DESENVOLVIMENTO ENTREGA E APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR (N3).

#### **CONSTITUI-SE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA:**

- w) FREQUÊNCIA.
- x) AVALIAÇÃO INDIVIDUAL OU GRUPAL DOS CONTEÚDOS- Provas dissertativas, objetivas, apresentação de trabalhos, pesquisas de campo entre outras.

As avaliações poderão conter uma ou várias questões, dissertativas ou objetivas, apresentadas como perguntas, textos, gráficos, tabelas, artigos, notícias de jornais ou revistas que provoquem reflexões e posicionamento dos alunos, retirando das questões termos como “onde”, “quando”, “quanto” ou “quem”, substituindo por “por que” e “como”.

### **9-UTILIZAÇÃO DAS TICs NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

É disponibilizado aos alunos equipamentos de informática no Laboratório de Informática, com acesso à internet nas dependências da IES. A disciplina conta com farto acervo de referenciais teóricos os quais são disponibilizados por orientação do professor correspondente a esta disciplina, tudo com vistas à integração do discente perante as tecnologias de informática e comunicação, seu domínio e acessibilidade, com diversificação didática.

### **10-COMPOSIÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS E FINAL**

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS COMUNS EaD**

$N_1 = 50\%$

$N_2 = 50\%$

$NF = N_1 + N_2 = 100\%$

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

#### **COMPOSIÇÃO DAS NOTAS DAS DISCIPLINAS PRESENCIAIS**

$N_1 = 35\%$

$N_2 = 35\%$

$N_3 = 30\%$

$NF = N_1 + N_2 + N_3 = 100\%$

**MF  $\geq 70\%$  = APROVADO**

**SUB** = prova substituição as  $N_1$  e/ou  $N_2$ , conforme Regimento.

As  $N_1$  e  $N_2$  - Poderão compor a participação do aluno, o comprometimento nas atividades, a frequência, os trabalhos, os

testes de conhecimento, as provas, os seminários entre outros instrumentos precisando, no entanto, estar expresso nesse documento.

**A N<sub>3</sub>(somente disciplinas presenciais)** - Projeto Integrador - compõe a nota para aprovação do aluno. É desenvolvido de forma orientada para as disciplinas presenciais.

11-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA DISCIPLINA					
SEMANA	DATA	FORMATO DA ATIVIDADE		Atividades/Conteúdo Programático	ESTRATÉGIA DE ENSINO/ RECURSOS PEDAGÓGICOS
01ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	Apresentação do plano de ensino. UNIDADE I – POR QUE E PARA QUE ESTUDAR FILOSOFIA? 1.1. O lugar da Filosofia 1.2. Os clássicos da filosofia e democracia na Grécia 1.3. Sofistas e Platão: retórica e dialética 1.4. Aristóteles: uma nova definição de retórica	Aula expositiva com convite ao diálogo
02ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II – CONHECIMENTO 2.1 Formas de conhecer 2.2 Verdade e convencimento: análise psicológica 2.3. Ideologia 2.4. Filosofia e mito 2.5. Cultura e desenvolvimento 2.6. Antropologia cultural	Aula expositiva com convite ao diálogo
03ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II – CONHECIMENTO 2.1 Formas de conhecer 2.2 Verdade e convencimento: análise psicológica 2.3. Ideologia 2.4. Filosofia e mito 2.5. Cultura e desenvolvimento 2.6. Antropologia cultural	Aula expositiva com convite ao diálogo
04ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II – CONHECIMENTO 2.1 Formas de conhecer 2.2 Verdade e convencimento: análise psicológica 2.3. Ideologia 2.4. Filosofia e mito 2.5. Cultura e desenvolvimento 2.6. Antropologia cultural	Aula expositiva com convite ao diálogo
05ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE II – CONHECIMENTO 2.1 Formas de conhecer 2.2 Verdade e convencimento: análise psicológica 2.3. Ideologia 2.4. Filosofia e mito 2.5. Cultura e desenvolvimento	Aula expositiva com convite ao diálogo

				2.6. Antropologia cultural	
06ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE III – A REFLEXÃO FILOSÓFICA 3.1 Método 3.2 Filosofia de Vida – filosofar espontâneo 3.3 Processo de filosofar 3.4 Filosofia e ciência – juízos de valor e juízos de realidade 3.5 Utilidade da filosofia.- a serviço da liberdade 3.6 O sentido filosófico da busca pelo fundamento	Aula expositiva com convite ao diálogo
07ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE III – A REFLEXÃO FILOSÓFICA 3.1 Método 3.2 Filosofia de Vida – filosofar espontâneo 3.3 Processo de filosofar 3.4 Filosofia e ciência – juízos de valor e juízos de realidade 3.5 Utilidade da filosofia.- a serviço da liberdade 3.6 O sentido filosófico da busca pelo fundamento	Aula expositiva com convite ao diálogo
08ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE III – A REFLEXÃO FILOSÓFICA 3.1 Método 3.2 Filosofia de Vida – filosofar espontâneo 3.3 Processo de filosofar 3.4 Filosofia e ciência – juízos de valor e juízos de realidade 3.5 Utilidade da filosofia.- a serviço da liberdade 3.6 O sentido filosófico da busca pelo fundamento	Aula expositiva com convite ao diálogo
09ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - A FILOSOFIA OCIDENTAL 4.1 A tradição grega e o fundamento do direito em Platão e Aristóteles 4.2 Roma e o fundamento do direito 4.3 O cristianismo e o fundamento do direito: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. 4.3 O fundamento do direito em Rousseau 4.4. Kant: razão pura e razão pratica 4.5. Hegel: consciência e história 4.6. Marx: a questão da ideologia 4.7. Kelsem e a teoria pura do direito	Aula expositiva com convite ao diálogo
10ª		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - A FILOSOFIA	Aula expositiva com

SEMANA				<p>OCIDENTAL</p> <p>4.1 A tradição grega e o fundamento do direito em Platão e Aristóteles</p> <p>4.2 Roma e o fundamento do direito</p> <p>4.3 O cristianismo e o fundamento do direito: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.</p> <p>4.3 O fundamento do direito em Rousseau</p> <p>4.4. Kant: razão pura e razão pratica</p> <p>4.5. Hegel: consciência e história</p> <p>4.6. Marx: a questão da ideologia</p> <p>4.7. Kelsem e a teoria pura do direito</p>	convite ao diálogo
11ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IV - A FILOSOFIA OCIDENTAL</p> <p>4.1 A tradição grega e o fundamento do direito em Platão e Aristóteles</p> <p>4.2 Roma e o fundamento do direito</p> <p>4.3 O cristianismo e o fundamento do direito: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.</p> <p>4.3 O fundamento do direito em Rousseau</p> <p>4.4. Kant: razão pura e razão pratica</p> <p>4.5. Hegel: consciência e história</p> <p>4.6. Marx: a questão da ideologia</p> <p>4.7. Kelsem e a teoria pura do direito</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
12ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IV - A FILOSOFIA OCIDENTAL</p> <p>4.1 A tradição grega e o fundamento do direito em Platão e Aristóteles</p> <p>4.2 Roma e o fundamento do direito</p> <p>4.3 O cristianismo e o fundamento do direito: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.</p> <p>4.3 O fundamento do direito em Rousseau</p> <p>4.4. Kant: razão pura e razão pratica</p> <p>4.5. Hegel: consciência e história</p> <p>4.6. Marx: a questão da ideologia</p> <p>4.7. Kelsem e a teoria pura do direito</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo
13ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	<p>UNIDADE IV - A FILOSOFIA OCIDENTAL</p> <p>4.1 A tradição grega e o fundamento do direito em Platão e Aristóteles</p> <p>4.2 Roma e o fundamento do direito</p> <p>4.3 O cristianismo e o fundamento do direito: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.</p> <p>4.3 O fundamento do direito em Rousseau</p> <p>4.4. Kant: razão pura e razão pratica</p> <p>4.5. Hegel: consciência e história</p> <p>4.6. Marx: a questão da ideologia</p>	Aula expositiva com convite ao diálogo

				4.7. Kelsen e a teoria pura do direito	
14ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE IV - A FILOSOFIA OCIDENTAL 4.1 A tradição grega e o fundamento do direito em Platão e Aristóteles 4.2 Roma e o fundamento do direito 4.3 O cristianismo e o fundamento do direito: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. 4.3 O fundamento do direito em Rousseau 4.4. Kant: razão pura e razão prática 4.5. Hegel: consciência e história 4.6. Marx: a questão da ideologia 4.7. Kelsen e a teoria pura do direito	Aula expositiva com convite ao diálogo
15ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V – CRISE CONTEMPORÂNEA DO POSITIVISMO 5.1. Existencialismo do direito 5.2. Poder e Liberdade em Hannah Arendt 5.3. Chaim Perelman – combate ao positivismo	Aula expositiva com convite ao diálogo
16ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V – CRISE CONTEMPORÂNEA DO POSITIVISMO 5.1. Existencialismo do direito 5.2. Poder e Liberdade em Hannah Arendt 5.3. Chaim Perelman – combate ao positivismo	Aula expositiva com convite ao diálogo
17ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE V – CRISE CONTEMPORÂNEA DO POSITIVISMO 5.1. Existencialismo do direito 5.2. Poder e Liberdade em Hannah Arendt 5.3. Chaim Perelman – combate ao positivismo	Aula expositiva com convite ao diálogo
18ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI – DESAFIOS DA FILOSOFIA DO DIREITO 6.1. O problema dos novos fundamentos 6.2. A incompreensão dos novos tempos pela teoria 6.3. Crise contemporânea do positivismo jurídico	Aula expositiva com convite ao diálogo
19ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VI – DESAFIOS DA FILOSOFIA DO DIREITO 6.1. O problema dos novos	Aula expositiva com convite ao diálogo

				fundamentos 6.2. A incompreensão dos novos tempos pela teoria 6.3. Crise contemporânea do positivismo jurídico	
20ª SEMANA		TEORIA ( x )	PRÁTICA ( )	UNIDADE VII – CIDADANIA E DIREITO DO DESENVOLVIMENTO 7.1. Articulação entre Direito do Desenvolvimento e Cidadania 7.2. Estudo de caso	Aula expositiva com convite ao diálogo

11-EMENTA – PROJETO INTEGRADOR (10 horas relógio)	
<b>EMENTA</b>	Integração do conteúdo programático da disciplina com a pesquisa, além da integração com outras disciplinas, proporcionando ao aluno trabalho prático e produção acadêmica de relevância à comunidade acadêmica.

12- DESENVOLVIMENTO-PROJETO INTEGRADOR
<p><b>Coordenador/Professores</b></p> <p>Os Professores serão os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos integradores e precisam, antes do período letivo juntamente com o Coordenador do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elencar as principais problemáticas a serem discutidas, conforme cenários profissionais atuais no semestre/ano;</li> <li>- Definir que elementos do <b>PERFIL DO EGRESSO</b> serão desenvolvidos no semestre/ano;</li> <li>- Ajustar o formato interdisciplinar utilizado e como funcionará ao longo das aulas e período;</li> <li>- Definir como se dará o atendimento aos alunos e por quais meios oficiais;</li> <li>- Definir que metodologia de pesquisa será utilizada;</li> <li>- Definir como será apresentado, entregue e avaliado, ao final do período letivo, o trabalho (definir o instrumento de registro e acompanhamento ao longo do período, as avaliações parciais do processo e final).</li> <li>- Poderá haver para o PI um articulador, professor já em TI, preferencialmente envolvido em pesquisa na instituição, que auxiliará os alunos na produção e desenvolvimento do projeto.</li> </ul>
<p><b>Professor/aluno- Etapa I</b></p> <p>Apresentação do Projeto Integrador aos alunos; Entrega das Orientações e Plano de ação; Apresentação dos Temas do semestre; Definição das Equipes de Trabalho/grupos; Aprovação dos Temas e da divisão dos grupos, quando houver. Os alunos deverão escolher o mesmo tema em todas as disciplinas matriculadas, caso contrário, entregarão mais de um trabalho final e farão mais de uma apresentação de pôsteres.</p> <p><b>São funções do professor da disciplina:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Facilitar os meios para realização do trabalho;</li> <li>b) Indicar bibliografia quando necessário;</li> <li>c) Orientar, esclarecer e subsidiar os alunos em suas dúvidas sempre em sintonia com os outros professores envolvidos;</li> <li>d) Incentivar a pesquisa e a fundamentação teórica;</li> <li>e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e o trabalho dos alunos relativamente aos conteúdos trabalhados na sua</li> </ol>



disciplina;  
f) Acompanhar os alunos na apresentação.

**14-CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO INTEGRADOR**

SEMANA	DATA	FORMA DE AVALIAÇÃO		ATIVIDADES
1ª SEMANA	Etapa I	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( )	Considerações sobre o projeto integrador (2h) Reflexão sobre os temas com atividades que possam subsidiar a definição.
2ª SEMANA	Etapa II	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Desenvolvimento da atividade – complemento para o projeto integrador.(2h)
3ª SEMANA	Etapa III	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Conclusão da atividade – complemento para o projeto integrador. (2h)
4ª SEMANA	Apresentação	TEORIA ( X )	PRÁTICA ( X )	Exposição do Trabalho e avaliação pela comissão de professores. (4h)

**15-BIBLIOGRAFIA BASICA**

REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2015.  
MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2006.  
BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Cone Editora, 1995.

**16-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.  
Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito. Clarence Morris (org.). São Paulo: Martins Fontes, 2002.  
CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2004.  
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia do direito e à lógica jurídica, norma jurídica e aplicação do direito. São Paulo: Saraiva, 2012.  
SALDANHA, Nelson. Ordem e hermenêutica. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

**17-ATOS DE APROVAÇÃO**

Data:

Coordenador(a) do Curso

Professor(a) da Disciplina

**PLANO DE ENSINO**

<b>Disciplina</b>	Responsabilidade Social e Ambiental
<b>Período</b>	
<b>Carga Horária</b>	60h
<b>Professor</b>	Prof. Ma. Ana Paula Ferreira Alves
<b>Ementa</b>	Estudo do ambiente socioambiental local, regional, nacional e internacional. Sustentabilidade planetária. Desafios socioambientais. Legislação ambiental do Brasil e da região de abrangência. Legislação de educação ambiental na política educacional. Políticas públicas e meio ambiente. A educação ambiental na escola e na sociedade. Desenvolvimento de ações visando o desenvolvimento local. Integração entre as experiências acadêmicas e o enfoque ambiental.
<b>Competências e Habilidades</b>	Compreender a importância da responsabilidade social e ambiental. Conhecer conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Identificar desafios socioambientais relacionados com água, energia, resíduos sólidos, mudanças climáticas e mobilidade urbana. Compreender as práticas de sustentabilidade que estão sendo adotadas pelas organizações. Analisar as iniciativas de responsabilidade social corporativa. Entender as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas para combater os impactos ambientais. Conhecer as políticas públicas que fomentam a educação ambiental. Conhecer iniciativas que estão sendo desenvolvidas para reduzir os impactos ambientais e contribuir com a vida das pessoas.
<b>Objetivo Geral</b>	Promover a compreensão da necessidade de manutenção do equilíbrio socioambiental para a sustentabilidade do planeta e da responsabilidade diante dos desafios socioambientais.
<b>Objetivos Específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Entender os desafios e responsabilidades socioambientais;</li> <li>✓ Compreender como a sustentabilidade vem sendo tratada pelas diferentes organizações no âmbito mundial, regional e local;</li> <li>✓ Avaliar a elaboração e implantação de programas de responsabilidade social empresarial;</li> <li>✓ Compreender a legislação relacionada com o meio ambiente.</li> </ul>
<b>Avaliação</b>	<p>As avaliações seguem as seguintes proporções:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) 10% - interatividade</li> <li>2) 30% - atividades parciais na 2ª e 5ª semanas</li> <li>3) 60% - prova presencial</li> </ol> <p><b>1) INTERATIVIDADE – 10%</b> Será avaliada a interação do aluno com o conteúdo disponível no AVA semanalmente. Serão considerados itens como a visualização das páginas de conteúdo, acesso aos materiais sugeridos (textos, vídeos, links e livros), leitura e participação em fóruns e realização das atividades propostas.</p>

	<p><b>2) AVALIAÇÕES PARCIAIS –30%</b> Ao final das 2ª e 5ª semanas de estudo da disciplina, será proposta uma atividade avaliativa individual. Cada uma dessas atividades corresponde a 15% da nota final da disciplina.</p> <p><b>3) PROVA PRESENCIAL –60%</b> São duas provas que abrangem os conteúdos da disciplina: uma após a unidade 3 e a outra prova após a unidade 6.</p> <p><b>Não se esqueça de que a média final exigida é 7,0.</b></p>
<b>Conteúdo Programático</b>	
<b>Unidade 1</b>	<p style="text-align: center;"><b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE: BREVE HISTÓRICO E PRINCIPAIS CONCEITOS</b></p> <p>Origem das discussões sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; histórico dos principais eventos globais; conceito de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade (<i>Triple Bottom Line</i>).</p>
<b>Unidade 2</b>	<p style="text-align: center;"><b>DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS: RECURSOS NATURAIS, RESÍDUOS SÓLIDOS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MOBILIDADE URBANA</b></p> <p>Água e Gestão de Resíduos Hídricos; Energia: fontes não renováveis e renováveis; Resíduos Sólidos Urbanos; Mudanças Climáticas e Efeito Estufa; Estratégias de Mobilidade Urbana.</p>
<b>Unidade 3</b>	<p style="text-align: center;"><b>SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES</b></p> <p>Responsabilidade Social Corporativa; ações socioambientais nas organizações; tecnologias ambientais; produção mais limpa; logística reversa; certificações; relatório de sustentabilidade.</p>
<b>Unidade 4</b>	<p style="text-align: center;"><b>POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE</b></p> <p>Política Nacional do Meio Ambiente; Código Florestal; Política Nacional de Recursos Hídricos; Política Nacional dos Resíduos Sólidos; Política Nacional de Mobilidade Urbana.</p>
<b>Unidade 5</b>	<p style="text-align: center;"><b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b></p> <p>Conceito de Educação Ambiental; Ações e práticas educativas sobre questões ambientais; Política Nacional de Educação Ambiental; Educação para Sustentabilidade.</p>

<b>Unidade 6</b>	<b>TÓPICOS EMERGENTES EM RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL</b>  Indicadores de Sustentabilidade; Eco inovação; Ecodesign; Marketing sustentável e <i>Greenwashing</i> ; Economia Circular; Empreendedorismo social; Consumo Colaborativo.
<b>Bibliografia Básica</b>	BERTÉ, R. <b>Gestão Socioambiental no Brasil</b> . Curitiba: InterSaberes, 2012.  PERSEGUINI, A.S. <b>Responsabilidade Social</b> . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.  STADLER, A.; MAIOLI, M. R. <b>Organizações e Desenvolvimento Sustentável</b> . Vol. 1. Curitiba: InterSaberes, 2012.
<b>Bibliografia Complementar</b>	ALENCASTRO, M. S. C. <b>Empresas, Ambiente e Sociedade</b> : introdução à gestão socioambiental corporativa. Curitiba: InterSaberes, 2012.  ALENCASTRO, M. S. C. <b>Ética e Meio Ambiente</b> : construindo as bases para um futuro sustentável. Curitiba: InterSaberes, 2015.  DIAS, R. <b>Gestão Ambiental</b> : responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.  PHILLIPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. <b>Educação Ambiental e Sustentabilidade</b> . 2ª ed. Barueri: Manole, 2014.  YUNUS, M. <b>Um mundo sem pobreza</b> : a empresa social e o capitalismo do futuro. São Paulo: Ática, 2008.

**ANEXO 02****MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO (ANTIGA)****✓ Educação das Relações Étnico-Raciais**

No curso de Bacharelado em Direito os conteúdos de Relações Étnico-Raciais e de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena serão disponibilizados nas disciplinas Sociologia, Filosofia, Psicologia, Ética e Legislação Profissional.

**✓ Libras**

No curso de Direito a disciplina de LIBRAS é disponibilizada na estrutura curricular, em caráter optativo, com carga horária de 80 horas.

**✓ Gestão Ambiental**

A gestão ambiental é uma atividade de cunho institucional e transversal na FAI, ou seja, anualmente são desenvolvidos eventos que envolvem todos os cursos da instituição. Tais eventos são direcionados para palestras que abordem temas sobre o meio ambiente, educação ambiental e o papel do curso de Direito nesse processo.

A integração do curso de Direito com as políticas de gestão ambiental também acontece por meio da disciplina Direito Ambiental.

**✓ Educação em Direitos Humanos**

A educação em Direitos humanos é trabalhada no curso de Direito da FAI por meio de conteúdos dispostos nas disciplinas de Filosofia e Sociologia e, especificamente, na disciplina de Direitos humanos. Também está presente nas atividades acadêmicas de extensão e iniciação científica, além de percorrer de forma transversal nas Atividades Complementares onde essa temática esteja envolvida.

**✓ Disciplinas Optativas**

Para que os alunos do curso de Direito da FAI possam ter um curso moderno, adequado às suas aspirações e necessidades de conhecimentos diferenciados, organizou-se uma matriz curricular que contempla a oferta de disciplinas optativas.

Pretende-se dar aos alunos a flexibilidade necessária para complementar os conhecimentos à sua formação. Assim, além de disciplinas optativas que tratam de assuntos específicos da área de

DIREITO, o projeto prevê que os alunos podem escolher, entre aquelas integrantes do rol de optativas, disciplinas de áreas de conhecimento complementares, de domínio conexo.

Para os casos em que não haja número suficiente de alunos interessados em uma das optativas propostas, devem optar por aquelas com maior procura. O número mínimo de alunos para abertura de uma disciplina optativa é estabelecido pelo Colegiado de Curso.

Para garantir ganho efetivo no aprendizado e na formação do aluno, o rol de disciplinas optativas deve ser submetido à aprovação do coordenador do curso de Direito, que atua como orientador do processo de seleção.

A disciplina Optativa é oferecida no 10º semestre do curso para permitir que cada aluno acomode de forma mais adequada suas necessidades de aprendizado e formação.

A oferta de disciplinas optativas é definida sempre no semestre anterior à sua efetivação, pelo Coordenador do Curso de Direito, em conjunto com os professores do Curso, de forma colegiada. Uma vez definido o conjunto de optativas, bem como suas ementas, as disciplinas são oferecidas aos alunos para a matrícula no semestre subsequente.

As disciplinas optativas são de matrícula obrigatória, conforme a matriz curricular do Curso, e as horas são computadas para a integralização da carga horária total do curso.

#### ✓ **Carga Horária Mínima e Tempo Mínimo de Integralização Curricular**

O curso de DIREITO da FAI, com turno de funcionamento no período matutino e noturno, conta com 3.760 horas de 60 minutos, obedecendo e ultrapassando o mínimo estabelecido na Resolução CNE/CES nº 2/2007. É integralizado em, no mínimo, 10 semestres e, no máximo, 20 semestres letivos.

As disciplinas em sala de aula serão ministradas em horas-aula de 50 minutos e as demais horas para completar a carga horária das disciplinas serão na forma de trabalho acadêmico efetivo. Desta forma, aquelas que possuem 80 horas terão 66 horas de aulas expositivas e/ou em laboratórios e 14 horas de trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos alunos em ambiente externo à sala de aula e discutidos nesta, bem como farão parte do processo avaliativo da aprendizagem.

O papel do docente será avaliar o trabalho desenvolvido e, no horário de aula, algum deles, poderão ser debatidos com os alunos. No plano de ensino das disciplinas, nos campos metodologia e avaliação, estão discriminadas as cargas horárias referentes a aulas e trabalhos acadêmicos. As disciplinas de 40 horas, onde 33 horas serão de aulas e 7 horas em trabalhos acadêmicos, seguirão a mesma lógica das disciplinas que possuem 80 horas.

### **Regulamento de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE)**

#### CAPITULO I

#### DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento define as formas de integralização da carga horária destinada aos componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pela FAI, requisito essencial para conclusão dos cursos e colação de grau de seus egressos.

Art. 2º Entendem-se como componentes curriculares, as disciplinas, atividades complementares, estágios supervisionados, trabalhos de curso, projetos específicos, atividades de prática profissional, pedagógica e laboratorial.

Art. 3º Os componentes curriculares serão operacionalizados por meio de aulas expositivas, dialogadas, atividades teóricas e práticas, em ambientes acadêmicos ou fora deles, intramuros e extramuros, aprendizagens mediadas por tecnologia, estudos dirigidos e/ou trabalhos individuais e em grupo, desenvolvidos a partir da ação direta e indireta de docentes, tendo em vista a formação pessoal, profissional e cidadã dos discentes.

Art. 4º Para integralização da carga horária dos cursos de graduação, a FAI estará organizada de forma a oferecer aos discentes e docentes a infraestrutura necessária, priorizando a interdisciplinaridade, a autoaprendizagem e a autonomia discente e contribuindo para a atuação numa sociedade complexa e em contínua adaptação.

## CAPITULO II DA INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 5º A FAI tem como premissa que a integralização da carga horária dos cursos de graduação ultrapassa a lógica de tempo e de lugar e se desenvolverá por meio da atuação docente e do trabalho acadêmico efetivo, orientado pelas bases teóricas e conceituais previstas no projeto pedagógico de cada curso, validando os componentes curriculares delineados para o mesmo.

Parágrafo único. A integralização da carga horária compreende atividades didáticas sistemáticas de ensino-aprendizagem em sala e extraclasse, diretamente vinculadas ao cumprimento dos requisitos curriculares dos cursos oferecidos.

Art. 6º A integralização da carga horária dos cursos será balizada pela:

I – Adoção de estratégias de ensino-aprendizagem flexíveis, na qual o currículo de cada curso de graduação é pensado de forma sistêmica, para ser operacionalizado por meio de práticas pedagógicas, promovendo a autonomia discente e a integração com a sua área de formação;

II – Mensuração do desenvolvimento dos discentes, por meio da avaliação de atividades acadêmicas que colaborem para aquisição de competências, habilidades e atitudes, mantendo a integração dos componentes curriculares alocados em cada período letivo do curso;

III – Aquisição de competências para análise de situações e resolução de problemas, desenvolvimento de processos de comunicação, de liderança, de integração e adaptação à mudança;

IV – Promoção da percepção dos discentes, em relação ao entendimento de que sua formação pessoal, profissional e cidadã ocorrerá ao longo da vida e que sua aprendizagem não se esgota na estrutura do ensino, pois engloba um conjunto de outras atividades de formação.

Art. 7º A integralização da carga horária envolve atividades acadêmicas de caráter formativo, desenvolvidas pelo discente e transcende o conteúdo desenvolvido em sala de aula, interagindo em atividades com atuação direta e indireta dos docentes, na qual, o discente se posiciona como cocriador do seu processo formativo.

Art. 8º As atividades acadêmicas destinadas à integralização da carga horária estarão institucionalizadas no âmbito de cada curso, por meio de seu projeto pedagógico e nos planos de ensino, conforme a especificidade do curso.

§ 1º O Trabalho Acadêmico Efetivo ficará disposto no item Metodologia dos Planos de Ensinos das disciplinas ministradas na FAI, contendo a seguinte distribuição de horas:

I - Para disciplinas de 40 horas-relógio, com aulas de 40 minutos, atribuir 14 horas-relógio de TAE;

III - Para disciplinas de 80 horas-relógio, com aulas de 40 minutos, atribuir 27 horas-relógio de TAE.

§ 2º - As atividades acadêmicas referentes ao TAE serão registradas nos Planos de Ensinos e no Diário de Conteúdo no Perseus, no dia/aula em que forem recebidas e avaliadas pelo Professor, conforme seu cronograma de aula.

Art. 9º Cabe à coordenação do curso, planejar, organizar, controlar, avaliar e acompanhar a integralização da carga horária do curso, conforme os termos desse regulamento e o estabelecido no projeto pedagógico.

### CAPITULO III

#### DAS FORMAS DE INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 10. As atividades acadêmicas visando à integralização da carga horária dos cursos são classificadas em:

I - Aulas expositivas e dialogadas, formatadas conforme o planejamento, cronograma e horário estabelecido no calendário acadêmico institucional, contemplando atividades pedagógicas, exposições de conteúdos, seminários, estudos dirigidos, trabalhos individuais e em grupo, devidamente previstas em um plano de ensino;

II - Atividades práticas, desenvolvidas em diferentes cenários, realizadas sob orientação docente, visando a aquisição de habilidades específicas e atitudes essenciais para a formação profissional;

III - Projetos integradores, desenvolvidos pelos discentes dentro e fora do ambiente físico da sala de aula, mediante direcionamento institucional visando à sua formação pessoal, profissional e cidadã;

IV - Estágio supervisionado, mediante orientação e supervisão docente, proporcionando aos discentes o aprendizado e desenvolvimento de conhecimentos aplicados à sua formação, relacionando teoria e prática, de forma a promover a aproximação com o campo de trabalho;

V - Atividades complementares, mediante orientação institucional, relacionadas ao ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão, ensejando aos discentes o aprofundamento temático e interdisciplinar, o aprimoramento de sua formação pessoal, profissional e cidadã, bem como a interação com a comunidade e com a sua área de atuação;

VI - Atividades e disciplinas mediadas por tecnologia e comunicação remota, centradas na autoaprendizagem, sob a tutoria de docentes, e em conformidade com a legislação vigente;

VII - Trabalhos de curso e de iniciação científica, caso sejam estabelecidos pelo projeto pedagógico, visando à aquisição de competências relacionadas a sua área de formação.

Art. 11. A integralização da carga horária está fundamentada na legislação que rege os cursos de graduação em todas as modalidades (bacharelado, licenciatura e superiores de tecnologia).

### CAPITULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. Este Regulamento pode ser modificado pelo Conselho Superior da FAI, mediante proposta do Colegiado de Curso.

Art. 13. Compete ao Colegiado de Curso dirimir as dúvidas referentes à interpretação das normas estabelecidas neste regulamento, bem como suprir as lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 14. Este regulamento entra em vigor após aprovação pelo Conselho Superior da FAI.

#### ✓ Currículo do Curso

O currículo do curso de DIREITO abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas semestralmente em uma seriação considerada adequada para o encadeamento lógico de conteúdos e atividades. Inclui as disciplinas que representam o desdobramento dos conteúdos inseridos nas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em DIREITO e outras julgadas necessárias à boa formação do alunado. Segue abaixo a matriz atual:

DISCIPLINA	C.H.
<b>1º PERÍODO</b>	
Metodologia e pesquisa científica	40
Leitura e produção de textos	80
Sociologia geral e jurídica	80
Introdução a economia	40
Introdução ao estudo do Direito	80
<b>Subtotal</b>	<b>320h</b>
<b>2º PERÍODO</b>	
Ciência política e teoria do Estado	40
Redação forense	40
Filosofia geral e jurídica	80
Direito constitucional I	80
Direito civil I	80
<b>Subtotal</b>	<b>320h</b>
<b>3º PERÍODO</b>	
Teoria do processo	80
Psicologia jurídica	40
Hermenêutica jurídica	40
Direito constitucional I	80
Direito civil I	80
<b>Subtotal</b>	<b>320h</b>
<b>4º PERÍODO</b>	
Direito administrativo I	80
Direito digital e novas tecnologias	40
Direito penal I	80
Direito processual civil I	80
Direito civil III	80
<b>Subtotal</b>	<b>360h</b>
<b>5º PERÍODO</b>	

Direito administrativo II	80
Direito das relações de consumo	40
Direito penal II	80
Direito processual civil II	80
Direito civil IV	80
Conciliação, mediação e arbitragem	40
<b>Subtotal</b>	<b>400h</b>
<b>6º PERÍODO</b>	
Direito processual penal I	80
Direito penal III	80
Direito processual civil III	80
Direito civil V	80
Prática Jurídica e estágio supervisionado I	80
<b>Subtotal</b>	<b>360h</b>
<b>7º PERÍODO</b>	
Direito processual penal II	80
Direitos humanos	40
Direito do trabalho I	80
Direito civil VI	80
Prática Jurídica e estágio supervisionado II	80
<b>Subtotal</b>	<b>360h</b>
<b>8º PERÍODO</b>	
Direito empresarial I	80
Direito ambiental	40
Direito do trabalho II	80
Direito internacional	80
Prática Jurídica e estágio supervisionado III	80
<b>Subtotal</b>	<b>360h</b>
<b>9º PERÍODO</b>	
Direito empresarial II	80
Direito tributário I	80
Direito processual do trabalho	80
TCC I	40
Prática Jurídica e estágio supervisionado IV	80
<b>Subtotal</b>	<b>360h</b>
<b>10º PERÍODO</b>	
Direito previdenciário	40
Direito tributário III	80
Disciplina optativa	80
Direito eleitoral	40
TCC II	40
Prática Jurídica e estágio supervisionado IV	80
<b>Subtotal</b>	<b>360h</b>
<b>TOTAL DE HORAS DAS DISCIPLINAS</b>	<b>3.560 h</b>
<b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>	<b>200</b>
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA</b>	<b>3.760h</b>



<b>DISCIPLINAS OPTATIVAS</b>	<b>C.H.</b>
Língua Brasileira de Sinais	80
Direito imobiliário	80
Juizados especiais	80
Direito marítimo	80
Medicina legal	80
Direito da criança, adolescente, mulher e idoso	80

### MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO [ANTIGA] - FAI

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO	10º PERÍODO
METODOLOGIA E PESQUISA CIENTÍFICA 40 HORAS	CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO 40 HORAS	TEORIA DO PROCESSO 80 HORAS	DIREITO ADMINISTRATIVO I 80 HORAS	DIREITO ADMINISTRATIVO II 80 HORAS	DIREITO PROCESSUAL PENAL I 80 HORAS	DIREITO PROCESSUAL PENAL II 80 HORAS	DIREITO EMPRESARIAL I 80 HORAS	DIREITO EMPRESARIAL II 80 HORAS	DIREITO PREVIDENCIÁRIO 40 HORAS
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS 80 HORAS	REDAÇÃO FORENSE 40 HORAS	PSICOLOGIA JURÍDICA 40 HORAS	DIREITO DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS 40 HORAS	DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO 40 HORAS		DIREITOS HUMANOS 40 HORAS	DIREITO AMBIENTAL 40 HORAS	DIREITO TRIBUTÁRIO I 80 HORAS	DIREITO TRIBUTÁRIO II 80 HORAS
SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA 80 HORAS	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA 80 HORAS	HERMENÊUTICA JURÍDICA 40 HORAS	DIREITO PENAL I 80 HORAS	DIREITO PENAL II 80 HORAS	DIREITO PENAL III 80 HORAS	DIREITO DO TRABALHO I 80 HORAS	DIREITO DO TRABALHO II 80 HORAS	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 80 HORAS	OPTATIVA 80 HORAS
INTRODUÇÃO À ECONOMIA 40 HORAS	DIREITO CONSTITUCIONAL I 80 HORAS	DIREITO CONSTITUCIONAL II 80 HORAS	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I 80 HORAS	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II 80 HORAS	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III 80 HORAS		DIREITO INTERNACIONAL 80 HORAS		DIREITO ELEITORAL 40 HORAS
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO 80 HORAS	DIREITO CIVIL I 80 HORAS	DIREITO CIVIL II 80 HORAS	DIREITO CIVIL III 80 HORAS	DIREITO CIVIL IV 80 HORAS	DIREITO CIVIL V 80 HORAS	DIREITO CIVIL VI 80 HORAS		TCC I 40 HORAS	TCC II 40 HORAS
				CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM 40 HORAS	PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO I 80 HORAS (60 ESTÁGIO E 20 PRÁTICAS)	PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO II 80 HORAS (60 ESTÁGIO E 20 PRÁTICAS)	PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO III 80 HORAS (60 ESTÁGIO E 20 PRÁTICAS)	PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV 80 HORAS (60 ESTÁGIO E 20 PRÁTICAS)	PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO V 80 HORAS (60 ESTÁGIO E 20 PRÁTICAS)
320	320	320	360	400	400	360	360	360	360

Regime Letivo: SEMESTRAL

Prazo (mínimo) para a conclusão do curso: 10 SEMESTRES

Total mínimo de horas: 3.760h

Horas (mínimo) em disciplinas obrigatórias e optativas: 3.160h

Horas (mínimo) em Estágio Supervisionado: 400h

Horas (mínimo) e atividades complementares: 200h

**EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA (PLANOS DE ENSINO)**

A seguir, a relação de disciplinas, com as respectivas ementas e bibliografias.

**PLANO DE ENSINO****IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO:</b> Direito	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b> 1º	<b>CARGA HORÁRIA:</b> 40 horas
<b>DISCIPLINA / COD:</b> Metodologia de Pesquisa	<b>PROFESSOR (A):</b>

**EMENTA**

O papel da ciência. Natureza do conhecimento e do método científico. Tipos de conhecimento. Pesquisa. Método e técnica. Escolha do tema, delimitação do tema. O processo de leitura. Citações bibliográficas. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O projeto de pesquisa experimental e não experimental. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Relatório de pesquisa. Estilo de redação. Referências bibliográficas. Apresentação gráfica. Normas da ABNT.

**OBJETIVOS****GERAL**

Propiciar aos graduandos do curso de Direito a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, a consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica.

**ESPECÍFICOS**

- Consolidação dos conhecimentos internalizados durante o curso, por meio da elaboração de artigo científico;
- Contribuir para que os alunos desenvolvam conhecimentos para a solução de problemas práticos reais.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- . Delimitação do tema, problema e objetivos
- . Construção da pesquisa teórica;
- . Metodologia

**METODOLOGIA**

- Aulas expositivas/ Debates;
- Leitura de Textos e Artigos;
- Trabalho individual sobre "Metodologia de Pesquisa", correspondente a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.

**AVALIAÇÃO**

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula, provão do Inesc, provas progressivas e uma prova conclusiva. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

**BIBLIOGRAFIA****BÁSICA:**

- Köche, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015. (12 exs.)
- MEZZAROBBA, Orides, MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. São Paulo: Saraiva, 2015. (8 exs.)
- NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2015. (12 exs.)

**COMPLEMENTAR:**

- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010. (18 exs.)
- SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas e técnicas de pesquisa científica. Niterói/RJ: Impetus, 2015. (8 exs.)
- SERRANO, Pablo Jiménez. Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica. Barueri/SP: Manole, 2003. (3 exs.)
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007. (18 exs.)
- RAMOS, Albenides. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Atlas, 2009. (4 exs.)

**VALIDAÇÃO**

<b>PROFESSOR</b>	<b>COORDENADOR</b>
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>



--	--



**PLANO DE ENSINO****1. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO:</b> Direito	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b> 1º Período	<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80h
<b>DISCIPLINA / COD:</b> LET 0982/ Leitura e produção de textos.	<b>PROFESSOR (A):</b>

**2. EMENTA**

A língua escrita é um registro formal que tem suas regras, mas de modo nenhum pode cristalizar-se, desconsiderando o uso que o povo faz da língua. Este é seu guardião, o que a molda segundo sua cultura e interesses. Contrariá-lo é seguir o caminho de uma expressão burocrática, que pouco comunica nem chama a atenção. Isso não significa que conhecimentos morfosintáticos não sejam necessários no uso da língua, sobretudo por profissionais de Direito. O aprendizado de tais conhecimentos, no entanto, pode passar ao largo de preconceitos linguísticos impositivos de um modo de uso da língua que atende apenas a interesses de uma classe social, estabelecendo uma muralha que impede o acesso da maioria, particularmente aos bens culturais. Vista dessa forma, a língua só serve para ampliar o fosso que separa a maioria das decisões que dão direcionamento histórico a um povo. Sendo assim, a presente disciplina oferece ao aluno ingressante a possibilidade de confrontar alguns preconceitos sociais relativos ao uso da língua, assim como saber da existência de múltiplos registros e ter conhecimento linguístico para adaptar-se às mais diversas situações comunicativas, tanto na modalidade escrita quanto na falada.

**3. OBJETIVOS**

Espera-se que o estudante, ao final do semestre, seja capaz de:

Compreender que a modalidade padrão não é a única variedade linguística da língua portuguesa;  
Compreender que escrever bem não é exclusivamente seguir as regras prescritas pela norma gramatical;  
Isentar-se de preconceitos relativos a usos estigmatizados presentes em concepções tradicionais que se apoiam em regras que determinam o que é certo e o que é errado em linguagem;  
Saber, de forma geral, como funciona a linguagem não apenas para produzir textos, mas também para entendê-los.

**4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO 1 – Introdução**

Texto: COHEN, M.C.J. *Comunicação escrita*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011, p. 15-36.

**MÓDULO 2 – A Norma linguística**

Registros linguísticos

Concordância Nominal e Verbal

Regência Nominal e Verbal

Crase

Colocação pronominal

Uso de pronomes demonstrativos e relativos

Pontuação e novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa

**MÓDULO 3 - O texto, as condições para sua existência e produção textual.**

O conceito de texto e textualidade

A Coesão Textual e seus mecanismos

A Coerência Textual e as condições para a existência de um texto

O parágrafo e o tópico frasal

Trabalhando ideias: técnicas de ordenação do pensamento

**5. METODOLOGIA**

- Aulas expositivas/ Debates;
- Seminários;
- Leitura de Textos e Artigos;
- Trabalho/Exercício Individual;
- Trabalho/Exercício em Grupo: discussão oral de um romance brasileiro, que será lido ao longo do semestre, corresponde a 50% do Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício Individual: análise do romance lido, que corresponde a 50% do Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE).

**6. AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e VF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina. O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a verificação final (VF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco). Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na VF estará reprovado na disciplina. **O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.**

## 7. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA:

GARCIA, Othon Garcia. Comunicação em prosa moderna: a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV, 2004. (30 exs.)

VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (4 exs.) /2004 (3 exs.)

AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: PubliFolha, 2014. (8 exs.)

### COMPLEMENTAR:

ABREU, Antônio Suárez. Curso de redação. São Paulo: Saraiva, 2005

BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2010. (8 exs.)

CARNEIRO, Agostinho Dias . Redação em construção: a escritura do texto. São Paulo: Moderna, 2003. (2 exs.)

FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.

Roteiro de redação: lendo e argumentando. Antonio carlos Viana (Coord.). São Paulo: Scipione, 2004.

## 8. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**Curso: Direito**

Disciplina	Professor (a)
Sociologia Geral e Jurídica	

Período	Ano/Sem.	Carga-Horária	Crédito
1º		80 horas	

**EMENTA**

Razões sociais do aparecimento da Sociologia. Conte, Marx, Durkheim Weber: Escolas Sociológicas. Fato Social. O desenvolvimento da sociologia: o social em suas dimensões históricas. O fato Social. O Direito como fato social. Sociologia e Sociologia Jurídica. Contexto Histórico da Sociologia Jurídica. Sociologia Jurídica como Ciência. O estudo da relação Direito-Sociedade. Sociologia do Direito Natural. Perspectiva Marxista do Direito. A eficácia do Direito e a legitimidade da ordem jurídica. Forma de conflito e construção da legalidade. Instituições sócio-jurídicas. Os fenômenos jurídicos. O pluralismo jurídico. A certeza e segurança jurídica. Vigência e eficácia do Direito.

**OBJETIVO**

**GERAL:** oferecer ao corpo discente uma introdução aos estudos sociológicos, seu processo histórico e uma abordagem sociológica do direito.

**ESPECÍFICOS:**

- possibilitar a compreensão das diversas perspectivas teóricas para o entendimento das sociedades;
- viabilizar aos estudantes o manejo dos principais conceitos da sociologia;
- oferecer um embasamento teórico para compreender a função do direito nas relações entre a sociedade (comunidade) e o poder;
- possibilitar a compreensão do Direito como objeto de estudo da Sociologia;
- analisar as funções sociais do Direito;

**CONTEÚDO PROGRAMADO****UNIDADE I**

1.1 - Introdução à Sociologia.

1.2 - Contextualização histórica do nascimento da Sociologia.

1.3 - Os conceitos da Sociologia como ciência.

1.4 - Comte e o desenvolvimento da Sociologia.

2.1 - Durkheim e a teoria social.

2.2 - Fato social e solidariedade social.

2.3 - As instituições sociais: família, escola, empresa, religião, Estado.

## **UNIDADE II**

2.1 - O pensamento de Karl Marx.

2.2 - As relações entre o capital e o trabalho: crítica ao capitalismo

2.3 – Os principais conceitos marxistas.

2.4 - Luta de classes.

2.5 - Weber e a sociologia compreensiva.

2.6 - A burocracia.

2.7.- A política como vocação.

2.8 - AV1

2.9 - OFICINA (A corrupção: o problema da ilegalidade e da ilegitimidade na sociedade contemporânea).

## **UNIDADE III**

3.1 - A sociedade e o Direito.

3.2 - Sociologia do Direito.

3.3 - O Direito como objeto de estudo da Sociologia.

3.4 - As fontes do Direito.

3.5 - Principais teorias e sistemas jurídicos.

## **UNIDADE IV**

4.1 - A ordem e os desvios sociais.

- 4.2 - Controle social.
- 4.3 - Mudança social e Direito.
- 4.4 - As funções sociais do Direito.
- 4.5 - Questões contemporâneas para a Sociologia do Direito.
- 4.6 - VA2.
- 4.7 - Segunda chamada.
- 4.8 - Período de verificação final

### METODOLOGIA

Aulas expositivas; leitura, análise, fichamento e interpretação de textos; trabalhos em grupo; seminários; debates e leituras da bibliografia complementar.

Trabalho de leitura, fichamento e resumo dos textos DIAS, Reinaldo. Sociologia do Direito: a abordagem do fenômeno jurídico como fato social São Paulo: Atlas, 2014, que corresponde a 14 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE).

### AVALIAÇÃO

#### 1º etapa

Fichamento de texto e prova escrita.

#### 2º etapa

Fichamento de textos e seminários.

### BIBLIOGRAFIA

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Sociologia Jurídica. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, [2015]. OK (8)

DIAS, Reinaldo. Sociologia do Direito: a abordagem do fenômeno jurídico como fato social



São Paulo: Atlas, 2014. (4)

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia? São Paulo: Brasiliense, [2014]. OK (4)

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DIAS, Reinaldo. Introdução à Sociologia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. OK (2)

QUINTEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: *Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. OK (2)

ANDRADE, Marina Marconi. Antropologia: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2005. OK (15)

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre/RS: Penso, 2012. OK (4)

SCURO NETO, Pedro. Sociologia Geral e Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009.OK

<b>PROFESSOR</b>	<b>COORDENADOR</b>
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>

**PLANO DE ENSINO****1. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>	<b>1º. PERÍODO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>40 Horas (2 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>	<b>ECO0558</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>INTRODUÇÃO À ECONOMIA</b>		

**2. EMENTA**

O mundo, hoje, orbita em torno do grande capital e dele depende para por em prática suas políticas de desenvolvimentos. Mas todos os passos do Estado e da sociedade são regulados pelo direito e têm necessidade de fazer uma composição entre a Economia e o Direito. Isso justifica o estudo da Economia que serão discutidos nos aspectos relacionados ao comportamento e interação de agentes econômicos individuais (microeconomia), quanto os elementos de uma análise em perspectiva agregada, envolvendo o sistema econômico como um todo (macroeconomia). A Ciência Econômica. O Problema Econômico. O Funcionamento do Sistema Econômico, dos mercados de bens e de fatores. Oferta da Firma. Noções de Economia Monetária. Contabilidade Social, procurando alinhar toda a organização dentro do objetivo comum de comprometimento, motivação e conservação, tomando como referência a observação das bases legais interdependências e os fatores limitantes envolvidos, buscando viabilizar o desenvolvimento com a qualidade da gestão organizacional.

Com o reconhecimento da importância do uso da economia se faz necessário o debate entre universitários sobre as questões que envolvem no meio organizacional, os seus recursos e o desenvolvimento.

A disciplina busca proporcionar aos futuros profissionais de direito, subsídios necessários à tomada de decisão, levando em conta uma abordagem interdisciplinar no desenvolvimento de suas atividades nas empresas onde serão admitidos.

**3. OBJETIVO**

Compreender o conceito de Economia e como a Economia influencia o Direito e distinguir as várias teorias econômicas e seu inter-relacionamento com as demais ciências nas pesquisas desenvolvidas em outros campos do conhecimento humano. Fornecer ao aluno o instrumental necessário para a compreensão dos conceitos básicos da teoria elementar do funcionamento do mercado e da inserção da unidade produtora no sistema econômico, e demonstrar a inter-relação dos agregados macroeconômicos com a sociedade.

**4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO 1 – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ECONOMIA**

Unidade 1: Conceitos e definições de Economia.

Unidade 2: Sistemas Econômicos.

**MÓDULO 2 – EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO**

Unidade 3: Os precursores da teoria econômica.

Unidade 4: Economia e Direito.

**MÓDULO 3 – INTRODUÇÃO À MICROECONOMIA**

Unidade 5: Análise da oferta e demanda, equilíbrio de mercado e elasticidade.

Unidade 6: Estrutura de Mercado.

**MÓDULO 4 – INTRODUÇÃO À MACROECONOMIA**

Unidade 7: Conceitos e objetivos.  
Unidade 8: Instrumentos de política macroeconômica.  
Unidade 9: Aspectos monetários da economia.  
Unidade 10: O setor público.  
Unidade 11: Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **MÓDULO 5 – CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO**

Unidade 12: globalização (setor externo).  
Unidade 13: desenvolvimento econômico e sustentável.

#### **5. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (Datashow e outros)
- Visitas técnicas supervisionadas
- Trabalhos de campo com base na identificação de demandas locais e regionais.
- Trabalho em Grupo sobre Desenvolvimento de Projeto sobre Introdução a Economiacorrespondente a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.

#### **6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Considerado o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final. Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado na disciplina.

O ALUNO DEVERÁ AINDA TER FREQUÊNCIA MÍNIMA IGUAL OU SUPERIOR A 75%, SENDO REPROVADO, SE FOR INFERIOR.

#### **7. BIBLIOGRAFIAS**

##### **BÁSICA:**

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à Economia*. Atlas, 2003.OK (24)

VASCONCELLOS, M.A.S. & GARCIA, M.E. *Fundamentos de Economia*. Saraiva, 2012.OK (9)

MANKIW, N.G. *Introdução à Economia*. Cengage, 2015.OK (16)

##### **COMPLEMENTAR:**

GONÇALVES, AntônioCarlos Pôrto ...[et al.]. *Economia Aplicada*. Rio de Janeiro: FGV, [2010]. (FGV Management).OK (8)SOUZA, Nali de Jesus de. *Economia Básica*. Atlas, 2009.OK (6)

VICECONTI, P.E.V.& NEVES, S. *Introdução à Economia*. Saraiva, [2013].OK (8)



EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. *Manual de Economia*. São Paulo:Saraiva, 2005.OK

PASSOS, Carlos Roberto Martins, Otto Nogami. *Princípios de economia*. São Paulo: Cengage Learning, [2014].OK (10)

## 8. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>
<b>DISCIPLINA</b>	Introdução ao Estudo do Direito
<b>PROFESSOR</b>	
<b>PERÍODO</b>	1º
<b>MATRIZ 2013-I</b>	CONTEÚDO CURRICULAR PARA O SEMESTRE 2015 I
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	REGULAR

<b>CARGA HORÁRIA</b>	80 horas / 4 horas semanais
----------------------	-----------------------------

<b>JUSTIFICATIVA</b>	<p>A disciplina História do Direito traz ao neófito no curso de direito, o conhecimento dos principais aspectos dos diferentes sistemas jurídicos da tradição ocidental. Este conhecimento o fará analisar os principais institutos jurídicos, comparativamente, assim como compreender a relevância dos legados dos diferentes sistemas para ordem jurídica atual. Estes conhecimentos levarão o aluno a melhor compreender os objetivos da Introdução ao Direito.</p> <p>Direito, sociedade e cultura. Relacionamento do Direito com as demais formas de conhecimento. Direito, moral e regras de trato social. Conceito de Direito. Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito. Direito público e direito privado. Direito e Lei: técnica legislativa. Direito e Estado.</p>
----------------------	--

<b>OBJETIVO</b>	<p>Possibilitar ao estudante de introdução ao estudo do Direito o conhecimento da Teoria Geral do Direito; os Princípios Gerais; Fontes do direito; Validade da Norma Jurídica; Distribuição de Competências; Divisão do Direito;</p> <p>Noções gerais, competências e divisões entre direito natural e positivo.</p> <p>O presente estudo permite ao aluno identificar todos os sujeitos e as espécies do direito: direito público, direito privado e direito difuso.</p> <p>Uma vez demonstradas as divisões entre direito natural e positivo, direito público, direito privado e direito difuso, serão então demonstrados os vários ramos do direito e noções preliminares destes: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo, Direito Processual, Direito Civil, do Consumidor, penal, trabalhista etc.</p> <p>Desta forma, o neófito estará preparado para melhor instrumentalizar sua capacidade de articulação e entendimento dos princípios dos diversos ramos do direito, hoje atrelados ao atendimento de demandas sociais, legais e mercadológicas nas questões que envolvam relações de direito, conflitos de interesses.</p>
-----------------	--

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO 1 - HISTÓRIA****UNIDADE I – A HISTÓRIA DO DIREITO**

1. Natureza e significado da história do direito
2. As fontes de história do direito.

**UNIDADE II – O DIREITO DOS POVOS SEM ESCRITA**

1. O direito na organização social das comunidades ágrafas
2. Os institutos jurídicos nas comunidades ágrafas

**UNIDADE III – O DIREITO NA ANTIGUIDADE**

1. Os direitos dos povos do antigo oriente próximo: Egito, Mesopotâmia, Israel
2. O direito na civilização clássica: Grécia e Roma.
3. Direito Romano: sujeito, Estado, família, sucessão, propriedade.

**MÓDULO 2 – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO:**

- Unidade 1: **ORIGEM DO DIREITO** - Norma *agendi* (direito objetivo), *facultas agendi* (direito subjetivo), direito como sanção, conceitos de direito.
- Unidade 2: **CAUSAS ESSENCIAIS DO DIREITO;**
- Unidade 3: **DIREITO NATURAL;**
- Unidade 4: **DIREITO POSITIVO;**
- Unidade 5: **O SISTEMA JURÍDICO;**

**MÓDULO 3 – DIVISÃO DO SISTEMA JURÍDICO;**

- Unidade 1: **DIVISÃO DO DIREITO POSITIVO;**
- Unidade 2: **RAMOS DO DIREITO PÚBLICO;**
- Unidade 3: **RAMOS DO DIREITO PRIVADO;**
- Unidade 4: **RAMOS DO DIREITO DIFUSO;**

**MÓDULO 4 – FONTES DO DIREITO**

- Unidade 1: **SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO;**
- Unidade 2: **FONTES DO DIREITO CIVIL;**
- Unidade 3: **FONTES SECUNDÁRIAS DO CÓDIGO CIVIL;**
- Unidade 4: **FONTES ACESSÓRIAS;**
- Unidade 5: **FONTES MATERIAIS;**
- Unidade 6: **FONTES FORMAIS;**
- Unidade 7: **FONTES DIRETAS PRÓPRIAS;**
- Unidade 8: **FONTES INDIRETAS;**
- Unidade 9: **JURISPRUDÊNCIA;**
- Unidade 10: **COSTUMES.**

**MÓDULO 5 – LEI**

- Unidade 1: **O QUE É LEI;**
- Unidade 2: **COMO É PRODUZIDA;**
- Unidade 3: **QUEM TEM COMPETÊNCIA PARA SUA CRIAÇÃO;**

- Unidade 4: **CAMINHOS DA LEI;**
- Unidade 5: **VALIDADE DA LEI;**
- Unidade 6: **TIPOS DE LEI;**
- Unidade 7: **HIERARQUIA DAS LEIS;**
- Unidade 6: **REVOGAÇÃO DAS LEIS;**

#### **MÉTODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, contendo 10 questões, sendo 06 (seis) de múltipla escolha e 03 (três) dissertativas. Trabalhos (TAI), em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado.

O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

#### **METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos

#### **BIBLIOGRAFIAS**

##### **BÁSICA:**

##### **HISTÓRIA DO DIREITO:**

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2015.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2014.

##### **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO:**

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2003 OK (11)/2015 (4)

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, [2015]. OK (12)

REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2014. OK (13)

##### **COMPLEMENTAR:**

AZEVEDO, Luiz Carlos de. Introdução à História do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAVAZZONI,



Aluisio. História do Direito - Dos Sumérios até a nossa era. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2005.

KÜMPEL, Vitor Frederico. Introdução ao Estudo do Direito; São Paulo Método, 2009

**PLANO DE ENSINO****9. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>	<b>2º PERÍODO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO</b>		

**10. EMENTA**

Introdução à Ciência Política e a Teoria do Estado. Evolução Histórica do Pensamento Político. Origem, evolução e formação do Estado. Finalidades, funções e legitimidade do Estado. O poder estatal. Elementos Constitutivos do Estado. Formas de Estado, Formas de Governo e Sistema de Governo.

**11. OBJETIVOS**

Compreender os conceitos fundamentais da Ciência Política e do Estado partindo do referencial teórico clássico e moderno, bem como a complexidade contemporânea das relações entre Estado e sociedade.

Conhecer as principais formas, modelos e padrões que compõe o Estado Moderno e seus elementos essenciais, de modo que esteja apto a atuar na área do Direito.

Propiciar uma reflexão crítica sobre a realidade sócio-política brasileira.

**12. CONTEUDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO I: INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA E A TEORIA DO ESTADO**

O conceito de Ciência Política. Teoria do Estado e Ciência Política. Evolução Histórica do Pensamento Político.

**MÓDULO II: ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ESTADO**

As Sociedades Políticas. Origem, Formação e Evolução do Estado.

**MÓDULO III: FINALIDADES E FUNÇÕES DO ESTADO**

Atribuições do Estado. A legitimidade do Estado.

**MÓDULO IV: O ESTADO E SEUS ELEMENTOS**

Poder Estatal. Formas de Estado. Formas de Governo e Sistema de Governo. Soberania. Povo. Território.

**13. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Leitura de textos e artigos
- Seminários
- Projeção de filmes



- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (data show e outros)
- Trabalho em Grupo correspondente a 20 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.

#### 14. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula e Discussão de textos. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

#### 15. BIBLIOGRAFIAS

##### **BÁSICA:**

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 29ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de teoria do estado e ciência política. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2004.

##### **COMPLEMENTAR:**

Os clássicos da política 1: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. Francisco C. Weffort (org.). São Paulo: Ática, 2005. (8 exs.)

Os clássicos da política 2: Burker, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. São Paulo: Ática, 2005. (5 exs.)

BONAVIDES, Paulo. Do estado liberal ao estado social. São Paulo: Malheiros, 2014. (2 exs.)

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do estado. São Paulo: Globo, 2008. (2 exs.)

Introdução à história do pensamento político. Antonio Carlos Wolkmer. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. (2 exs.)

#### 16. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****9. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO:</b> Direito	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b>	<b>CARGA HORÁRIA:</b> 40h
<b>DISCIPLINA / COD:</b> LET 0983/ <b>Redação Forense</b>	<b>PROFESSOR (A):</b>

**10. EMENTA**

Fiorin (1989, p. 52) afirma que “a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. A linguagem é sempre comunicação (e, portanto, persuasão), mas ela o é na medida em que é produção de sentido.” Sendo assim, **Redação Forense** insere-se no curso de Direito com o intuito de desenvolver no aluno a capacidade de redigir textos argumentativos, levando em consideração a pertinência argumentativa e persuasiva do contexto jurídico.

**11. OBJETIVOS**

Espera-se que o estudante, ao final do semestre, seja capaz de:

Redigir textos jurídicos com coesão textual e sequenciação lógica de ideias e argumentos;  
Diferenciar e redigir textos narrativos, descritivos, dissertativos e argumentativos;  
Exercitar as técnicas de redação forense e a ter capacidade crítica quanto a uma escrita clara, concisa e isenta de vícios de linguagem.

**12. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO 1 – Coesão e Coerência Textual**

A coesão textual e seus mecanismos

A coerência textual e as condições para a existência de um texto.

**MÓDULO 2 – Tipologia Textual**

Narração

Descrição

Dissertação

Argumentação; defeitos da argumentação.

**MÓDULO 3 - A Redação Forense**

A redação forense

A comunicação jurídica

- A boa linguagem
- Uma reflexão sobre variação e o uso das palavras no discurso jurídico

#### **MÓDULO 4 – Problemas no Discurso Jurídico**

Entraves linguístico e sua repercussão no texto jurídico (24 p.)

Vícios da linguagem jurídica (16 p.)

Problemas na produção do texto jurídico (18 p.)

A complexidade da linguagem jurídica e a possibilidade de simplificação (2 p.)

O juridiquês e a linguagem jurídica: certo ou errado no discurso (13 p.)

O juridiquês (2 p.)

O juridiquês contra a cidadania (1 p.)

### **13. METODOLOGIA**

- Aulas expositivas/ Debates;
- Seminários;
- Leitura de Textos e Artigos;
- Trabalho/Exercício Individual;
- Trabalho/Exercício em Grupo: discussão oral dos textos referentes ao quarto módulo, o qual corresponderá a 50% do **Trabalho Acadêmico Efetivo** (TAE);
- Trabalho/Exercício Individual escrito sobre textos do quarto módulo, que corresponderá a 50% do **Trabalho Acadêmico Efetivo** (TAE).

### **14. AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e VF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina. O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a verificação final (VF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco). Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na VF estará reprovado na disciplina. **O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.**

### **15. BIBLIOGRAFIA**

**BÁSICA:**

KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Editora Contexto, 2012. OK

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.OK

SABBAG, Eduardo. *Manual de português jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2013.OK

**COMPLEMENTAR:**

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: PubliFolha,, 2010. OK

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: 2010.OK

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. *Curso de Português Jurídico*. São Paulo: Atlas, 2004. OK

NADÓLSKIS, Hêndricas & TOLEDO, Marleine Paula M.F. *Comunicação Jurídica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. OK

TRUBILHANO, Fábio; HENRIQUES, Antonio. *Linguagem Jurídica e Argumentação: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2013, 2.ed. OK

**16. VALIDAÇÃO**

<b>PROFESSOR</b>	<b>COORDENADOR</b>
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>

**PLANO DE ENSINO****IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO:</b> Direito	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b>	<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80 horas
<b>DISCIPLINA / COD:</b> Filosofia Geral e Jurídica	<b>PROFESSOR (A):</b>

**EMENTA**

Noções de Filosofia Geral e Filosofia Jurídica. Objetos de estudo da Filosofia com suas implicações no estudo do Direito. Jurisprudência Romana. Filosofias Jurídicas e as controvérsias atuais. Principais pensadores da Filosofia do Direito, breve histórico do pensamento jurídico desde seus primórdios até a Pós-Modernidade.

**OBJETIVOS****GERAL**

Propiciar aos graduandos do curso de Direito a ocasião aprofundamento temático, estímulo à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica e da consciência cidadã.

**ESPECÍFICOS**

Desenvolver uma visão ampla e crítica do Direito, com base nos postulados da Filosofia apreendidos nas diferentes posições filosóficas do Direito apresentadas e debatidas em sala de aula. Contribuir para que os alunos desenvolvam conhecimentos que possibilitem a solução de problemas teóricos e práticos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- UNIDADE I: Introdução à Filosofia; Passagem da consciência mítica para o pensamento racional; o nascimento da Filosofia e da Democracia; método de estudo da Filosofia, definições contemporâneas.
- UNIDADE II: Temas atuais da Filosofia do Direito e do Estado; breve histórico do Pensamento Jurídico; A Filosofia do Direito Romano; os Fundamentos do Direito; os Fundamentos da Justiça; Questão dos Valores; os Fundamentos do Direito de Punir.

**METODOLOGIA**

- Aulas expositivas e dialógicas/ Debates;



- Leitura de Textos e Artigos;
- Trabalho individual sobre "Filosofia do Direito", correspondente a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.

## AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula, provão do Inesc, provas progressivas e uma prova conclusiva. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

## BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA:

**CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2005 (5 exs.)**

**MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2006. (13 exs)**  
**REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2007.OK**

**COMPLEMENTAR:CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. (3 exs.)**

**Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito. Clarence Morris (org.). São Paulo: Martins Fontes, 2002. (3 exs.)**

**CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2004. (2 exs.)**

**DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia do direito e à lógica jurídica, norma jurídica e aplicação do direito. São Paulo: Saraiva, 2012. (9 exs.)**

**SALDANHA, Nelson. Ordem e hermenêutica. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. (2 exs.)**

## VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:



--	--



**PLANO DE ENSINO****• IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO: DIREITO</b>	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b>	<b>CARGA HORÁRIA: 80 hs/4hs SEMANAIS</b>
<b>DISCIPLINA / COD: DIREITOCONSTITUCIONAL I</b>	<b>PROFESSOR (A):</b>

**• EMENTA**

O direito constitucional e o relacionamento com os demais ramos do direito. O poder constituinte. Conceito e espécies de Constituição. Formação constitucional do Brasil. A constituição de 1988. A supremacia jurídica da constituição e mecanismo de reforma constitucional. Espécies de normas constitucionais. A organização do Estado brasileiro. Competências legislativas e administrativas. Princípios da Administração Pública. Poder Legislativo. Competência da Câmara e do Senado. Comissões Parlamentares de Inquérito. Poder Executivo. Competência. Impeachment.

**• OBJETIVOS**

A disciplina tem como escopo familiarizar o aluno com o arcabouço do Direito Constitucional. Por isso, estudam-se o conceito e espécies de Constituição, tipologia das normas constitucionais. O curso também visa a familiarizar o aluno com a organização do Estado brasileiro, as competências legislativas e administrativas dos entes federativos. Estuda-se também o Poder Legislativo e Executivo.

**• CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****UNIDADE I – DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 1.1 Origens e natureza
- 1.2 Teoria
- 1.3 Titularidade

## **UNIDADE II – O PODER CONSTITUINTE**

- 2.1 Poder Constituinte originário
- 2.2 Poder Constituinte derivado
- 2.3 Limitações
- 2.4 Poder constituinte decorrente

## **UNIDADE III – A CONSTITUIÇÃO**

- 3.1 Conceito
- 3.2 Objeto
- 3.3 Elementos
- 3.4 Classificação das normas constitucionais

## **UNIDADE IV – A SUPREMACIA JURÍDICA**

- 4.1 Rigidez Constitucional
- 4.2 Classificação das normas constitucionais
- 4.2. Mecanismos de reforma constitucional

## **UNIDADE V- A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO**

- 5.1. Os entes da Federação
- 5.2 Competência legislativa e administrativa dos entes da Federação

## **UNIDADE VI – PROCESSO LEGISLATIVO**

- 6.1 Emenda Constitucional
- 6.2 Lei Complementar
- 6.3 Lei Ordinária
- 6.4 Lei Delegada
- 6.5 Medida Provisória

6.6 Decreto Legislativo

6.7 Resolução

#### UNIDADE VIII- PODER LEGISLATIVO

8.1. Competências do Congresso, da Câmara e do Senado

8.2. Comissões Parlamentares de Inquérito

#### UNIDADE IX- PODER EXECUTIVO

8.2. Competências do Presidente e dos Ministros

8.3. Impeachment

#### • METODOLOGIA

- Aulas expositivas/ Debates;
- Seminários;
- Leitura de Textos e Artigos;
- Trabalho/Exercício Individual sobre o assunto Imunidades parlamentares, que corresponde a 4 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);

#### • AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula, provão do Inesc, provas progressivas e uma prova conclusiva. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

#### • BIBLIOGRAFIA

**BÁSICA:**

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2015. (16 exs.)

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015. (12 exs.)

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014. (8 exs.)

**COMPLEMENTAR:**

MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2015. (4 exs.)

MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015. (8 exs.)

CHIMENTI, Ricardo Cunha...[et. al.] Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010. (9 exs.)

MARTINS, Flávia Bahia. Direito constitucional. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012. (9 exs.)

**• VALIDAÇÃO**

<b>PROFESSOR</b>	<b>COORDENADOR</b>
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>

**PLANO DE ENSINO****17. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO:</b> DIREITO	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b> 2º Período	<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80 hs
<b>DISCIPLINA / COD:</b> DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL I) / DIR2642	<b>PROFESSOR (A):</b>

**18. EMENTA**

Parte geral do código civil. Direito civil: conceito, origens e fontes. Das pessoas. Pessoa natural e pessoa jurídica. Domicílio. Direitos da personalidade. Objeto da relação jurídica: bens e noção de patrimônio. Dos bens. Classificação dos bens: bens considerados em si mesmos, bens reciprocamente considerados. Bens públicos e bens particulares; bens no comércio e fora dele. Bem de família. Direitos registráveis e direitos não registráveis. Registro de bens móveis e de bens imóveis.

**19. OBJETIVOS**

A disciplina de Direito Civil parte geral I tem como desiderato compreender a importância e a dinamicidade do direito civil, a partir de um enfoque principiológico e da visão civil-constitucional da matéria. Ademais, visa identificar os principais institutos da parte geral, reconhecendo-os como elementos necessários para o entendimento da parte especial do Código Civil e para a compreensão do direito, como um todo. Busca, também, realizar a interconexão entre os vários ramos do direito, a partir do estudo da parte geral de acordo com a concepção contemporânea de direito civil, calcada na construção de pontes entre o direito público e privado/direito interno e internacional.

**20. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****UNIDADE 1 - PESSOAS NATURAIS**

1.1 - O início da vida e a outorga da personalidade jurídica: direito interno x direito internacional.

1.2 - A pessoa: personalidade e capacidade.

1.2.1 - Os direitos de personalidade: direito à vida e à integridade física, direitos morais e direitos psíquicos.

1.2.2 - As incapacidades e formas de representação e assistência.

1.3 – Ausência.

1.4 - O fim da personalidade jurídica.

## UNIDADE 2 - PESSOAS JURÍDICAS

2.1 - Natureza das pessoas jurídicas.

2.2 - Classificação das pessoas jurídicas.

2.3 - Constituição e registro das pessoas jurídicas.

2.4 - Associações e fundações.

2.5 - Representação das pessoas jurídicas.

2.6 - Responsabilidade das pessoas jurídicas.

2.7 - Desconsideração da pessoa jurídica.

## UNIDADE 3 - DOMICÍLIO

3.1 - Conceito e importância.

3.2 - Espécies de domicílio.

3.3 - Domicílio da pessoa natural.

3.4 - Domicílio da pessoa jurídica.

## UNIDADE 4 - OBJETO DE DIREITOS: BENS

4.1 - Os bens como objeto de relações jurídicas.

4.2 - O patrimônio geral e patrimônios especiais.

4.3 - Classificação dos bens.

## 21. METODOLOGIA

- Aulas expositivas/ Debates;
- Seminários;

- Leitura de Textos e Artigos;
- Trabalho/Exercício Individual sobre o assunto A pessoa: personalidade e capacidade, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício Individual sobre o assunto Representação das pessoas jurídicas, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício em Grupo sobre o assunto Espécies de domicílio, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício em Grupo sobre o assunto O patrimônio geral e patrimônios especiais, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE).

## 22. AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula, provão do Inesc, provas progressivas e uma prova conclusiva. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

## 23. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA:

**GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1 (8 exs.)**  
**VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2015. v.1 (8 exs.)**  
**PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: introdução ao direito civil, teoria geral de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v.1 (8 exs.)**

OK

### COMPLEMENTAR:

**COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2014. (4 exs.)**  
**RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2007. (13 exs.)**



**CASTRO, Guilherme Couto de.** Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões. Niterói/RJ: Impetus, 2012, (12 exs.)  
**DINIZ, Maria Helena.** Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1 (8 exs.)  
**WALD, Arnoldo.** Direito civil: introdução e parte geral. São Paulo: Saraiva, 2003. (3 exs.)

## 24. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****17. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>	<b>DIR0872</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Teoria do Processo</b>		

**18. EMENTA**

Noções preliminares. Direito Processual: conceito e fontes. Norma processual: aplicação no tempo e no espaço e interpretação. Jurisdição. Organização Judiciária Federal e Estadual: Juiz, Ministério Público, órgãos auxiliares de justiça. Competência. Ação: natureza jurídica, requisitos, elementos, concurso. Processo: conceito, natureza jurídica, espécies, objeto, pressupostos, procedimentos e princípios. Relação jurídica processual e seus sujeitos. Litisconsórcio. Fatos e atos processuais. Nulidades. Noções gerais de sentença, recursos e coisa julgada.

**19. OBJETIVO**

Proporcionar conhecimentos de Teoria Geral do Processo, englobando-se noções introdutórias de Direito Processual Constitucional, Civil, Penal e Trabalhista, levando-se em consideração o raciocínio lógico-jurídico. Desenvolver estudo sistemático das normas pertinentes ao tema, bem como da doutrina e jurisprudência.

**20. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO 1. NOÇÕES PRELIMINARES**

Bem de vida, Conflito de interesses, Pretensão, Lide. Formas de solução dos conflitos de interesse. Interesses difusos, coletivos e homogêneos.

**MÓDULO 2. DIREITO PROCESSUAL**

Conceito e fontes. Evolução histórica. Processo Constitucional e Estado Democrático de Direito. A Norma Processual, sua interpretação e aplicação no tempo e espaço. Princípios gerais da Teoria Geral do Processo

**MÓDULO 3. JURISDIÇÃO**

Conceito e perfil tríplice: poder, função e atividade do estado. Características, espécies e finalidades da jurisdição. Órgãos e Organização do poder judiciário: O Juiz, Órgãos Auxiliares da Justiça, Ministério Público e o Advogado. Competência. Jurisdição Voluntária

**MÓDULO 4. AÇÃO**

Teorias, conceito e natureza Jurídica sobre o direito de ação. Condições da ação. Classificação e Individualização das ações. Cumulação e concorrência de ações. Exceção (defesa do réu).

**MÓDULO 5. PROCESSO**

Conceito, natureza jurídica e espécies. Processo e procedimento. Escopos do processo: instrumentalidade e efetividade. Princípios informativos. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Fatos e atos processuais: forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Nulidades processuais. Noções gerais de sentença, recursos e coisa julgada

**21. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (datashow e outros)

**22. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

A AVALIAÇÃO LEVARÁ EM CONTA A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NAS ATIVIDADES INDIVIDUAIS E EM GRUPO, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ESCRITOS E PROVAS.

**23. BIBLIOGRAFIAS****BÁSICA:**

**CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2015. (8 exs.)**  
**ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria geral do processo. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (8 exs.)**  
**MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil: teoria geral do processo civil. São Paulo: RT, 2015. (18 exs.)**

**COMPLEMENTAR:**

**MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Atlas, 2015. (4 exs.)**  
**CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.1 (12 exs.)**  
**GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo e auxiliares da justiça. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1 (9 exs.)**  
**CONRADO, Paulo Cesar. Introdução à teoria geral do processo civil. São Paulo: Max Limonad, 2003. (2 exs.)**  
**BATISTA, Francisco de Paula. Compêndio de teoria e prática do processo civil. Campinas/SP: Russell, 2002.**

**24. VALIDAÇÃO**



PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****25. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE/ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>	<b>3º PERÍODO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>40 horas (2 horas/sem)</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PSI0172</b>	<b>PROFESSORA</b>	
<b>E-MAIL</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>PSICOLOGIA JURÍDICA</b>		

**26. EMENTA**

A prática psicológica pericial vem se firmando e se aprimorando de modo a atender à demanda judicial. Somam-se a isso anos de prática ininterrupta, análises das implicações conceituais e aplicações práticas que objetivam reordenar as diversas maneiras de observar e lidar com o judiciário. Mais recentemente, há uma necessidade premente de formação especializada, uma vez que ambas as ciências – Psicologia e Direito – são muito diferentes entre si. A Psicologia, enquanto ciência que se ocupa com o estudo do ser humano, pode contribuir para melhorar a aplicação do Direito.

**27. OBJETIVO**

Analisar as implicações teóricas e aplicações práticas da Psicologia junto à área do Direito, com o intuito de promover discussões acerca dessa prática. Identificar as interfaces teóricas que integram o objeto de estudo da Psicologia Jurídica e redefini-lo. Ademais, pretende-se apresentar a Psicologia Jurídica enquanto campo de investigação especializado, cujo objeto de estudo é o comportamento dos atores do fato jurídico no âmbito do Direito, da Lei e da Justiça.

**28. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****Unidade I | Histórico da Psicologia Jurídica no Brasil**

- Conceito de Psicologia Jurídica
- Surgimento da necessidade do olhar psicológico sobre o Direito
- Direito Penal como precursor das práticas psicológicas no campo do Direito
- Avanços da Psicologia Jurídica nas demais áreas do Direito

**Unidade II | Medidas Socioeducativas**

- Violência e Juventude
- Conceitos subjacentes às medidas socioeducativas
- Aspectos propiciadores da violência

**Unidade III | Criminologia e Direitos Humanos**

- Conceito de crime sob o enfoque da Psicologia Jurídica

- Depoimentos, testemunhas e o criminoso

- Direitos Humanos

#### **Unidade IV | Adoção**

- Fases processual e extraprocessual da adoção

- Diretrizes da Adoção no Brasil

- Adaptação da nova família

#### **Unidade V | Acolhimento Institucional**

- Acolhimento institucional de crianças e adolescentes

- Consequências do acolhimento prolongado

#### **Unidade VI | Família**

- Processos de organização familiar

- Alienação Parental

- Divórcio e guarda dos filhos

- Destituição do Poder Familiar

#### **Unidade VII | Psicologia Jurídica & Direito do Trabalho**

- Saúde mental no trabalho

- *Stress* e qualidade de vida no trabalho

### **29. METODOLOGIA UTILIZADA**

Aulas teóricas expositivo-participativas

Trabalhos em grupo

Projeção de filmes

Estudos de casos

Utilização de recursos audiovisuais (*datashow* e outros)

Seminários e debate de filme correspondentes a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo

### **30. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos intra e extraclasse, exercícios e Seminários, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das

avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

**Considerando o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final.**

Será considerado(a) aprovado(a) o(a) aluno(a) que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2), computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O(A) aluno(a) que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro), fará a avaliação final (AF), sendo aprovado(a) se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o(a) aluno(a) obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF, estará reprovado(a) na disciplina.

O(A) aluno(a) deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado(a), se for inferior.

### 31. BIBLIOGRAFIAS

#### **BÁSICA:**

FIORELLI, J. O. MANGINI, R. C. R. **Psicologia Jurídica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010. OK

PINHEIRO, C. **Psicologia Jurídica**. Coleção Direito Vivo. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, D. M. P. **Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. OK

#### **COMPLEMENTAR:**

CAIRES, M. A. de F. **Psicologia Jurídica: implicações conceituais e aplicações práticas**. São Paulo: Vetor Editora, 2003. OK

GONÇALVES, H. S. **Infância e violência no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora/Faperj, 2003.

GROENINGA, G. C., PEREIRA, R. da C. **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

RAMOS, P. A. **Acolhimento institucional de crianças e suas consequências**. In PAULO, B. M. Psicologia na prática jurídica – a criança em foco. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SHINE, S. **A espada de Salomão: a Psicologia e a disputa de guarda dos filhos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

### 32. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

## PROGRAMA DE DISCIPLINA

## 1. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	DIREITO
DISCIPLINA	Hermenêutica Jurídica
CARGA HORÁRIA	40 HORAS

## 2. EMENTA

Conceito e objeto da Hermenêutica jurídica. Evolução histórica do pensamento hermenêutico. Teoria da interpretação. Elementos e métodos de interpretação. Lógica da aplicação da norma jurídica e teoria do argumento jurídico. Processos de integração do direito.

## 3. OBJETIVO

O objetivo é de apresentar as formas diversas em se pensar o Direito. Indicar ao aluno o discurso jurídico e ainda as formas estruturar a lei e os documentos legais. Permitir ao aluno de Direito o conhecimento de princípios e de regras necessários para a interpretação e aplicação da Lei ao caso em que se esteja a analisar (caso concreto). Indicar meios para sistematização dos processos que indicam as reais expressões do Direito.

## 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONCEITO DE HERMENÊUTICA  
DISTINÇÃO ENTRE AS NOÇÕES DE HERMENÊUTICA  
INTERPRETAÇÃO, APLICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO  
NORMA JURÍDICA  
MOMENTOS POLÍTICOS JURÍDICOS NA BUSCA DA NORMA JUSTA  
ESCOLAS HERMENÊUTICAS  
Escolas de estrito legalismo ou dogmatismo  
Escolas de reação ao legalismo ou dogmatismo  
OS PRINCÍPIOS DA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL  
TEORIA DA NORMA JURÍDICA  
VALIDADE DA NORMA JURÍDICA, VIGÊNCIA, EFICÁCIA  
ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA  
CONFLITO DE LEIS NO TEMPO

## 5. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

**REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2015. (17 exs.)**  
**MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2006. (13 exs.)**  
**BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Cone Editora, 1995. (3 exs.)**

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

**CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. (3 exs.)**

**Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito. Clarence Morris (org.). São Paulo: Martins Fontes, 2002. (3 exs.)**

**CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2004. (2 exs.)**

**DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia do direito e à lógica jurídica, norma jurídica e aplicação do direito. São Paulo: Saraiva, 2012. (9 exs.)**

**SALDANHA, Nelson. Ordem e hermenêutica. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. (2 exs.)**

**PLANO DE ENSINO**

**33. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Direito Constitucional II</b>		

**34. EMENTA**

Organização do Estado. Organização dos Poderes. Processo Legislativo. Controle de Constitucionalidade. Defesa do Estado.

**35. OBJETIVO**

Apresentar ao bacharelado a organização e o funcionamento do Sistema Jurídico Brasileiro numa postura construtiva e analítica dos princípios, regras e jurisprudência formadores da Ciência do Direito; desenvolver o raciocínio jurídico e a visão crítica dos institutos jurídicos a fim de ensinar a criação de novos processos de criação do Direito; formar e preparar profissionais aptos a exercerem a advocacia em sua plenitude de expressão, bem como prepará-los a assumirem cargos jurídicos que requerem o diploma de bacharel em Direito. Como justificativa, ressalta-se a importância do conteúdo em razão do foco abordado pelos principais doutrinadores da matéria, bem como o requerido pela OAB em seu exame unificado.

**36. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**MÓDULO 1 – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

- Unidade 1: Organização Político-Administrativa
- Unidade 2: Repartição de Competências
- Unidade 3: Da União
- Unidade 4: Dos Estados Federados
- Unidade 5: Dos Municípios
- Unidade 6: Do Distrito Federal e Dos Territórios
- Unidade 7: Intervenção

**MÓDULO 2 – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

- Unidade 1: Separação das Funções Estatais
- Unidade 2: Do Poder Legislativo
- Unidade 3: Do Poder Executivo
- Unidade 4: Do Poder Judiciário
- Unidade 4: Das Funções Essenciais à Justiça

**MÓDULO 3 – PROCESSO LEGISLATIVO**

- Unidade 1: Conceito
- Unidade 2: Espécies Normativas
- Unidade 3: Processo Legislativo Ordinário

**MÓDULO 4 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE**

- Unidade 1: Conceito
- Unidade 2: Controle Preventivo
- Unidade 3: Controle Repressivo
- Unidade 4: Ação Direta de Inconstitucionalidade
- Unidade 5: Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva
- Unidade 6: Ação de Inconstitucionalidade por Omissão
- Unidade 7: Ação Declaratória de Constitucionalidade



Unidade 8: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

### MÓDULO 5 – DEFESA DO ESTADO

Unidade 1: Estado de Defesa

Unidade 2: Estado de Sítio

#### 37. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Aulas Expositivas/Debates

Seminários

Leitura de Textos e Artigos

Trabalho/Exercício que corresponde a 20 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE)

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios (Trabalho Acadêmico Efetivo - TAE), totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina. O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco). Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado. O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

#### 38. BIBLIOGRAFIAS

##### BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2015. (16 exs.)

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015. (12 exs.)

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014. (8 exs.)

##### COMPLEMENTAR:

MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2015. (4 exs.)

MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2015. (8 exs.)

CHIMENTI, Ricardo Cunha...[et. al.] Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010. (9 exs.)

MARTINS, Flávia Bahia. Direito constitucional. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012. (9 exs.)

#### 39. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:



**PLANO DE ENSINO****25. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO:</b> DIREITO	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b>	<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80 hs
<b>DISCIPLINA / COD:</b> DIREITO CIVIL II / DIR2645	<b>PROFESSOR (A):</b>

**26. EMENTA**

Fatos e atos jurídicos. Classificação dos atos jurídicos. Distinção entre ato jurídico em sentido estrito e negócio jurídico. Teoria do negócio Jurídico: planos da existência, da validade e da eficácia. Defeitos da vontade na formação dos negócios jurídicos. A incongruência entre a vontade e a sua manifestação: erro ou ignorância, dolo, coação e estado de perigo. O fim ilícito desvirtua o ato: lesão, simulação, fraude contra credores. Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo. O sistema das nulidades: atos nulos e atos anuláveis. Nulidade e inexistência. Atos ilícitos e a distribuição equitativa dos prejuízos. Prescrição e decadência.

**27. OBJETIVOS**

A disciplina de Direito Civil parte geral II tem como desiderato compreender a importância e a dinamicidade do direito civil, a partir de um enfoque principiológico e da visão civil-constitucional da matéria. Ademais, visa identificar os principais institutos da parte geral, reconhecendo-os como elementos necessários para o entendimento da parte especial do Código Civil e para a compreensão do direito, como um todo. Busca, também, realizar a interconexão entre os vários ramos do direito, a partir do estudo da parte geral de acordo com a concepção contemporânea de direito civil, calcada na construção de pontes entre o direito público e privado/direito interno e internacional.

**28. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

UNIDADE 1- FATOS JURÍDICOS

1.1 - O negócio jurídico.

1.2 - Requisitos de existência do negócio jurídico.

1.3 - Requisitos de validade do negócio jurídico: causas de nulidade e anulação.

1.4 - Interpretação do negócio jurídico.

## UNIDADE 2 - A EFICÁCIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

2.1- Elementos acidentais do negócio jurídico e seus reflexos na eficácia do negócio jurídico.

2.2- Condição: noção, classificação e efeitos.

2.3- Termo e prazo.

2.4- Encargo.

## UNIDADE 3 - ATOS ILÍCITOS

3.1- Conceito de ilícito.

3.2- Elementos caracterizadores dos ilícitos.

3.3- As causas excludentes de ilicitude.

3.4- As consequências da prática do ato ilícito no campo do direito civil.

## UNIDADE 4 - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

4.1- Conceituação e natureza jurídica dos institutos.

4.2- A abordagem do instituto a partir da teoria das ações.

4.3- Ações perpétuas.

4.4- Características da prescrição: a Suspensão e interrupção.

4.5- Prazos prescricionais.

4.6- Decadência: finalidade e efeitos e prazos decadenciais.

## UNIDADE 5 - FORMA E PROVA DOS ATOS JURÍDICOS

5.1- Forma do negócio jurídico.

5.2- Prova do negócio jurídico.

5.3- Meios de prova previstos na lei civil.

## 29. METODOLOGIA

- Aulas expositivas/ Debates;
- Seminários;
- Leitura de Textos e Artigos;
- Trabalho/Exercício Individual sobre o assunto Requisitos de existência do negócio jurídico, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício Individual sobre o assunto Elementos acidentais do negócio jurídico, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício em Grupo sobre o assunto Forma do negócio jurídico, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício em Grupo sobre o assunto Prova do negócio jurídico, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE).

## 30. AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula, provão do Inesc, provas progressivas e uma prova conclusiva. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

## 31. BIBLIOGRAFIA

### **BÁSICA:**

- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. São Paulo: Sraiva, 2015. v.2 (8 exs.)**
- VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Atlas, 2015. v.2 (8 exs.)
- CASTRO, Guilherme Couto de. Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões.. Niterói/RJ: Impetus, 2012. (12 exs.)

**COMPLEMENTAR:**

**BRASIL. Código civil e constituição federal. São Paulo: Saraiva, 2015. (4 exs.)**

**DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações contatuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2015. v.3 (4 exs.)**

**PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (2 exs.)**

**NORONHA, Fernando. Direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2013. (2 exs.)**

**WALD, Arnoldo. Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2 (2 exs.)**

**32. VALIDAÇÃO**

<b>PROFESSOR</b>	<b>COORDENADOR</b>
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>

**PLANO DE ENSINO**

**40. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Direito Administrativo I</b>		

**41. EMENTA**

Princípios do Direito Administrativo. Organização da Administração Pública. Ato Administrativo. Poderes Administrativos. Agentes Públicos. Responsabilidade Civil Extracontratual da Administração Pública. Improbidade Administrativa.

**42. OBJETIVO**

Apresentar ao bacharelando a organização e o funcionamento do Sistema Jurídico Brasileiro numa postura construtiva e analítica dos princípios, regras e jurisprudência formadores da Ciência do Direito; desenvolver o raciocínio jurídico e a visão crítica dos institutos jurídicos a fim de ensejar a criação de novos processos de criação do Direito; formar e preparar profissionais aptos a exercerem a advocacia em sua plenitude de expressão, bem como prepará-los a assumirem cargos jurídicos que requerem o diploma de bacharel em Direito. Como justificativa, ressalta-se a importância do conteúdo em razão do foco abordado pelos principais doutrinadores da matéria, bem como o requerido pela OAB em seu exame unificado.

**43. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**MÓDULO 1 – PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO**

Unidade 1: Princípios Expressos na Constituição da República Federativa do Brasil

Unidade 2: Princípios Implícitos

**MÓDULO 2 – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Unidade 1: Administração Pública Direta (Órgãos Públicos)

Unidade 2: Administração Pública Indireta

**MÓDULO 3 – ATO ADMINISTRATIVO**

Unidade 1: Elementos do Ato Administrativo

Unidade 2: Atributos do Ato Administrativo

Unidade 3: Classificação dos Atos Administrativos

Unidade 4: Discricionariedade e Vinculação

Unidade 5: Espécies de Atos Administrativos

Unidade 6: Extinção dos Atos Administrativos

**MÓDULO 4 – PODERES ADMINISTRATIVOS**

Unidade 1: Poder Vinculado

Unidade 2: Poder Discricionário

Unidade 3: Poder Hierárquico

Unidade 4: Poder Disciplinar

Unidade 5: Poder Regulamentar

Unidade 6: Poder de Polícia

Unidade 7: Uso e Abuso de Poder

**MÓDULO 5 – AGENTES PÚBLICOS**

Unidade 1: Regime Jurídico Funcional

Unidade 2: Agentes Políticos

Unidade 3: Particulares em Colaboração com o Poder Público

- Unidade 4: Agentes Administrativos
- Unidade 5: Cargo, Emprego e Função
- Unidade 6: Acessibilidade
- Unidade 7: Estabilidade
- Unidade 8: Estipêndio
- Unidade 9: Acumulação de Cargos e Funções
- Unidade 10: Direito de Greve
- Unidade 11: Regime Previdenciário

#### **MÓDULO 6 – RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- Unidade 1: Evolução
- Unidade 2: Responsabilidade Objetiva
- Unidade 3: Responsabilidade Subjetiva
- Unidade 4: Responsabilidade por Atos Comissivos e Omissivos
- Unidade 5: Direito de Regresso
- Unidade 6: Responsabilidade por Atos Legislativos e Judiciais

#### **MÓDULO 7 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

- Unidade 1: Espécies de Improbidade
- Unidade 2: Sujeito Ativo
- Unidade 3: Sujeito Passivo
- Unidade 4: Sanções
- Unidade 5: Questões Processuais

#### **44. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (datashow e outros)
- Trabalho em Grupo (Seminário) correspondente a 20 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.

#### **45. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios (Trabalho Acadêmico Efetivo - TAE), totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina. O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco). Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado. O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

#### **46. BIBLIOGRAFIAS**

##### **BÁSICA:**

- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2014. (24 exs.)  
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2015. (12 exs.)  
CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2015. (8 exs.)

##### **COMPLEMENTAR:**



GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012. (4 exs.)  
JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2015. (12 exs.)  
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Método, 2015. (11 exs.)  
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (12 exs.)  
GONÇALVES, Andreia. **Legislação Administrativa e correlata**. Niterói/RJ: Impetus, 2013. (14 exs.).

**47. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

## PLANO DE ENSINO

**33. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO: DIREITO</b>	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b>	<b>CARGA HORÁRIA: 40 hs</b>
<b>DISCIPLINA / COD: DIREITO DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS</b>	<b>PROFESSOR (A):</b>

**34. EMENTA**

Introdução ao Direito de Informática. A Lei do Processo Eletrônico. Direito do Consumidor no meio Eletrônico. Responsabilidade Civil dos Provedores. Monitoramento Eletrônico. Crimes Contra Honra e Estelionato Eletrônico. Contratos Eletrônicos. O Valor Probante das Provas Obtidas no Meio Eletrônico.

**35. OBJETIVOS**

Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade tocantinense e brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas, às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.

**36. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Internet. Conceito. Histórico. Funcionamento

Delimitação de conceitos

Legislação em meios eletrônicos

Propriedade intelectual e material

Consumidor digital

Justiça digital

Marco civil da internet

### 37. METODOLOGIA

- Aulas expositivas/ Debates;
- Seminários;
- Leitura de Textos e Artigos;
- Trabalho/Exercício Individual sobre o assunto Consumidor Digital, que corresponde a 2(duas) horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício Individual sobre o assunto Justiça digital, que corresponde a 2(duas) horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);

### 38. AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula, provão do Inesc, provas progressivas e uma prova conclusiva. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

### 39. BIBLIOGRAFIA

#### **BÁSICA:**

Ascensão, José de Oliveira. Direito da internet e da sociedade da informação : estudos. Rio de Janeiro : Forense, 2002.

Corrêa, Gustavo Testa. Aspectos jurídicos da Internet. São Paulo : Saraiva, 2000. (Fora de

catálogo)

Peck, Patrícia. Direito Digital. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010

**COMPLEMENTAR:**

Gouvea, Sandra. O direito na era digital. 1ª edição. São Paulo: editora Mauad.

PAESANI, Lilians Minardi. Direito e internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2014. OK

Sleiman, Cristina Moraes; Peck, Patrícia. Direito Digital no dia a dia. 1ª edição. São Paulo: Saraiva.

Sharp, Ronald. Código de Defesa do Consumidor Anotado . 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense universitária. OK

Xavier de Freitas Crespo, Marcelo. Crimes Digitais. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva OK

#### 40. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

<b>23. DIREITO PENAL I</b>	<b>Carga Horária: 80</b>
<b>EMENTA:</b> Das Penas e seus critérios de aplicação. Origens e Finalidades da pena. Espécies de penas. Aplicação da pena. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. Execução das	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> 1) Dar ao aluno uma visão panorâmica do Direito Penal, enfatizando aspectos teóricos e práticos da Teoria da Pena. Analisando vários pontos relevantes, bem como: Concurso de Crimes. Dos Crimes Aberrantes. Limite das Penas. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação Criminal. Medida de Segurança. Conhecer os tipos de ação penal.	
<b>METODOLOGIA:</b> Aulas expositivas e discursivas. Apresentação de casos práticos. Pesquisas doutrinárias e	
<b>SISTEMA DE AVALIAÇÃO:</b> Provas discursivas, com questões objetivas e casos práticos, a serem solucionados com o auxílio de legislação pertinente.	

### OBJETIVOS GERAIS

- Reconhecer no Direito Penal o direito de Liberdade, compreendendo o sentido político, social e ético do direito de punir
- Analisar a aplicação da pena como instrumento de reabilitação do condenado
- Identificar as várias espécies de pena decorrentes da condenação penal

### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

- Leitura para compreensão da doutrina sobre o crime visando a correta aplicação das penas cominadas
- Utilização e domínio dos conceitos relacionados às várias espécies de pena para a adequada aplicação do Direito
- Uso correto da terminologia jurídica na aplicação e interpretação do Direito Penal

### PROCEDIMENTOS DE ENSINO

- Aulas expositivas, estudos dirigidos e estudo de casos

### RECURSOS DE ENSINO

- Recursos materiais: Código Penal e Constituição Federal
- Estudo de casos concretos. Exercícios. Discussão sobre casos atuais lançados na mídia

### ATIVIDADES EXTRACLASSE (Trabalho Acadêmico Efetivo: mínimo 10 Horas/aula)

- Pesquisa de doutrina na Biblioteca. Exercícios ou trabalhos fora de sala de aula. Resolução de problemas jurídicos. Pesquisa na internet sobre legislação ou jurisprudência. Elaboração de petições e peças processuais. Sessões de filmes. Outros.

**UNIDADE I - TEORIA DA PENA**

## Generalidades

Conceito

Teorias

Finalidades da pena

Características

Classificação

Sistemas penitenciários

## Penas privativas de liberdade

Regimes penitenciários

• Regime fechado

• Regime semi-aberto

• Regime aberto

• Regime especial

Direitos do preso

Remição

Superveniência de doença mental

Detração

## Penas restritivas de direitos

Espécies

Pena pecuniária

Perda de bens e valores

Prestação de serviços à comunidade

Interdição temporária de direitos

Limitação de fim de semana

Aplicação das penas restritivas de direitos

## Pena pecuniária

Cálculo da pena de multa

Pagamento da pena de multa

Conversão e revogação da pena de multa

Multas substitutiva

Suspensão da execução da multa

## Aplicação da pena

Etapas da fixação da pena

Circunstâncias judiciais

Circunstâncias legais

## Concurso aparente de normas

Conceito

Princípio da Especialidade

Princípio da Subsidiariedade Causal

Princípio da Consumção

**UNIDADE II – CONCURSO DE CRIMES**

Concurso material

Concurso formal

Concurso continuado

**UNIDADE III – DOS CRIMES ABERRANTES**

Erro na execução

Resultado diverso do pretendido

Aberratio

causae

**UNID  
ADE  
IV –  
LIMIT  
E  
DAS  
PEN  
AS**

4.1.Pr  
incípi  
o da  
limita  
ção  
das  
penas.

Limite das penas.  
Unificação das penas.

**UNIDADE V – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA**

Conceito  
Requisitos  
Espécies  
Aplicação  
Revogação

**UNIDADE VI – LIVRAMENTO CONDICIONAL**

Conceito.  
Requisitos e condições.  
Procedimentos.  
Revogação.  
Extinção da pena

**UNIDADE VII – EFEITOS DA CONDENAÇÃO**

Efeitos genéricos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1 (4 exs.)

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. São Paulo: 2015. (4 exs.)

MIRABETE, Julio Fabrini, FABRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte geral. São Paulo: Atlas. 2015. v.1 (4 exs.)

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2016. v.1 (2 exs.)

JESUS, Damásio de. Direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1 (2 exs.)

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1 (2 exs.)

GRECO, Rogério. Resumos gráficos de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2012. v.1 (4 exs.)

ZAFFARONI, E. Raúl. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan. 2013. v.1 (2 exs.)

**PLANO DE ENSINO****48. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Direito Processual Civil I</b>		

**49. EMENTA**

Formação, suspensão e extinção do processo. Petição e citação iniciais. Respostas do réu: contestação, reconvenção e exceção. Impugnação ao valor da causa. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas e procedimento probatório. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Coisa julgada.

**50. OBJETIVO**

Efetuar o estudo do Processo de Conhecimento de primeiro grau, levando-se em consideração o raciocínio lógico jurídico. Desenvolver estudo sistemático e crítico das normas pertinentes ao tema, bem como da doutrina e jurisprudência.

**51. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO 1. SUJEITOS DO PROCESSO**

Partes. Capacidade, Sucessão e Substituição Processual. Deveres das partes. Das despesas e procuradores. Litisconsórcio: conceito, classificação e tratamento processual. Intervenção de terceiros: conceito e espécies

**MÓDULO 2. PROCESSO DE CONHECIMENTO**

Estrutura. Procedimento comum e sumário. Formação, suspensão e extinção do processo.

**MÓDULO 3. PETIÇÃO INICIAL E CITAÇÃO**

Petição inicial: Conceito e Requisitos. Pedidos. Emenda, indeferimento da inicial, resolução liminar de mérito e despacho liminar de conteúdo positivo. Antecipação dos Efeitos da Tutela Jurisdicional. Citação: conceito, modalidades e efeitos.

**MÓDULO 4. RESPOSTAS DO RÉU**

Conceito. Formas: Contestação, Reconvenção e Exceção. Ação declaratória incidental e outras modalidades de resposta. Reconhecimento do pedido. Revelia: conceito, caracterização e efeitos

## **MÓDULO 5. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME ESTADO DO PROCESSO**

Providências Preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento antecipado da lide. Saneamento do processo. Audiência preliminar.

## **MÓDULO 6. DAS PROVAS.**

Teoria geral das provas. Conceito e objeto da prova. Ônus da prova. Classificação e valoração da prova. Prova emprestada, ilícita e atípica. Provas em espécie: depoimento pessoal e confissão, testemunhal, documental, pericial e inspeção Judicial. Audiência de instrução e julgamento.

## **MÓDULO 7. SENTENÇA E COISA JULGADA.**

Extinção do processo com julgamento do mérito e sem julgamento do mérito. Sentença: Conceito, classificação e requisitos. Princípio da Congruência. Julgamento *Extra, Ultra e Citra Petita*. Coisa Julgada formal e material. Conceito e natureza jurídica. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. Eficácia preclusiva e relativização da coisa julgada.

### **52. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos
- Trabalho em Grupo sobre Intervenção de Terceiros, que corresponde a 20 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE)

### **53. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

A AVALIAÇÃO LEVARÁ EM CONTA A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NAS ATIVIDADES INDIVIDUAIS E EM GRUPO, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ESCRITOS E PROVAS.

### **54. BIBLIOGRAFIAS**

#### **BÁSICA:**

**DIDIER JR. Fredie.** Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. Salvador/BA: JusPodivm, 2015. v.1 (44 exs.)

**HARTMANN, Rodolfo Kronemberg.** Curso completo de processo civil Niterói/RJ: Impetus, 2015. (40 exs.)

**GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios.** Direito processual civil esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015. (14 exs.)

V. 2.OK

#### **COMPLEMENTAR:**

**NEVES, Daniel Amorim Assumpção.** Manual de direito processual civil. São Paulo: Método, 2015. Volume único. (41 exs.)

**THEODORO JÚNIOR, Humberto.** Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual



civil, processo do conhecimento, procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v.1 (20 exs.)  
WAMBIER, Luiz Rodrigues, TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: RT, 2015. v.1 (4 exs.)  
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.1 (12 exs.)  
SILVA, Edward Carlyle. Direito processual civil. Niterói/RJ: Impetus, 2014. (21 exs.)

**55. VALIDAÇÃO**

<b>PROFESSOR</b>	<b>COORDENADOR</b>
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>

**PLANO DE ENSINO****41. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO:</b> DIREITO	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b>	<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80 hs
<b>DISCIPLINA / COD:</b> DIREITO CIVIL III <b>(OBRIGAÇÕES) / DIR2647</b>	<b>PROFESSOR (A):</b>

**42. EMENTA**

Teoria Geral das Obrigações. Obrigações: noção, fontes, espécies, estrutura e função. Distinção entre obrigação, dever em geral, ônus e estado de sujeição. Modalidades das obrigações. Cumprimento e não cumprimento das obrigações. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Efeitos das obrigações. Execução das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e outros modos indiretos de extinção obrigacional. Cessão de crédito. Garantia Geral das Obrigações: meios de conservação da garantia patrimonial; astreintes; fiança; privilégios; penhor e hipoteca. Liquidação das obrigações. Concurso de credores. Responsabilidade contratual. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Culpa e risco: responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Atos causadores de dano não considerados ilícitos: a legítima defesa, o abuso do direito. Responsabilidade por ato ou fato de outrem.

**43. OBJETIVOS**

Conhecer as questões que envolvem o direito das obrigações e reconhecer sua instrumentalidade para o estudo dos contratos. Identificar a dinamicidade da matéria e a importância de aliar conhecimentos técnicos aos princípios que regem o direito das obrigações. Desenvolver habilidade de trabalhar com estudo de casos e análise de jurisprudências.

**44. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****UNIDADE 1 - A TEORIA GERAL DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

1.1 - A evolução do direito das obrigações: da execução pessoal à patrimonial.

1.2 - Identificação e análise dos elementos impulsionadores da revisão do paradigma

obligacional.

1.3 - Os elementos constitutivos das obrigações: sujeitos, objeto vínculo.

1.4 - As fontes: do direito romano à crise nas fontes.

1.5 - Os princípios que regem as obrigações: a importância da Constituição Federal para a construção da nova

principiologia obrigacional.

## UNIDADE 2 - AS OBRIGAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL

2.1 - Modalidades das obrigações:

2.2 - Obrigação de dar coisa certa e dar coisa incerta.

2.3 - Obrigação de restituir.

2.4 - Obrigação de fazer e não fazer.

2.5 - Obrigações alternativas.

2.6 - Obrigações divisíveis e indivisíveis.

2.7 - Obrigações solidárias.

## UNIDADE 3 - TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - Cessão de crédito.

3.2 - Assunção de dívidas.

## UNIDADE 4 - EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Generalidades sobre o pagamento e os sujeitos do pagamento: solvens e accipiens.

4.2 - O objeto, tempo, lugar do pagamento e da prova do pagamento.

## UNIDADE 5 - A CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

5.1 - A consignação em pagamento como instituto híbrido: análise civil e processual do instituto.

5.2 - Noções gerais e requisitos.

5.3 - Aspectos controvertidos da consignação em pagamento.

## UNIDADE 6 - PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO

6.1 - Noções gerais e natureza jurídica do instituto.

6.2 - Espécies de sub-rogação.

6.3 - Consequências jurídicas da aplicação do instituto.

#### UNIDADE 7 - IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO

7.1 - Natureza jurídica e finalidade do instituto.

7.2 - Consequências jurídicas da imputação.

#### UNIDADE 8 - DAÇÃO EM PAGAMENTO

8.1 - Noções gerais e natureza jurídica do instituto

8.2 - Consequências da evicção em caso de dação em pagamento

#### UNIDADE 9 - NOVAÇÃO

9.1 - Noções gerais e natureza jurídica do instituto.

9.2 - Espécies de novação.

9.3 - Aspectos controvertidos da novação.

#### UNIDADE 10 - COMPENSAÇÃO

10.1- Conceito e natureza jurídica do instituto.

10.2- Importância do instituto.

10.3- Classificação e pressupostos.

10.4- Casos de exclusão da compensação.

#### UNIDADE 11 - OUTRAS FORMAS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

11.1- Confusão.

11.2- Remissão das dívidas.

#### UNIDADE 12 - O INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL

12.1- A Mora: requisitos da mora, espécies e consequências da mora.

12.2- Perdas e danos.

12.3- Juros: natureza jurídica, espécies e aspectos controvertidos.

12.4- Cláusula Penal.

## 45. METODOLOGIA

- Aulas expositivas/ Debates;
- Seminários;
- Leitura de Textos e Artigos;
- Trabalho/Exercício Individual sobre o assunto Obrigação de restituir, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício Individual sobre o assunto Cessão de crédito, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício em Grupo sobre o assunto A consignação em pagamento, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);
- Trabalho/Exercício em Grupo sobre o assunto Cláusula Penal, que corresponde a 05 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE).

#### 46. AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula, provão do Inesc, provas progressivas e uma prova conclusiva. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

#### 47. BIBLIOGRAFIA

##### BÁSICA:

**RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade. São Paulo: Saraiva, 2004. v.3 (9 exs.)**

**DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2015. v.3. (4 exs.)**

**VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e dos contratos. São Paulo: Atlas, 2015. v.2 (8 exs.)**

##### COMPLEMENTAR:

**BRASIL. Código civil e Constituição Federal. São Paulo: Saraiva, 2015. (4 exs.)**

**GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: contratos: teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.4 (2 exs.)**

**WALD, Arnaldo. Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2 (2 exs.)**

**AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral dos contratos típicos e atípicos. São Paulo: Atlas, 2004. (2 exs.)**



LEITE, Marcelo, STRAUSS, Thiago. Direito civil em mapas mentais: parte geral, obrigações e contratos. Niterói/RJ: Impetus, 2014. v.3 (3 exs.)

#### 48. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****49. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO:</b> Direito	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b>	<b>CARGA HORÁRIA:</b> 80 h.
<b>DISCIPLINA / COD:</b> DIR 1272	<b>PROFESSOR (A):</b>

**50. EMENTA**

Direito Administrativo; Contrato Administrativo; Bens Públicos; Servidores Públicos; Controle Constitucional da Administração Pública.
--

**51. OBJETIVOS**

Compreensão do Direito Administrativo Nacional com suas características e princípios próprios, a correlação com os demais ramos do Direito e do conhecimento, de forma a possibilitar ao estudante uma visão panorâmica e ao mesmo tempo detalhada, de forma que possa instigar à pesquisa jurídica acerca da administração pública.
--

**52. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO II</b>
Contrato Administrativo: conceito, distinções, características, modalidades, formalização, execução e controles. Extinção. Convênios e Consórcios. Bens Públicos. Domínio Público.
Tipologia. Afetação e desafetação. Regime Jurídico. Uso de bens públicos por particulares.
Poder de Polícia: evolução histórica, conceito, caracterização, fundamentos e finalidades.
Regime Jurídico. Agentes Públicos. Cargos, Empregos e Funções. Regimes Jurídicos Aplicáveis. Servidores Públicos. Regime Disciplinar e Responsabilidades. Responsabilidade Civil do Estado: Evolução histórica e regras constitucionais. Responsabilidade objetiva. Controle da Administração Pública. Controle interno. Controle parlamentar. Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Ações constitucionais de controle.

**53. METODOLOGIA**

Aulas expositivas/ Debates; Seminários; Leitura de Textos e Artigos; Trabalhos em grupo
--

Estudos de casos

Utilização de recursos audiovisuais (data show e outros)

Trabalho em Grupo correspondente a 20 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo – Aula expositiva, atividades práticas, leituras, oficinas; trabalho individual e em grupo (em sala de aula e extraclasse via web online).

#### 54. AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula, provão do Inesc, provas progressivas e uma prova conclusiva. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

#### 55. BIBLIOGRAFIA

##### BÁSICA:

NASCIMENTO, Elyesley Silva do. Curso de direito administrativo. Niterói/RJ: Impetus, 2013. (4 exs.)

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2015. (12 exs.)

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2015. (8 exs.)

##### COMPLEMENTAR:

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012. (4 exs.)

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2015. (12 exs.)

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Método, 2015. (11 exs.)

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (12 exs.)

GONÇALVES, Andreia. **Legislação Administrativa e correlata**. Niterói/RJ: Impetus, 2013. (14 exs.)

#### 56. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:



--	--



**PLANO DE ENSINO****56. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>RELAÇÕES DE CONSUMO</b>		

**57. EMENTA**

Desenvolvimento de direitos básicos referente a relação, orientação ao consumidor, informando os direitos da relação consumidor e fornecedor, produtor e serviço, bem como a qualidade dos produtos e serviços, como a prevenção e a reparação de danos e a responsabilidade do fornecedor pelo produto e pelo serviço colocado a disposição do consumidor.

**58. OBJETIVO**

Discutir acerca da sociedade contemporânea, marcada pela produção e consumo em massa. Analisar os princípios informadores do Código de Defesa do Consumidor, bem como os principais aspectos atinentes à legislação vigente. Propiciar ao aluno a identificar os tratamentos dado ao consumidor no ordenamento jurídico brasileiro e a estrutura do sistema de proteção ao consumidor, previsto no CDC, bem como as suas fontes doutrinárias e jurisprudenciais.

**59. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- 1- Princípios norteadores das relações de consumo, sob a inspiração constitucional.
- 1.2- Diretrizes gerais do CDC.
- 2- O Código de Defesa do Consumidor
  - 2.1- Conceitos básicos do CDC.
  - 2.2- Política Nacional das Relações de Consumo – noções gerais.
  - 2.3- Direitos básicos do consumidor
  - 2.4- Qualidade de produtos e serviços.
  - 2.5- Prevenção e reparação de danos.
  - 2.6- Desconsideração da personalidade jurídica
- 3- Práticas comerciais e proteção contratual
  - 3.1- Oferta e publicidade.
  - 3.2- Práticas abusivas.

3.3.- Formação do contrato

3.4- Contratos de adesão.

3.5- Cláusulas abusivas

4-Esferas de responsabilização e os procedimentos no código de defesa do consumidor

4.1- Sanções administrativas – aspectos gerais.

4.2- Infrações penais.

4.3- Responsabilidade civil no CDC.

4.4- Defesa do consumidor em Juízo.

5- Sistema nacional de defesa do consumidor

5.1- Esferas de competência.

5.2- Órgãos de defesa do Consumidor.

6- Convenção coletiva de consumo

6.1- Conceito.

6.2- Requisitos e condições de processabilidade.

## **60. METODOLOGIA UTILIZADA**

Aulas teóricas expositivo-participativas

Trabalhos em grupo

Projeção de filmes

Estudos de casos

Utilização de recursos audiovisuais (data show e outros)

Trabalho em Grupo correspondente a 20 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo –Aula expositiva, atividades práticas, leituras, oficinas; trabalho individual e em grupo (em sala de aula e extraclasse).

## **61. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado.

O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

## **62. BIBLIOGRAFIAS**

### **BÁSICA:**

SCHWARTZ, Fabio. Direito do consumidor: tópicos & controvérsias. Niterói/RJ: Impetus, 2013. (16 exs.)

BOLZAN, Fabrício. Direito do consumidor esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015. (6 exs.)

TARTUCE, Flávio, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito do consumidor: direito material e processual. São Paulo: Método, 2015. (16 exs.)

**COMPLEMENTAR:**

**CAVALIERI FILHO**, Sérgio. Programa de Direito do Consumidor. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011. (2 exs.)

**FILOMENO**, José Geraldo de Brito. Manual de direitos do consumidor. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011. (2 exs.)

**MARQUES**, Cláudia Lima, **BENJAMIM**, Antonio Herman, **MIRAGEM**, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. (12 exs.)

**CINTRA**, Antonio Fontes. Direito do consumidor. Niterói/RJ: Impetus, 2011. (9 exs.)

**DENSA**, Roberta. Direito do consumidor. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. (4 exs.)

**63. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

<b>24. DIREITO PENAL II</b>	<b>Carga Horária: 80 horas</b>
<b>EMENTA:</b> Crimes em espécie. Da periclitación da vida e da saúde. Da rixa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual ou pessoal. Dos crimes contra o patrimônio. Da receptação. Disposições gerais. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra a dignidade sexual. Execução Penal. Livramento condicional. Progressão e	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> 1) Analisar os crimes em espécies em perfeita sintonia com a parte geral, ministrada nos períodos anteriores. 2) Compreender a lei substantiva no que concerne a punição pela prática de atos ilícitos. 3) Estudar os crimes, tendo por escopo principal, a compreensão do tipo objetivo, tipo subjetivo, objeto jurídico, objeto material, sujeito ativo e passivo e classificação doutrinária. 4) Analisar a lei substantiva, contextualizando o cenário jurídico nacional, visando assim o estudo dos preceitos legais à luz da doutrina e da jurisprudência. 5) Colaborar para o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa dos alunos, por meio da aplicação dos conhecimentos fornecidos em sala de aula. Através de tarefas teóricas e práticas.	
<b>OBJETIVOS GERAIS</b> Definir materialmente os crimes em espécie citados na ementa, objetivando diferenciá-los das demais modalidades de que trata a parte especial do Direito Penal para a correta compreensão prática	

**METODOLOGIA:** Aulas expositivas e discursivas. Apresentação de casos práticos. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

#### PROCEDIMENTOS DE ENSINO

- Exposição do tema, perguntas e respostas para controle da compreensão e estímulo à reflexão do aluno
- Análise de situações reais trazidas pela doutrina, jurisprudência e mídia
- Apresentação de trabalhos em grupo com discussão orientada

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO:** Provas discursivas, com questões teóricas e objetivas. Casos práticos a serem solucionados com o auxílio da legislação pertinente. Trabalhos.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

- Desenvolvimento do raciocínio lógico-jurídico na leitura das figuras tipificadoras de cada crime objetivando diferenciá-los dos demais para a correta aplicação prática na vida profissional
- Leitura e interpretação da doutrina específica com o Estudo de casos esquemáticos oferecidos pelo professor durante as aulas para o desenvolvimento da capacidade de argumentação

#### ATIVIDADES EXTRACLASSE (Trabalho Acadêmico Efetivo: mínimo 10 Horas/aula)

- Pesquisa de doutrina na Biblioteca. Exercícios ou trabalhos fora de sala de aula. Resolução de problemas jurídicos. Pesquisa na internet sobre legislação ou jurisprudência. Elaboração de petições e peças processuais.

## **UNIDADE I - INTRODUÇÃO PARTE ESPECIAL**

Classificação dos crimes em espécie  
Classificação no Código Penal

## **UNIDADE II - DOS CRIMES CONTRA A VIDA**

Homicídio: simples, culposo, qualificado, privilegiado  
Infanticídio  
Aborto: auto-aborto, consentimento, excludentes  
Suicídio: participação e consequências penais

## **UNIDADE III - DOS CRIMES CONTRA A PESSOA**

Lesões corporais: leves, graves, culposas e preterdolosas  
Crimes de perigo individual  
Crimes de rixa: simples e qualificada  
Crimes contra a honra: tipos penais  
Honra objetiva e subjetiva  
Exclusão do crime  
Retratação e pedido de explicações.

## **UNIDADE IV - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL**

Contra a liberdade pessoal  
Contra a inviolabilidade do domicílio  
Contra a inviolabilidade da correspondência  
Contra a inviolabilidade dos segredos

## **UNIDADE V - DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**

Distinções introdutórias entre os diversos tipos penais  
Furto, roubo e extorsão  
Usurpação e dano  
Apropriação indébita  
Estelionato e outras fraudes  
Receptação  
Escusas absolutórias: natureza e reconhecimento

## **UNIDADE VI - OUTROS CRIMES**

Dos crimes contra a propriedade imaterial  
Dos crimes contra a organização do trabalho  
Dos crimes contra o sentimento religioso  
Dos crimes contra o respeito aos mortos

## **UNIDADE VII – CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL**

Crimes contra a liberdade sexual  
Crimes sexuais contravulnerável

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**



**BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1 (4 exs.)**  
**NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. São Paulo: 2015. (4 exs.)**  
**MIRABETE, Julio Fabrini, FABRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte geral. São Paulo: Atlas, 2015. v.1 (4 exs.)**

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

**GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2016. v.1 (2 exs.)**  
**JESUS, Damásio de. Direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1 (2 exs.)**  
**CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1 (2 exs.)**  
**GRECO, Rogério. Resumos gráficos de direito penal: parte geral. Niterói/RJ: Impetus, 2012. v.1 (4 exs.)**  
**ZAFFARONI, E. Raúl. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2013. v.1 (2 exs.)**

**PLANO DE ENSINO****64. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>Direito</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Direito Processual Civil II</b>		

**65. EMENTA**

Estudo de Direito Processual Civil: Processo nos Tribunais; Noções Gerais e Introdução; Teoria Geral dos Recursos; Recursos em Espécie; Da Ordem dos Processos nos Tribunais; Ações Autônomas de Impugnação nos Tribunais; Homologação de Sentença Estrangeira, Ação Rescisória; Incidentes nos Tribunais: Uniformização de Jurisprudência, Conflito de Competência, Reexame necessário, Declaração de Inconstitucionalidade, Requerimento para suspensão da segurança, Súmula Vinculante. Estudo da Teoria Geral do processo cautelar. Ação cautelar e medida cautelar. Cautelares Inominadas.

**66. OBJETIVO**

Proporcionar conhecimentos de Processo de Conhecimento de segundo grau: procedimentos originários, recursos e ações de impugnação de atos judiciais e processo cautelar, levando-se em consideração raciocínio lógico-jurídico. Desenvolver estudo sistemático e crítico das normas, doutrina e jurisprudência pertinentes aos temas.

**67. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO 1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS**

Conceito. Objetivo do Recurso. *Error in iudicando e error in procedendo*. Decisões sujeitas a recurso. Princípios. Classificação dos recursos. Desistência e renúncia do recurso. Juízo de Admissibilidade e Juízo de mérito e consequências. Efeitos dos recursos.

**MÓDULO 2. RECURSOS EM ESPÉCIE**

Apelação. Recurso de Agravo. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes. Recurso Ordinário Constitucional. Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Embargos de divergência.

**MÓDULO 3. DA ORDEM DOS PROCESSO NO TRIBUNAIS**

Procedimento dos feitos nos Tribunais.

#### **MÓDULO 4. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NOS TRIBUNAIS**

Ação Rescisória, competência, prazo para ajuizamento, hipóteses de cabimento, procedimento. Homologação de sentença estrangeira, atos que podem ser homologados, procedimento, decisão homologatória e sua execução, reclamação.

#### **MÓDULO 5. TEORIA GERAL DO PROCESSO CAUTELAR**

Introdução, características e requisitos do processo cautelar. Classificação das medidas cautelares. Poder geral de cautela e diferenciação da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional. Processo cautelar e procedimento cautelar comum. Cautelares em espécie e outras medidas provisionais.

#### **68. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos
- Trabalho em Grupo sobre as inovações trazidas pelo projeto do Novo Código de Processo Civil em relação ao estudo da Teoria Geral dos Recursos, que corresponde a 20 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.

#### **69. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado.

O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

#### **70. BIBLIOGRAFIAS**

##### **BÁSICA:**

**HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo de processo civil Niterói/RJ: Impetus, 2015. (40 exs.)**

**SILVA, Edward Carlyle. Direito processual civil. Niterói/RJ: Impetus, 2014. (21 exs.)**

**NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Rio de Janeiro: Método, 2015. (41 exs.)**



**COMPLEMENTAR:**

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.2 (14 exs.)

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria dos recursos, recursos em espécie e processo de execução. São Paulo: Atlas, 2015. v.2 (3 exs)

GONLAVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2 (9 exs.)

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: atos processuais a recursos e processos nos tribunais. v.2 (9 exs.)

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. (2 exs.)

**71. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****72. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>64 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO CIVIL IV - DIREITOS REAIS</b>		

**73. EMENTA**

Direito das coisas: conceito, classificação e conteúdo. Distinção entre direito real e direito obrigacional. Direitos reais: características, conceito, objeto, constituição e classificação. Posse: origem, conceito, natureza jurídica, teorias e evolução histórica. Modos de aquisição e perda da posse. Classificação da posse. Proteção possessória. Usucapião. Efeitos. Da Propriedade: noções, evolução, natureza jurídica, fundamento, evolução histórica. Função social, restrições legais e limitações voluntárias. Aquisição e perda da propriedade imóvel. Registro de Imóveis. Aquisição e perda da propriedade móvel. Restrições ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança. Do condomínio. Incorporações. Propriedade resolúvel. Propriedade móvel. Noções de direitos autorais. Direitos reais sobre coisas alheias: aspectos gerais. Direitos reais de garantia: penhor, anticrese e hipoteca. Direitos reais de gozo: enfiteuse, servidões, usufruto, uso, habilitação, rendas constituídas sobre imóveis. Direito real de aquisição: compromisso irrevogável de venda de imóveis, direito de superfície. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca, alienação fiduciária e anticrese.

**74. OBJETIVO**

Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas, às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.

**75. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****DIREITO DAS COISAS**

- Conceito, evolução, classificação e conteúdo.
- Direitos reais e pessoais.

**DA POSSE**

- Classificação, efeitos e a perda.
- Da composesse.
- Da propriedade e restituição do direito de propriedade.
- Função social da Propriedade.
- Do usucapião

#### DA PROPRIEDADE IMÓVEL

- Da desapropriação.
- Da ocupação.
- Da comissão, adjunção e da tradição.
- Do condomínio.
- Da propriedade resolúvel.
- Da propriedade literária, científica e artísticas.
- Da enfiteuse.
- Das servidões.
- Do usufruto.
- Do uso.
- Da habilitação.
- Das rendas constituídas sobre imóveis.
- Do compromisso.

#### DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA

- Do penhor.
- Da hipoteca.
- Do registro de imóveis.

O direito à posse e à propriedade como direitos fundamentais da Constituição Federal.

#### **76. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Trabalho em Grupo com tema a ser definido em discussão com a Turma, que corresponde a 20



horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE)

### **77. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

A AVALIAÇÃO LEVARÁ EM CONTA A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NAS ATIVIDADES INDIVIDUAIS E EM GRUPO, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ESCRITOS E PROVAS.

### **78. BIBLIOGRAFIAS**

#### **BÁSICA:**

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direitos reais. São Paulo: Atlas, 2015. v.5 (4 exs.)

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2012. v.3. (9 exs.)

FARIAS, Cristiano Chaves de, ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: reais. São Paulo: Atlas, 2015. v.5. (8 exs.)

#### **COMPLEMENTAR:**

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2015. v.5 (2 exs.)

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2009. v.5 (2 exs.)

PEREIRA Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direitos reais, posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v.4. (2 exs.)

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 4. (2 exs.)

NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. Posse e propriedade. Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado editora, 2003. (3 exs.)

### **79. VALIDAÇÃO**

<b>PROFESSOR</b>	<b>COORDENADOR</b>
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>

**PLANO DE ENSINO**

**80. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM</b>		

**2-EMENTA**

Visa a dar ao aluno, em nível de aprofundamento, o conhecimento global das normas internacionais, constitucionais e infraconstitucionais que tratam da dos institutos e mecanismos de mediação e arbitragem no Brasil.

**81. OBJETIVO**

Compreensão dos meios extrajudiciais de resolução de conflitos e das perspectivas reais de aplicação destes como ampliação do acesso à Justiça e a capacidade para identificar e diferenciar os meios extrajudiciais de resolução de conflitos

**82. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**1-CONFLITO DE INTERESSES. (origem, elementos, fatos e percepções, estratégias)**

**2-METODOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLTOS:**

Negociação.

Conciliação.

Mediação

Arbitragem

**3- NEGOCIAÇÃO.**

Conceito. O papel do advogado em relação ao "mercado" da prestação de serviços jurídicos.

O papel da competição e da cooperação nos processos privados de resolução de conflitos.

Técnicas básicas de negociação: Como chegar ao sim. A barganha de posições.

A separação das pessoas de seus problemas. Aspectos psicológicos de negociações. Percepção

seletiva. Reação desvalorizadora. Aversão a perdas.

Erros comuns em negociações: Escalada irracional de compromissos, Presunção de que não se pode agregar valor à negociação, Ancoragem, indisponibilização de informações básicas, agressividade excessiva. Custos perdidos.

O papel da credibilidade em negociações.

#### **4-CONCILIAÇÃO.**

Estratégias de conciliação.

O que é conciliação.

Vantagens da conciliação.

Perfil do conciliador.

Previsões Legais.

Análise Prática da Sessão de Conciliação.

#### **5-MEDIAÇÃO.**

Mudança de paradigma.

Princípios da Mediação.

Atitudes do Mediador.

Aplicabilidade de Mediação.

O Procedimento de Mediação.

A Mediação Familiar.

Análise Prática da Sessão de Mediação.

#### **6-ARBITRAGEM.**

Conceito. Natureza Jurídica. Princípio da autonomia de vontade. Bons costumes. Ordem pública. Direito patrimonial disponível. Princípios gerais de direito.

Convenção de arbitragem. Efeitos. Compromisso arbitral. Cláusula compromissória. Autonomia.

Contratos de adesão. Elementos essenciais do compromisso arbitral.

- . Dos árbitros. Árbitro, arbitrador e compositor amigável. Capacidade. O processo de escolha. Impedimentos e suspeição. Recusa. Árbitro substituto. Juiz de fato e de direito. Responsabilidade Civil e Criminal. Jurisdicionalidade da arbitragem.
- . Do procedimento arbitral. Instituição. Preclusão. Incompetência. Escolha do procedimento arbitral. Princípios do processo arbitral. Conciliação. Poderes instrutórios do árbitro. Medidas cautelares. Medidas cautelares. Revelia.
- 0 Da sentença arbitral. Sentença arbitral e Laudo arbitral. Prazo. Questão prejudicial. Requisitos essenciais. O cumprimento da sentença arbitral. Embargos de declaração. Efeitos da sentença arbitral.
- 1. Nulidades e anulabilidade. Intempestividade. Competência. Capacidade. Ausência de requisitos obrigatórios da sentença arbitral. Sentenças proferidas fora dos limites da convenção de arbitragem.

### **83. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (data show e outros)
- Trabalho em Grupo correspondente a 20 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo – Aula expositiva, atividades práticas, leituras, oficinas; trabalho individual e em grupo (em sala de aula e extraclasse).

### **84. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado.

O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

### **85. BIBLIOGRAFIAS**

#### **BÁSICA:**

- **FISHER, R., URY, W., PATTON, B.** *Como chegar ao sim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005. (00 exs.)
- VASCONCELOS, Carlos Eduardo de.** *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo: Método, 2008. (08 exs.)
- .SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio.** *Manual de arbitragem, mediação e conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

**COMPLEMENTAR:**

**ANDRADE, Rui Otávio B. de; ALYRIO, Rovigati Danilo; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva.** *Princípios da negociação*. São Paulo: Atlas, 2004. (00 exs.)

**AUGUSTINE, Norman R.** *Como lidar com as crises: os segredos para prevenir e solucionar situações críticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. (00 exs.)

**CALMON, Petrônio.** *Fundamentos da mediação e da conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2007. (00 exs.)

**CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant.** *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. (00 exs.)

**GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano.** *Mediação e gerenciamento do processo*. São Paulo: Atlas, 2007. (00 exs.)

**GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida.** *Manual de arbitragem*. São Paulo: Saraiva, 2015.

**86. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>64 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>	<b>DIR</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL I</b>		

**2. EMENTA**

Conceito e princípios do Direito Processual Penal. Inquérito policial. Ação penal. Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos do processo. Prisão e liberdade provisória. Atos de comunicação processual. Interdições de direitos e medidas de segurança. Sentença.

**3. OBJETIVO**

Analisar o discurso dogmático do processo penal brasileiro constante do programa, por um viés crítico e constitucionalizado.

**4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

UNIDADE I

**1. Conceitos e Princípios do Processo Penal.** 1.1. O Direito Material e o Direito Processual. 1.2. A necessidade do processo em relação à pena e sua função legitimadora.

1.3. Tendências do Processo Penal Contemporâneo

**2. O Processo Penal e a Constituição da República de 1988.**

**3. Princípios Fundamentais.**

3.1. Devido Processo Legal e Substancial;

3.2. Contraditório;

3.3. Ampla defesa, *in dubio pro reo*, Inadmissibilidade de provas ilícitas;

3.4. Imparcialidade do juiz, Promotor, Defensor e Juiz natural;

3.4.1. Identidade física do Juiz e do Promotor de Justiça

3.5. Direito ao silêncio;

3.6. Presunção de Inocência;

3.7. Busca da verdade real (um mito que se desfaz);

3.8. Indisponibilidade, Obrigatoriedade da ação penal, oficialidade, publicidade, Iniciativa das

partes.

#### **4. Sistemas Processuais.**

4.1. Considerações Gerais.

4.2. Sistema Inquisitivo. Sistema acusatório. Sistema Misto.

4.3. Superação em face do Devido Processo Legal Substancial.

### UNIDADE II

#### **1. Investigação Criminal.**

1.1. Noções gerais.

1.2. Conceito.

1.3. Características.

#### **2. Persecução Penal.**

2.2. Inquérito e sua função (Lei n. 12.830/13).

2.3. Valor probante do inquérito.

2.4. Arquivamento do inquérito.

#### **3. Colaboração premiada na fase policial (Lei 12.850/13).**

### UNIDADE III

#### **1. Ação Penal**

1.1. Ação Penal Pública.

1.1.1. Conceito. Natureza. Condições da Ação. Classificação: Ação Penal Pública Incondicionada e Ação Penal Pública Condicionada: representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça.

1.2. Ação Penal Privada.

1.2.1. Queixa-Crime. Titularidade. Pressupostos. Prazo. Extinção da Ação Penal Privada.

1.3. Ação Penal Pública Subsidiária.

1.4. Ação Civil. – Reparação *Ex Delicto*. Alterações da lei n. 11.719/2008. (Danos materiais. Danos morais.)

1.5. Comunicação dos atos Processuais.

#### **2. Prisão Cautelar**

2.1. Prisão Provisória: Conceito. Generalidades.

2.2. Prisão em Flagrante. Aspectos Gerais.

2.3. Prisão Preventiva. Conceito. Limites. Fundamentação. Controle. Recurso contra a Medida. Revogação e Restabelecimento.

2.4. Prisão Temporária.

2.5. Prisão por Pronúncia.

2.6. Prisão por Sentença Condenatória recorrível.

#### UNIDADE IV

##### **1. Partes no Processo Penal**

1.1. Sujeitos do Processo:

a) Juiz: O Poder Jurisdicional. Capacidade de Julgar.

b) Ministério Público: Conceito.

c) Acusado: Conceito. Direitos do acusado. Deveres do acusado. As posições do acusado no desenvolvimento do processo.

1.2. O Ofendido

1.2.1. Conceito. O ofendido como sujeito do processo. Capacidade Processual. Morte do Ofendido. Recurso do ofendido.

1.2.2. O ofendido como assistente: Conceito. A posição do Assistente. Limitações. Alterações da lei n. 11.690/2008

1.3. O Defensor.

1.4. Direito de defesa. Necessidade. Posição Jurídica do Defensor. Defensor constituído. Defensoria Pública.

1.5. Disposição cênica das partes.

#### UNIDADE V

##### **1. Jurisdição e Competência.**

1.1. Competência: Conceito.

1.2. Critérios de determinação da competência: a) Lugar da infração; b) Domicílio e Residência do Réu; c) Natureza da Infração; d) Prerrogativa da Função; e) Prevenção; f) Distribuição; e g) Conexão.

#### UNIDADE VI

**1. Questões Prejudiciais.**

1.1. Conceito.

1.2. Homogêneas e heterogêneas; obrigatórias e facultativas; e devolutivas e não devolutivas.

UNIDADE VII**1. Exceções.**

1.1. Conceito.

1.2. Espécies. Exceção de Suspeição. Exceção de Incompetência de Juízo. Exceção de Ilegitimidade de Parte. Exceção de Litispendência. Exceção de coisa julgada.

UNIDADE VIII**1. Prova.**

1.1. Teoria Geral da Prova.

1.2. Provas em espécie.

1.3. Aspectos atuais da prova.

1.3.1. Falsas Memórias.

1.3.2. Testemunha Protegida.

1.3.3. Depoimentos Policiais.

1.3.4. Prova Emprestada.

UNIDADE IX**1. Sentença**

1.1. Aspectos formais.

1.2. Requisitos e alterações da acusação.

UNIDADE X**1. Medidas de Segurança****5. METODOLOGIA UTILIZADA**

Exposição oral dialogada, consulta a legislação vigente, doutrina e jurisprudência, exercícios de fixação (questões de concursos públicos CESP/UNB, FGV, FCC, ESAF, OAB e outros). Fornecimento de material de pesquisa para análise individualmente e/ou em grupo. Buscando efetividade prática e compreensão dos procedimentos judiciais, e a aplicação dos conhecimentos acadêmicos e do conteúdo interdisciplinar, o aluno será orientado a assistir audiências e sessões de julgamento acerca da matéria.

## 6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado.

O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

## 7. BIBLIOGRAFIAS

### BÁSICA:

OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2015. (16 exs.)

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2015. (20 exs.)

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. São Paulo: Atlas, 2015. (18 exs.)

### COMPLEMENTAR:

LIMA, Renato Brasiliro de. Manual de processo penal. Salvador/BA: JusPodvm, 2015. (18 exs.)

MACHADO, Antônio Alberto. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2014. (4 exs.)

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (4 exs.)

ISHIDA, Válter Kenji. Processo penal. São Paulo: Atlas, 2013. (4 exs.)

ALVES, Reinaldo Rossano. Direito processual penal. Niterói/RJ: Impetus, 2013. (2 exs.)

## 8. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****9. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>64 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>	<b>DIR</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO PENAL III</b>		

**10. EMENTA**

Parte Especial do Código Penal: dos crimes contra a vida, lesões corporais, periclitacão da vida e da saúde, crimes contra a honra, crimes contra a liberdade individual, crimes contra o patrimônio, crimes contra os costumes, crimes contra a assistência familiar, crimes de perigo comum, crimes contra a saúde pública, moeda falsa, falsidade documental, crimes contra a Administração Pública.

**11. OBJETIVO**

Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade tocantinense e brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas, às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.

**12. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****TÍTULO II - DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (155A183)****Capítulo I - Do Furto (155a156)**

Furto - Art. 155

Furto Qualificado - Art. 155, § 4º

Furto de Coisa Comum - Art. 156

**Capítulo II - Do Roubo e da Extorsão (157a160)**

Roubo - Art. 157

Extorsão - Art. 158

Extorsão Mediante Seqüestro - Art. 159

Extorsão Indireta - Art. 160

**Capítulo III - Da Usurpação (161a162)**

Alteração de Limites - Art. 161

Usurpação de Águas - Art. 161, I

Esbulho Possessório - Art. 161, II

Supressão ou Alteração de Marca em Animais - Art. 162

**Capítulo IV - Do Dano (163a167)**

Dano - Art. 163

Dano Qualificado - Art. 163, Parágrafo único

Introdução ou Abandono de Animais em Propriedade Alheia - Art. 164

Dano em Coisa de Valor Artístico, Arqueológico ou Histórico - Art. 165

Alteração de Local Especialmente Protegido - Art. 166

Ação Penal - Art. 167

**Capítulo V - Da Apropriação Indébita (168a170)**

Apropriação Indébita - Art. 168

Aumento de Pena - Art. 168, § 1º

Apropriação Indébita Previdenciária - Art. 168-A

Apropriação de Coisa Havida por Erro, Caso Fortuito ou Força da Natureza - Art. 169

Apropriação de Tesouro - Art. 169, I

Apropriação de Coisa Achada - Art. 169, parágrafo único, II, Art. 170

**Capítulo VI - Do Estelionato e Outras Fraudes (171a179)**

Estelionato - Art. 171

Disposição de Coisa Alheia como Própria - Art. 171, § 2º, I

Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria - Art. 171, § 2º, II

Defraudação de Penhor - Art. 171, § 2º, III

Fraude na Entrega de Coisa - Art. 171, § 2º, IV

Fraude para Recebimento de Indenização ou Valor de Seguro - Art. 171, § 2º, V

Fraude no Pagamento por Meio de Cheque - Art. 171, § 2º, VI

Duplicata Simulada - Art. 172

Abuso de Incapazes - Art. 173

Induzimento à Especulação - Art. 174

Fraude no Comércio - Art. 175

Outras Fraudes - Art. 176

Fraudes e Abusos na Fundação ou Administração de Sociedade por Ações - Art. 177

Emissão Irregular de Conhecimento de Depósito ou "Warrant" - Art. 178

Fraude à Execução - Art. 179

**Capítulo VII - Da Receptação (180)**

Receptação - Art. 180

Receptação Qualificada - Art. 180, § 1º

Capítulo VIII - Disposições Gerais - Art. 181, Art. 182, Art. 183

TÍTULO III - DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL (Art. 184 a 196)

Capítulo I - Dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual (184a186)

Violação de Direito Autoral - Art. 184

Usurpação de Nome ou Pseudônimo Alheio - Art. 185, Art. 186

Capítulo II - Dos Crimes Contra o Privilégio de Invenção

Violação de privilégio de invenção - Art 187. (Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996)

Falsa atribuição de privilégio - Art 188. (Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996)

Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado - Art. 189. (Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996)

Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho - Art. 190. (Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996)

Art. 191. (Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996)

Capítulo III - Crimes contra as marcas de indústria e comércio

Violação do direito de marca - Art. 192. (Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996)

Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos - Art. 193. (Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996)

Marca com falsa indicação de procedência - Art. 194. (Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996)

Art. 195. (Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996)

Capítulo IV - Dos Crimes de Concorrência Desleal (196)

Concorrência Desleal - Art. 196 (Revogado pela Lei nº 9.279, de 14.5.1996)

TÍTULO IV - DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (ART. 197 A 207)

Atentado Contra a Liberdade de Trabalho - Art. 197

Atentado Contra a Liberdade de Contrato de Trabalho e Boicotagem Violenta - Art.198

Atentado Contra a Liberdade de Associação - Art. 199

Paralisação de Trabalho, Seguida de Violência ou Perturbação da Ordem - Art. 200

Paralisação de Trabalho de Interesse Coletivo - Art. 201

Invasão de Estabelecimento Industrial, Comercial ou Agrícola. Sabotagem - Art. 202

Frustração de Direito Assegurado por Lei Trabalhista - Art. 203

Frustração de Lei sobre a Nacionalização do Trabalho - Art. 204

Exercício de Atividade com Infração de Decisão Administrativa - Art. 205

Aliciamento para o Fim de Emigração - Art. 206

Aliciamento de Trabalhadores de Um Local para Outro do Território Nacional - Art. 207

## TÍTULO V - DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS (Art. 208 a 212)

### Capítulo I - Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso (Art. 208)

Ultraje a Culto e Impedimento ou Perturbação de Ato a Ele Relativo - Art. 208

### Capítulo II - Dos Crimes Contra o Respeito aos Mortos (Art. 209 a 212)

Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária - Art. 209

Violação de Sepultura - Art. 210

Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver - Art. 211

Vilipêndio a Cadáver - Art. 212

### 13. METODOLOGIA UTILIZADA

Exposição oral dialogada, consulta a legislação vigente, doutrina e jurisprudência, exercícios de fixação (questões de concursos públicos CESP/UNB, FGV, FCC, ESAF, OAB e outros). Fornecimento de material de pesquisa para análise individualmente e/ou em grupo. Buscando efetividade prática e compreensão dos procedimentos judiciais, e a aplicação dos conhecimentos acadêmicos e do conteúdo interdisciplinar, o aluno será orientado a assistir audiências e sessões de julgamento acerca da matéria.

### 14. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado.

O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

### 15. BIBLIOGRAFIAS

#### **BÁSICA:**

**BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa. São Paulo: Saraiva, 2015. v.2 (4 exs.)**

**NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. São Paulo: 2015. (4 exs.)**

**MIRABETE, Julio Fabrini, FABRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte especial arts. 121 a 234-B do CP. São Paulo: Atlas, 2015. v.2 (4 exs.)**

#### **COMPLEMENTAR:**

**GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial artigos 121 a 212 do código penal. Niterói/RJ: Impetus, 2016. v.2 (2 exs.)**

**JESUS, Damásio de. Direito penal: parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio. São Paulo: Saraiva, 2015. v.2 (2 exs.)**



**CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa a dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 121 a 212). São Paulo: Saraiva, 2015. v.2 (2 exs.)**

**GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Dos crimes contra a pessoa. São Paulo: Saraiva, 2015. (Coleção sinopse jurídica, v.8)**

**ZAFFARONI, E. Raúl. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2013. v.2 (2 exs.)**

#### 16. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****87. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Direito Processual Civil III</b>		

**88. EMENTA**

Processo de Execução: noções gerais, competência, partes, bens. Responsabilidade patrimonial. Fraudes do devedor. Títulos executivos. Espécies de execução. Defesas do Executado e de Terceiros. Procedimentos Especiais.

**89. OBJETIVO**

OBJETIVO: Proporcionar conhecimentos no Processo de Execução e Procedimentos Especiais, levando-se em consideração o raciocínio lógico-jurídico. Desenvolver estudo sistemático e crítico das normas pertinentes aos temas, bem como da doutrina e jurisprudência.

**90. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****1 - TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO**

Conceito; Características Princípios; Competência na Execução; Legitimidade;

**2 – TÍTULOS EXECUTIVOS**

Classificação; Títulos executivos judiciais; Títulos executivos extrajudiciais; Requisitos; Responsabilidade patrimonial, Fraude Contra Credores, Fraude a Execução e Alienação de Bem Penhorado; Intervenção de Terceiros na Execução; Execução Provisória; Liquidação de sentença, conceito, espécies.

**3 – ESPÉCIES DE EXECUÇÃO**

Execução para entrega de coisa certa; Execução para entrega de coisa incerta; Execução de obrigação de fazer e não fazer, meios de coerção; Execução por quantia certa em face de devedor solvente por título executivo extrajudicial, procedimento, pagamento, penhora; Execução por quantia certa em face de devedor solvente por título executivo judicial; Execução em face da Fazenda Pública; Execução de Prestação Alimentícia; Execução fiscal

**4 – INSOLVÊNCIA CIVIL**

Legitimidade ativa e passiva; Procedimento instaurado pelo devedor ou pelo espólio;

Procedimento instaurado pelo credor quirografário; Início da execução coletiva; Habilitação de créditos; Vencimento antecipado das dívidas; Perda do direito de administração e disposição dos bens; Evolução e fim da execução coletiva;

## 5 – MEIOS DE DEFESA DO EXECUTADO

Embargos do executado, conceito, legitimidade, hipóteses de cabimento; Impugnação à execução fundada em título judicial; Exceção de Pré-Executividade;

## 6 – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO

## 7 -PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Consignação em pagamento. Ação de depósito. Ação de anulação e substituição de títulos ao portador. Ação de prestação de contas. Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação de Usucapião. Ação de divisão e demarcação de terras particulares. Ação de inventário e partilha. Embargos de terceiro. Ação de habilitação. Ação de restauração de autos. Vendas à crédito com reserva de domínio. Ação Monitória. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária.

## 91. METODOLOGIA UTILIZADA

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos
- Trabalho em Grupo sobre meios de defesa do executado, que corresponde a 20 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE)

## 92. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A AVALIAÇÃO LEVARÁ EM CONTA A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NAS ATIVIDADES INDIVIDUAIS E EM GRUPO, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ESCRITOS E PROVAS.

## 93. BIBLIOGRAFIAS

- HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo de processo civil Niterói/RJ: Impetus, 2015. (40 exs.)**  
**SILVA, Edward Carlyle. Direito processual civil. Niterói/RJ: Impetus, 2014. (21 exs.)**  
**NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Rio de Janeiro: Método, 2015. (41 exs.)**

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- **THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e**



**cumprimento da sentença, processo cautelar e tutela de urgência. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v.2 (14 exs.)**

**WAMBIER, Luiz Rodrigues, TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: execução. São Paulo: RT, 2015. v.2 (4 exs.)**

**MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais. São Paulo: Atlas, 2015. (4 exs.)**

**GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil: execução e processo cautela. São Paulo: Saraiva, 2010. v.3 (9 exs.)**

**GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: processo de execução e procedimentos especiais. São Paulo: Saraiva, 2012. v.3 (9 exs.)**

### 8.VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****94. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO CIVIL V - FAMÍLIA</b>		

**95. EMENTA**

Direito de Família. Casamento. Regime patrimonial de bens. Dissolução da sociedade conjugal. A união estável como entidade familiar. Relações de parentesco. A proteção à pessoa dos filhos. Poder familiar. Adoção. Guarda. Alimentos. Tutela e curatela.

**96. OBJETIVOS**

Compreender a evolução do conceito do Direito de Família em uma perspectiva histórica e constitucional.

Verificar a construção plural dos modelos de famílias atuais, de maneira que possa efetivar tal conhecimento no exercício de sua futura atividade profissional.

**97. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO I: DIREITO DE FAMÍLIA**

Evolução histórica do Direito da Família. Princípios norteadores do Direito de Família: o paradigma do afeto. Família e casamento. A família sob a égide da Constituição Federal de 1988.

**MÓDULO II: CASAMENTO**

Conceito e natureza jurídica. Da celebração do casamento. Formalidades. Das provas do casamento. Posse do estado de casado. Espécies de casamento. Invalidez do casamento: nulidade, impedimentos e anulabilidade. As causas suspensivas. Efeitos jurídicos do casamento. Direitos e deveres materiais e imateriais entre os cônjuges.

**MÓDULO III: REGIME PATRIMONIAL DE BENS**

Conceito e princípios básicos. O pacto antenupcial. A mutabilidade do regime de bens. O regime legal. Espécies de regime de bens: comunhão parcial de bens, comunhão universal de bens, separação total de bens legal e convencional e participação final nos aquestos.

**MÓDULO IV: DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL.**

A separação judicial: conceito, espécies e efeitos. Divórcio conversão e divórcio direto. Proteção

à pessoa dos filhos na separação judicial ou divórcio. Direito de visita e guarda compartilhada.

#### **MÓDULO V: A UNIÃO ESTÁVEL COMO ENTIDADE FAMILIAR.**

Conceito e natureza jurídica. Efeitos pessoais. Regime de bens. O concubinato.

#### **MÓDULO VI: RELAÇÕES DE PARENTESCO.**

O vínculo de parentesco: linhas e graus. Espécies de parentesco.

#### **MÓDULO VII: A PROTEÇÃO À PESSOA DOS FILHOS.**

Poder familiar. Filiação matrimonial e extra matrimonial. Efeitos.

#### **MÓDULO VII: ADOÇÃO.**

A adoção no Código Civil e na Lei 8.069/90. A guarda.

#### **MÓDULO VIII: ALIMENTOS.**

A previsão da Lei Civil. Alimentos na Lei 5.478/68. Alimentos gravídicos. Alimentos ao Idoso.

#### **MÓDULO IX: TUTELA E CURATELA.**

### **98. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Leitura de textos e artigos
- Seminários
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (data show e outros)
- Trabalho em Grupo correspondente a 20 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.

### **99. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula e Discussão de textos. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de

75%.

**100. BIBLIOGRAFIAS****BÁSICA:**

MONTEIRO, Washington de Barros, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Curso de direito civil: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2 (7 exs.)

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. São Paulo: Saraiva. v.5 (9 exs.)

CASTRO, Guilherme Couto de. Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões. Niterói/RJ: Impetus, 2012. (12 exs.)

**COMPLEMENTAR:**

TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. (3 exs.)

**NÃO POSSUÍMOS MAIS TÍTULOS PARA ESTE TEMA DO DIREITO CIVIL, ABAIXO SEGUE O QUE CONSTA DO PE DA PROF. EDNA MARTHA.**

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Grupo GEN/Forense, 2015.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional*. São Paulo: RENOVAR, 2007.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*. São Paulo: Saraiva, 2004.

**101. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****102. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>PRATICA JURIDICA E ESTAGIO SUPERVISIONADO I</b>		

**103. EMENTA**

Trabalhos simulados orientados na área cível. Analisar situações concretas que possibilitem o conhecimento da prática civil em seus diversos procedimentos.

**104. OBJETIVO**

Descrever, de forma crítica, as relações jurídicas que se estabelecem em função de um processo judicial. Compreender os efeitos dela decorrentes. Interpretar as decisões judiciais proferidas em processos cíveis.

**105. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****UNIDADE I - ORIENTAÇÕES GERAIS**

- I.1 Explicação do Procedimento Comum Ordinário.
- I.2 Documentação necessária à propositura de uma ação judicial.
- I.3 Requisitos de uma Petição Inicial.
- I.4 Elaboração de uma Petição Inicial.

**UNIDADE II - FASE INICIAL DA AÇÃO CÍVEL**

- II.1 Despacho do juiz solicitando Emenda à Petição Inicial. Elaboração da Petição Interlocutória.
- II.2 Da Resposta do réu. Elaboração de uma Exceção de Incompetência.
- II.3 Elaboração de uma Contestação.
- II.4 Elaboração de uma Impugnação à Contestação.

**UNIDADE III - TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO E AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

- III.1 Explicação sobre a Audiência Preliminar.
- III.2 Despacho Saneador.
- III.3 Simulação de uma Audiência de Instrução e Julgamento.
- III.4 Elaboração de uma Sentença.

**106. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos

**107. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

A AVALIAÇÃO LEVARÁ EM CONTA A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NAS ATIVIDADES INDIVIDUAIS E EM GRUPO, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ESCRITOS E PROVAS.

**108. BIBLIOGRAFIAS**

- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2015. (8 exs.)
- ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria geral do processo. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (8 exs.)
- MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil: teoria geral do processo civil. São Paulo: RT, 2015. (18 exs.)

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Atlas, 2015. (4 exs.)
- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.1 (12 exs.)
- GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo e auxiliares da justiça. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1 (9 exs.)
- CONRADO, Paulo Cesar. Introdução à teoria geral do processo civil. São Paulo: Max Limonad, 2003. (2 exs.)
- BATISTA, Francisco de Paula. Compêndio de teoria e prática do processo civil. Campinas/SP: Russell, 2002.

**8. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****17. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>64 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>	<b>DIR</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL II</b>		

**18. EMENTA**

Estudo da parte especial do código de processo penal. Da instrução criminal. Da prova. Medidas assecuratórias. Teoria geral do procedimento cautelar. Das medidas cautelares de natureza pessoal: prisão, prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária. Das contracautelas: liberdade provisória com e sem fiança. Das medidas cautelares de natureza real. Procedimentos: ordinário, sumário e sumaríssimo.

**19. OBJETIVO**

Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas, às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.

**20. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Das prisões provisórias e preventivas.
  - 1.1 Conceitos.
  - 1.2 Características
  - 1.3 Diferenças.
  - 1.4 Cabimento
  - 1.5 Prazo
  - 1.6 Das medidas cautelares diversas da prisão
2. Liberdade provisória:
  - 2.1 Características
  - 2.2 Cabimento
  - 2.3 Revogação de preventiva
  - 2.4 relaxamento de flagrante.
3. Fiança.

3.1 Conceito

3.2 Características

3.3 Cabimento

3.4 Perda e complementação

4. Teoria geral da prova.

4.1 Conceito, objeto, meios de prova, ônus, valoração e poderes do juiz. Procedimento probatório.

4.2 Prova pericial. Exame de corpo de delito.

4.3 Confissão: conceito, características e valor probante.

4.4 Incidente de insanidade mental.

4.5 Prova testemunhal.

4.6 Perguntas ao ofendido.

4.7 Acareação.

4.8 Reconhecimento de pessoas e coisas.

4.9 Prova documental. Incidente de falsidade.

4.10 Busca e apreensão.

4.11 Prova indiciária.

4.12 Prova emprestada

5. Das Questões e Processos Incidentes

5.1 Das questões prejudiciais

5.2 Dos processos incidentes

5.2.1 Das exceções

5.3 Do conflito de jurisdição

5.4 Da restituição de coisas apreendidas

5.5 Das medidas assecuratórias

5.6 Do incidente de falsidade

5.7 Da insanidade mental do acusado

6. Procedimentos Comum – Ordinário, Sumário e Sumaríssimo;

6.1 Características

6.2 Diferenças.

6.3 Prazos

6.4 Rito procedimental

7. Procedimentos Especiais

7.1 Características

- 7.2 Espécies
- 7.3 Diferenças.
- 7.4 Rito procedimental

- 8. Sentenças
  - 8.1 Condenatória
    - 8.1.1 Características
    - 8.1.2 Composição
  - 8.2 Absolutória
    - 8.2.1 Características
    - 8.2.2 Composição

- 9. Coisa Julgada
  - 9.1 Efeitos

#### **10- Trabalho acadêmico efetivo.**

- 10.1 Atividade Teórica em sala de aula, exposição teórica para estudo de caso.
- 10.2 Atividade Prática dentro da sala de aula, resolução de um problema com a matéria ministrada.
- 10.3 Atividade Mediada por Tecnologia consulta jurisprudencial online.
- 10.4 Atividade Fora de Sala de Aula, visita a um sala de audiência.
- 10.5 Atividade Tutorial, estudo de caso.
- 10.6 Projetos Integradores/Interdisciplinares.
- 10.7 Estágios Supervisionados.
- 10.8 Atividades Complementares.
- 10.9 Trabalho final de curso.

#### **21. METODOLOGIA UTILIZADA**

Exposição oral dialogada, consulta a legislação vigente, doutrina e jurisprudência, exercícios de fixação (questões de concursos públicos CESP/UNB, FGV, FCC, ESAF, OAB e outros). Fornecimento de material de pesquisa para análise individualmente e/ou em grupo. Buscando efetividade prática e compreensão dos procedimentos judiciais, e a aplicação dos conhecimentos acadêmicos e do conteúdo interdisciplinar, o aluno será orientado a assistir audiências e sessões de julgamento acerca da matéria.

#### **22. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios,

totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado.

O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

### 23. BIBLIOGRAFIAS

#### **BÁSICA:**

OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2015. (16 exs.)

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2015. (20 exs.)

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. São Paulo: Atlas, 2015. (18 exs.)

#### **COMPLEMENTAR:**

LIMA, Renato Brasiliro de. Manual de processo penal. Salvador/BA: JusPodvm, 2015. (18 exs.)

MACHADO, Antônio Alberto. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2014. (4 exs.)

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (4 exs.)

ISHIDA, Válter Kenji. Processo penal. São Paulo: Atlas, 2013. (4 exs.)

ALVES, Reinaldo Rossano. Direito processual penal. Niterói/RJ: Impetus, 2013. (2 exs.)

### 24. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****109. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>	<b>9º PERÍODO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>40 Horas (2 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITOS HUMANOS</b>		

**110. EMENTA**

Sociedade internacional. Direitos humanos. Proteção internacional dos direitos humanos.  
Os tribunais internacionais.

**111. OBJETIVOS**

Compreender os direitos humanos como processo de evolução social.  
Analisar os mecanismos de proteção aos direitos humanos nos planos interno e internacional.

**112. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****UNIDADE I – A SOCIEDADE INTERNACIONAL**

- 1.1 Introdução
- 1.2 Características
- 1.3 Pessoas Internacionais

**UNIDADE II – DIREITOS HUMANOS**

- 2.1 Conceito
- 2.2 Origem
- 2.3 Evolução
- 2.4 Desenvolvimento Sustentável
- 2.5 Direito Humanitário
- 2.6 Proteção Constitucional

**UNIDADE III – PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

- 3.1 Carta das Nações Unidas

3.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos

3.3 A convenção de Viena

3.4 Outros Tratados Internacionais

#### **UNIDADE IV – TRIBUNAIS INTERNACIONAIS**

4.1 Corte Interamericana

4.2 Corte Europeia

4.3 Tribunal Penal Internacional

4.4 Outros tribunais.

#### **113. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Leitura de textos e artigos
- Seminários
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (data show e outros)
- Trabalho em Grupo sobre Declaração Universal dos Direitos Humanos correspondente a 20 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.

#### **114. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula e discussão de textos. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

#### **115. BIBLIOGRAFIAS**

##### **BÁSICA:**

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São

Paulo: Saraiva, 2013.OK

GUERRA, Sidney. *Direitos humanos – curso elementar*. São Paulo: Saraiva, 2014.OK

ALVES, José Augusto Lindgren. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

**COMPLEMENTAR:**

ALVES, José Augusto Lindgren. *Os direitos humanos como tema global.*

Perspectiva, 2003.OK

PAGLIUCA, Jose Carlos Gobbi. *Direitos Humanos.* São Paulo: Rideel, 2010.OK

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais.* São

Paulo: Saraiva, 2014.OK

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional* Rio de Janeiro: Renovar, 2005.OK

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais.* Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2005.OK

**116. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>
<b>DISCIPLINA</b>	Direito do Trabalho I
<b>PROFESSOR</b>	
<b>PERÍODO</b>	7º
<b>MATRIZ 2013-I</b>	CONTEÚDO CURRICULAR PARA O SEMESTRE 2015 II
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	REGULAR

<b>CARGA HORÁRIA</b>	80 horas / 4 horas semanais
----------------------	-----------------------------

<b>JUSTIFICATIVA</b>	Proporcionar aos discentes os principais tópicos na área do direito trabalhista.
----------------------	--

<b>OBJETIVO</b>	<p>Estudo do Direito do Trabalho dentro das relações contemporâneas, identificando os sujeitos e as várias espécies de prestação de serviços, com e sem vínculo empregatício, existentes na atual conjuntura. Induzir o aluno a elaborar raciocínio crítico através de conhecimento das relações trabalhistas, possibilitando com isto, a correta aplicação de regras, parâmetros para as diversas modalidades de cálculos na área trabalhista.</p> <p>O presente estudo permitirá ao aluno identificar todos os sujeitos e as espécies de relações de trabalho e de serviço, direitos e obrigações tanto de empregadores quanto de trabalhadores.</p>
-----------------	--

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- **HISTÓRIA DO DIREITO TRABALHO;**
- **SUJEITOS E REQUISITOS DO CONTRATO DE TRABALHO;**
- **TRABALHADORES E EMPREGADOS ESPECIAIS, TIPOS DE CONTRATO DE TRABALHO;**
- **CONTRATO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO, EMPREGADO E EMPREGADOR;**
- **GRUPO ECONÔMICO E INTERPOSIÇÃO DE EMPRESA;**
- **SUCESSÃO DE EMPREGADORES, TERCEIRIZAÇÃO;**
- **JORNADA DE TRABALHO, HORAS EXTRAS;**
- **DESCONTOS E PAGAMENTO DE SALÁRIOS, CONCEITO DE REMUNERAÇÃO;**

**MÉTODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, contendo 10 questões, sendo 06 (seis) de múltipla escolha e 03 (três) dissertativas. Trabalhos (TAI), em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado.

O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

#### METODOLOGIA UTILIZADA

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos

#### BIBLIOGRAFIAS

##### BÁSICA:

CARRION, Valentin. Consolidação das Leis Trabalhistas Comentada; São Paulo: Saraiva, 2015. (20 exs.)

BONFIM, Vólia Cassar. Resumo de direito do trabalho. Niterói/RJ: Ímpetus, 2013. (12 exs.)

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015. (6 exs.)

##### COMPLEMENTAR:

MOURA, Marcelo. Curso de direito do trabalho; São Paulo: Saraiva, 2014. (4 exs.)

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho; São Paulo: Saraiva, 2015. (12 exs.)

JORGE NETO, Francisco Ferreira, CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015. (4 exs.)

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014. (6 exs.)

MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014. (8 exs.)

#### PLANO DE ENSINO

##### 117. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	DIREITO	SEMESTRE / ANO	
PERÍODO		CARGA HORÁRIA	80 Horas (4 Horas/Sem.)
COD. DISCIPLINA		PROFESSOR (A)	
E-MAIL /TELEFONE			
DISCIPLINA	Direito CIVIL VI		

##### 118. EMENTA

Da Sucessão em Geral. Da Sucessão Legítima. Da Sucessão Testamentária. Do Inventário e da Partilha.

##### 119. OBJETIVO

Apresentar ao bacharelado a organização e o funcionamento do Sistema Jurídico Brasileiro

numa postura construtiva e analítica dos princípios, regras e jurisprudência formadores da Ciência do Direito; desenvolver o raciocínio jurídico e a visão crítica dos institutos jurídicos a fim de ensinar a criação de novos processos de criação do Direito; formar e preparar profissionais aptos a exercerem a advocacia em sua plenitude de expressão, bem como prepará-los a assumirem cargos jurídicos que requerem o diploma de bacharel em Direito. Como justificativa, ressalta-se a importância do conteúdo em razão do foco abordado pelos principais doutrinadores da matéria, bem como o requerido pela OAB em seu exame unificado.

## 120. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### **MÓDULO 1 – DA SUCESSÃO EM GERAL**

- Unidade 1: Disposições Gerais
- Unidade 2: Da Herança e de sua Administração
- Unidade 3: Da Vocação Hereditária
- Unidade 4: Da Aceitação e Renúncia da Herança
- Unidade 5: Dos Excluídos da Sucessão
- Unidade 6: Da Herança Jacente e Da Herança Vacante
- Unidade 7: Da Petição de Herança

### **MÓDULO 2 – DA SUCESSÃO LEGÍTIMA**

- Unidade 1: Da Ordem de Vocação Hereditária
- Unidade 2: Dos Herdeiros Necessários
- Unidade 3: Do Direito de Representação

### **MÓDULO 3 – DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA**

- Unidade 1: Do Testamento em Geral
- Unidade 2: Da Capacidade de Testar
- Unidade 3: Das Formas Ordinárias de Testamento
- Unidade 4: Dos Codicilos
- Unidade 5: Dos Testamentos Especiais
- Unidade 6: Das Disposições Testamentárias em Geral
- Unidade 7: Dos Legados
- Unidade 8: Da Deserção
- Unidade 9: Da Revogação do Testamento

### **MÓDULO 4 – DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA**

- Unidade 1: Do Inventário
- Unidade 2: Dos Sonegados
- Unidade 3: Da Colação
- Unidade 4: Da Partilha

## 121. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Aulas Expositivas/Debates

Seminários

Leitura de Textos e Artigos

Trabalho/Exercício que corresponde a 20 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE)

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios (Trabalho Acadêmico Efetivo - TAE), totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina. O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco). Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado. O aluno deverá ainda ter

frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

## 122. BIBLIOGRAFIAS

### **BÁSICA:**

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2015. v.7. (5 exs.)

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direito das sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v.6 (4 exs.)

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Atlas, 2015. v.7 (4 exs.)

### **COMPLEMENTAR:**

GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2015. v.7 (2 exs.)

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2007. v.7 (2 exs.)

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2015. (4 exs.)

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Direito civil: sucessões. São Paulo: Atlas, 2007. (Série Fundamentos jurídicos, v.7). (2 exs.)

CASTRO, Guilherme Couto de. Direito civil lições: parte geral, obrigações, responsabilidade civil, reais, família e sucessões. Niterói/RJ: Impetus, 2012. (12 exs.)

## 123. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO**

**124. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>PRATICA JURIDICA E ESTAGIO SUPERVISIONADO II</b>		

**125. EMENTA**

Prática Cível. Elaboração de peças. Petição Inicial, Contestação, Impugnação, Recursos e demais peças cíveis. Análise procedimental e comportamental em audiência. Audiências simuladas. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Discussão de processos judiciais findos. Julgamentos cíveis. Visitas orientadas. Participação em audiências reais.

**126. OBJETIVO**

Desenvolver uma ação - reflexão de pratica jurídica no âmbito civil da justiça comum, estadual e federal, que possibilite ao aluno vivenciar a atuação prática que se dá no âmbito forense. Preparação do aluno para as atividades forenses, abordando desde conceitos preparatórios básicos referentes aos ritos ordinário e dos Juizados Especiais até mesmo simulando a prática dos atos processuais mais variados utilizados pelos operadores jurídicos. Preparação do aluno para a vivência jurídica nos mais variados ambientes forenses, desde comportamento perante as autoridades, como também a dinâmica do movimento processual; Trazer à prática jurídica os conhecimentos teóricos acumulados nas demais disciplinas do curso de Direito.

**127. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**PETIÇÃO INICIAL**

- o Disposições gerais
- o Petição Inicial nos diversos ritos
  - f Requisitos
  - f Pedido
  - f Indeferimento
  - f Elaboração de peça.
- **RESPOSTA DO RÉU**
  - o Disposições Gerais
  - o Contestação
    - f Requisitos
    - f Elementos
    - f Estrutura
    - f Elaboração de peça.
  - o Exceção de Impedimento
    - f Requisitos
    - f Elementos
    - f Estrutura
    - f Elaboração de peça.
  - o Exceção de Suspeição
    - f Requisitos

- f Elementos
- f Estrutura
- f Elaboração de peça.
- o Exceção de Incompetência
- f Requisitos
- f Elementos
- f Estrutura
- f Elaboração de peça.
- REVELIA
- AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
- o Disposições Gerais e Dinâmica
- o Produção de Provas
- AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
- o Disposições Gerais e Dinâmica
- o Produção de Provas
- DISCUSSÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS REAIS
- SIMULAÇÃO DE AUDIÊNCIAS COM USO DE CASOS PRÁTICOS
- RECURSOS
- o Disposições Gerais
- o Requisitos legais
- o Elaboração de Recurso de Apelação
- o Elaboração de Recurso de Agravo e de Embargos
- o Elaboração de Recurso Ordinário, Especial e Extraordinário
- PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS CÍVEIS REAIS
- PARTICIPAÇÃO EM JULGAMENTOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### 128. METODOLOGIA UTILIZADA

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos

### 129. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A AVALIAÇÃO LEVARÁ EM CONTA A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NAS ATIVIDADES INDIVIDUAIS E EM GRUPO, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ESCRITOS E PROVAS.

### 130. BIBLIOGRAFIAS

- . DIDIER JR. Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. Salvador/BA: JusPodivm, 2015. v.1 (44 exs.)
- HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo de processo civil Niterói/RJ: Impetus, 2015. (40 exs.)
- GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito processual civil esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015. (14 exs.)

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- . NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. São Paulo: Método, 2015. Volume único. (41 exs.)
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual



civil, processo do conhecimento, procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v.1 (20 exs.)  
WAMBIER, Luiz Rodrigues, TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: RT, 2015. v.1 (4 exs.)  
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014. v.1 (12 exs.)  
SILVA, Edward Carlyle. Direito processual civil. Niterói/RJ: Impetus, 2014. (21 exs.)

#### 8.VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO**

**131. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO EMPRESARIAL I</b>		

**132. EMENTA**

Empresa, Empresário e Estabelecimento. Propriedade industrial. Registros empresariais. Concorrência. Direito Societário Geral. Direito Societário Especial: Sociedades do Código Civil.

**133. OBJETIVO**

A partir das leituras, debates e exposições o aluno deverá estar apto a conhecer e aplicar as normas constitucionais e de direito empresarial relacionadas ao empresário, às sociedades empresarias e outras formas de organização da atividade econômica. Deve ainda conhecer os procedimentos registraes relacionados à atividade empresarial e a situação da empresa no mercado. O aluno deve, além do conhecimento dogmático, ser dotado do instrumental necessário à análise e aplicação crítica do direito empresarial.

**134. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- PARTE – Empresa, Empresário e Estabelecimento
- 1. Objeto do Direito Empresarial. Relação com as demais disciplinas (direito constitucional, administrativo, econômico, do trabalho, tributário, civil). Fontes do Direito Empresarial.
- 2. Histórico do Direito Comercial, pré-história (antiguidade, Grécia e Roma). Idade Média. Fatores históricos, sociais e econômicos que conduziram à criação do direito comercial. Importância das corporações de ofício. *Ius mercatorum*.
- 3. Histórico do Direito Comercial. Direito de base classista. A formulação dos Estados Contemporâneos. Influência da Codificação Francesa. Busca da definição de ato de comércio. Teorias sobre o ato de comércio. Derrocada do objetivismo. Direito comercial moderno. A noção de empresa.
- 4. Histórico do Direito Comercial no Brasil. Atos de comércio no Brasil. O Código Comercial de 1850. Legislação extravagante. O Código Civil de 2002.
- 5. Busca da noção de direito comercial no Brasil. Ampliação de seu objeto. Caracterização da matéria mercantil.
- 6. Caracterização do empresário. Noção de empresa. Teoria de Asquini. Empresa no Código Civil Brasileiro: Noção de empresário. Exceções. Empresa agrária.
- 7. Não empresariedade e prática da atividade econômica.
- 8. Disciplina do empresário individual no Código Civil. Empresário regular.
- 9. Estabelecimento empresarial. Características. Elementos. Transferência. Disciplina normativa.



10. Elementos de identificação da empresa. Nome empresarial. Marca e título de estabelecimento. Disciplina e proteção jurídica. Propriedade intelectual e registros empresariais.
11. Atividade empresarial e concorrência.
- II. PARTE: Direito Societário Geral
11. Conceito de Sociedade Empresarial: Noção de Sociedade como contrato, patrimônio e pessoa jurídica.
12. Sociedade como patrimônio: capital social e patrimônio. Distinção patrimonial; Distinção entre Sociedade Simples e Empresarial; Distinção entre Sociedade, Associação e Fundação; Distinção entre Sociedade e Empresa
13. Personalidade Jurídica: Noção. Efeitos. Limitação de responsabilidade. Teorias. Desconsideração. Hipóteses no Direito Brasileiro.
14. Criação da Sociedade Regular: Ato constitutivo. Requisitos. Legislação Aplicável. Natureza do ato. A situação da sociedade irregular ou de fato. Empresa. Empresário individual.
16. O Sócio: Natureza. Capacidade. Direitos e Deveres.
17. Capital Social: Natureza. Composição. Modificação.
- Sociedades em espécie: Sociedade em conta de participação. Sociedade em comum.
- III. PARTE: Direito Societário Especial
18. Classificação dos modelos societário brasileiros.
19. Sociedade não-empresárias. Sociedade simples gênero e espécie
20. Sociedade cooperativa. Noção. Estrutura. Disciplina. Responsabilidade dos sócios.
21. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade em comandita por ações. Principais características e disciplina legal.
22. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada: Formação histórica e tendências de transformação. Evolução legislativa. A disciplina no Código Civil.
23. Responsabilidade do sócio quotista: ordinária e especiais. Limites e disciplina normativa.
24. Natureza jurídica das quotas, cessão das quotas, penhorabilidade das quotas.
25. Capital Social: Constituição, inadimplência, aumento e diminuição, intangibilidade.
26. Órgãos Sociais: administração, funções, eleição e destituição, remuneração, delegação de poderes, responsabilidade dos administradores. Assembléia.
27. Dissolução e liquidação das sociedades de pessoas. Causas, formalidades, dissolução de fato, dissolução parcial.

### **135. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos

### **136. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

A AVALIAÇÃO LEVARÁ EM CONTA A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NAS ATIVIDADES INDIVIDUAIS E EM GRUPO, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ESCRITOS E PROVAS.

### **137. BIBLIOGRAFIAS**

**COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2014. v.1**



**MARINS, Fran. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2015.**

**FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2014.**

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

**CAMPINHO, Sérgio. O direito de empresa à luz do código civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.**

**MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2015.**

**COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2012.**

**REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1**

**NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa: teoria geral da empresa e direito societário. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1**

**8.VALIDAÇÃO**

<b>PROFESSOR</b>	<b>COORDENADOR</b>
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>

**PLANO DE ENSINO****138. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>40 Horas (2 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>	<b>DIR-1294</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO AMBIENTAL</b>		

**139. EMENTA**

O Direito Ambiental é a área do conhecimento jurídico que estuda as interações do homem com a natureza e os mecanismos legais para proteção do meio ambiente, estabelecendo relações intrínsecas e transdisciplinares entre campos diversos, como antropologia, biologia, ciências sociais, engenharia, geologia e os princípios fundamentais do direito internacional, entre outros.

No Brasil, o Direito Ambiental estabelece novas diretrizes de conduta, fundamentadas na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 31/8/81) que estabelece definições claras para o meio ambiente, qualifica as ações dos agentes modificadores e provê mecanismos para assegurar a proteção ambiental, instituindo ainda o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), constituído por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e pelas fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Cabe então aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a regionalização das medidas emanadas do SISNAMA, elaborando normas e padrões supletivos e complementares.

Em 1988, a Constituição Federal dedicou normas direcionais da problemática ambiental, fixando as diretrizes de preservação e proteção dos recursos naturais e definindo o meio ambiente como bem de uso comum da sociedade humana.

Em 1992 – A 2ª. Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, consolida a preocupação mundial com as questões ambientais, reforçando princípios e regras, sendo produzidos importantes documentos norteadores das políticas ambientais internacionais.

Assim, em qualquer organização pública ou privada, o Direito Ambiental exprime a busca permanente pela melhoria da qualidade ambiental de serviços, produtos e ambientes de trabalho, num processo de aprimoramento que propicia o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental globalizados e abrangentes. Ao operar nesses sistemas, as organizações incorporam as melhores práticas corporativas em vigência, além de procedimentos gerenciais e técnicos que reduzam ao mínimo as possibilidades de dano ao meio ambiente.

A disciplina busca estudar as contribuições do Direito Ambiental com base nos Tratados internacionais; Constituição da República vigente; o papel do Estado; a Proteção da Natureza e a sustentabilidade em suas dimensões: social, ambiental e econômica.

**140. OBJETIVO**

Viabilizar a compreensão do Direito Ambiental nacional com suas características e princípios próprios, a partir da correlação com os demais ramos do Direito e do conhecimento, de forma a

possibilitar ao aluno uma visão ampla do contexto ambiental e ao mesmo tempo detalhada em seus aspectos aplicados, de forma a suscitar reflexões e o estímulo à pesquisa jurídica acerca das práticas organizacionais voltadas à sustentabilidade.

Se busca assim instrumentalizar e estimular os alunos a ampliar sua capacidade de articulação e de gerar, sistematizar e socializar o conhecimento assimilado no plano intra e extraclasse, levando em conta o foco na preservação do ambiente, na eliminação do desperdício e melhoria da qualidade de vida da população, estando hoje as questões ambientais e do desenvolvimento, atreladas ao atendimento de demandas sociais e legais que exigem cada vez mais uma capacidade diferenciada dos operadores do direito em interpretar tais demandas e aplicar seus conhecimentos.

#### **141. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

##### **MÓDULO 1: INTRODUÇÃO ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS.**

Origens dos problemas ambientais.

Conceitos gerais: Ecologia, Impactos, poluição, contaminação.

As Grandes Conferências mundiais de Meio Ambiente e Desenvolvimento e seus desdobramentos.

Aquecimento Global – Causas e consequências. (O Protocolo de Kyoto e as COPs)

Urbanismo e Meio Ambiente – A Política Nacional de Ordenamento Territorial.

##### **MÓDULO 2: AS BASES LEGAIS**

Princípios Gerais do Direito Ambiental

Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) (Lei. 6.938/1981) - O SISNAMA

Constituição Federal de 1988 – Art., 225...

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) (Lei. 7.661/1988)

Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998)

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Lei. 9.985/2000).

Contexto Geral, APPs e FMPs

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Lei. 12.305/2010)

O novo Código Florestal (Lei. 12.651/2012).

Referências legais na esfera Estadual e Municipal.

##### **MÓDULO 3: OS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (PNMA)**

Estudo de Impacto Ambiental (EIA)

Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)

Plano de Controle Ambiental (PCA)

Relatório de Controle Ambiental (RCA)

Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

Relatório Ambiental Preliminar (RAP)

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

##### **MÓDULO 4: QUESTÕES COMPLEMENTARES**

Licenciamento Ambiental – Rito e condicionantes associadas.

O Direito Difuso aplicado ao contexto ambiental.

A Responsabilidade Civil.

Itaboraí e as questões ambientais – Marcos protetivos (Novo Plano Diretor Municipal)

#### **142. METODOLOGIA UTILIZADA**

Aulas teóricas expositivo-participativas

Trabalhos em grupo / Seminários

- Estudos de casos com base na realidade local e regional e Exercícios simulados.
- Utilização de recursos audiovisuais (datashow e outros)
- Atividades de campo - Identificação problemas ambientais onde o Direito de aplica.
- Trabalho em Grupo correspondente a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.**

**143. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

**Considerado o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final.**

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado na disciplina.

O ALUNO DEVERÁ AINDA TER FREQUÊNCIA MÍNIMA IGUAL OU SUPERIOR A 75%, SENDO REPROVADO, SE FOR INFERIOR

**144. BIBLIOGRAFIAS****BÁSICA:**

**ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. São Paulo: Atlas, 2015. ( 4 exs.)**

**MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2015. (8 exs.)**

**GUERRA, Sidney, GUERRA, Sérgio. Curso de direito ambiental. São Paulo: Atlas, 2014. (4 exs.)**

**COMPLEMENTAR:**

**ANTUNES, Paulo de Bessa. Manual de direito ambiental. São Paulo: Atlas, 2013. (2exs.)**

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito ambiental. São Paulo: Atlas, 2014. (2exs.)

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. Curso de direito ambiental. São Paulo: RT, 2012. (9 exs.)

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2015. (2 exs.)

MILARÉ, Édís. Direito do ambiente. São Paulo: RT, 2015. (4 exs.)

**145. VALIDAÇÃO (09/02/2015)**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>
<b>DISCIPLINA</b>	Direito do Trabalho II
<b>PROFESSOR</b>	
<b>PERÍODO</b>	
<b>MATRIZ 2013-I</b>	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	REGULAR

<b>CARGA HORÁRIA</b>	80 horas / 4 horas semanais
----------------------	-----------------------------

<b>JUSTIFICATIVA</b>	Proporcionar aos discentes os principais tópicos na área do direito trabalhista.
----------------------	--

<b>OBJETIVO</b>	<p>Estudo do Direito do Trabalho dentro das relações contemporâneas, identificando os sujeitos e as várias espécies de prestação de serviços, com e sem vínculo empregatício, existentes na atual conjuntura. Induzir o aluno a elaborar raciocínio crítico através de conhecimento das relações trabalhistas, possibilitando com isto, a correta aplicação de regras, parâmetros para as diversas modalidades de cálculos na área trabalhista.</p> <p>O presente estudo permitirá ao aluno identificar todos os sujeitos e as espécies de relações de trabalho e de serviço, direitos e obrigações tanto de empregadores quanto de trabalhadores.</p>
-----------------	--

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- **SALÁRIO E REMUNERAÇÃO;**
- **SALÁRIO MÍNIMO E SALÁRIO PROFISSIONAL;**
- **SALÁRIO FAMÍLIA E SALÁRIO EDUCAÇÃO;**
- **ADICIONAIS LEGAIS; INTERVALOS PRA DESCANÇO;**
- **PROTEÇÃO E PAGAMENTO DE SALÁRIO, EQUIPARAÇÃO SALARIAL;**
- **SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO;**
- **RESCISÃO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO;**
- **AVISO PRÉVIO VERBAS RESCISÓRIAS;**
- **13º SALÁRIO;**
- **FÉRIAS;**
- **FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO;**
- **TRABALHO DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;**
- **SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO;**
- **PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO;**
- **DIREITO COLETIVO.**

## MÉTODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, contendo 10 questões, sendo 06 (seis) de múltipla escolha e 03 (três) dissertativas. Trabalhos (TAI), em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado.

O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

## METODOLOGIA UTILIZADA

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos

## BIBLIOGRAFIAS

### BÁSICA:

- CARRION, Valentin. *Consolidação das Leis Trabalhistas Comentada*; São Paulo: Saraiva, 2015. (20 exs.)  
BONFIM, Vólia Cassar. *Resumo de direito do trabalho*. Niterói/RJ: Ímpetus, 2013. (12 exs.)  
MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do trabalho*. São Paulo: *Atlas*, 2015. (6 exs.)

### COMPLEMENTAR:

- MOURA, Marcelo. *Curso de direito do trabalho*; São Paulo: Saraiva, 2014. (4 exs.)  
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho*; São Paulo: Saraiva, 2015. (12 exs.)  
JORGE NETO, Francisco Ferreira, CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. *Direito do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2015. (4 exs.)  
MANUS, Pedro Paulo Teixeira. *Direito do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2014. (6 exs.)  
MARTINEZ, Luciano. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2014. (8 exs.)

**PLANO DE ENSINO****146. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (2 Horas/Sem.)</b>
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO INTERNACIONAL</b>		

**147. EMENTA**

Conceito e princípios do Direito Internacional. DI Público e DI Privado. Principais doutrinas do DIP. Sujeitos de DIP. Organizações Internacionais. Ser humano e humanidade. Normas de DIP. Conflitos de normas no DIP. Responsabilidade internacional. Jurisdição internacional. População e nacionalidade. Imunidades. Proteção diplomática. Condição do estrangeiro. Domínio público internacional. Solução de conflitos. Perspectivas do Direito Internacional.

**148. OBJETIVO**

- Aplicar os conceitos “clássicos” do direito internacional público, bem como apresentar as mudanças ocorridas na sociedade internacional com o advento do “processo de construção” do conceito de globalização; - Analisar os processos históricos de desenvolvimento da ordem jurídica internacional com seus reflexos na ordem constitucional brasileira; e - Aplicar os conceitos do direito internacional privado na análise e produção criativa do direito brasileiro.

**149. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- **A sociedade Internacional, formação, caracteres; Definição do DIP; Evolução Histórica; Fundamento do DIP; O Direito Internacional Público e o Direito Interno (Teorias em Confronto).**
  
- **As fontes do DIP: O costume internacional, os tratados internacionais, os princípios gerais de direito, o valor da jurisprudência internacional, o valor da doutrina, o elemento da equidade; sistema jurídico internacional; o conflito entre o direito internacional e o direito interno.**
  
- **A questão dos atos jurídicos unilaterais, a questão das resoluções das organizações internacionais, sujeitos de direito internacionais, os estados, reconhecimento de estado, reconhecimento de governo sucessão e extinção de estados.**
  
- **As organizações políticas internacionais: A liga das nações, A organização das Nações Unidas, Delimitação de Competências no Plano Internacional: A ONU e os Estados**

**Membros,**

**Personalidade Jurídica Internacional da ONU, Controle de legalidade dos atos da ONU, Distribuição interna de competências e sua alteração relativa pela prática da ONU.**

- **As organizações especializadas: GATT/OMC, UNCTAD, UNIDO, AIEA, OACI, OIT, FMI, BIRD, AID, SFI, OMS, UNESCO; Direito de Integração, o fenômeno da integração a partir da 2ª guerra mundial, as organizações de caráter regional: BENELUX, OCDE, OTAN, União Européia, Mercosul, NAFTA, ALCA.**
- **O individuo nas relações internacionais, a implementação internacional dos direitos humanos.**

**Introdução ao Direito Comunitário, aspectos jurídicos da zona Livre Comércio, da União Aduaneira e Mercado Comum.**

- **Novas tendências do Direito Internacional: Direito Ambiental Internacional, Direito Penal Internacional, Direito Internacional do Trabalho e Direito Internacional Constitucional.**

**150. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo / Seminários
- Estudos de casos com base na realidade local e regional e Exercícios simulados.
- Utilização de recursos audiovisuais (datashow e outros)
- Atividades de campo - Identificação problemas ambientais onde o Direito de aplica.
- **Trabalho em Grupo correspondente a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.**

**151. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

**Considerado o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final.**

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado na disciplina.

O ALUNO DEVERÁ AINDA TER FREQUÊNCIA MÍNIMA IGUAL OU SUPERIOR A 75%, SENDO REPROVADO, SE FOR INFERIOR

**152. BIBLIOGRAFIAS**



**BÁSICA:**

BRASIL. Legislação do direito internacional. São Paulo: Saraiva, 2015. (4 exs.)

TEIXEIRA, Carla Noura. Direito intenacional: público, privado e dos direitos humanos. São Paulo: saraiva, 2009. (8 exs.)

ARIOSI, Mariângela. Conflitos entre tratados internacionais e leis internas: o judiciário brasileiro e a nova ordem internacional. Rio de Janeiro: renovar, 2000. (9 exs.)

**COMPLEMENTAR:**

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direito internacional público: parte geral. São Paulo: RT, 2010. (2 exs.)

CRETELLA JÚNIOR, José, CRETELLA NETO, José. 1.000 perguntas e respostas de direito internacional público e privado. Rio de Janeiro: Forense, 2007. (4 exs.)

FÜHRER, Maximilianus C. A., MILARÉ, Édis. Manual de direito público & privado. São Paulo: RT, 2011. (1 ex.)

GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2013. (1 ex.)

BREGALDA, Gustavo. Direito internacional público e direito internacional privado. São Paulo: Atlas, 2007. (1ex.)

**153. VALIDAÇÃO (09/02/2015)**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO**

**154. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	Direito	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	80 Horas (4 Horas/Sem.)
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			21.98133-0069
<b>DISCIPLINA</b>	PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO III		

**EMENTA:** Atendimento, elaboração de documentos, elaboração de petição inicial e contestação, juízo de sucessões, audiência, sentença, recurso, aplicação.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** 1) Estabelecer a articulação da teoria com a prática na atividade forense. 2) Encorajar a aplicação de conhecimentos técnico-jurídicos no exercício prático profissional, possibilitando à experiência da competência profissional julgada relevante para a área de formação do aluno. 3) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

**METODOLGIA:** Orientação, acompanhamento e supervisão ao atendimento, acompanhamento processual e elaboração de peças.

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO:** A avaliação do aluno é feita por meio de provas, elaboração de peças e todo trabalho forense.

**PROGRAMA DA DISCIPLINA**

**UNIDADE 1 - ATENDIMENTO**

- 1.1. Entrevista ao cliente
- 1.2. Análise do Suposto Litígio
- 1.3. Identificação do Problema
- 1.4. Apresentações de Soluções

**UNIDADE 2 – ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS**

- 2.1. Procuração
- 2.2. Declaração de Hipossuficiência
- 2.3. Substabelecimento;

**UNIDADE 3 – ELABORAÇÃO DE PETIÇÃO INICIAL E CONTESTAÇÃO**

- 3.2. Requisitos da petição inicial
  - 3.2.1. Endereçamento
  - 3.2.2. Qualificação das partes
  - 3.2.3. Fatos e fundamentos jurídicos

3.2.4. Pedido

3.2.5. Citação

3.2.6. Provas

3.2.7. Valor da causa

3.3. Alimentos

3.4. Divórcio

3.5. Guarda e responsabilidades de menores

3.6. Regulamentação de visitas

3.7. Tutela

3.8. Curatela

3.9. Interdição

3.10.. Investigação de paternidade

3.11. Retificação em assentamentos do registro civil

3.12. Elaboração de Contestação

#### **UNIDADE 4 – JUÍZO DE SUCESSÕES**

4.1. Elaboração de Inventário

4.2. Elaboração de Partilha

#### **UNIDADE 5 – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL**

5.1. Boletas no Fórum.

5.2. Publicações.

5.3 Carga de Autos do Processo.

5.4. Análise de autos no Cartório.

5.5. Cópias.

5.6. Peticionamento em geral.

5.7. Despacho com o Juiz.

**UNIDADE 6 – AUDIÊNCIA**

- 6.1. Realização de Audiência de Conciliação.
- 6.2. Realização de Audiências de Instrução e Julgamento
- 6.3. Sessões de julgamento em órgãos colegiados

**UNIDADE 7 – SENTENÇA**

- 7.1. Análise de Sentenças e Acórdãos
- 7.2. Análise Jurisprudencial.

**UNIDADE 8– RECURSOS**

- 8.1. Elaboração de Agravo
- 8.2. Elaboração de Apelação
- 8.3. Elaboração de Embargos de Declaração

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

- CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. v.1 São Paulo: Atlas, 2014. (12 exs.)  
DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro: direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2012. (8 exs.)  
CASELLA, José Erasmo. **Manual de prática forense**. São Paulo: Saraiva, 2008. (9 exs.)

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

- MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil: direito de família**. v.2. São Paulo: Saraiva, 2010. (8 exs.)  
PEREIRA, Caio Mario da Silva Pereira. **Instituições de Direito Civil: sucessões**. v.6. Rio de Janeiro: Forense, [2015]. (2 exs.)  
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das sucessões**. v. 7. São Paulo: Saraiva, 2015. (5 exs.)  
DIDIER Jr., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e**



processo de conhecimento. Salvador/BA: JusPodivm, 2015. (44 exs.)  
GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direito das sucessões.  
v.7. São Paulo: Saraiva, 2015. (2 exs.)

PROFESSOR	COORDENADOR
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>

**PLANO DE ENSINO****155. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO EMPRESARIAL II</b>		

**156. EMENTA**

Contratos empresariais: teoria geral. Compra e venda mercantil. Contratos de cooperação empresarial: Comissão, representação, concessão, franquia, agência, distribuição, transferência de tecnologia. Contratos bancários: Mútuo, desconto, abertura de crédito, crédito documentário. Contratos bancários impróprios: Alienação fiduciária em garantia, *factoring*, arrendamento mercantil (*leasing*), cartão de crédito. Contratos de seguro. Títulos de crédito: histórico, conceito, princípios e atributos. Constituição do crédito cambiário. Classificação dos títulos de crédito. Títulos ao portador, à ordem, e nominativos. As Cambiais. Leis Uniformes. Código Civil. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicata. Duplicata de prestação de serviços. Títulos de crédito impróprios: Títulos de investimento. Títulos de financiamento. Títulos representativos.

**157. OBJETIVO**

Habilitar os alunos a compreender a teoria dos contratos aplicada ao direito empresarial, bem como os aspectos empresariais dos contratos em espécie, mesmo dos atípicos.

Transmitir aos alunos o conhecimento sobre o crédito e sua mobilidade, especialmente no âmbito dos títulos de crédito, ou seja, no tratamento jurídico sistemático dado a esses instrumentos.

**158. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Contratos empresariais: teoria geral

1.1. Teoria dos Contratos

1.2. Contratos no Código Civil de 2002

1.3. Classificação dos Contratos

2. Compra e venda empresarial

2.1. Características

2.2. Elementos

2.3. Formação

2.5. Obrigações do Vendedor

2.6. Obrigações do Comprador

2.7. Modalidades. Fornecimento

2.8. Comércio Exterior. INCOTERMS

2.9. Compra e venda de empresas

---

3. Contratos de cooperação empresarial

3.1. Generalidades

3.2. Modalidades

3.3. Mandato e Comissão Mercantil

3.4. Representação Comercial Autônoma

3.5. Distribuição Mercantil

3.6. Concessão Mercantil

3.7. Agência

3.8. Franquia

3.9. Transferência de Tecnologia

---

4. Contratos Bancários

4.1. Histórico

4.2. Crédito. Juros. Usura

4.3. Depósito bancário

4.4. Mútuo Bancário

4.5. Desconto

4.6. Abertura de Crédito

4.7. *Vendor*

4.8. Garantias Bancárias

---

5. Contratos Bancários Impróprios

5.1. Histórico

5.2. *Factoring* – Fomento Mercantil

5.3. *Leasing* – Arrendamento Mercantil

5.4. Alienação Fiduciária em Garantia

5.5. Cartões de Crédito

---

6. Contrato de Seguro

---

7. Outros Contratos Empresariais

---

8. Direito Cambiário

8.1. Histórico

8.2. Títulos e Documentos. Cambial

8.3. Leis Uniformes

8.4. Títulos de Crédito. Classificação

8.5. Características: Cartularidade, Literalidade e Autonomia

8.6. Requisitos

8.7. Título emitido com partes em branco

8.8. Vedações genéricas

8.9. Invalidação

8.10. Perda, extravio e falsificação

---

9. Letra de Câmbio

9.1. Circulação. Endosso. Modalidades

9.2. Aceite

9.3. Aval

9.3.1 Efeitos

9.3.2 Direito de Regresso

9.3.3 Pagamento

9.4. Protesto

9.5. Prescrição

9.6. Intervenção

## 9.7. Vias e Cópias

### 10. Nota Promissória

#### 10.1. Regime de circulação e pagamento

#### 10.2. Nota Promissória Rural

#### 10.3. *Commercial Paper*

### 11. Cheque

#### 11.1. Requisitos

#### 11.2. Saque. Endosso. Aval

#### 11.3. Apresentação. Pagamento

#### 11.4. Revogação, sustação e oposição

#### 11.5. Prescrição

#### 11.6. Ação de locupletamento

### 12. Duplicata

#### 12.1. Histórico

#### 12.2. Emissão

#### 12.3. Aceite. Endosso. Aval

#### 12.4. Peculiaridades

### 13. Notas e Cédulas de Crédito

### 14. Conhecimento de Depósito e *warrant*

### 15. Conhecimento de Transporte Marítimo

### 16. Ação Cambial

## 159. METODOLOGIA UTILIZADA

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos

## 160. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A AVALIAÇÃO LEVARÁ EM CONTA A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NAS ATIVIDADES INDIVIDUAIS E EM GRUPO, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ESCRITOS E PROVAS.

## 161. BIBLIOGRAFIAS

**NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa: títulos de crédito e contratos empresariais.**



São Paulo: Saraiva, 2012. v.2 (9 exs.)

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: sociedades. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2 (9 exs.)

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2 (9 exs.)

162.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências: Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. São Paulo: Saraiva, 2010. (18 exs.)

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à Lei de falências e de recuperação de empresas. São Paulo: Saraiva, 2011. (17 exs.)

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falência. São Paulo: RT, 2014. (4 exs.)

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Cartão de crédito, cheque e direito do consumidor. São Paulo: Atlas, 2011. (2 exs.)

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2014. (4 exs.)

#### 8.VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO**

**163. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Direito Tributário I</b>		

**164. EMENTA**

Conceito de Tributo. Limitações ao Poder de Tributar. Fontes do Direito Tributário. Obrigação Tributária. Fato Gerador. Crédito Tributário. Sujeitos da Obrigação Tributária. Suspensão do Crédito Tributário. Extinção do Crédito Tributário. Exclusão do Crédito Tributário.

**165. OBJETIVO**

Apresentar ao bacharelado a organização e o funcionamento do Sistema Jurídico brasileiro numa postura construtiva e analítica dos princípios, regras e jurisprudência formadores da Ciência do Direito; desenvolver o raciocínio jurídico e a visão crítica dos institutos jurídicos a fim de ensejar a criação de novos processos de criação do Direito; formar e preparar profissionais aptos a exercerem a advocacia em sua plenitude de expressão, bem como prepará-los a assumirem cargos jurídicos que requerem o diploma de bacharel em Direito. Como justificativa, ressalta-se a importância do conteúdo em razão do foco abordado pelos principais doutrinadores da matéria, bem como o requerido pela OAB em seu exame unificado.

**166. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**MÓDULO 1 – CONCEITO DE TRIBUTO**

- Unidade 1: Tributo segundo o Código Tributário Nacional
- Unidade 2: Tributo segundo a Constituição Federal
- Unidade 3: Teorias Tripartite e Quinquipartite do conceito de tributo

**MÓDULO 2 – LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR**

- Unidade 1: Legalidade
- Unidade 2: Isonomia
- Unidade 3: Irretroatividade
- Unidade 4: Anterioridade
- Unidade 5: Anterioridade Nonagesimal
- Unidade 6: Vedação de Efeitos Confiscatórios
- Unidade 7: Imunidades Tributárias
- Unidade 8: Capacidade Econômica

**MÓDULO 3 – FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO**

- Unidade 1: Emendas Constitucionais
- Unidade 2: Leis Complementares
- Unidade 3: Lei Ordinária
- Unidade 4: Leis Delegadas
- Unidade 5: Medida Provisória
- Unidade 6: Decreto Legislativo
- Unidade 7: Resoluções
- Unidade 8: Tratados Internacionais

**MÓDULO 4 – OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

- Unidade 1: Noção de Obrigação
- Unidade 2: Obrigação Principal

Unidade 3: Obrigação Acessória

Unidade 4: Nascimento da Obrigação Tributária

### **MÓDULO 5 – FATO GERADOR**

Unidade 1: Noção de Fato Gerador. Tipicidade Aberta e Fechada.

Unidade 2: Fato Gerador Instantâneo, Periódico e Continuado

Unidade 3: Momento da Ocorrência do Fato Gerador

Unidade 4: Elementos do Fato Gerador

Unidade 5: Tributação de Atos Ilícitos

Unidade 6: Não-Incidência; Isenção e Imunidade

### **MÓDULO 6 – CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Unidade 1: Noção de Crédito Tributário

Unidade 2: Lançamento Tributário

Unidade 3: Espécies de Lançamento

### **MÓDULO 7 – SUJEITOS DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Unidade 1: Sujeito Ativo

Unidade 2: Sujeito Passivo – Contribuinte e Responsável

Unidade 3: Sujeição Passiva e Convenções Particulares

Unidade 4: Capacidade Tributária

### **MÓDULO 8 – SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Unidade 1: Moratória

Unidade 2: Depósito do Montante Integral

Unidade 3: Reclamações e Recursos no Processo Tributário

Unidade 4: Liminar em Mandado de Segurança

Unidade 5: Liminar ou Tutela Antecipada

Unidade 6: Parcelamento

### **MÓDULO 9 – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Unidade 1: Pagamento

Unidade 2: Compensação

Unidade 3: Transação

Unidade 4: Remissão

Unidade 5: Prescrição e Decadência

Unidade 6: Conversão do Depósito em Renda

Unidade 7: Pagamento Antecipado e Homologação

Unidade 8: Consignação em Pagamento

Unidade 9: Decisão Administrativa

Unidade 10: Decisão Judicial

Unidade 11: Dação em Pagamento

### **MÓDULO 10 – EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Unidade 1: Isenção

Unidade 2: Anistia

#### **167. METODOLOGIA UTILIZADA**

Aulas teóricas expositivo-participativas

Trabalhos em grupo

Projeção de filmes

Estudos de casos

Utilização de recursos audiovisuais (datashow e outros)

Trabalho em Grupo (Seminário) correspondente a 20 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.

#### **168. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios (Trabalho Acadêmico Efetivo - TAE), totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver

média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina. O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco). Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado. O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

**169. BIBLIOGRAFIAS****BÁSICA:**

Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012. (9 exs.)

BALEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (6 exs.)

CASSONE, Vittorio. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 2015. (4 exs.)

AMARO, Luciano.

**COMPLEMENTAR:**

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2014. (2 exs.)

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros, 2015. (4 exs.)

TAVARES, Alexandre Macedo. Fundamentos de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2009. (4 exs.)

LOPES, Mauro Luís Rocha. Direito tributário. Niterói/RJ: Impetus, 2013. (2 exs.)

YAMASHITA, Douglas. Direito tributário: uma visão sistemática. São Paulo: Atlas, 2014. (4 exs.)

**170. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>
<b>DISCIPLINA</b>	Direito Processual do Trabalho
<b>PROFESSOR</b>	
<b>PERÍODO</b>	
<b>MATRIZ 2013-I</b>	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	REGULAR

<b>CARGA HORÁRIA</b>	80 horas / 4 horas semanais
----------------------	-----------------------------

<b>JUSTIFICATIVA</b>	Proporcionar aos alunos oportunidade de análise e comentários sobre os diversos tipos de procedimentos processuais no ramo do Direito do Trabalho, com vista à atuação do futuro advogado na prática processual trabalhista, e ainda, adequá-los as provas profissionais da área, como a prova para admissão nos quadros da OAB.
----------------------	--

<b>OBJETIVO</b>	Direito Processual do Trabalho: origem, evolução no mundo e no Brasil. Autonomia, princípios que o informam. Organização no quadro do direito brasileiro. Estrutura e funcionamento de seus órgãos. Jurisdição e competência no processo trabalhista. Ações trabalhistas; dissídios individuais. A audiência e suas fases. Os recursos e o processo de execução, sua extinção e encerramento. Dissídios coletivos.
-----------------	--

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****UNIDADE I: Justiça do Trabalho.**

Organização: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Juízes do Trabalho; Competência: Jurisdição e competência, Competência em razão da matéria e da pessoa, Competência territorial.

**UNIDADE II: Processo Trabalhista.**

Partes: Conceito, denominação e capacidade; Mandato tácito; Substituição processual; Sucessão processual; Honorários de advogado; Assistência judiciária; Prazos: Contagem dos prazos; Prazos trabalhistas; Custas e distribuição: Objetivo; Intimação; Denominação e finalidade.

**UNIDADE III: Ações trabalhistas e Instrução processual.**

Procedimento comum: Postulação do autor (reclamante), Resposta do réu (reclamado), Provas, Audiência, Sentença; Procedimento Sumaríssimo: Objetivo e aplicação; Procedimento Sumário: Objetivo e aplicação; Comissões de conciliação prévias: Análise como condição da ação, Objetivo, finalidade e aplicação, Reflexos no processo trabalhista; Intervenção de terceiros.

**UNIDADE IV: Teoria geral dos recursos trabalhistas e recursos em espécie.**

Denominação de recurso: Finalidade e objetivo, Princípios recursais, Duplo grau de jurisdição, Unirrecorribilidade, Fungibilidade, Voluntariedade, *Reformatio in pejus*; Efeitos dos recursos, Devolutivo, Suspensivo, Translativo, Substitutivo; Pressupostos recursais – objetivos e subjetivos; Recursos em espécies, Ordinário, Embargos de declaração, Agravo de petição, Agravo de instrumento, Recurso de revista; Execução Trabalhista: Conceito; Natureza jurídica; Princípios da execução trabalhista; Fases da execução trabalhista (quantificação, constrição e expropriação); Legislação aplicável a execução trabalhista; Responsabilidade patrimonial do devedor; Títulos executivos trabalhistas judiciais extrajudiciais; Execução provisória e definitiva; Liquidação da sentença; Embargos à execução e exceção de pré-executividade - O duplo grau de jurisdição na execução trabalhista; Embargos de terceiros; Processos cautelares na Justiça do Trabalho: Finalidade e objetivo, Cautelares nominadas e inominadas; Procedimentos Especiais: Mandado de segurança, Consignação em pagamento, Hábeas corpus; Ação civil pública.

## MÉTODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, contendo 10 questões, sendo 06 (seis) de múltipla escolha e 03 (três) dissertativas. Trabalhos (TAI), em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado.

O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

## METODOLOGIA UTILIZADA

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Estudos de casos

## BIBLIOGRAFIAS

### BÁSICA:

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao processo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2011. (4 exs.)

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012. (9 exs.)

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015. (4 exs.)

### COMPLEMENTAR:

CARRION, Valentin. CLT: comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2015. (20 exs.)



**LIMA, Francisco Gérson Marques de. Direito processual do trabalho: teoria, crítica e prática. São Paulo: Malheiros, 2001. (9 exs.)**

**PISCO, Claudia de Abreu Lima. Princípios gerais no processo do trabalho. Niterói/RJ: Impetus, 2010. (2 exs.)**

**JORGE NETO, Francisco Ferreira, CAVALCANTE Jouberto de Quadros Pessoa. Direito processual do trabalho. São Paulo: Atlas, 2013. (2 exs.)**

**LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2014. (2 exs.)**

**PLANO DE ENSINO****171. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>40 Horas (2 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>	<b>DIR 2658</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			<b>21.98315-5865</b>
<b>DISCIPLINA</b>	<b>TCC I</b>		

**172. EMENTA**

Trabalho de conclusão de curso. Construção do projeto de TCC. Problemas técnicos da realização da pesquisa. Redação parcial da TCC. Elaboração técnica. Elaboração e desenvolvimento de TCC.

**173. OBJETIVO**

Apresentar aos alunos às diretrizes gerais de uma pesquisa, seus métodos e técnicas possibilitando seu desenvolvimento educacional, através de conhecimentos teóricos e aplicações práticas da disciplina; dar subsídios para o planejamento de um projeto de pesquisa nos moldes da monografia a ser desenvolvida no próximo semestre. Apresentar as diretrizes gerais de uma pesquisa; conscientizar sobre a importância da pesquisa na formação profissional e clarificar a relação existente entre o campo do conhecimento e os métodos existentes para auxiliar o aluno na justificativa da escolha de seu objeto de pesquisa a fim de demonstrar, claramente, os motivos, as limitações e as vantagens do tipo de pesquisa e objeto escolhidos. A presente disciplina é justificada por permitir ao discente a elaboração de um projeto referente à prática da pesquisa de cunho acadêmico/profissional, ainda no ambiente estudantil, bem como a defesa das conclusões alcançadas em tal pesquisa, perante uma banca de docentes. Tal trabalho caracteriza a transição do mundo acadêmico para o mundo profissional.

**174. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO 1 – ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS**

Unidade 1: Definição do tema  
Unidade 2: Delimitação do objeto  
Unidade 3: Problemática da pesquisa  
Unidade 4: Objetivos Gerais e Específicos  
Unidade 5: Hipótese  
Unidade 6: Justificativa  
Unidade 7: Metodologia

**MÓDULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA**

Unidade 1: Elaboração do sumário  
Unidade 2: Identificação dos principais autores  
Unidade 3: Dados disponíveis e/ou embasamento teórico  
Unidade 4: Normas de citação  
Unidade 5: Elaboração de artigo acadêmico (revisão da literatura)

**MÓDULO 3 - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA**

Unidade 1: Apresentação do Projeto para Qualificação  
Unidade 2: Normas Técnicas da Faculdade  
Unidade 3: Projeto de Pesquisa Final

**175. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas apoiadas em recursos audiovisuais e/ou apostilas;
- Orientação para a produção de trabalhos individuais e/ou em grupo;
- Correção presencial das atividades desenvolvidas pelos alunos ao término de cada etapa de trabalho;
- **Elaboração de Artigo Acadêmico baseado no tema da monografia a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.**

**176. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por trabalhos totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

**Considerado o TAE como parte do trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final.**

**Sendo assim a N1 é composta de 2 (duas) notas: Apresentação da ficha de aceite de orientação (2,0 pontos) + Projeto parcial de monografia (8,0 pontos)**

**A N2 é composta de 3 (três) notas: Elaboração de artigo acadêmico (valendo como TAE = 4,0 pontos) + Apresentação do projeto por meio de slides (2,0 pontos) + Projeto Final (4,0 pontos)**

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado na disciplina.

**O ALUNO DEVERÁ AINDA TER FREQUÊNCIA MÍNIMA IGUAL OU SUPERIOR A 75%, SENDO REPROVADO, SE FOR INFERIOR**

**177. BIBLIOGRAFIAS****BÁSICA:**

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos.** São Paulo: Hagnos, 2001. (15 exs.)

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 2010. (4 exs.)

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, Atlas, 2010. (18 exs.)

**COMPLEMENTAR:**

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005. (15 exs.)

CERVO, Armando Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** São Paulo; Person, 2002. (15 exs.)

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos.** 6. rev. ampl. ed. São Paulo: Atlas, 2001. (18 exs.)

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica.** Niterói/RJ: Impetus, 2015. (8 exs.)

PANDEFF, Pando Angeloff. **Manual de elaboração de trabalhos acadêmicos.** Itaboraí/RJ: FAI/Cnec, 2016. (Material disponível para consulta na Biblioteca e enviado para o e-mail dos graduandos)

**178. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR



**Assinatura:**

**Assinatura:**

**PLANO DE ENSINO**

**179. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	Direito	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	80 Horas (4 Horas/Sem.)
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV</b>		
<b>EMENTA:</b> Acesso a Justiça e Atendimento sócio-jurídico. Carreiras Jurídicas. Mandato. Ética Profissional. Principais Peças Trabalhistas. Dinâmica da Audiência Trabalhista. Da Prova. Recursos Trabalhistas. Execução Trabalhista. Tópicos Especiais.			
<b>OBJETIVOS</b> Possibilitar ao discente o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, integrando o conhecimento teórico-crítico à atuação prática, bem como propiciar ao discente o exercício da assessoria jurídica e integrá-lo em práticas de extensão universitária;			
<b>METODOLGIA:</b> Orientação, acompanhamento e supervisão ao atendimento, acompanhamento processual e elaboração de peças.			
<b>SISTEMA DE AVALIAÇÃO:</b> A avaliação do aluno é feita por meio de provas, elaboração de peças e todo trabalho forense.			
<p>I.PARTE INTRODUTÓRIA</p> <p>1. Acesso a Justiça e Atendimento Sócio Jurídico</p> <p>1.1. Acesso a justiça e ao Judiciário</p> <p>1.2. Lei de Assistência Judiciária Gratuita</p> <p>1.3. Papel do Núcleo de Prática Jurídica</p> <p>1.4. Orientação e Assessoria Jurídica</p> <p>1.5. Papel do Serviço Social</p> <p>2. Carreiras Jurídicas</p> <p>2.1. Advocacia Pública</p> <p>2.2. Defensoria Pública</p> <p>2.3. Ministério Público</p> <p>2.4. Magistratura</p> <p>2.5. Outros órgãos do Sistema de Justiça</p> <p>3.. Extensão e Assessoria Jurídica</p>			

3.1. Extensão : do assistencialismo a garantia de direitos

3.2. Metodologias Extensionistas e assessoria jurídica

4. Ética profissional

4.1. Cidadania e valores

4.2. Estatuto da Ordem e Código de Ética do Advogado

4.3. Prerrogativas e Deveres

## II. PRÁTICA PROCESSUAL

1. Peças Trabalhistas

1.1 Inicial

1.2 Contestação

1.3 Reconvenção

1.4 Exceção

1.5 Impugnação de documentos

1.6 Impugnação ao valor da causa

2. Dinâmica das Audiências Trabalhistas

2.1 Abertura, pregão das partes, posição das partes na mesa, a primeira proposta de conciliação

2.2 A resposta do réu (contestação, exceções e reconvenção)

2.3 Fixação dos pontos sobre os quais incidirá a prova e iniciativa judicial da prova

2.4 Interrogatório, depoimento pessoal e confissão

2.5 A inquirição das testemunhas

2.6 O exame pericial e o depoimento do perito

2.7 Razões Finais (orais, remissivas e memoriais) e segunda proposta de conciliação

2.8 Julgamento

3. Da Prova

3.1 Objeto da prova e meios de prova

3.2 Ônus da Prova, procedimento probatório e valoração da prova

3.3 Prova documental e principais documentos trabalhistas

3.4 Prova testemunhal

3.5 Prova Pericial e inspeção judicial

4. Recursos Trabalhistas

4.1 Pressupostos Recursais

4.2 Recurso Ordinário

4.3 Recurso de Revista

4.4 Recurso de Embargos

4.5 Agravo de Petição

4.6 Agravo de Instrumento

4.7 Agravo Regimental

4.8 Embargos de Declaração

4.9 Recurso Adesivo

5. Execução Trabalhista

5.1 Liquidação de Sentença (cálculo, arbitramento e artigos)

5.1.1 Espécies de Liquidação: liquidação por cálculo, liquidação por arbitramento, liquidação por artigos.

5.1.2 “Sentença de Liquidação”

5.1.3 Impugnação à Sentença de Liquidação

5.2 Execução

5.2.1 Citação, pagamento, depósito para apresentação de embargos

5.2.2 Nomeação de bens à penhora

5.2.3 Penhora

5.2.4 Embargos à execução

5.2.5 Exceção de pré-executividade

5.2.6 Embargos de terceiros

5.2.7 Trâmites finais da execução



6. Tópicos Especiais

6.1 Responsabilidade Civil em Acidente de Trabalho

6.2 Ação Civil Pública Trabalhista

6.3 Danos Morais e Assédio Moral

6.4 Estrutura Sindical e Direito e Greve

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CARRION, Valentin. Consolidação das Leis Trabalhistas Comentada; São Paulo: Saraiva, 2015. (20 exs.)

BONFIM, Vólia Cassar. Resumo de direito do trabalho. Niterói/RJ: Ímpetus, 2013. (12 exs.)

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MOURA, Marcelo. Curso de direito do trabalho; São Paulo: Saraiva, 2014. (4exs.)

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho; São Paulo: Saraiva, 2015. (12 exs.)

JORGE NETO, Francisco Ferreira, CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015. (4 exs.)

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014. (6exs.)

MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****• IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO: DIREITO</b>	<b>SEMESTRE/ANO:</b>
<b>PERÍODO:</b>	<b>CARGA HORÁRIA: 80 HORAS/ 4hs</b>
<b>DISCIPLINA / COD:</b>	<b>SEMANAIS</b>
<b>DIREITOPREVIDENCIÁRIO</b>	<b>PROFESSOR (A):</b>

**• EMENTA**

Introdução ao Direito Previdenciário: conceitos e princípios. Prestação previdenciária. Concessão, suspensão e cancelamento do benefício. Período de carência e período de graça. Cálculo do valor do benefício. Reajustamento e revisão dos benefícios. Data de Início do Benefício ( DIB). Cumulação de benefícios.

**• OBJETIVOS**

A presente disciplina objetiva familiarizar o aluno com os princípios e fundamentos do Direito Previdenciário, bem como os benefícios em espécie. Partindo-se de uma visão ampla da Previdência Social, busca-se o estudo dos benefícios previstos na Lei 8213/1991, bem como de seus principais institutos. A análise jurisprudencial se revela de extrema importância para a matéria, uma vez que se trata de fonte relevante deste ramo do direito. Busca-se, sobretudo, uma abordagem prática da disciplina, voltada para a solução de casos concretos, elaboração de peças processuais, uma vez que se trata de ramo com grande campo de atuação profissional para os alunos que estão em vias de concluir o curso de direito.

**• CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO 1- INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: CONCEITOS E PRINCÍPIOS**

**UNIDADE 1: Conceito e objeto de estudo, classificação, relação com outros ramos do direito, fontes.**

**UNIDADE 2: Princípios de Direito Previdenciário ( princípios constitucionais, de custeio e princípios específicos)**

**UNIDADE 3: Regimes previdenciários e relação jurídica previdenciária. Filiação e inscrição.**

**UNIDADE 4: Contribuintes da Seguridade Social. Segurados do RGPS.**

**UNIDADE 5: Manutenção e perda da qualidade de Segurado. Período de graça.**

#### **MÓDULO 2-PRESTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.**

**UNIDADE 1: Concessão da prestação previdenciária, suspensão e cancelamento do benefício. Períodos de carência. Prestações que independem de carência.**

**UNIDADE 2: Cálculo do valor do benefício. Salário de benefício e período básico de cálculo. Renda Mensal Inicial ( RMI). Reajustamento e revisão dos benefícios. Data de Início do Benefício ( DIB). Cumulação de benefícios.**

#### **MÓDULO 3: Benefícios e serviços em espécie.**

**UNIDADE 1: Benefícios: Aposentadoria, auxílio doença, pensão por morte, auxílio reclusão, auxílio acidente, salário família, salário maternidade. Aplicação dos conceitos anteriores ( Renda Mensal Inicial, Data de Início do Benefício e período de carência a cada um dos benefícios). Prescrição e decadência em matéria de benefícios.**

**UNIDADE 2: SERVIÇOS: Serviço Social e Reabilitação profissional.**

**MÓDULO 4: Ações previdenciárias. Competência. Prévio ingresso na via administrativa. Juizados especiais Cíveis Federais. Pagamentos devidos pelo INSS. Antecipação de tutela.**

#### **MÓDULO 5: Custeio da Seguridade Social.**

**UNIDADE 1: Sistema de Financiamento da Seguridade Social.**

**UNIDADE 2: Contribuições à Seguridade Social.**

- **METODOLOGIA**

- Aulas expositivas/ Debates;
- Seminários;
- Leitura de Textos e Artigos;
- Trabalho/Exercício Individual sobre o assunto petição inicial em matéria previdenciária, que corresponde a 4 horas de Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE);

## • AVALIAÇÃO

As avaliações serão feitas através de trabalhos (individual e/ou em grupo), seminários, debates, resolução de exercícios em sala de aula, provão do Inesc, provas progressivas e uma prova conclusiva. A média aritmética será formada pela média do somatório das notas progressivas juntamente com a nota da avaliação conclusiva. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a sete será considerado aprovado. Se a média aritmética apurada for inferior a sete e maior ou igual a quatro, o aluno terá direito a uma avaliação final onde deverá obter média maior ou igual a cinco. A frequência mínima exigida é de 75%.

## • BIBLIOGRAFIA

### **BÁSICA:**

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social.** Niterói/RJ: Impetus, 2014. (8 exs.)  
IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário.** Niterói/RJ: Impetus, 2015. (8 exs.)  
OLIVEIRA, Aristeu de. **Consolidação da legislação previdenciária: regulamento e legislação complementar.** São Paulo: Atlas, 2011. (4 exs.)

### **COMPLEMENTAR:**

VIANNA, João Ernesto Aragonês. **Curso de direito previdenciário.** São Paulo: Atlas, 2014. (4 exs.)  
IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Resumo de direito previdenciário.** Niterói/RJ: Impetus, 2015. (2 exs.)  
CORREIA, Marcus Orione Gonçalves, CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de seguridade social.** São Paulo: Saraiva, 2013. (2 exs.)  
OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual prático da previdência social.** São Paulo: Atlas, 2012. (2 exs.)



**MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. São Paulo: Atlas, 2014. (2 exs.)**

- **VALIDAÇÃO**

<b>PROFESSOR</b>	<b>COORDENADOR</b>
<b>Assinatura:</b>	<b>Assinatura:</b>

**PLANO DE ENSINO**

**180. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>80 Horas (4 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Direito Tributário II</b>		

**181. EMENTA**

Impostos da União. Impostos dos Estados e do Distrito Federal. Impostos dos Municípios. Taxa. Contribuição de Melhoria. Empréstimos Compulsórios. Contribuições Especiais. Contribuição de Iluminação Pública. Administração Tributária. Processo Administrativo Tributário. Ações Tributárias. Execução Fiscal.

**182. OBJETIVO**

Apresentar ao bacharelado a organização e o funcionamento do Sistema Jurídico brasileiro numa postura construtiva e analítica dos princípios, regras e jurisprudência formadores da Ciência do Direito; desenvolver o raciocínio jurídico e a visão crítica dos institutos jurídicos a fim de ensinar a criação de novos processos de criação do Direito; formar e preparar profissionais aptos a exercerem a advocacia em sua plenitude de expressão, bem como prepará-los a assumirem cargos jurídicos que requerem o diploma de bacharel em Direito. Como justificativa, ressalta-se a importância do conteúdo em razão do foco abordado pelos principais doutrinadores da matéria, bem como o requerido pela OAB em seu exame unificado.

**183. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**MÓDULO 1 – IMPOSTOS DA UNIÃO**

- Unidade 1: Importação de Produtos Estrangeiros
- Unidade 2: Exportação de Produtos Nacionais ou Nacionalizados
- Unidade 3: Renda e Proventos de Qualquer Natureza
- Unidade 4: Produtos Industrializados
- Unidade 5: Operações Financeiras
- Unidade 6: Propriedade Territorial Rural

**MÓDULO 2 – IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL**

- Unidade 1: Transmissão *Causa Mortis* e Doação
- Unidade 2: Circulação de Mercadorias e Serviços
- Unidade 3: Propriedade de Veículos Automotores

**MÓDULO 3 – IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS**

- Unidade 1: Propriedade Predial e Territorial Urbana
- Unidade 2: Transmissão *Inter vivos*

**MÓDULO 4 – TAXA**

- Unidade 1: Em razão do Poder de Polícia
- Unidade 2: Utilização de Serviços Públicos
- Unidade 3: Especificação e Divisibilidade dos Serviços Públicos
- Unidade 4: Competência

**MÓDULO 5 – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

- Unidade 1: Obras Públicas
- Unidade 2: Competência
- Unidade 3: Base de Cálculo

**MÓDULO 6 – EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS**

Unidade 1: Despesas Extraordinárias, Calamidade Pública, Guerra

Unidade 2: Investimento Urgente

Unidade 3: Competência

### **MÓDULO 7 – CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS**

Unidade 1: Contribuições Sociais

Unidade 2: Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Unidade 3: Contribuições das Categorias Profissionais ou Econômicas

Unidade 4: Competência

### **MÓDULO 8 – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Unidade 1: Histórico

Unidade 2: Serviço de Iluminação Pública

### **MÓDULO 9 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Unidade 1: Fiscalização

Unidade 2: Dívida Ativa Tributária

Unidade 3: Certidões Negativas

### **MÓDULO 10 – PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

Unidade 1: Características

Unidade 2: Princípios

Unidade 3: Procedimento

Unidade 4: Recursos

### **MÓDULO 11 – AÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Unidade 1: Repetição de Indébito

Unidade 2: Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Tributária

Unidade 3: Anulatória de Lançamento Fiscal

Unidade 4: Demais ações

### **MÓDULO 12 – EXECUÇÃO FISCAL**

Unidade 1: Lei 6.830/80.

#### **184. METODOLOGIA UTILIZADA**

Aulas teóricas expositivo-participativas

Trabalhos em grupo

Projeção de filmes

Estudos de casos

Utilização de recursos audiovisuais (datashow e outros)

Trabalho em Grupo (Seminário) correspondente a 20 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.

#### **185. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos e exercícios (Trabalho Acadêmico Efetivo - TAE), totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF). Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina. O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco). Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado. O aluno deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado, se for inferior.

#### **186. BIBLIOGRAFIAS**

##### **BÁSICA:**

**AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012. (9 exs.)**

**BALEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (6 exs.)**



CASSONE, Vittorio. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 2015. (4 exs.)

**COMPLEMENTAR:**

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2014. (2exs.)

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros, 2015. (4 exs.)

TAVARES, Alexandre Macedo. Fundamentos de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2009. (4 exs.)

LOPES, Mauro Luís Rocha. Direito tributário. Niterói/RJ: Impetus, 2013. (2 exs.)

YAMASHITA, Douglas. Direito tributário: uma visão sistemática. São Paulo: Atlas, 2014. (4 exs.)

**187. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****188. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE/ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>40 horas (2 horas/sem)</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSORA</b>	
<b>E-MAIL</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO ELEITORAL</b>		

**189. EMENTA**

. Instituições do Direito Eleitoral. Sufrágio. O voto. A qualificação e a inscrição. O voto secreto. Plebiscito. O referendun. O voto e a iniciativa popular. A representação política. As eleições. Os partidos políticos. O processo eleitoral. As inelegibilidades. Inelegibilidade e segurança nacional. Propaganda eleitoral. Justiça eleitoral. Processo e julgamento dos crimes eleitorais.

**190. OBJETIVO**

Compreender a importância do estudo de uma teoria do direito eleitoral, bem como os institutos fundamentais que estruturam o sufrágio e as eleições no Brasil.

**191. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Direito Eleitoral: fundamento; objeto; fontes; relacionamento com outras disciplinas jurídicas.
2. Representação popular e democracia representativa.
3. Organização eleitoral. Voto. Modalidades. Sistemas eleitorais.
4. Justiça eleitoral.
5. Ministério Público Eleitoral.
6. Capacidade eleitoral. Ativa e Passiva.
7. Alistamento eleitoral. Obrigatório e Facultativo
8. Elegibilidade.
9. Partidos políticos: natureza jurídica; classificação; criação; funcionamento; fusão e extinção.
10. Sistemas partidários, coligações.
11. Eleição.
12. Garantias eleitorais.
13. Propaganda eleitoral.
14. Votação e Apuração eleitoral. Proclamação e diplomação dos eleitos.
15. Invalidez dos atos eleitorais.
16. Recursos eleitorais.
17. Crimes eleitorais.
18. Processo penal e processo disciplinar no Direito Penal Eleitoral

**192. METODOLOGIA UTILIZADA**

Aulas teóricas expositivo-participativas  
Trabalhos em grupo  
Projeção de filmes  
Estudos de casos  
Utilização de recursos audiovisuais (*datashow* e outros)  
Seminários e debate de filme correspondentes a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo

**193. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos intra e

extraclasse, exercícios e Seminários, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

**Considerando o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final.**

Será considerado(a) aprovado(a) o(a) aluno(a) que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2), computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O(A) aluno(a) que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro), fará a avaliação final (AF), sendo aprovado(a) se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o(a) aluno(a) obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF, estará reprovado(a) na disciplina.

O(A) aluno(a) deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado(a), se for inferior.

**194. BIBLIOGRAFIAS**

**BÁSICA:**

RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral. Niterói/RJ: Impetus, 2015.OK (10)

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Direito eleitoral. São Paulo: Atlas, 2014.OK (4)

AGRA, Walber de Moura, VELLOSO, Carlos Mario da Silva. Elementos de direito eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2014.OK (2)

**COMPLEMENTAR:**

PINTO, Djalma. Direito eleitoral. São Paulo: Atlas, 2014.OK (2)

VASCONCELOS, Clever Rodolfo Carvalho, VISCONDE, Giovanna Gabriela. Direito eleitoral. São Paulo; Atlas, 2014. (Série leituras jurídicas: provas e concursos. v.35

PAZZAGLINI FILHO, Marino. Crimes eleitorais: código eleitoral, lei das eleições e a lei das inelegibilidades (Lei da Ficha Limpa). São Paulo: Atlas, 2014.OK (2)

BOTTALLO, Eduardo Domingos, DAL PAZZO, Antonio A. Ferraz, WEISS, Daniela Puglia. Lei eleitoral: Lei n. 9.504/97: estrutura, análise e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2014.OK (2)

PEREIRA, Erick Wilson. Direito eleitoral: interpretação e aplicação das normas constitucionais-eleitorais. São Paulo: Saraiva, 2014.OK (2)

**195. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****196. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	<b>DIREITO</b>	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>40 Horas (2 Horas/Sem.)</b>
<b>COD. DISCIPLINA</b>	<b>DIR 2661</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>TCC II</b>		

**197. EMENTA**

Avaliação do Projeto de Pesquisa. Trabalho de Conclusão de Curso. Etapas Preliminares da Escrita. Fazendo a Monografia.

**198. OBJETIVO**

Instrumentalizar os alunos em fase final do Curso de Direito acerca dos conceitos básicos de construção do Trabalho Monográfico, bem como promover o acompanhamento do processo de confecção e apresentação do estudo a ser desenvolvido estimulando-os a colocarem em prática os conhecimentos adquiridos, a partir da problematização do tema escolhido e do raciocínio lógico, buscando assim o desenvolvimento das competências profissionais, necessárias para o pleno exercício da profissão. Apresentar aos alunos às diretrizes gerais de uma pesquisa, seus métodos e técnicas possibilitando seu desenvolvimento educacional, através de conhecimentos teóricos e aplicações práticas da disciplina; dar subsídios para a elaboração de uma monografia. Conscientizar sobre a importância da pesquisa na formação profissional e clarificar a relação existente entre o campo do conhecimento e os métodos existentes para auxiliar o aluno na justificativa da escolha de seu objeto de pesquisa a fim de demonstrar, claramente, os motivos, as limitações e as vantagens do tipo de pesquisa e objeto escolhidos. A presente disciplina é justificada por permitir ao discente a elaboração de um trabalho referente à prática da pesquisa de cunho acadêmico/profissional, ainda no ambiente estudantil, bem como a defesa das conclusões alcançadas em tal pesquisa, perante uma banca de docentes. Tal trabalho caracteriza a transição do mundo acadêmico para o mundo profissional.

**199. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****MÓDULO 1 – FINALIZAÇÃO DO PROJETO DE MONOGRAFIA**

Unidade 1: Definição do tema  
Unidade 2: Delimitação do objeto  
Unidade 3: Problemática da pesquisa  
Unidade 4: Objetivos Gerais e Específicos  
Unidade 5: Hipótese  
Unidade 6: Justificativa  
Unidade 7: Metodologia  
Unidade 8: Elaboração do sumário  
Unidade 9: Estruturação do estudo

**MÓDULO 2 – BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO**

Unidade 1: Estrutura geral do trabalho – Regras e conceitos gerais  
Unidade 2: Introdução  
Unidade 3: Identificação dos principais autores – a fundamentação teórica  
Unidade 4: Normas de citação



### **MÓDULO 3 –DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO MONOGRÁFICO**

Unidade 1: Desenvolvimento/Referencial teórico

Unidade 2: Desenvolvimento/Estudo de caso (parte aplicada)

Unidade 3: Conclusões e/ou Recomendações

Unidade 4: Elementos Pós- textuais (Referências, Anexos, Apêndices e outros)

Unidade 5: Normas Técnicas da Faculdade

### **MÓDULO 4–A DEFESA DA MONOGRAFIA**

Unidade 1: Síntese e Separação dos Conteúdos

Unidade 2: Preparação dos Slides

Unidade 3: Técnicas de Apresentação

#### **200. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas apoiadas em recursos audiovisuais e/ou apostilas;
- Orientação para a produção de trabalhos individuais e/ou em grupo;
- Discussões de desenvolvimento fase a fase do processo de construção da monografia com atendimentos individuais;
- Correção presencial das atividades desenvolvidas pelos alunos ao término de cada etapa de trabalho;
- **Trabalho Individual – Monografia de Conclusão de Curso, correspondente a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo.**

#### **201. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por trabalhos totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Cada uma das avaliações (N1 e N2) será dividida em duas etapas a serem cumpridas pelo aluno que se caracterizam por etapas do desenvolvimento do estudo composto por quatro etapas + a etapa final (entrega da monografia).

Cada etapa entregue fora da data pactuada sofrerá redução (-1,0) da pontuação cheia estabelecida.

**Considerado o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final.**

**Sendo assim a N1 é composta de 3 (três) notas: Apresentação da ficha de aceite de orientação (2,0 pontos) + Projeto de monografia (4,0 pontos) + Referencial Teórico (Capa ao Capítulo II) (4,0 pontos)**

**A N2 é composta de 2 (duas) notas: Estudo de Caso (Capa ao Capítulo III) (valendo 4,0 pontos) + Trabalho final (Capa até as referências) (valendo 4,0 pontos) + Elaboração dos slides para defesa (valendo 2,0 pontos)**

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2) computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro) fará a avaliação final (AF), sendo aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o aluno obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF estará reprovado na disciplina.

O ALUNO DEVERÁ AINDA TER FREQUÊNCIA MÍNIMA IGUAL OU SUPERIOR A 75%, SENDO REPROVADO, SE FOR INFERIOR

**APROVAÇÃO DO ESTUDO FINAL E LIBERAÇÃO PARA A DEFESA É DE RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR.**

#### **202. BIBLIOGRAFIAS**

##### **BÁSICA:**

MÁTTAR, J. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2008.

RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo : Atlas, 2010.

**COMPLEMENTAR:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação: referências - elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027: Sumário**. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024: numeração progressiva das seções de um documento**. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NRB10520: Apresentação de citações em documentos**. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.(15 exs.)

**203. VALIDAÇÃO**

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO**

**204. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	Direito	<b>SEMESTRE / ANO</b>	
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	80 Horas (4 Horas/Sem.)
<b>COD. DISCIPLINA</b>		<b>PROFESSOR (A)</b>	
<b>E-MAIL /TELEFONE</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO V</b>		

**EMENTA:** Métodos alternativos ao processo judicial de solução de conflitos. Negociação: aspectos sociais, políticos e econômicos. Relações interpessoais e Inter-organizacionais. Negociação e ambiente organizacional. A pessoa do negociador: criatividade e intuição; visão holística. A negociação como atividade cotidiana. Táticas e estratégias de negociação. Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Mediação: princípios e conceitos fundamentais. Mediação, jurisdição e juris construção. Mediação, negociação, conciliação e transação. Mediação no Direito comparado. O papel e a atividade do mediador. Perspectivas na mediação. Arbitragem: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e teoria geral. Arbitragem e jurisdição. A arbitragem no Brasil. Prática processual mediante atividades externas e internas no NPJ, consistentes nos seguintes trabalhos: assistência jurídica à população carente, com orientação e solução de conflitos e encaminhamento de demandas onde for impossível a conciliação; elaboração de laudos arbitrais; acompanhamento de processos; participação da prática simulada de audiências promovidas pelo NPJ. Atendimento nos conflitos entre fornecedor e consumidor.

**OBJETIVOS** Estabelecer análises e práticas de métodos alternativos ao processo judicial na busca de soluções aos conflitos em sociedade; Fomentar a utilização de medidas preventivas e restaurativas das relações dos indivíduos e grupos; Desenvolver o espírito crítico, cidadão, solidário e empreendedor; Estimular habilidades conciliatórias, em consonância com as tendências do moderno Direito processual, na busca de resultados rápidos e eficazes para a solução de conflitos; Capacitar para a tomada de decisões como mediador ou árbitro.

**METODOLGIA:** Orientação, acompanhamento e supervisão ao atendimento, acompanhamento processual e elaboração de peças.

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO:** A avaliação do aluno é feita por meio de provas, elaboração de peças e todo trabalho forense.

1. Conflitos sociais
  - 1.1. Conceito de conflito
  - 1.2. Concepções sobre o conflito
  - 1.3. Tipos de conflitos
  - 1.4. Peculiaridade dos conflitos e a necessidade de soluções adequadas para eles.

- 1.5. A resolução do conflito vs. a transformação do conflito
2. O método tradicional de resolução de conflitos: a jurisdição e o monopólio estatal
3. Os meios “alternativos” de solução de controvérsias
  - 3.1. A impropriedade do nome “meios alternativos”
  - 3.2. Meios apropriados de solução de controvérsias
  - 3.3. A autonomia privada na resolução dos conflitos
  - 3.4. Fórmulas autocompositivas e heterocompositivas de resolução de conflitos
  - 3.5. Características desejáveis em um bom método autocompositivo de resolução de conflitos
  - 3.6. A integração (e não a alternatividade) de todos os sistemas de solução de conflitos num único fórum (o sistema multiportas, ou “Tribunal Multiportas”, ou “Fórum de múltiplas portas”)
4. Mediação
  - 4.1. Características e objetivo
  - 4.2. Mediação como resolução do conflito vs. mediação como transformação do conflito
  - 4.3. Mediação como processo de assistência ao procedimento decisório das partes e as boas técnicas de condução dos processos autocompositivos
  - 4.4. Requisitos para participar da mediação
  - 4.5. O mediador
  - 4.6. Etapas da mediação:
  - 4.7. A mediação obrigatória: a “judicialização” da mediação
5. Arbitragem
  - 5.1. Origem e expansão europeia

- 5.2. Cronologia brasileira
- 5.3. A Lei Federal nº 9.307 de 23.09.1996 – a Lei de Arbitragem
- 5.4. O exame da constitucionalidade da Lei de Arbitragem ainda na vacatio legis e no STF
- 5.5. As leis pós-Lei de Arbitragem
- 5.6. Conceito e natureza jurídica
- 5.7. Características
- 5.8. A sede da arbitragem
- 5.9. A arbitrabilidade subjetiva
- 5.10. A arbitrabilidade objetiva
  - 5.10.1. Os critérios para aferição da matéria arbitrável
  - 5.10.2. Arbitrabilidade de direitos indisponíveis
  - 5.10.3. A arbitrabilidade das relações trabalhistas e a tutela dos direitos do trabalhador
  - 5.10.4. A arbitrabilidade das relações de consumo
  - 5.10.5. A arbitrabilidade das relações societárias
  - 5.10.6. A arbitrabilidade da insolvência empresarial
  - 5.10.7. A arbitrabilidade do dano ambiental – cláusula compromissória em termos de ajustamento de conduta
  - 5.10.8. A arbitrabilidade da relação tributária
  - 5.10.9. A arbitrabilidade da propriedade intelectual
  - 5.10.10. A arbitrabilidade do direito concorrencial
  - 5.10.11. A arbitrabilidade das demandas de direito público
- 5.11. A convenção de arbitragem
- 5.12. A cláusula compromissória.
  - 5.12.1. Natureza
  - 5.12.2. Forma

5.12.3. A autonomia da cláusula compromissória em relação ao contrato

5.12.4. Cláusula compromissória nos contratos de adesão

5.13. O compromisso arbitral

5.13.1. Natureza

5.13.2. Conteúdo

5.13.3. Extinção

5.14. O adendo à convenção de arbitragem

5.15. Árbitros

5.15.1. Quem pode ser árbitro

5.15.2. Escolha

5.15.3. A confiança das partes (de todas elas) e sua tutela

5.15.4. Impedimentos

5.15.5. Deveres

5.15.6. A recusa da pessoa escolhida para árbitro

5.15.7. A pluralidade dos árbitros - imparidade

5.15.8. Natureza da função

5.15.9. Tribunal arbitral

5.15.10. A Presidência do Tribunal Arbitral

5.15.11. A competência do(s) árbitro(s)

5.15.12. Os suplentes

5.15.13. Consequências da substituição dos árbitros

5.15.14. O secretário

5.16. Instauração da arbitragem

5.16.1. O momento da instauração da arbitragem

5.16.2. Tutela de urgência em momento pré-arbitral

5.16.3. As medidas antiarbitragem no direito brasileiro

- 5.16.4. As medidas para preservação da arbitragem (anti-suit injunctions)
- 5.17. Procedimento arbitral
- 5.18. A revelia no processo arbitral (art. 22, §3º, da Lei de Arbitragem)
- 5.19. O exame dos pedidos das partes
- 5.20. As garantias fundamentais do processo arbitral
- 5.21. Intervenção de terceiros na arbitragem
- 5.22. A reunião de distintos processos arbitrais por conexão
- 5.23. A litispendência arbitral
- 5.24. Tutela de urgência na arbitragem
- 5.25. Questões prejudiciais na arbitragem
- 5.26. Instrução probatória na arbitragem
- 5.27. Sentença arbitral (art. 29 da Lei de Arbitragem)
- 5.28. Petição de esclarecimentos da sentença arbitral (art. 30 da Lei de Arbitragem)
- 5.29. Anulabilidade da sentença arbitral
- 5.30. A homologação de sentença arbitral estrangeira
- 5.31. A arbitragem internacional

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

- AZEVEDO**, André Gomma de; **PRADO**, Vinicius; **SOUZA**, Aiston Henrique de. Manual de Mediação Judicial. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. (00 exs.)
- CACHAPUZ**, Rozane da Rosa. Mediação nos Conflitos e Direito de Família. Curitiba: Juruá, 2003. (00 exs.)
- CARMONA**, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário à lei nº9.307/96. São Paulo: Atlas, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

- BASSO**, Maristela; **POLIDO**, Fabrício Bertini Pasquot. Arbitragem Comercial: princípios, instituições e procedimentos – a prática no CAM-CCBC. São Paulo: Marcial Pons, 2013.
- BATISTA**, Luiz Olavo. Arbitragem comercial internacional. São Paulo: Magister, 2011.
- CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**. Mediação: um projeto inovador. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2003.



**MONTENEGRO FILHO**, Mizael. Processo Civil: Técnicas e Procedimentos. São Paulo: Atlas, 2008.  
**VASCONCELOS**, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas: modelos, processos, ética e aplicações. 3 ed. São Paulo: Método, 2014.

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****205. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	DIREITO	<b>SEMESTRE/ANO</b>	2015-1
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	40 horas (2horas/sem)
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	Optativa	<b>PROFESSORA</b>	
<b>E-MAIL</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	Direito da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso.		

**206. EMENTA**

Evolução histórico-sociológica da infância e da juventude. Da teoria da situação irregular à teoria da proteção da criança e do adolescente. Direitos Fundamentais da criança e do adolescente. Tutela jurídica especial à criança e ao adolescente: condição peculiar de desenvolvimento. Medidas de proteção. Medidas socio-educativas. Evolução histórica dos direitos da mulher; Estudos sobre a Lei Maria da Penha; A mulher e sua proteção Constitucional; Evolução histórica da proteção ao idoso; Estatuto do Idoso; O idoso e a previdência social; A inclusão laboral do idoso; A proteção do idoso na Constituição do Brasil.

**207. OBJETIVO**

Analisar e compreender os princípios doutrinários e legais alusivos à proteção e orientação da criança e do adolescente, mulher e o idoso, com os respectivos limites de ação e medidas educativas.

**208. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- I) Estatuto da Criança e do Adolescente: Base doutrinária; Dos Direitos Fundamentais; Da Família Natural; Da Família Substituta: Guarda, Tutela e Adoção; Da Política de Prevenção; Da Política de Atendimento; das Medidas de Proteção; Das Medidas Socio-educativas; Do Ato Infracional: Direitos individuais e Garantias Processuais; Remissão e medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; Do Conselho Tutelar; Do acesso à Justiça da Infância e Juventude; Dos Procedimentos e Recursos;
- II) Evolução histórica da proteção do gênero feminino; A posição social da mulher após a Constituição da República de 1988; Aspectos relevantes da Lei Maria da Penha; A mulher e sua contribuição socioeconômica no mercado nacional.
- III) Evolução histórica da proteção do idoso; A posição social do idoso após a Constituição da República de 1988; Aspectos relevantes do Estatuto do Idoso; O idoso e sua contribuição socioeconômica no mercado nacional; O idoso e o convívio familiar na atualidade.

**209. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (*datashow* e outros)
- Seminários e debate de filme correspondentes a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo

**210. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos intra e extraclasse, exercícios e Seminários, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Considerando o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final. Será considerado(a) aprovado(a) o(a) aluno(a) que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2), computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O(A) aluno(a) que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro), fará a avaliação final (AF), sendo aprovado(a) se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o(a) aluno(a) obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF, estará reprovado(a) na disciplina.

O(A) aluno(a) deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%.

## 211. BIBLIOGRAFIAS

### **BÁSICA:**

FREITAS JÚNIOR, Roberto Mendes de. Direitos e garantias do idoso: doutrina, jurisprudência e legislação. São Paulo: Atlas, 2014.

ISHIDA, Válter Kenji. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2014.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. Curso de direito do idoso. São Paulo: Saraiva, 2014.

### **COMPLEMENTAR:**

BIANCHINI, Alice. Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. São Paulo: Saraiva, 2014. (Coleção Saberes Monográficos).

BRAGA, Pérola Melissa Vianna. Curso de direito do idoso. São Paulo: Atlas, 2011.

PAULO, Beatrice Marinho. Psicologia na prática jurídica: a criança em foco. São Paulo: Saraiva, 2014.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Malheiros, 2009.

BRASIL. Código civil e Constituição federal. São Paulo: Saraiva, 2015.

## 212. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****213. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	DIREITO	<b>SEMESTRE/ANO</b>	2015-1
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	40 horas (2horas/sem)
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	Optativa	<b>PROFESSORA</b>	
<b>E-MAIL</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	LIBRAS		

**214. EMENTA**

Comunidades surdas e o processo de das identidades. A língua brasileira de sinais. Estrutura e contexto. Políticas educacionais para surdos. Legislação: pontos e contrapontos.

**215. OBJETIVO**

Esta disciplina tem por objetivo principal discutir o desenvolvimento da educação das pessoas surdas e seu modo peculiar de comunicação. Pretende-se que esta discussão seja feita a partir do referencial teórico proposto, assim, como, dos conhecimentos práticos adquiridos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

**216. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- Comunidades surdas e o processo de construção das identidades
- Comunidades Surdas: Associações, escolas, igrejas
- As diferentes concepções de Identidades
- O descentramento do sujeito
- Identidade e língua
- Identidades surdas

**217. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (*datashow* e outros)
- Seminários e debate de filme correspondentes a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo

**218. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos intra e extraclasse, exercícios e Seminários, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Considerando o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final. Será considerado(a) aprovado(a) o(a) aluno(a) que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2), computados os trabalhos e demais avaliações

propostas para a disciplina.

O(A) aluno(a) que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro), fará a avaliação final (AF), sendo aprovado(a) se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o(a) aluno(a) obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF, estará reprovado(a) na disciplina.

O(A) aluno(a) deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%.

## 219. BIBLIOGRAFIAS

### **BÁSICA:**

REIS, Benedicta A. Costa dos. ABC em libras. São Paulo: Panda Books, 2009.

GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábolas editorial, 2012.

CAMPANHÃ, Josué. Como liderar surdos?: o desafio de liderar quem ouve com a visão e com o coração. São Paulo: Hagnos, 2012.

### **COMPLEMENTAR:**

LIBRAS: conhecimento além dos sinais. Maria Cristina da Cunha Pereira...[et.al.]. São Paulo: Pearson, 2011.

Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

HONORA, Márcia, FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: descobrindo a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. Material de apoio para o aprendizado de LIBRAS. São Paulo: Phorte, 2011.

Educação de surdos: práticas e perspectivas II. Maria Cecília de Moura...[et.al.]. São Paulo: Santos, 2011.

## 220. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****221. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	DIREITO	<b>SEMESTRE/ANO</b>	2015-1
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	40 horas (2horas/sem)
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	Optativa	<b>PROFESSORA</b>	
<b>E-MAIL</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	MEDICINA LEGAL		

**222. EMENTA**

Introdução ao Estudo da Medicina Legal; A aplicabilidade da Medicina na prática do Direito Penal; Conhecimentos da Traumatologia Forense, Tanatologia e Sexologia Forense; Crimes Sexuais; Estudo da Psiquiatria Forense, doenças e perturbações mentais e as suas consequências na aplicação da pena; Perícias e Peritos; Lesões corporais leves, graves e gravíssimas; Identificação e distinção de Homicídios, suicídios e acidentes; Documentos médico-legais; Antropologia Forense.

**223. OBJETIVO**

Compreender a aplicação da Medicina Legal na identificação e elucidação dos ilícitos penais por meio do estudo da Traumatologia, Tanatologia, Sexologia e Psicopatologia; Reconhecer e Analisar os diagnósticos médico-legais nos fenômenos cadavéricos imediatos e consecutivos, bem como nos fenômenos transformativos, e nas lesões produzidas intra-vitam e post-mortem; Identificar e interpretar as perícias médicos-legais tendo por base o conhecimento dos conceitos, terminologias e técnicas médico-legais; Conhecer a relação entre a Medicina e o Direito; Identificar os documentos médicos-legais e as suas devidas utilizações e necessidades; Compreender Antropologia Forense como forma de identidade e identificação; Reconhecer a Estrutura dos órgãos periciais do Estado do Pará e o papel do Advogado e do jurista na solicitação e interpretação crítica dos laudos periciais.

**224. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Resumo Histórico.1.1. Relações com o Direito.1.2. Peritos. 2. Lesões corporais por instrumentos contundentes. 3. Lesões corporais por instrumentos cortantes. 3.1. Pérfuro-cortante. 3.2. Perfurante. 3.3. Corto-contundente. 4. Lesões corporais por projétil de arma de fogo . 5. Lesões corporais por agentes químicos. 6. Lesões corporais por agentes físicos. 7. Asfixias mecânicas. 8. Tanatologia. 9. Visita ao Instituto Médico-Legal. 10. Identidade. 10.1. Estatura. 10.2. Raça. 10.3. Espécie animal. 11. Identidade. 11.1. Sexo. 11.2. Idade. 12. Identidade. 12.1. Dactiloscopia. 13. Sexologia. 13.1. Estupro. 13.2. Posse sexual mediante fraude. 14. Sedução. 14.1. Atentado ao pudor. 15. Obstetrícia. 15.1. Fecundação. 15.2. Gravidez. 15.3. Parto. 16. Paternidade. 17. Abortamento. 18. Infanticídio. 19. Infortunistica. 20. Psiquiatria forense. 21. Embriaguez alcoólica. Tóxicos.

**225. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Projeção de filmes
- Estudos de casos

- Utilização de recursos audiovisuais (*datashow* e outros)
- Seminários e debate de filme correspondentes a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo

## 226. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos intra e extraclasses, exercícios e Seminários, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Considerando o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final. Será considerado(a) aprovado(a) o(a) aluno(a) que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2), computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O(A) aluno(a) que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro), fará a avaliação final (AF), sendo aprovado(a) se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o(a) aluno(a) obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF, estará reprovado(a) na disciplina.

O(A) aluno(a) deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado(a), se for inferior.

## 227. BIBLIOGRAFIAS

### BÁSICA:

- FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal. São Paulo: Guanabara Koogan, 2015.  
HERCULES, Hygino de C. Medicina legal: texto e atlas. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.  
CROCE, Delton, CROCE JÚNIOR, Delton. Manual de medicina legal. São Paulo: Saraiva, 2015.

### COMPLEMENTAR:

- GALVÃO, Luís Carlos Cavalcante. Medicina legal. São Paulo: Santos, 2014.  
GRECO, Rogério (coord.). Medicina legal à luz do direito penal e do direito processual penal. Niterói/RJ: Impetus, 2014. (2 exs.)  
EÇA, Antônio José. Roteiro de psiquiatria forense. São Paulo: Saraiva, 2014.  
BARBOSA JÚNIOR, Avelino Alves, SILVA, Ana Christina Coelho da. Medicina legal aplicada aos advogados. Taubaté/SP: Cabral, 2014.  
SILVEIRA, Paulo Roberto. Fundamentos da medicina legal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

## 228. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****229. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	DIREITO	<b>SEMESTRE/ANO</b>	2015-1
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	40 horas (2horas/sem)
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	Optativa	<b>PROFESSORA</b>	
<b>E-MAIL</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	Juizados Especiais		

**230. EMENTA**

A disciplina tem a finalidade de realizar um estudo da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995, e da Lei n.º 10.259, de 12 de julho de 2001, destacando a importância histórica da criação e implantação do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais na transformação do panorama jurídico brasileiro, respectivamente no âmbito da Justiça Estadual e da Justiça Federal. Análise desse instrumento moderno de prestação jurisdicional, que se orienta pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, nas causas cíveis de menor complexidade e criminais de menor potencial ofensivo. A matéria, em seus diversos pontos, atenderá a proposta do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais para capacitar o aluno não só no campo teórico, mas com especial ênfase na prática forense..

**231. OBJETIVO**

A disciplina dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, pretende conduzir o aluno ao estudo de uma nova visão do direito, através de um processo dinâmico previsto na Lei 9.099/95 e na Lei n.º 10.259/01, baseado em princípios norteadores a colimar uma justiça mais rápida e efetiva, com destaque para a conciliação e a transação.

**232. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Histórico – Evolução da idéia dos Juizados de Pequenas Causas no Rio Grande do Sul e no Brasil. A concepção do Sistema Legal e Constitucional. A implantação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça Estadual e na Justiça Federal. Estrutura e funcionamento. Critérios. Competência e princípios informadores dos Juizados. Aplicação subsidiária da Lei n.º 9.099/95. Importância. Dinâmica do processo com a nova visão de solução dos conflitos através da conciliação, transação e arbitramento. Etapas procedimentais. Descentralização dos Juizados. Sistema Recursal.

**233. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (*datashow* e outros)
- Seminários e debate de filme correspondentes a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo

**234. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos intra e extraclasse, exercícios e Seminários, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da

instituição (N1, N2 e AF).

Considerando o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final. Será considerado(a) aprovado(a) o(a) aluno(a) que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2), computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O(A) aluno(a) que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro), fará a avaliação final (AF), sendo aprovado(a) se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o(a) aluno(a) obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF, estará reprovado(a) na disciplina.

O(A) aluno(a) deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%, sendo reprovado(a), se for inferior.

### 235. BIBLIOGRAFIAS

#### **BÁSICA:**

ROCHA, Felipe Borring. Manual dos juizados especiais cíveis estaduais. São Paulo: Atlas, 2014.OK

ROCHA, Gerson Luiz. Juizados especiais federais cíveis: competência e execução por quantia certa. Curitiba/PR: Juruá, 2012. OK

GAULIA, Cristina Tereza. Juizados especiais cíveis: o espaço do cidadão no poder judiciário: Rio de Janeiro: Renovar, 2014.OK

#### **COMPLEMENTAR:**

LIMA, Marcellus Polastri. Juizados especiais criminais. São Paulo: Atlas, 2013.

DIDIER Jr., Fredie. **Curso de direito processual civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. Salvador/BA: JusPodivm, 2015. (44 exs.)

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. São Paulo: Método, 2015. Volume único. (41 exs.)

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**: teoria geral do direito processual civil, processo do conhecimento, procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v.1 (20 exs.)

WAMBIER, Luiz Rodrigues, TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: RT, 2015. v.1 (4 exs.)

### 236. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****237. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	DIREITO	<b>SEMESTRE/ANO</b>	2015-1
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	40 horas (2horas/sem)
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	Optativa	<b>PROFESSORA</b>	
<b>E-MAIL</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	Direito Imobiliário.		

**238. EMENTA**

Direito Imobiliário. Princípios e Sistemas Registrais. Retificação de Registro Imobiliário. Dúvida Imobiliária. Parcelamento do Solo Urbano e a Regularização Fundiária. Estatuto da Cidade. Incorporação Imobiliária e o Condomínio Especial em face do novo Instituto do Patrimônio de Afetação. Sistema Financeiro da Habitação. Alienação Fiduciária de coisa Imóvel e o Sistema Financeiro Imobiliário..

**239. OBJETIVO**

Apresentar a disciplina do direito imobiliário em seu novo perfil a partir da nova visão civil-constitucional.

Contextualizar os conhecimentos ministrados associando-os à realidade do direito, através do exame crítico do Código Civil e da legislação extravagante em matéria imobiliária, em especial a Lei de Condomínios e Incorporações, da propriedade fiduciária, do Patrimônio de Afetação,, do Estatuto da Cidade, além da legislação tributária e trabalhista e de normas que atingem a atividade imobiliária, sem olvidar a importância da função social da propriedade e os princípios fundamentais da livre iniciativa e da valorização do trabalho.

Oferecer atualização profissional partindo a constatação de que a atividade de consultoria e advocacia imobiliária exige do operador do direito cada vez mais a compreensão de normas de vários ramos do direito as quais se interagem no ambiente da propriedade privada a partir das múltiplas facetas do direito imobiliário.

**240. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Direito Imobiliário. 1.1. Noções. 1.2. Conceito. 1.3. Da documentação imobiliária. 2. Sistema Registral. 2.1. Cadastro. 2.2. Direito e obrigações. 2.3. Princípios informadores. 2.4. Atribuições. 2.5. Registro Torrens. 2.6. Aquisição com prévia autorização. 2.7. Processos relativos ao Registro Imobiliário (dúvida e retificação). 3. Parcelamento do solo urbano (Lei de zoneamento, loteamentos). 4. Incorporações Imobiliárias. 4.1. Condomínios horizontais e verticais. 4.2. Contratos. 4.3. Responsabilidade dos incorporadores e dos adquirentes. 5. "Time Sharing", Cemitérios, Cooperativas Habitacionais, Direito de Superfície. 6. Sistema Financeiro da Habitação - SFH e Sistema Financeiro Imobiliário - STI. 7. Da alienação fiduciária em garantia de coisa imóvel. 8. Contrato de corretagem. 9. O Direito Imobiliário no código de defesa do consumidor.

**241. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo

- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (*datashow* e outros)
- Seminários e debate de filme correspondentes a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo

#### 242. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos intra e extraclasses, exercícios e Seminários, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Considerando o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final. Será considerado(a) aprovado(a) o(a) aluno(a) que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2), computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O(A) aluno(a) que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro), fará a avaliação final (AF), sendo aprovado(a) se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o(a) aluno(a) obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF, estará reprovado(a) na disciplina.

O(A) aluno(a) deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%.

#### 243. BIBLIOGRAFIAS

##### **BÁSICA:**

Direito imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira Lira. Fábio de Oliveira Azevedo, Marco Aurélio Bezerra de Melo (coord.). São Paulo: Atlas, 2015.

AGHIARIAN, Hércules. Curso de direito imobiliário. São Paulo: Atlas, 2014.OK

JUNQUEIRA, Gabriel J. P. Teoria e prática do direito imobiliário. São Paulo: EDIPRO, 2014.OK

##### **COMPLEMENTAR:**

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. Direito imobiliário: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TUTIKIAN, Cláudia Fonseca (coord.). Moderno direito imobiliário notarial e registral. São Paulo: Quartie Latin, 2014.

#### 244. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:

**PLANO DE ENSINO****245. IDENTIFICAÇÃO**

<b>CURSO</b>	DIREITO	<b>SEMESTRE/ANO</b>	2015-1
<b>PERÍODO</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	40 horas (2horas/sem)
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	Optativa	<b>PROFESSORA</b>	
<b>E-MAIL</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	DireitoMarítimo		

**246. EMENTA**

Conceitos fundamentais referentes ao crescimento econômico do Brasil; Plano Real e crescimento da demanda de infra-estrutura logística de transporte; Comércio exterior e transporte aquaviário e portos; Terminologia do setor (Ogmo, IMO, OMC, DPC, arrendamento portuário, terminal privativo de uso misto, Capitania dos Portos, Antaq, Autoridade Marítima, agência reguladora independente, Autoridade Aduaneira, Autoridade Portuária, Autoridades Intervenientes, SEP, regulação econômica, NVOCC, demurrage, detention, offshore, tarifas de praticagem, custo-Brasil, CAP, charter party, bill of lading, etc.); Segurança jurídica para reduzir os riscos e custos de transação e Segurança logística – requisitos essenciais à atração e manutenção dos altos investimentos necessários nas atividades econômicas.

**247. OBJETIVO**

Capacitar o(a) aluno(a) para atuar com maior segurança jurídica nas atividades de transporte aquaviário e portuária, reduzindo o risco da operação, por meio do conhecimento dos principais aspectos técnicos e jurídicos que envolvem o comércio pela via marítima.

**248. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Terminologia – Navio; Terminologia - Náutica e Portuária; Planejamento e Logística de Transportes; Comércio Marítimo e Logística – Aspectos Introdutórios; Direito Portuário I (Teoria Geral e CAP); Introdução ao Direito Internacional (Público e Privado); Direito Regulatório do Transporte Aquaviário e da Atividade Portuária; Introdução à Regulação de Petróleo e Gás; Direito do Trabalho Portuário; Direito do Trabalho Marítimo; Teoria Geral do Direito Marítimo; Contratos Marítimos; Tribunal Marítimo; Seguro Marítimo; Tributação no Transporte Marítimo e na Atividade Portuária; Responsabilidade Civil; Introdução ao Direito Aduaneiro: Aspectos Destacados; Direito Ambiental Marítimo e Portuário; Responsabilidade Penal.

**249. METODOLOGIA UTILIZADA**

- Aulas teóricas expositivo-participativas
- Trabalhos em grupo
- Projeção de filmes
- Estudos de casos
- Utilização de recursos audiovisuais (*datashow* e outros)
- Seminários e debate de filme correspondentes a 10 horas de TAE – Trabalho Acadêmico Efetivo

**250. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é composto por provas de conhecimento, trabalhos intra e extraclasse,

exercícios e Seminários, totalizando 10,0 (dez) pontos em cada uma das avaliações gerais da instituição (N1, N2 e AF).

Considerando o TAE como trabalho final da disciplina e somado à nota N2 para pontuação final. Será considerado(a) aprovado(a) o(a) aluno(a) que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações (N1 e N2), computados os trabalhos e demais avaliações propostas para a disciplina.

O(A) aluno(a) que não obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) nas duas primeiras avaliações, mas igual ou superior a 4,0 (quatro), fará a avaliação final (AF), sendo aprovado(a) se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Se o(a) aluno(a) obtiver média inferior a 5,0 (cinco) na AF, estará reprovado(a) na disciplina.

O(A) aluno(a) deverá ainda ter frequência mínima igual ou superior a 75%.

## 251. BIBLIOGRAFIAS

### **BÁSICA:**

GILBERTONI, Carla Adriana Comitre. Teoria e prática do direito marítimo. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.OK

MARTINS, Eliane Maria Octaviano. Curso de direito marítimo: teoria geral. Barueri/SP: Manole, 2014. v.1 OK

MARTINS, Eliane Maria Octaviano. Curso de direito marítimo: vendas marítimas. Barueri/SP: Manole, 2014. v.2 OK

### **COMPLEMENTAR:**

CALIXO, Robson José. Incidentes marítimos: história, direito marítimo e perspectiva. São Paulo: Aduaneiras, 2014.OK

CAMPOS, Ingrid Zanella Andrade. Direito constitucional marítimo. Curitiba/PR: Juruá, 2014.OK

CAVALCANTE FILHO, Nelson, SILVA JÚNIOR, Walfrido Jorge, WARDE NETO, José Luiz Bayeux. Direito marítimo e portuário: novas questões. São Paulo: Quartier Latin, 2014.OK

Direito marítimo e portuário: novas questões. Nelson Cavalcante e Silva Filho, Valfrido Jorge Wander Jr. (org.). São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2013.

## 252. VALIDAÇÃO

PROFESSOR	COORDENADOR
Assinatura:	Assinatura:





## ANEXO 03

### MODELO DE CARTA CONVITE DE ORIENTAÇÃO

À FACULDADE ITABORAÍ,

COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO.

Ref.: Carta Convite para orientação em Trabalho de Conclusão de Curso.

Senhor Coordenador,

Senhor Professor,

eu, \_\_\_\_\_, aluno(a) matriculado(a) sob  
número \_\_\_\_\_ no \_\_\_\_º período do curso de Direito da Faculdade Itaboraí, venho convidar o Professor  
\_\_\_\_\_ para ser meu orientador no desenvolver  
do trabalho de monografia a ser elaborado sob o título: \_\_\_\_\_

Nestes termos, aguardo manifestação.

Itaboraí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Aluno requerente



## **ANEXO 04**

### **MANUAL DE ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS**